

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030

Corede Noroeste Colonial

A obra é uma construção coletiva,
que apresenta o Plano de
Desenvolvimento Regional,
do Corede Noroeste Colonial/RS



ISBN 978-85-419-0236-6



9 788541 902366

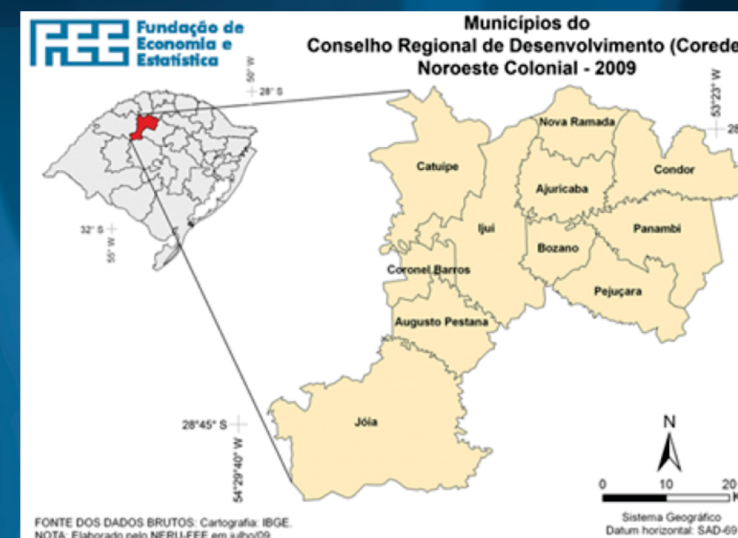


Corede
Noroeste Colonial

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional
2015-2030



Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030



Corede Noroeste Colonial



**Plano Estratégico de
Desenvolvimento Regional
2015-2030**

© 2017, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 – Ijuí – RS – Brasil
Fone: (0__55) 3332-0217
E-mail: editora@unijui.edu.br
Http://www.editoraunijui.com.br
Http://twitter.com/editora_unijui

Editor: Fernando Jaime González

Capa: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)

Responsabilidade Editorial:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

C755p Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede.
Plano estratégico de desenvolvimento regional : 2015-2030 / Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2017. – 399 p.
ISBN 978-85-419-0236-6
1. Gestão pública – Planejamento estratégico – Noroeste Colonial – Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento e planejamento regional – Planejamento estratégico. 3. Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede Noroeste Colonial – Rio Grande do Sul. I. Título.
CDU : 351
332.14(816.5)

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ÓRGÃO FINANCIADOR

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG

Convênio Seplan nº 1636/2015

DIRETORIA DO COREDE NORC

Presidente – Nelson Thesing

1º Vice-Presidente – Fioravante Ballin

2º Vice-Presidente – Leonair de Barros Sost

Secretária – Sandra Puhl dos Santos

Tesoureira – Lesiane Pereira da Costa

Secretária Executiva – Cleunice Brandenburg da Costa

ENTIDADE EXECUTORA

FIDENE/ASC

Diretoria

Presidente Fidene: Cátia Nehring

Vice-Presidente Fidene: Martinho Luís Kelm

Coordenador da ASC

Ivanildo Scheuer

ASSESSORIA TÉCNICA

Alceu Van der Sand (Coordenador)

Aline Benso

Marisa Tatiana Reimann

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total dos municípios do Corede Norc entre os anos de 2001 e 2014	30
Tabela 2 – População total dos municípios do Corede Norc entre os anos de 2001 e 2014	31
Tabela 3 – Valores de financiamento/repasso para a construção de novas moradias pela Caixa Econômica Federal entre 2010/2015.....	41
Tabela 4 – PIB dos municípios do Corede Norc e participação regional no ano de 2013	50
Tabela 5 – Área colhida de soja no Corede Noroeste Colonial 2000-2014	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios infestados por Aedes aegypti, Rio Grande do Sul, 2016	39
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família no Corede Noroeste Colonial nos anos de 2005, 2010 e 2015	44
Quadro 2 – Cooperativas, por ramo, no Corede Noroeste Colonial em 2016	59
Quadro 3 – Relação dos Sindicatos e dos Movimentos Sociais no Corede Norc.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto no Corede Noroeste Colonial, 2010/2013.....	51
Gráfico 2 - Produção de Leite 1991 a 2014 (em mil litros).....	54
Gráfico 3 –Evolução do emprego por grau de Instrução, em Ijuí, entre 2006 e 2016	57

LISTA DE ABREVIATURAS

ASC	Assessoria de Serviços Comunitários
ACI	Associação Comercial e Industrial de Ijuí
Ceriluz	Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento de Ijuí
Comude	Conselho Municipal de Desenvolvimento
Corede Norc	Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial
CFR	Casa Familiar Rural
CRB	Corpo de Bombeiros
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CEVS	Centro Estadual de Vigilância em Saúde
Coprel	Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento
Demei	Departamento Municipal de Energia de Ijuí
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte

EaD	Educação a Distância
Espin	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
Fidene	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
GTU	Grupo de Teatro da Unijuí
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
Idese	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Nacional
IFF	Instituto Federal Farroupilha
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana
OMS	Organização Mundial da Saúde
Sest	Serviço Social do Transporte
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SPGG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
2.1 Objetivos do Plano	22
2.2 Abrangência do Plano	22
2.3 Explicitação da Metodologia	23
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO.....	25
3.1 Caracterização da Região.....	25
3.1.1 Aspectos Físico-Naturais.....	25
3.1.2 Aspectos Históricos	26
3.2 Dimensão Demográfica	29
3.3 Dimensão Ambiental.....	32
3.4 Dimensão Social e Cultural	34
3.4.1 Educação.....	34
3.4.2 Saúde	37
3.4.3 Segurança	40
3.4.4 Habitação.....	40

3.4.5 Cultura	42
3.4.6 Equidade e inclusão social.....	43
3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E GESTÃO PÚBLICA	45
3.5.1 Logística e Transporte	45
3.5.2 Energia e Comunicações	47
3.5.3 Saneamento Básico.....	49
3.6 Dimensão Econômica	50
3.6.1 Setor Agropecuário.....	52
3.6.2 Setor Industrial	55
3.6.3 Setor de Serviços	56
3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	57
4. MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	60
4.1 Matrizes por Dimensões.....	60
5. MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (PEDPR).....	74
5.1 Setorial Educação	74
5.2 Setorial Saúde	74
5.3 Setorial Assistência e Inclusão Social	74
5.4 Setorial Segurança	75
5.5 Setorial Agricultura	75

5.6 Setorial Indústria e Comércio	75
5.7 Setorial Infraestrutura e Gestão Pública.....	75
6. MACROESTRATÉGIAS.....	76
6.1 Área Social.....	77
6.2 Área Econômica	77
6.3 Área Infraestrutural e Gestão Pública	77
7. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	78
7.1 Visão.....	78
7.2 Vocações.....	78
7.3 Valores:	78
8. PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DA REGIÃO FUNCIONAL 7 ...	79
9. CARTEIRA DE PROJETOS.....	81
10. MODELO DE GESTÃO	371
11. PROJETOS NO ÂMBITO DA REGIÃO FUNCIONAL 7	373
CONCLUSÃO.....	393
REFERÊNCIAS	394
EQUIPE TÉCNICA.....	399

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, do Corede Noroeste Colonial foi elaborado por uma equipe técnica contratada pela Fidene/Unijuí, tendo como órgão de fomento e de orientação metodológica a Secretaria de Estado de Planejamento, Governança e Gestão, que recebeu importante contribuição do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional da Unijuí.

O planejamento passou a ser um exercício de poder, com ampla participação comunitária: 19 reuniões, divididas entre 11 reuniões municipais, 7 reuniões setoriais e 1 assembleia geral para indicar as prioridades na carteira de projetos, além de um debate permanente nos últimos 360 dias nas redes sociais, alimentado pela equipe técnica, diretoria e secretária executiva do Corede, Comudes, Poder Público, em seus três níveis – organizações sociais, econômicas e políticas –, tendo como cerne uma visão de mundo que se funda em um processo de participação e deliberação, quando homens e mulheres são agentes transformadores da sociedade.

Quiçá as respostas substantivas do desenvolvimento encontrem espaço para a construção de um novo olhar, mais crítico e reflexivo sobre as desigualdades em nosso território, de forma que captem a natureza dessa desigualdade, e a organização corediana possa responder com ações menos desiguais, com oportunidades econômicas, liberdades políticas, condições habilitadoras nas áreas da educação, saúde, segurança, influenciadas pelas capacidades participativas e deliberativas do planejamento estratégico desenhado nesta obra.

Temos presente que o planejamento é um processo complexo; apresenta uma configuração da produção material e da produção da vida em comunidade, o que indica um planejamento que contemple os fins do desenvolvimento e os meios de alcançá-lo, pautado pela questão ética. Para tanto, entendemos que a maturidade corediana, conquistada nos últimos 25 anos de luta, possa servir como uma rede

de inteligência, de capital social, para desempenhar um papel preponderante no processo de desenvolvimento, em boa parte, sistematizada neste documento.

DIRETORIA DO COREDE NORC

Presidente – Nelson José Thesing
1º Vice-Presidente – Fioravante Batista Ballin
2º Vice-Presidente – Leonair de Barros Sost
Secretária – Sandra Puhl dos Santos
Tesoureira – Lesiane Pereira da Costa
Secretária Executiva – Cleunice Brandenburg da Costa

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede Noroeste Colonial. As propostas apresentadas foram elaboradas considerando a orientação metodológica recomendada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), que iniciou com o diagnóstico técnico e com a apresentação dos dados em assembleias municipais, posteriormente em reuniões setoriais, e, por fim, assembleia regional, para aprovar as prioridades em cada área, bem como a carteira de projetos para consolidar e publicar no formato de Plano Estratégico.

O objetivo é identificar e propor estratégias que contribuam para a ampliação das liberdades individuais e coletivas dos cidadãos. Visa, portanto, a integrar diferentes atores sociais para promover uma disputa política em que cada grupo procura influenciar a adoção de um projeto coletivo a partir de suas expectativas em relação ao que se almeja para o futuro da região. Além disso, busca a definição de quais meios e instrumentos serão utilizados para que o plano seja efetivado na prática.

A prática do planejamento do desenvolvimento regional busca ampliar a intervenção do Estado no bem-estar social da população, estabelecer parcerias com a sociedade e com o mercado para a formulação de alternativas que possam estruturar a economia, e gerar oportunidades para os cidadãos, buscando, ao mesmo tempo, o equilíbrio socioambiental.

Uma das primeiras etapas deste plano foi o levantamento de dados para mostrar a realidade da região em diversas dimensões – social e cultural, econômica, de infraestrutura e gestão pública e institucional – em 19 reuniões, divididas entre 11 reuniões municipais e 7 setoriais e, finalmente, em uma assembleia para indicar as prioridades na carteira de projetos.

Nestes espaços foram levantados vários problemas a serem superados. Embora nos últimos anos a região tenha ampliado a oferta de energia, aumentando as possibilidades para o produtor rural, faz-se necessário criar mecanismos para viabilizar a instalação de uma rede trifásica, além de projetar a instalação de internet via fibra óptica e melhorar as estradas. Nova Ramada, por exemplo, não tem acesso asfáltico.

Outros investimentos são necessários, como a ampliação da rede de atenção básica de saúde, criação de um sistema de pesquisas de inteligência de mercado, criação de alternativas para minimizar a exclusão social no meio rural e ampliação da educação continuada de professores da rede pública de ensino.

Com base, todavia, no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Estado do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que a região do Corede Noroeste Colonial é uma das melhores para se viver, pois é a segunda mais bem posicionada, sendo precedida apenas pela região do Corede Serra.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade sistematizar um conjunto de informações para constituir o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Noroeste Colonial, tendo na coordenação a Assessoria de Serviços Comunitários (ASC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene) e a presença permanente da Diretoria do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento é um instrumento de gerenciamento que possui como objetivo principal tornar as atividades de uma região mais eficientes. Deve ser entendido, portanto, como um processo permanente, que analisa o contexto, busca alternativas de como se adaptar a ele, propõe estratégias para enfrentar os desafios e potencializar as oportunidades, e, sobretudo, avalia a situação existente e planeja a situação que a região deseja alcançar.

As ações indicadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional estão alicerçadas na participação e deliberação cidadã. São apresentadas em assembleias municipais, setoriais e regional, e buscam avançar com novas propostas e estabelecer a visão de futuro da região. Além disso, o Plano pretende estabelecer um pacto socioterritorial do desenvolvimento entre o Estado, a sociedade e o mercado.

A organização do processo de planejamento tem como instâncias político-deliberativas os espaços municipais e regionais do Corede. Ademais, conta com um Conselho de representantes em sete comissões setoriais: educação; saúde; assistência e inclusão social; segurança; agricultura; indústria e comércio, infraestrutura e gestão pública.

Além disso, a equipe técnica ainda conta com o apoio logístico do Corede Noroeste Colonial; do Fórum dos Coredes; da Secretaria de Estado de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG);

da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes); dos Executivos e Legislativos municipais; dos Comitês de Bacias; das Associações Comerciais e Industriais; dos Sindicatos e demais promotores do desenvolvimento regional.

2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O processo de Planejamento Estratégico está alicerçado na metodologia organizada por Siedenberg (2010), que foi elaborada a partir da temática do desenvolvimento territorial centrado em políticas públicas participativas e deliberativas.

[...] pode-se considerar que o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possível (SIEDENBERG et al., 2009, p. 14).

São sete as etapas do planejamento estratégico, que se desdobrarão em três fases. A primeira é a do diagnóstico; a segunda é do relatório de propostas; e a terceira e última fase é a consolidação, publicação e impressão do Plano Estratégico.

A primeira fase –diagnóstico – compreende três etapas. A primeira constitui-se do diagnóstico técnico, em que se apresenta um conjunto de informações da região, baseado em fontes primárias e secundárias. A segunda etapa – análise situacional – constitui-se em momentos de debate e discussão em assembleias nas quais participam técnicos, agentes políticos e a sociedade civil organizada, em que as informações são apresentadas, interpretadas e validadas à luz da realidade regional. Por fim, na terceira etapa, procede-se a análise das Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Fofa), com o objetivo de construir coletivamente, com base no diagnóstico técnico e na análise situacional, bem como em uma leitura do cenário externo, uma noção apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais.

O Relatório de Avaliação, que é a segunda fase, compreende a quarta, a quinta e a sexta etapas. Na quarta etapa proceder-se-á a definição de visão, vocação e valores regionais, constituindo-se os referenciais estratégicos. Segue-se a quinta etapa, onde objetivos, projetos e ações são definidos, ou seja, é a elaboração da chamada carteira de projetos.

Por fim, a terceira fase é consequência das etapas anteriores, sendo a sétima etapa, que indica a divulgação e a efetiva definição das ações para instituir o plano aprovado.

2.1 Objetivos do Plano

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Noroeste Colonial tem como objetivo identificar e propor estratégias que contribuam para a ampliação das liberdades individuais e coletivas dos cidadãos. Visa, portanto, a integrar diferentes atores sociais para promover uma disputa política em que cada segmento e para influenciar a adoção de um projeto coletivo, tendo presente as expectativas e esperanças que almejam uma melhor qualidade de vida de toda a população da região, bem como apresenta os meios e instrumentos possíveis de serem utilizados para a efetivação do Plano estratégico de Desenvolvimento.

2.2 Abrangência do Plano

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, em razão da sua dimensão temporal, 2015-2030, pretende alcançar a ampla gama de temas pertinentes ao crescimento e desenvolvimento da região. Abrange as principais áreas pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico, previamente definidas no seu plano de trabalho. Elas são distribuídas em sete setoriais temáticas: Segurança, Agricultura, Indústria e Comércio, Infraestrutura e Gestão Pública, Assistência e Inclusão Social, Saúde e Educação. Em todas as áreas a equipe técnica realizou análises preliminares e discussões com os representantes da sociedade civil ligados às distintas áreas, identificando os projetos prioritários de cada uma delas.

2.3 Explicitação da Metodologia

O diagnóstico técnico, elaborado pela equipe de consultores contratada pela Assessoria de Serviços Comunitários da Unijuí, abordou as seguintes dimensões: Demográfica, Ambiental, Social e Cultural, Econômica, de Infraestrutura e Gestão Pública. Além disso, a região foi caracterizada quanto aos aspectos físico-naturais e históricos, apresentados em assembleias municipais e regionais, em dois momentos.

O primeiro momento consistiu na realização de 11 assembleias municipais, que tiveram uma intensa participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), das administrações municipais e de membros da sociedade. Já o segundo momento consistiu na realização de sete reuniões setoriais, sendo elas Educação, Saúde, Assistência e Inclusão Social, Segurança, Agricultura, Indústria e Comércio e Infraestrutura e Gestão Pública e, por fim, uma assembleia geral na qual foram apresentados e aprovados os referenciais estratégicos bem como a carteira de projetos.

Após a realização das reuniões municipais, oportunidades em que os participantes puderam expressar seus pontos de vista sobre os dados apresentados e sobre a realidade da região, possibilitando a sistematização de um conjunto de informações pela equipe técnica para trabalhar a matriz de Oportunidades e Ameaças, Forças e Fraquezas (Fofa), foram construídos os referenciais estratégicos, os macro-objetivos e, também, o modelo de gestão do processo. Todas essas etapas consubstanciam a carteira de projetos, e, para concretizá-la de forma efetivamente participativa e deliberativa, novas reuniões setoriais e assembleias foram convocadas. Os referenciais estratégicos consistem na visão, vocação e valores. Já os macro-objetivos consistem na elaboração de programas, projetos e ações.

Nesta fase do planejamento foi essencial o estabelecimento de parcerias com governo do Estado, Comudes, Comissões Setoriais, Universidades, Coordenadorias Regionais e demais entidades públicas

e privadas da região, para garantir que todos assumissem o compromisso de colocar os objetivos em prática. Outro aspecto levado em consideração foi a hierarquização dos projetos estratégicos para o desenvolvimento da Região Funcional de Planejamento 7, para uma integração de ações para o desenvolvimento desta macrorregião.

Por fim, foi necessário estabelecer um processo de ampla “(...) divulgação, socialização e entendimento do plano como um instrumento estratégico de gestão” (Siedenberg, 2010, p. 79). Ou seja, os resultados devem, a partir deste momento, subsidiar o planejamento público, auxiliando o planejamento de médio prazo (PPA) e de curto prazo (Consulta Popular).

3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Esta seção constitui-se da organização de dados existentes sobre a região, com base em fontes primárias e secundárias.

3.1 Caracterização da Região

O Corede Norc é composto pelos municípios de Augusto Pestana, Ajuricaba, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara. Pertence à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, que é composta por 13 microrregiões e abrange 216 municípios gaúchos. Integra a Região Funcional de Planejamento 7 (RFP7), que é composta pelos Coredes Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro.

A seguir, apresentam-se os aspectos físico-naturais e históricos, que são importantes indicadores para a compreensão dos processos de desenvolvimento nesta região. Destacam-se aspectos como as características do solo, o que propicia determinado tipo de ocupação, fenômenos naturais, a dinâmica de imigração e de ocupação do território, entre outras características.

3.1.1 Aspectos Físico-Naturais

A região do Corede Norc faz parte do denominado Planalto Rio-Grandense. As suas características físicas se manifestam pela presença de basaltos resultantes de grandes derrames de lavas eruptivas basálticas que recobriram a paisagem regional. Em razão desse fenômeno, a região é bastante homogênea em termos de composição de solo. Seus solos são classificados como Nitossolos, que se caracterizam como solos profundos, ácidos e aptos para culturas temporárias desde que fertilizados quimicamente. Seu relevo é caracterizado por ondulações, que lhe proporcionam uma paisagem permeada pelas chamadas coxilhas. Originalmente, a região era recoberta por matas subtropicais que, em parte da área, se limitavam com áreas de campos nativos que também se observavam na região. Atualmente, a mata original pode ser avistada nas áreas mais

íngremes, em grande parte como mata ciliar dos cursos de água, onde a atividade agrícola é dificultada, e nas áreas de preservação obrigatória.

A altitude média varia de 320 a 520 metros acima do nível do mar. A média de pluviosidade é de 1.700 mm ao ano. As variações decorrentes dos fenômenos La Niña e El Niño impactam fortemente a produção agropecuária da região, especialmente as safras de verão. A temperatura média da região é de 20 graus atingindo picos de até 36 graus centígrados no verão e, eventualmente, temperaturas negativas nos meses de inverno. A umidade do ar é considerada alta, uma vez que a média é de 85% (Dados Inmet).

A Região do Corede Norc está incluída na Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. O Comitê da Bacia do Rio Ijuí tem monitorado as principais variáveis ambientais e tem proposto ações no sentido de melhoria das condições ambientais na área da Bacia. Um aspecto especial é a presença de águas com características minerais alcalinas. São vários os pontos em que águas com estas características afloram em suas nascentes ou são encontradas em perfurações do subsolo. Na região existem duas engarrafadoras de porte que exploram esta riqueza mineral.

3.1.2 Aspectos Históricos

A região do Corede Norc, inserida em um espaço maior, que é a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, é resultante de um controvertido processo de ocupação e litígio entre Espanha e Portugal. Esta questão remonta ao período do tratado de Tordesilhas.

A incorporação do Estado do Rio Grande do Sul no processo de formação econômica do Brasil, pode ser considerada periférica e tardia em relação ao novo centro dinâmico que vinha se formando ao final do século 17. O Rio Grande do Sul passa a integrar o cenário econômico do Brasil Colônia com a criação de muares a serem utilizados como animais de tiro na mineração e a produção de bovinos destinados à alimentação (Simonsen, 4^a Ed. 2005, p. 158-193; Furtado, 1987, p. 76-89). Outro elemento que fez com que a sua integração fosse tardia foi a sua relação com a lógica de acumulação engendrada pela exploração colonial europeia. Segundo o plano geral europeu, a exploração colonial assentava-se basicamente em produção

já existente nas áreas coloniais (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola instaladas segundo os interesses do capitalismo nascente (Pesavento, 1985). Seguem-se a isso várias incursões temporárias do tipo “bandeirante” e, de outra parte, a importante relação com as colônias espanholas estabelecidas junto ao Rio da Prata. Em verdade, no período colonial, a relação econômica mais significativa do Estado era com as colônias espanholas.

A imigração estrangeira tem como marco principal o ano de 1824, chegada do primeiro grupo de imigrantes alemães, que iria exercer forte influência sobre a formação econômica do Estado do Rio Grande do Sul. É com ela que a dinâmica socioeconômica que predomina até os dias atuais inicia a sua consolidação.

Distintamente de outras regiões do Brasil, onde a imigração estrangeira representou basicamente o suprimento de mão de obra das grandes lavouras (principalmente a cafeeira), no Rio Grande do Sul ela atende a outros objetivos; entre eles, a ocupação do território como estratégia político militar de defesa.

Em razão das áreas de campo já estarem totalmente ocupadas pelo latifúndio pastoril, coube aos imigrantes a ocupação das áreas de mata. Esta ocupação acontece em duas etapas. Em um primeiro momento a região Centro Nordeste do Estado e, em uma segunda etapa, procedeu-se a ocupação da Região Norte do Estado – o vale do Rio Ijuí e a região do Alto Uruguai. Estas duas etapas e suas respectivas regiões foram, por muito tempo, denominadas colônias velhas e colônias novas.

Em 1890 a fundação da Colônia Ijuhy marca a ocupação da região. Diferentemente da região ocupada anteriormente pela imigração de uma nacionalidade, aqui o conjunto de nacionalidades passa a ser muito maior. A população inicial foi constituída de poloneses, teuto-russos, italianos, alemães, austríacos, holandeses, entre outros. Já no início do século 20 a principal corrente migratória passa a ser de imigrantes vindos das colônias velhas, no caso descendentes de imigrantes. Outro ponto de destaque na ocupação é a por colonização privada, que aconteceu na região hoje abrangida pelos municípios de Panambi e Condor.

Com a chegada da ferrovia, em meados do século 20, observa-se um surto de crescimento econômico. A introdução deste importante meio de transporte proporciona a que a pequena propriedade rural, do tipo familiar, encontre destino comercial aos seus excedentes. Ocorre o incremento de uma série de atividades econômicas, entre elas a suinocultura e o comércio atacadista.

O final da segunda grande guerra trouxe como consequência grandes transformações, entre elas a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina e o aprofundamento das relações capitalistas.

No caso específico do Corede Noroeste Colonial, estas transformações manifestam-se de forma bastante clara por intermédio da modernização da agricultura. Este processo de modernização tem algumas características próprias. De acordo com Brum (1983), a agricultura tradicional caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais do solo e pelo uso de mão de obra familiar, e visava à subsistência, sendo o excedente comercializado.

Após os anos 40 reproduz-se na América Latina o modelo da Revolução Verde. Estratégia utilizada para resolver o atraso em que se encontrava a região, em se tratando de desenvolvimento econômico. A consolidação desta estratégia pode ser percebida de forma mais clara por meio da *Aliança para o Progresso*. Tratou-se de iniciativa do governo norte-americano, quando a modernização da agricultura aparece como objetivo estratégico.

A fundamentação teórica deste modelo contava com forte embasamento neoclássico da economia à agricultura moderna, aquela que aperfeiçoa a utilização dos fatores de produção com ênfase no uso dos recursos tecnológicos.¹

No caso específico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, este modelo foi adotado e se consolidou rapidamente. Os anos 60 e 70 representaram grandes transformações para a

¹ Sobre a questão ver Schultz, 1965.

economia regional, em que a agricultura tradicional é substituída pela lavoura empresarial, que se caracteriza por uma lógica de acumulação voltada a produzir para o mercado, com mecanização intensiva, utilização de insumos modernos (fertilizantes e defensivos químicos) e mão de obra assalariada.

Não há dúvida de que estas mudanças nas formas de produzir geraram não somente transformações nas características econômicas na região, mas também influenciaram na cultura e valores de seus habitantes.

Pode-se afirmar que o processo de ocupação mais definitivo, o qual proporcionou as bases para a paisagem atual, se deu mediante três momentos distintos. O primeiro deles foi a ocupação da região, realizada pela imigração de europeus e seus descendentes, que migraram de outras regiões do Estado. A segunda foi o processo de modernização da agricultura, período em que se consolidou a agricultura mecanizada. Um terceiro, e mais contemporâneo, foi a agropecuária de alta produtividade, com uso intensivo de tecnologia. Por fim, houve a consolidação dos diversos tipos de indústria e a preponderância do setor de serviços na maioria dos municípios pertencentes à região.

3.2 Dimensão Demográfica

O Estado do Rio Grande do Sul é o Estado da federação que vem apresentando o menor crescimento demográfico no país nas últimas décadas. Vários são os Coredes em que aparece redução em seus contingentes populacionais nos últimos períodos. Na Região Funcional de Planejamento 7, o Corede Norc é o único que apresenta crescimento populacional do período compreendido entre 2000 e 2014. A Tabela a seguir mostra a evolução da população total do Corede Norc e seus municípios de 2001 a 2014.

Tabela 1 – População total dos municípios do Corede Noroeste Colonial entre os anos de 2001 e 2014

Municípios	População total			
	2001	2005	2010	2014
Ajuricaba	7.739	7.666	7.485	7.640
Augusto Pestana	7.788	7.581	7.270	7.110
Bozano	2.354	2.299	2.188	2.219
Catuípe	10.234	9.966	9.554	9.519
Condor	6.569	6.629	6.694	6.066
Coronel Barros	2.488	2.526	2.520	2.846
Ijuí	76.972	79.327	81.204	84.528
Jóia	83.93	8.501	8.540	8.387
Nova Ramada	2.736	2.662	2.527	2.460
Panambi	33.490	36.170	39.193	41.717
Pejuçara	4.224	4.186	4.119	4.040
Total da região	154.594	167.513	171.294	176.532
Total do estado	10.365.992,00	10.705.605,00	11.019.030,00	11.207.274,00

Fonte: Censos demográficos do IBGE e Estimativas populacionais da FEE.

De acordo com os dados apurados, a partir dos Censos do IBGE e das estimativas populacionais da FEE, o Corede Norc apresenta um crescimento populacional maior do que a média do Estado. Enquanto a população do Estado do RS cresce 1,24% entre os anos de 2010 e 2014, a região apresenta um crescimento de 3,06% no período.

Destaca-se que dois municípios – Ijuí e Panambi – são os mais populosos. No município de Ijuí vivem 47,88% dos habitantes da região; em Panambi, 23,63%; somados, estes dois municípios já perfazem 71,51% da população total do Corede.

Em termos percentuais, o município que mais cresceu foi Coronel Barros, 12,94%, considerando que do total da população do Corede este município representa apenas 1,61%, o que significa um aumento pouco considerável em relação ao total de habitantes da região. O maior afluxo de pessoas é verificado nos municípios de Ijuí, que, entre os anos 2010 e 2014, recebe 3.324 pessoas, e Panambi, que recebe 2.524 pessoas no período.

Também se observam municípios que perdem população no mesmo período. Destacam-se Condor, que diminui a sua população em 9,38% e Nova Ramada, com 2,65% de redução da sua população.

Em se tratando da situação de domicílio, a análise foi procedida com base nos dados censitários. O último dado disponível é o do Censo Demográfico (Instituto..., 2010). A Tabela a seguir apresenta as taxas de urbanização do Corede Norc e do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Taxa de urbanização dos municípios do Corede Noroeste Colonial entre os anos de 1970 e 2010

Municípios	Taxa de urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2010
Ajuricaba	9,07	24,8	31,04	48,76	56,62
Augusto Pestana	11,41	23,51	31,42	40,72	51,54
Bozano					28,59
Catuípe	18,98	36,01	53,65	60,6	64,34
Condor	12,33	27,31	42,07	52,69	61,57
Coronel Barros				34,84	44,45
Ijuí	60,31	76,06	80,98	85,9	90,67
Jóia			21,1	23,84	25,08
Nova Ramada					27,49
Panambi	44,87	75,28	81,99	86,76	90,81
Pejuçara	16,94	44,08	54,72	63,69	67,25
Total da Região	38,05	59,3	66,23	71,97	78,08
Total do Estado	53,33	67,53	76,56	81,65	85,1

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Em razão de que existem dois municípios que contemplam mais de dois terços da população total, a equipe técnica entendeu por proceder à análise isolando os dois municípios mais populosos, no caso Ijuí e Panambi. Tal procedimento é adotado em razão de se considerar que poderia haver distorção dos dados e levando a interpretações igualmente distorcidas da realidade.

No ano de 2010 os dois municípios apontados como os mais populosos foram Ijuí, com 90,67% da sua população vivendo no meio urbano, e Panambi, com 90,81% de seus habitantes no mesmo meio. Esta taxa de urbanização é maior do que a média do Estado do RS, que está em 85% neste mesmo ano. O processo de urbanização destes ocorre desde os anos 60 do século passado, quando a mecanização da agricultura promoveu uma forte migração do campo para a cidade. No Corede Norc foram estes dois municípios que receberam mais pessoas. Desde lá o processo de urbanização se intensifica.

O restante dos municípios do Corede Norc, entretanto, apresenta uma taxa de urbanização média de 56,15%. Destaca-se que dos restantes nove municípios, quatro deles apresentam uma taxa de urbanização abaixo dos 50%, a saber: Bozano 28%, Coronel Barros 44,45%, Nova Ramada 27,49% e Joia com 25,08% de sua população vivendo no meio urbano. Cabe destacar que o município de Joia é o maior em sua extensão e, a partir dos anos 80, foi contemplado com vários assentamentos de reforma agrária, o que reforça a sua característica de preponderância populacional no meio rural.

Ressalta-se que, nos meios acadêmicos, a discussão acerca do tema da ruralidade vale algumas considerações neste trabalho. Do ponto de vista formal, urbano é o espaço legal e oficialmente assim designado pela legislação como sendo um determinado perímetro assim chamado pelos municípios. São contemplados, nele, as sedes e os distritos dos municípios. Por outro lado, se considerados os municípios com menos de dez mil habitantes, por exemplo, e principalmente na região do Corede Norc, verifica-se que grande parte das pessoas que residem no espaço denominado urbano destes municípios, tem suas atividades econômicas voltadas ao meio rural. Um grupo são os proprietários rurais, que, com a mecanização da agricultura, mantêm sua atividade econômica no meio rural, mas vivem no espaço urbano. Poderia ser elencada mais uma série de aspectos que marcam e caracterizam a forte presença do rural na região como um todo.

Assim como no restante do Brasil e do Estado do RS, a região vem apresentando uma transição demográfica na qual se verifica uma acentuada redução nas taxas de natalidade, combinada com aumentos na expectativa de vida da população.

3.3 Dimensão Ambiental

A Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí abrange 20 municípios; dentre eles, todos os 11 pertencentes ao Corede Norc. Os principais cursos de água são os Rios Caxambu, Potiribu, Conceição, Ijuzinho e Ijuí, e os principais usos da água são a irrigação e o abastecimento público. Além disso, esta Bacia Hidrográfica apresenta potencialidade para a geração de energia. No Rio Ijuí, há três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Usina Passo de Ajuricaba UHPA

(Departamento de Energia de Ijuí-Demei), PCH José Barassuol e PCH RS 155 (ambas da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. (Ceriluz).

A economia da região é alicerçada na agropecuária, ou seja, no monocultor de soja, milho e trigo e na produção de ordem animal. O padrão tecnológico adotado para a realização destas atividades é coerente com o sistema de uma economia tradicional, isto é, um sistema pouco sustentável.

Estudos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) indicam que há processos, como esgotos, indústria, rebanhos, área agrícola e carga metálica remanescente, que afetam a fragilidade do meio físico e, conseqüentemente, a qualidade da água. Deste modo, contaminantes industriais e fertilizantes agrotóxicos representam 60% dos pesos.

Alguns riscos, como a degradação dos solos em áreas de monocultura, podem provocar em longo prazo baixos rendimentos na produtividade, além de infestações de pragas e desequilíbrio na cobertura vegetal e na contaminação da água, especialmente em razão do intenso uso de agrotóxicos para a produção de alimentos.

Há recentes monitoramentos e levantamentos realizados desde o ano de 2002 pela equipe do Laboratório de Ictiopatologia da Unijuí, nas áreas de influência das três PCHs construídas no Rio Ijuí. Foi constatado que as instalações destas PCHs afetam o ambiente aquático e provocam mudanças no meio ambiente, alterando a dinâmica da água e a quantidade e qualidade de habitats (Ferreira; Beuter; Hartmann, 2011).

Apresentam-se como desafios os seguintes aspectos: criação de uma base de dados científicos sobre os impactos ambientais das atividades econômicas no Noroeste Colonial; definição de quais trechos da Bacia Hidrográfica de Ijuí apresentam maior valor para a conservação; criação de parques de conservação e preservação ambiental, mitigando os efeitos das atividades econômicas e fortalecendo o turismo ecológico.

3.4 Dimensão Social e Cultural

Com base no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Estado do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que a região do Corede Noroeste Colonial é uma das melhores para se viver, pois é a segunda mais bem posicionada, sendo precedida apenas pela região do Corede Serra.

O Idese mensura o desenvolvimento dos municípios em três blocos: Educação, Renda e Saúde. De 2010 a 2013 os indicadores do Corede Norc mantiveram a região entre as mais bem posicionadas e com médias acima do Estado do Rio Grande do Sul. O Corede Serra, que abrange 32 municípios, lidera o *ranking* no Estado nestes quatro anos de análise. Já o Corede Norc evoluiu significativamente, passando da 4ª posição (2010) para a 2ª posição em 2013, significando uma evolução de 0,06 pontos, superando os índices de evolução do Corede Serra e do Rio Grande do Sul.

Comparando com os Coredes da Região Funcional de Planejamento 7 (RFP7), constata-se que, de 2010 para 2013, o Corede Fronteira Noroeste passou da 8ª à 5ª posição; o Corede Missões passou da 18ª à 14ª posição; por fim, o Corede Celeiro passou da 19ª à 18ª posição.

Além do Idese, para analisar os indicadores de educação, saúde, segurança, habitação, cultura, equidade e inclusão social, buscou-se o conhecimento acerca de outros dados, como o número de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família; transferências do governo federal e repasses da Caixa Econômica Federal; e número de ocorrências criminais, dentre outros dados que evidenciam os limites e as potencialidades da dimensão social e cultural do Corede Noroeste Colonial.

3.4.1 Educação

O Bloco Educação, do Idese, registrou no Rio Grande do Sul o índice de 0,679 em 2013. No Noroeste Colonial o registro é de 0,751, dado que posiciona a região em quarto lugar, precedida do Norte (0,768), Vale do Taquari (0,764) e Fronteira Noroeste (0,760).

Dentre as principais forças da educação do Corede Norc, destacam-se a oferta plural, nos três níveis de ensino, de número de

vagas adequado às necessidades da região. Ademais, o número de profissionais que atendem, hoje, nas escolas, é suficiente para estas demandas.

Quanto aos níveis de ensino, prestam atendimento à educação básica da região às redes pública e privada. Os dados do censo escolar de 2014 mostram que na rede pública estadual há 61 estabelecimentos de ensino, cerca de 17.000 alunos matriculados e 1.122 professores em sala de aula. Já na educação pública municipal há 81 estabelecimentos de ensino e 14.660 alunos matriculados para cerca de 900 professores em sala de aula. Na educação privada há 29 estabelecimentos de ensino, cerca de 5.000 alunos matriculados e 388 professores em sala de aula. Há, ainda, um Instituto Federal Farroupilha (IFF), no município de Panambi, que atende o nível técnico e superior de ensino.

A municipalização da educação infantil possibilitou que o Estado e o município pudessem focar na qualidade de ensino. Isso também justifica o fato de que há menos professores em sala de aula na rede municipal, uma vez que o atendimento à educação infantil não demanda profissionais de áreas específicas.

Um dos focos da educação básica no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a coordenação pedagógica da 36ª Coordenadoria Regional de Educação, é o fortalecimento da educação do campo. Um dos marcos para este setor foi a realização do I Seminário Regional do Campo, em setembro de 2015 no município de Ijuí, com a participação das coordenadorias que compõem a 4ª Região,² juntamente com as entidades parceiras.³

Destaca-se a questão da identidade local, uma vez que muitas escolas estão no campo, mas não são consideradas do campo. Além disso, há um número considerável de escolas urbanas que atendem alunos oriundos do campo. Neste sentido, uma escola com foco nas questões pertinentes ao meio rural pode contribuir para que se evite o

² A 4ª região é composta pela 14ª CRE (Santo Ângelo), 17ª CRE (Santa Rosa), 21ª CRE (Três Passos), 32ª CRE (São Luiz Gonzaga), 35ª CRE (São Borja) e 36ª CRE (Ijuí).

³ Ascar-Emater/RS, Aipan, Unijuí, Unicruz, Arcafar, Fecoagro, Fetag, URI, Embrapa, Senar/RS, Cooperativas, Sindicatos, Rede de Leite e a Prefeitura de Ijuí, com a participação de 103 escolas do campo das respectivas coordenadorias regionais envolvidas.

êxodo rural que traz, dentre as principais consequências, o inchaço dos bolsões de pobreza na cidade. Por fim, há dificuldade de acesso às tecnologias no meio rural e a necessidade uma qualificação mais específica para que estes jovens permaneçam no seu meio.

O censo escolar da 36ª Coordenadoria Regional de Educação mostra que no Corede Norc há 23 escolas localizadas no meio rural, além de uma Casa Familiar Rural, em Catuípe, que não consta na estrutura do Estado ou do município, mas atualmente certifica como Ensino Médio e tem convênio de repasse com o governo do RS.

Quanto à educação em terceiro nível, ou no nível superior, ressalta-se que o Corede Noroeste Colonial pertence à Mesorregião Noroeste Rio-Grandense, a qual abrange 216 municípios gaúchos. No ano de 2013, o Inep registrou que nesta mesorregião há 33 Instituições de Ensino Superior (IES), e um total de 58.227 matrículas.

De acordo com o Ministério da Educação publicado através da sinopse estatísticas da educação superior do INEP, é possível perceber que entre 2001 e 2010, no Brasil, houve um aumento de IES tanto na categoria pública quanto privada, com crescimento maior nas categorias particulares de ensino. Em 2001 havia um total de 1.391 IES, e, em 2010, havia 2.314.

No Corede Noroeste Colonial há dois polos educacionais na oferta de ensino superior. Ijuí tem sete IES, dentre as quais cinco são privadas e duas públicas. Já em Panambi há cinco IES, sendo três públicas e duas privadas.

Cabe ressaltar que, tanto em Ijuí quanto em Panambi, a Unijuí desponta como pioneira ao promover o acesso à educação superior, e configura-se como pública, não estatal, comunitária e não tem fins lucrativos. Já as IES públicas contam unicamente com Polos de Educação a Distância (EaD), com exceção do Instituto Federal Farroupilha, que tem como frente de atuação a oferta de educação tecnológica, na categoria pública. As demais IES privadas destacam-se por não terem suas sedes no município de Ijuí, pois pertencem a grandes grupos empresariais. Deste modo, oferecem basicamente cursos a distância e/ou semipresenciais.

3.4.2 Saúde

O Bloco Saúde do Idese (2013) avalia, basicamente, a saúde infantil e da mulher, mortes por causas evitáveis e saúde pública, longevidade e qualidade de vida. (Fundação..., 2016)

O índice saúde, para o Estado do Rio Grande do Sul, é de 0,809. Já no Corede Noroeste Colonial, a média entre os 11 municípios é acima do índice estadual, ou seja, de 0,865. Dentre os Coredes, o Noroeste Colonial está na 4ª posição, precedido dos Coredes da Serra (0,874), Vale do Taquari (0,858) e Nordeste (0,857). Fazendo o ranking entre os municípios do Corede Norc, destacam-se, nas primeiras posições, Condor (0,899), Bozano (0,98) e Ajuricaba (0,885). Os menores índices são em Ijuí (0,828), Catuípe (0,832) e Coronel Barros (0,853).

A vigilância à saúde materno-infantil é um dos aspectos primordiais para a qualidade de vida dos cidadãos. Neste sentido, dentre o número e percentual de nascimentos com sete e mais consultas pré-natal, o município de Bozano desponta com 100% de atendimentos, seguido de Nova Ramada, com 94,7% e de Augusto Pestana, com 84,4% de atendimentos. O município de Condor apresenta o pior resultado, com 65,5% de nascimentos com sete ou mais consultas pré-natal.

O recém-nascido com baixo peso e prematuro corre mais risco de saúde e de sobrevivência. No que se refere ao percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer, o município de Bozano se destaca por ter 0,0% de notificações. Os maiores percentuais foram notificados em Pejuçara (16,0%), Joia (12,0%) e Condor (10,3%).

Bozano também desponta, com 0,0% de recém-nascidos prematuros. Pejuçara (16,0%), Ajuricaba (14,8%) e Panambi (13,2%) registraram os maiores índices. É importante destacar que o baixo peso ao nascer é mais preponderante que a duração da gestação, sendo este um fator importante a ser observado.

Quanto ao percentual de Parto Cesáreo, vale destacar que os municípios de Panambi (93,70%), Condor (93,10%) e Pejuçara (90,00%) apresentam altos índices desta modalidade, o que indica que devemos ter especial atenção para tal fenômeno. Os municípios de

Joia (60,00%) e de Nova Ramada (63,20%) figuram com porcentagens mais equilibradas, mas não menos preocupantes.

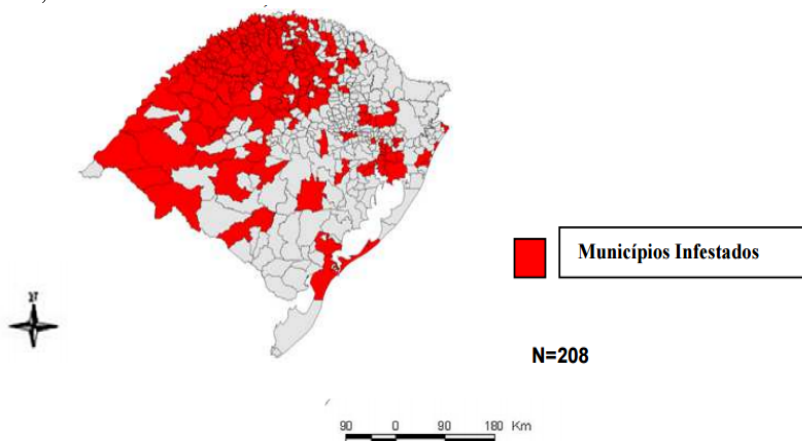
Conforme matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 14/5/2015, o Brasil aumentou o número de médicos em virtude da expansão das vagas em escolas de medicina e a vinda de estrangeiros ao Brasil pelo Mais Médico, que, no Corede Norc, conta com nove profissionais distribuídos entre os municípios de Ajuricaba (3), Catuípe (1), Condor (1), Nova Ramada (1), Panambi (1), Joia (1) e Pejuçara (1).

Dentre as causas que geram mortalidade feminina no Rio Grande do Sul, destacam-se o câncer de mama e o câncer de colo de útero. Já o câncer de próstata é verificado no masculino. Tendo como base o coeficiente de mortalidade por 100 mil habitantes (Gráfico 2), pode-se afirmar que, no que se refere aos dois primeiros tipos de câncer, o município de Coronel Barros tem os piores índices, com 77,9% para ambos. Cabe salientar que, nos municípios do Corede Norc, a mortalidade incide em mulheres adultas a partir dos 30 anos.

Quanto à mortalidade por câncer de próstata, os municípios de Joia (44,9%) Catuípe (42,9%) e Panambi (39,6%) possuem os maiores coeficientes. Por outro lado, os municípios de Bozano, Coronel Barros, Nova Ramada e Pejuçara não registraram mortes por este tipo de doença.

O mosquito *Aedes aegypti* é transmissor da dengue, da Febre Chikungunha e do vírus Zika, e este problema agravou-se nos últimos anos. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (2016), no corrente ano há 208 municípios gaúchos infestados pelo mosquito. Dentre os municípios do Corede Norc, Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Panambi, Pejuçara e Nova Ramada estão no mapa dos locais de risco. Esses dados (Mapa 1) referem-se aos últimos 12 meses e foram publicados em maio de 2016.

Mapa 1 – Municípios Infestados por *Aedes aegypti*, Rio Grande do Sul, 2016



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde (2016).

Em nota técnica, o Centro Estadual de Vigilância do Rio Grande do Sul afirma que o aumento de número de casos de Microcefalia no país o torna, tanto para o Ministério da Saúde quanto para a Organização Mundial da Saúde (OMS), um caso de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin).

O Programa Estadual para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais da Divisão de Vigilância Epidemiológica do Centro Estadual de Vigilância em Saúde/SES-RS, no relatório do ano de 2013, mostra que há 55 municípios prioritários em hepatites virais (em conjunto com a Seção de DST/Aids do RS). Dos municípios do Corede Norc aparece apenas Ijuí, com cinco casos de hepatite B e coeficiente de 6,3 casos para 100 mil habitantes e com 6 casos de Hepatite C, com 6 casos e coeficiente de 7,6 casos por 100 mil habitantes.

Destaca-se que esses municípios recebem incentivo federal para realizarem ações de prevenção e combate às hepatites viraíst B e C, sífilis e Aids.

3.4.3 Segurança

A segurança de uma região vai desde a preservação da ordem pública e o estabelecimento de políticas de controle da criminalidade e da violência, até a construção de um projeto de desenvolvimento social que busque melhorar a qualidade de vida por meio da inclusão social. Neste sentido, os indicadores criminais mostram que o Corede Noroeste Colonial tem índices razoáveis de segurança, mas enfrenta problemas com entorpecentes e tráfico de drogas, de infraestrutura e de defasagem no número de efetivos.

Quanto à incidência de furto de veículos, em 2005 houve um registro de 3.908 ocorrências. No ano de 2010 este número chegou a 2.537, e, em 2015, a 1.815 ocorrências. Os índices de homicídios e de roubos também diminuíram, e o primeiro teve o registro de 13 ocorrências em 2005, subindo para 18 em 2010 e decrescendo para 7 ocorrências no ano de 2015. Já o segundo teve o registro de 245 ocorrências em 2005, 249 em 2010 e 157 em 2015 (Fundação de Economia e Estatística, 2016).

De acordo com a 26ª Regional da Polícia Civil, os crimes que persistem na região estão ligados, basicamente, ao tráfico de drogas. De fato, os indicadores criminais mostram o aumento das ocorrências relacionadas a entorpecentes. Em 2005 foram registrados apenas 11 casos, em 2010, 76, e, em 2015, houve um leve decréscimo para 68 casos registrados.

A defasagem no número de efetivos pode ser constatada na medida em que não há, nas delegacias, um número mínimo estimado de agentes policiais para operacionalização de uma delegacia de polícia. A 26ª DP registrou, no ano de 2016, uma defasagem de 39 agentes públicos. Por fim, uma das principais questões levantada pelos agentes públicos que atuam na área de segurança é a necessidade de que se crie um projeto de renovação de frotas e de melhorias na infraestrutura dos prédios públicos que abrigam tais instituições.

3.4.4 Habitação

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010 viviam na região do Corede Noroeste Colonial 166.599 habitantes. Destes, 92% viviam em residências com água encanada,

98% em residências com banheiro e com água encanada, 98% em residências com coleta de lixo e 99% vivem em residências com energia elétrica.

De acordo com o IBGE, 2012, a média do percentual de pessoas que viviam em domicílios com paredes inadequadas, ainda de acordo com o IDH (2010), era de apenas 1,82%. Os municípios com índices mais preocupantes são Joia (4,65%), Condor (4,64%) e Panambi (2,77%).

Para analisar a evolução e melhoria da habitação nos municípios do Corede Noroeste Colonial, buscaram-se, junto a Caixa Econômica Federal, os valores de financiamento/repasso para a construção de novas moradias. Entre 2010 e 2015 foram financiados cerca de 600 milhões de reais no âmbito dos 11 municípios do Corede Norc. A origem desses recursos é do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recursos da Caixa Econômica Federal. Esses recursos foram destinados aos programas Carta de Crédito de FGTS para a compra de imóveis novos, usados e construção, Pró-Cotista, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Programas para a aquisição de imóveis na planta; etc.

Tabela 3 – Valores de financiamento/repasso para a construção de novas moradias pela Caixa Econômica Federal entre 2010-2015

Município	Corede Noroeste Colonial						TOTAL
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Ajuricaba	1.690,57	1.342,65	1.324,68	1.354,12	1.591,23	209,83	7.513,08
Augusto Pestana	1.839,54	2.190,69	1.953,31	1.123,25	670,31	2.525,32	10.302,42
Bozano	420,13	46,44	399,46	1.273,38	253,44	378,04	2.770,89
Catuípe	1.694,43	1.709,39	2.454,01	2.116,70	1.605,41	1.189,58	10.769,52
Condor	1.583,22	973,39	695,92	1.430,93	1.932,82	1.302,87	7.919,15
Coronel Barros	893,7	998,23	1.178,47	447,01	493,96	218,1	4.229,47
Ijuí	73.054,97	65.962,94	60.730,59	56.311,47	75.881,99	33.754,01	365.695,97
JOIA	380,24	320,11	583	126,32	1.474,65	100,47	2.984,79
NOVA RAMADA	859,52	73,17	1.136,45	379,99	676,11	146,11	3.271,35
PANAMBI	33.083,85	32.717,98	32.820,76	33.493,31	28.439,82	34.205,21	194.760,93
PEJUÇARA	711,59	322,93	1.263,69	636,68	683,93	284,06	3.902,88
TOTAL	116.211,76	106.657,92	104.540,34	98.693,16	113.703,67	74.313,60	614.120,45

Fonte: Superintendência Regional Norte Gaúcho da Caixa Econômica Federal – Passo Fundo.

Os microdados do Censo de 2010 (Instituto..., 2010) mostram o quantitativo do déficit habitacional por município brasileiro. De

acordo com estas informações, há, nos 11 municípios do Corede Noroeste Colonial, 56.460 domicílios, dentre os quais, 1.147 configuram-se como habitação precária, com 835 destas habitações localizando-se no meio urbano e 312 no meio rural.

3.4.5 Cultura

A região conta com o Serviço Social do Comércio (Sesc), que está localizado em Ijuí, e tem um espaço equipado para espetáculos teatrais, com sonorização, iluminação cênica e equipamentos de projeção com capacidade para cerca de 300 pessoas. Além disso, o programa cultural “Art Sesc” promove apresentações de espetáculos musicais e teatrais, assim como sessões de cinema, exposições de artes e demais eventos que elevam a cultura da região.

Também em Ijuí a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Fidene) é mantenedora do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), de um Grupo Teatral, de um Coral e de uma Rádio Educativa. Além disso, a Unijuí, também mantida da Fidene, possui um auditório equipado com capacidade para 800 pessoas.

Quanto ao MADP, que foi criado em 1961, conta com um acervo constituído por documentos museais, textuais, bibliográficos e iconográficos ordenados nas divisões de Museologia, Documentação e Imagem e Som, além de oferecer uma sala de projeções.

Já o Grupo Teatral da Unijuí (GTU) é composto por alunos da universidade, e realiza apresentações em escolas, empresas e eventos em geral. Inspirados em autores consagrados da literatura, este grupo conquistou importantes prêmios em diferentes categorias. Além destas apresentações do GTU, o Coral da Unijuí, que é formado por alunos, professores, funcionários, ex-alunos da instituição e membros da comunidade, realiza apresentações que envolvem o canto coral e outras manifestações artísticas, como dança, declamação, música instrumental e sonoplastia.

Também mantida da Fidene, a Rádio Unijuí FM é uma emissora de caráter educativo, abordando diversos gêneros musicais e produzindo notícias acerca de temas fundamentais para o exercício da

cidadania. A Unijuí FM caracteriza-se, sobretudo, por valorizar temas ligados a pesquisas científicas e eventos acadêmicos.

Uma questão relevante para a cultura regional é a presença de diversas etnias, e esta pluralidade caracteriza, especificamente, Ijuí, considerada a terra das culturas diversificadas. Esta temática é explorada todos os anos pela Expoijuí/Fenadi, no Parque de Exposições Wanderley Burmann, localizado às margens da BR 285.

Em Panambi, além da forte presença da etnia alemã, que influencia o estilo arquitetônico e cultural da cidade, destaca-se a Associação Cultural Museu Militar Brasileiro, que expõe peças referentes à história das Forças Armadas brasileiras. Além disso, recolhe, preserva e conserva peças.

Nos demais municípios destaca-se a importância das bibliotecas públicas municipais, das livrarias, das bandas escolares e de iniciativas promissoras que contribuem para que se criem meios e formas de expressões intelectuais e artísticas por meio da literatura, da pintura, da dança ou do teatro.

Pode-se afirmar que, atualmente, a escola tem cumprido este papel, fundamental para que as pessoas encontrem seu espaço para se expressarem de forma crítica e criativa, ampliando as capacidades e também as perspectivas de agir no mundo. Tais iniciativas dependem, ainda, da atitude individual de professores e demais profissionais do âmbito educacional. É necessário que se invista mais em cultura, e que mais espaços sejam criados para que as pessoas tenham acesso a conteúdos culturais. Os municípios não têm, por exemplo, salas de projeção e de cinema, e tantos outros projetos que podem vir da iniciativa privada, como cafés culturais, etc.

3.4.6 Equidade e Inclusão Social

Um dos aspectos relacionados à equidade e inclusão social que influenciou no desenvolvimento humano no Corede Noroeste Colonial na última década, foi a recente criação de uma Política Nacional de Assistência Social, que possibilitou a conjunção de esforços no âmbito dos municípios para a proteção à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.

Além do aumento de profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, médicos, e demais trabalhadores da saúde, houve uma formulação de políticas de defesa e garantia dos direitos fundamentais do homem, como o acesso à habitação, ao alimento, à saúde, etc. Para atuarem nestas frentes, os municípios têm o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), duas unidades públicas que atuam com foco nas pessoas em situações vulneráveis e de risco social.

O Programa Bolsa Família, por exemplo, transfere renda às famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a superação da pobreza. Este programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. No Quadro a seguir é possível conferir o número de beneficiários do programa, por município do Corede Noroeste Colonial, nos anos de 2005, 2010 e 2015.

Quadro 1 – Número de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família no Corede Noroeste Colonial nos anos de 2005, 2010 e 2015

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)			
Municípios	2005	2010	2015
Ajuricaba	394	347	288
Augusto Pestana	162	367	246
Bozano	39	37	49
Catuípe	646	650	521
Condor	288	427	340
Coronel Barros	111	74	57
Ijuí	3.576	4236	2.948
Jóia	546	804	791
Nova Ramada	134	104	79
Panambi	1.198	1054	727
Pejuçara	141	180	149
Região	7235	8280	6195
Estado	398.132	453.761	422.203

Fonte: Ministério ..., 2015.

Além do Programa Federal Bolsa Família, a sanção do novo Plano Nacional de Educação, em 2014, que, entre outras prioridades, estabeleceu a oferta de escolas em turno integral, possibilitou que

crianças e adolescentes permaneçam mais tempo na escola e estejam menos expostas à criminalidade. Outras políticas também contribuem para a capacitação dos jovens e para tirá-los do ambiente hostil das ruas. Um deles é o Projovem, desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que paga uma bolsa mensal para jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental para estimular a conclusão da escolarização.

Outra política é o Programa de Aceleração ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que por intermédio de parcerias com universidades, com o Sistema S e com outras instituições, viabiliza a formação técnica de jovens de baixa renda para contribuir para a melhoria das condições de vida dessas pessoas mediante o acesso à qualificação, o que os oportuniza a terem melhores empregos.

3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E GESTÃO PÚBLICA

3.5.1 Logística e Transporte

A partir da metade dos anos 90 do século passado, o tema da logística passa a se tornar tema da ordem do dia em diversos setores produtivos, em um país em que o transporte rodoviário é responsável por 61% de todo o transporte de bens do país.

No caso da Região Noroeste Colonial, são duas as principais modais de transporte presentes. A principal delas é a rodoviária, seguida pela ferroviária. Além das modais, verifica-se uma importante estrutura de terminais de carga, serviços de transporte, instituições de formação de pessoas qualificadas para atuar no setor e demais estruturas de apoio.

Em termos de vias de transporte, a Região do Corede Norc é servida por duas rodovias federais de grande importância na logística nacional e internacional. A BR 285 é o principal veio por onde circula a maior parte do comércio internacional do Mercosul. A BR 158 é de grande importância em razão de ser o principal acesso de cargas para a Região Centro-Oeste do Brasil e o porto marítimo de Rio Grande.

As rodovias estaduais funcionam como as principais vias de integração regional. Destacam-se as rodovias RS 342, 155, 522, 514 e 553. As três primeiras consistem em rodovias que realizam a ligação

da região com outras regiões do Estado. Já as duas últimas servem de ligações principais para os municípios de Ajuricaba e Pejuçara, respectivamente. É importante citar que, na região, apenas o município de Nova Ramada não possui ligação asfáltica até a sua sede.

No momento atual, de acordo com os critérios do Departamento Nacional de Infraestrutura para o Transporte (DNIT) – as duas rodovias federais estão avaliadas como em bom estado de trafegabilidade. Segundo dados do mesmo departamento, a BR 285 tem recebido um fluxo médio de 6.000 veículos/dia no ponto de aferição de Ijuí. Já as estradas estaduais apresentam situação de trechos precários, necessitando de renovação de seu leito.

Com relação ao tema dos serviços relacionados ao transporte, observa-se que o trecho urbano da BR 285 no município de Ijuí é contemplado com um grande número de serviços voltados ao setor de transportes. Neste trajeto estão localizadas importantes empresas transportadoras e concessionárias de duas das principais marcas de caminhões pesados. Também estão presentes serviços de manutenção de caminhões e carrocerias, uma unidade do Sest-Senat, Cooperativas de transportadores e Sindicatos de empresas transportadoras e trabalhadores no transporte. Ou seja, os serviços de apoio ao transporte em Ijuí vão muito além dos serviços de postos de combustíveis ou restaurantes.

Com relação ao transporte ferroviário, dois municípios da região são servidos por terminais de embarque – Catuípe e Ijuí. Para o município de Ijuí o transporte ferroviário tem sido importante fator de atração de investimentos privados ligados ao agronegócio de grãos.

No momento da realização deste trabalho existem alguns projetos de investimento no setor de transportes em andamento. Dentre eles citam se:

- estudo técnico relacionado à construção de vias paralelas à BR 285 no trecho urbano de Ijuí;
- investimentos do Plano Nacional de Transporte e Logística (BR 285);
- estudos técnicos relacionados à Ferrovia Norte Sul;

- previsão de pedagiamento da RS 342;
- pesquisas para asfaltamento da RS 514 ligando Ajuricaba a Palmeira das Missões.

Por fim, cabe ressaltar um tema de recorrente menção pela população regional com relação ao transporte público: a precariedade das estações rodoviárias ou a inexistência delas. Em boa parte dos municípios as estações foram fechadas ou são objeto de críticas por parte dos usuários.

3.5.2 Energia e Comunicações

A energia é insumo fundamental para o desenvolvimento de um determinado território. O Brasil é considerado um país com uma matriz energética bem-balanceada em razão de ter grande produção de energia elétrica baseada em energia hídrica, álcool e biodiesel. A biomassa é fonte energética para a maior parte da sua produção agroindustrial.

A região do Corede Norc apresenta uma situação diferenciada em termos de distribuição e geração de energia. Não há região no Estado do RS em que 11 municípios tenham a presença de tantos entes de distribuição de energia. A região é atendida por duas cooperativas de energia, uma autarquia municipal e duas empresas privadas de distribuição de energia. Vale assinalar que nos últimos cinco anos duas das distribuidoras têm conquistado o prêmio Índice de Atendimento e Satisfação do Consumidor (Iasc): o Departamento Municipal de Energia (Demei) e a Hidroelétrica Panambi (Hidropan). Este prêmio é outorgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desta forma, pode se afirmar que a qualidade da distribuição de energia na região é muito boa.

Desde a elaboração do último PED da região do Corede Norc, ocorreram mudanças significativas em termos de oferta de energia para a região. Estas mudanças se observam principalmente no campo da geração e oferta de energia por meio da construção de subestações rebaixadoras.

A seguir são listados os principais investimentos:

- Subestação Eletrosul em Ijuí – 166 MVA.

- Subestação Demei – Ijuí – 25 MVA com capacidade para instalação de mais um transformador de 25 MVA.
- Ampliação da Subestação da CEEE-GT – instalação de um mais um transformador de 25 MVA.
- Subestação Aparício Peccinin – 10 MVA (está localizada no município de Santo Augusto, mas sua operação abrange, em sua maioria, os municípios da região do Corede Norc).
- Ampliação da Subestação Hidropan – 25 MVA.
- Ampliação da Subestação Panambi da Coprel – 10 MVA.

Além destes investimentos na ampliação da oferta de energia, todas as empresas realizaram aumento de redes e adequações em seus sistemas de distribuição em razão do crescimento de carga ocorrido.

Outro elemento importante foi a ampliação dos investimentos em geração ocorridos nos últimos períodos. Dentre eles destaca-se a entrada em funcionamento da PCH 155 com uma capacidade instalada de 5,5 MW.

Também vale destaque a instalação de uma usina de Biodiesel homologada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Dentre estas demandas, nos últimos períodos dois foram os elementos de ampliação. O primeiro foi um claro aumento de demanda no meio rural, e o segundo são as atividades responsáveis por este aumento de demanda: os projetos de irrigação, quando se destacam os Pivôs Centrais e a pecuária leiteira, que vêm apresentando grande expansão exigindo aumento de carga de energia.

No meio urbano verifica-se um significativo aumento de conexões de energia no período. Este fato é decorrente do aumento de investimento em habitação na região.

Na área das comunicações a região possui um grande número de jornais e rádios. Nos pequenos municípios, as rádios comunitárias têm desempenhado importante papel de repercussão dos temas locais.

Nos últimos anos observa-se um aumento significativo da oferta de serviços de internet por meio de fibra ótica, apesar da falta de conexões físicas e de sinal de internet para esta modalidade.

Um dos grandes limitadores em termos de comunicações é a precariedade de sinal de telefonia celular na maior parte do meio rural da região. Diga-se de passagem, área onde reside boa parte da população dos municípios.

Por consequência, o acesso a serviços de internet no meio rural é de precariedade elevada, todavia grande parte dos produtores rurais considera a internet uma importante ferramenta de trabalho. Seu acesso, entretanto, é muito limitado regionalmente.

3.5.3 Saneamento Básico

Quanto ao Saneamento Básico, informações coletadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), por meio do Diagnóstico dos Serviços de Pesquisa Água e Pesquisa Esgotos, em 2014, revelam que 93,41% de domicílios com banheiro ou sanitário são ligados por uma fossa séptica, não sendo um serviço público, mas um dispositivo instalado na propriedade que é particular. Apenas 3,43% dos domicílios são ligados a uma rede pública de esgoto, e 3,18% constituem a porcentagem de esgoto a céu aberto.

Embora a média de rede de esgoto a céu aberto na região não seja expressiva, municípios como Panambi (6,59%), Ijuí (5,01) e Joia (4,44%) apresentam índices mais preocupantes.

Quanto à coleta de lixo, ainda há uma deficiência em relação à coleta seletiva, que é realizada parcialmente nos municípios. Além disso, todo o lixo recolhido é encaminhado para uma empresa no município de Giruá – RS. Ou seja, não existe um processo descentralizado de tratamento destes resíduos.

A lei de número 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre as diretrizes relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e às responsabilidades dos geradores de resíduos e do poder público, não foi aplicada no âmbito dos municípios do Corede Norc.

Os materiais que são recolhidos pelos Ecopontos, são encaminhados a uma empresa privada de Porto Alegre. Há, neste sentido, uma oportunidade mal-explorada em relação aos resíduos recicláveis, que poderia ser transformada em oportunidade econômica. Por fim, Ijuí tem uma associação de catadores – Acata –, que tem se

organizado e transformado esta atividade de coleta de materiais recicláveis viável economicamente.

3.6 Dimensão Econômica

A economia da região, decorrente da sua própria história de ocupação e geração de riqueza originada na agropecuária, vem seguindo sua tradição. Com o passar dos anos, verifica-se a consolidação de alguns setores industriais e de serviços que proporcionam variação na geração de renda e formação do produto regional.

A primeira grandeza a ser analisada é o Produto Interno Bruto (PIB) – regional. A Tabela a seguir demonstra o PIB da região em valores correntes calculado pela FEE.

Tabela 4 – PIB dos municípios do Corede Noroeste Colonial e participação regional no ano de 2013

Municípios	PIB (mil R\$)	Participação sobre a região
Ajuricaba	201.506,99	3,29
Augusto Pestana	238.397,80	3,89
Bozano	71.330,27	1,17
Catuípe	267.181,37	4,36
Condor	253.330,82	4,14
Coronel Barros	84.540,58	1,38
Ijuí	2.760.177,91	45,09
Joia	361.459,52	5,91
Nova Ramada	87.388,98	1,43
Panambi	1.596.716,55	26,09
Pejuçara	199.085,20	3,25
Total da Região	6.121.115,99	100
Total do Estado	3.331.095.182,85	

Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2016.

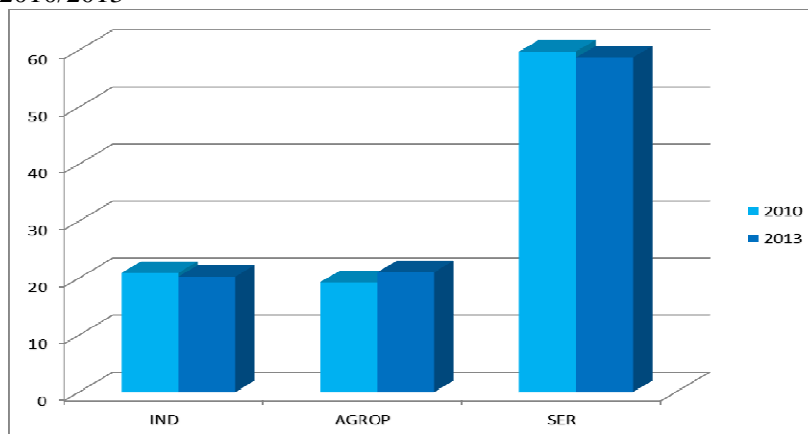
Como pode se observar na Tabela supra, no ano de 2013 o PIB da região representava 1,85% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul. É importante assinalar que, se somado o produto dos dois maiores municípios – Ijuí e Panambi – perfazem 71,18% do total do PIB da região. Assim sendo, no conjunto de 11 municípios existem dois que detêm mais de dois terços da geração de riqueza na região.

Também ficam evidenciados outros dois grupos comparáveis de municípios na região: os novos, que participam com um valor que não chega a 2% cada um para a região, e os mais antigos, que representam entre 3% e 5% individualmente na formação do PIB regional.

Ainda, para o ano de 2013 o PIB per capita da região é equivalente a R\$ 34.856,11, enquanto no Estado do Rio Grande do Sul é de R\$ 29.657,28, ligeiramente superior ao restante do Estado, demonstrando, assim, uma situação boa em relação a outras regiões.

Em termos do Valor Adicionado Bruto (VAB), também chama a atenção algumas situações marcantes. O Gráfico a seguir demonstra que a agricultura e a indústria se mantêm em patamar de praticamente igualdade para a região. Situa-se próximo aos 20% cada um dos setores. O setor de comércio e serviços perfaz o restante dos 60% do valor adicionado.

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto no Corede Noroeste Colonial, 2010/2013



Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2016.

Há, entretanto, de se considerar alguns aspectos intrarregionais que se diferenciam de forma marcante.

O primeiro caso é o do município de Ijuí, onde o setor de Comércio e Serviços participa com 79% da formação do valor

adicionado bruto. Isto é decorrente da importância dos setores de educação, saúde e transporte, principalmente. O segundo caso é o de Panambi, onde o setor industrial participa com 44,02% na formação do valor adicionado bruto. Em termos comparativos, este valor é quase o dobro do que se observa no restante do Estado.

Nestes dois casos, se isolados na análise e comparados aos demais nove municípios, verificar-se-á que o setor agropecuário é responsável por em torno de 50% do valor adicionado bruto em todos eles. Não se pode analisar, portanto, a formação do produto regional como algo homogêneo; há que se analisar a realidade considerando a particularidades de Ijuí, Panambi e os demais nove municípios da região.

3.6.1 Setor Agropecuário

Para a ampla maioria dos municípios da região, a produção agropecuária é a principal atividade econômica que contribui para a formação do produto bruto, quando se destacam as atividades de lavouras temporárias, responsáveis pelos maiores volumes de produção regional. Em termos gerais, a área plantada das principais culturas, no caso soja, milho, trigo e aveia, sofrem variações de acordo com as flutuações de mercado das *commodities*.

A cultura da soja, como a principal da região, é a que ocupa a maior área plantada. Como verifica-se nas últimas décadas, é uma variação pequena na área plantada. Ou seja, trata-se de uma cultura consolidada. A Tabela a seguir apresenta a área colhida e deixa clara esta situação.

Tabela 5 – Área colhida de soja no Corede Noroeste Colonial 2000-2014

SOJA: Área Colhida no Corede Norc 2000-2014				
Municípios	2000 (ha)	2005 (ha)	2010 (ha)	2014 (ha)
Ajuricaba	18500	18000	18500	17000
Augusto Pestana	18000	18500	20000	21000
Bozano	-	11000	12000	12000
Catuípe	34000	35500	35000	34000
Condor	27500	28600	29000	29000
Coronel Barros	11000	10080	10500	11000
Ijuí	51500	45500	44300	45000
Jóia	50000	60000	76000	80000
Nova Ramada	13700	14000	12700	13600
Panambi	28000	31000	30000	29100
Pejuçara	26900	27000	28300	29300
Total Região	279100	299180	316300	321000

Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2016.

Em razão da reação dos preços do milho no último ano e do crescimento da produção leiteira, é provável que a área plantada e colhida de soja apresente uma tendência de redução nos próximos anos. Esta área deverá ser ocupada pela cultura do milho. Em termos estatísticos, há de se considerar que a cultura do milho, pela sua versatilidade em termos de nutrição animal, é utilizada na região de três formas distintas. A cultura de grão para comércio e silagem e os volumes denominados como consumo próprio.

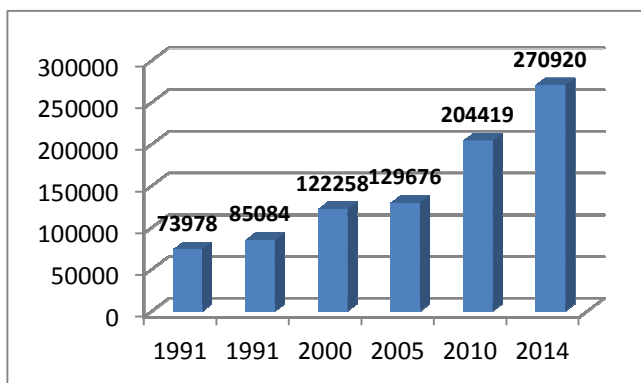
Em se tratando das culturas de inverno, a região apresenta o trigo e a aveia como as principais. A cultura do trigo, diferentemente da soja, apresenta variações significativas em termos de sua área colhida. Nos últimos anos, as variações são grandes de ano a ano.

A cultura da aveia, com fins de forragem ou alimentação humana, é a que vem conquistando a maior área nas últimas décadas. Uma especializada cadeia de produção de sementes, serviços de assistência técnica específica e, principalmente, de processamento, vem se desenvolvendo na região. Entende-se que a atividade merece um melhor olhar por parte das entidades que atuam na área agrícola.

Ainda, em se tratando de culturas de inverno, a cultura da canola e o nabo forrageiro vem se apresentando como alternativa nas temporadas de inverno. A canola, como alternativa econômica à cultura do trigo, serve como forma de rotação de culturas. Da mesma maneira, o nabo forrageiro tem sido largamente utilizado como cultura de cobertura de solo e incorporação de nitrogênio.

Em se tratando de agropecuária regional, a produção leiteira vem se destacando como a que mais cresce na região. Tal crescimento apresenta o total de leite produzido na região de 1991 a 2014.

Gráfico 2 – Produção de Leite 1991 a 2014 (em mil litros)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2016.

O que se pode perceber é que o maior crescimento se apresenta a partir do ano de 2005. Em nove anos a produção aumenta 108%, ou seja, mais do que dobra. Acompanhando os dados apresentados pela Emater, indústrias do setor e outras instituições, o ritmo de crescimento médio vem aumentando nos anos de 2015 e 2016.

Há de se considerar alguns elementos importantes no modelo de produção que ora vem sendo constituído na região.

O primeiro aspecto a ser considerado é o volume de investimentos que se observa na grande região compreendida como a Região Funcional 7 do Fórum dos Coredes. Grandes empresas vêm criando estruturas de processamento de leite. Cálculos iniciais demonstram que, a partir de 2017, a região terá uma capacidade de processamento de mais de cinco milhões de litros de leite ao dia.

Uma das características deste modelo é a concentração da produção em nível de propriedade. Exemplo disso é o aumento do número de propriedades com produção de mais de mil litros dia e o desaparecimento dos estabelecimentos com produções com volumes inferiores a 200 litros dia.

Esta situação apresenta dois aspectos importantes. O primeiro deles é a consolidação da região como uma das principais regiões produtoras de leite do Brasil. De outra parte, tem se apresentado excludente à medida que os estabelecimentos menores não se apresentam competitivo e acaba saindo da atividade, acarretando, desta forma, a desistência de um grande número de produtores. Esta situação apresenta o risco de problemas sociais em futuro próximo.

3.6.2 Setor Industrial

A indústria, nas economias capitalistas, é considerada um dos setores mais importantes na economia. Sua capacidade de agregação de valor, integração setorial e reciclável são considerados importantes fatores para que governos e empresários lhe dediquem grande importância.

No caso do Corede Norc, a indústria representa a grande importância na economia de um município em específico: Panambi. Sua importância é da ordem de 44,2% no valor adicionado bruto. Panambi, juntamente com Condor, caracteriza-se por ser o principal polo de produção de equipamentos pós-colheita do Brasil. Além disso, observa-se grande número de empresas sistemistas de outras indústrias da área do agronegócio e da indústria automobilística. De forma geral pode se afirmar que a predominância é da indústria metalmeccânica.

Outro município em que a indústria tem importância em se tratando de valor agregado é Ijuí, apesar não ser da mesma importância para a sua própria economia, representa 56% do valor adicionado de Panambi.

O diferencial de Ijuí reside na diversidade industrial. Além da metalmeccânica, a indústria alimentícia e de tecnologia se fazem presentes.

Somados, Panambi e Ijuí representam 68% da indústria regional. O restante da indústria regional é representado, principalmente, pela indústria metalmeccânica e pelas agroindústrias. Dentre elas, um significativo número de agroindústrias familiares devidamente legalizadas.

De um ponto de vista institucional, a região possui uma boa estrutura de apoio: cursos de formação nas mais diferentes áreas, duas importantes unidades do Senai e Sesi dentre outros.

Um dos destaques é a existência, ou não, de distritos industriais. Grande parte dos municípios da região não tem distritos industriais legalizados. Esta questão vem sendo reivindicada pelo setor industrial da região.

Outros aspectos importantes apontados pelo setor é a necessidade de melhorias de infraestrutura de acessos aos estabelecimentos e nos sistemas de comunicação.

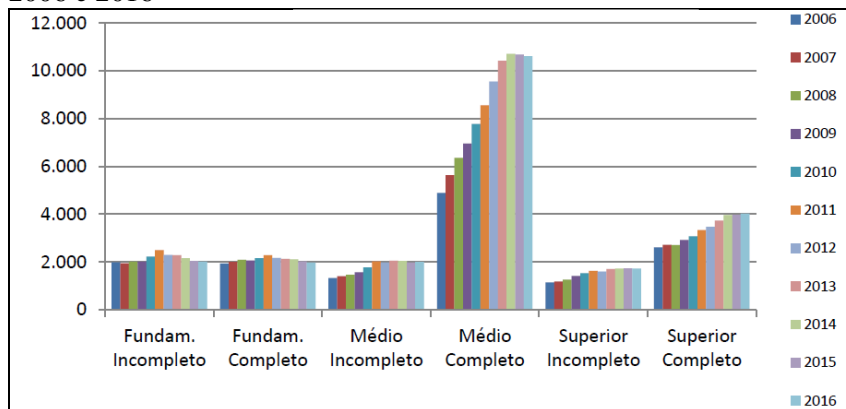
3.6.3 Setor de Serviços

O setor de comércio e serviços, assim como no restante do Estado, é o setor de maior importância na formação do valor adicionado.

Chama a atenção sua importância para o município de Ijuí: 79% no valor adicionado. Isto se dá em razão das estruturas de educação, saúde e transporte presentes no município. De certa forma, este município caracteriza-se como um polo de serviços regional.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o maior contingente de empregados deste município está na área de serviços. Esta constatação óbvia adquire relevância à medida que se verifica o grau de instrução dos empregados no município. A ampla maioria é composta por pessoas que possuem Ensino Médio completo. O Gráfico a seguir ilustra esta situação.

Gráfico 3 – Evolução do emprego por grau de instrução em Ijuí entre 2006 e 2016



Fonte: MTE/Rais e Caged.

Outro aspecto relevante é a presença de grande número de empregados com curso superior completo. Estas duas situações são diferenciadoras importantes no que diz respeito ao tema que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina de emprego decente. Historicamente, empregados com maior grau de instrução percebem remunerações maiores, aumentando, desta forma, a renda *per capita* média do município.

3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) estão distribuídos, atualmente, em nove Regiões Funcionais de Planejamento (RFP). Esta regionalização é utilizada como instância de elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Estado. O Corede Noroeste Colonial pertence à RFP7, que abrange outros três Coredes: Celeiro; Missões e Fronteira Noroeste.

No âmbito dos municípios destacam-se os Conselhos Gestores de políticas públicas, que contribuem para a ampliação da participação democrática da população na formulação e execução das políticas públicas e para o controle social.

Além de Conselhos Setoriais, que estão presentes em boa parte dos municípios do Corede Norc, existem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), que agregam todas as reivindicações e demandas dos cidadãos e estão presentes nos 11 municípios.

Entre os anos de 2003 e 2013 o governo federal brasileiro instituiu a política pública de desenvolvimento territorial denominada Programa Territórios da Cidadania, e o Corede Noroeste Colonial pertencia ao Território da Cidadania Noroeste Colonial (TCNorc). O TCNorc, por sua vez, abrangia o Corede Noroeste Colonial e o Corede Celeiro.

As estruturas apresentadas se constituíram, nos últimos anos, como instâncias de planejamento do desenvolvimento territorial. Uma das problemáticas apontadas é que, além de duplicarem esforços ao envolverem áreas setoriais, conselhos deliberativos e assembleias públicas para as tomadas de decisão coletivas, tais entidades não dialogaram ao longo de sua trajetória.

Há, ainda, outras divisões governamentais setoriais, como a 36ª Coordenadoria Regional de Educação e a 17ª Coordenadoria Regional de Ijuí, que se localizam em Ijuí, e abrangem parcialmente os municípios do Corede Norc. Na área da segurança pública, há o 12º Corpo de Bombeiros de Ijuí (CRB) e a 26ª Regional do Departamento de Política, entre outras entidades.

Além disso, Ijuí e Panambi abrigam sedes de entidades que atendem a região. Há subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE). Ademais, há uma variedade de cooperativas que atua na região, e as sedes também se localizam nestes municípios.

O Quadro 2 lista as cooperativas por ramo no Corede Noroeste Colonial em 2016, e a área de atuação destas cooperativas abrange todos os municípios. Destacam-se as que atuam no ramo agropecuário, na área da saúde, na área de crédito, na área de infraestrutura e na área de transportes.

Quadro 2 – Cooperativas, por ramo, no Corede Noroeste Colonial em 2016

Cooperativa	Sede	Região	Ramo
Cotrijuí	Ijuí	Nordeste	Agropecuário
Unimed Noroeste	Ijuí	Nordeste	Saúde
Sicredi das Culturas	Ijuí	Norte e Médio Alto Jacuí	Crédito
Ceriluz	Ijuí	Nordeste	Infraestrutura
Unicred Ijuí	Ijuí	Norte e Médio Alto Jacuí	Crédito
Cotracar	Ijuí	Norte e Médio Alto Jacuí	Transporte
Cotripal	Panambi	Nordeste	Agropecuário
Cotrapal	Panambi	Nordeste	Transporte
Frutipan	Panambi	Norte e Médio Alto Jacuí	Agropecuário

O Quadro 2 mostra que, entre os 11 municípios, atuam os seguintes movimentos sociais: Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

Quadro 3 – Relação dos Sindicatos e dos Movimentos Sociais no Corede Noroeste Colonial

Municípios	STR	SR	MPA	MMC	MMTR	MTST	MAB	MST	Total
Ajuricaba	X	X			X				3
Augusto Pestana	X								1
Bozano	X								1
Catuípe	X	x						x	3
Coronel Barros	X								1
Condor	X	x							2
Ijuí	X	x						x	3
Joia	X	x					X	x	4
Nova Ramada	X								1
Panambi	X	x		x				x	4
Pejuçara	X	x							2

Fonte: Sites dos sindicatos e informações orais – 2009/2011 (Deckert, 2012).

Além dos Movimentos Sociais supralistados, é importante destacar que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e os Sindicatos Rurais (SR) possuem uma trajetória junto aos agricultores.

4. MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

4.1 Matrizes por Dimensões

COMISSÃO SETORIAL EDUCAÇÃO	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	Recursos humanos: há profissionais qualificados atuando na educação, com Especialização, Mestrado e Doutorado.
2	Três níveis de ensino e escolas técnicas, com número de vagas adequado às necessidades da região.
3	Boa remuneração de docentes em alguns municípios.
4	Iniciativas promissoras na oferta de educação continuada.
5	Programa Jovem Aprendiz e outras políticas de incentivo do governo federal contribuíram para a melhoria da infraestrutura nas escolas e da formação continuada dos docentes.
6	Oportunidade de obrigatoriedade de ingresso aos 4 anos de idade.
7	A municipalização da educação infantil possibilitou que o Estado e o município pudessem focar na qualidade de ensino.
8	Casa Familiar Rural – Catuípe: mesmo sendo uma escola da rede privada de ensino e não constando na estrutura nem do Estado nem do município, a Casa Familiar Rural possui grande importância na área do ensino na região pela infraestrutura e pelo trabalho pedagógico desenvolvido voltado à agricultura familiar e à valorização dos trabalhadores do campo. Ainda, merece registro que a Casa conta com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Administrações Municipais e de empreendimentos cooperativados.
9	Fortalecimento da educação no campo por meio da realização do Seminário integrado com outras Coordenadorias Regionais e com entidades parceiras.
10	Por meio da 36ª CRE, oferecimento de um processo de qualificação do quadro docente por meio de cursos de formação continuada semipresenciais, que comportam, atualmente, 480 professores na região nas distintas áreas do conhecimento, etapas e modalidade de educação básica (<i>moodle</i>). Certificação de 105 horas.

11	Construção de quadras esportivas, em andamento, atendendo necessidades culturais e esportivas das escolas.
12	Recente execução de projetos que entregaram <i>tablets</i> para uso do professor e kits educomunicação para as escolas, este último com recursos aprovados via consulta popular.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Não alcance da totalidade de professores na educação continuada por falta de recursos financeiros que possibilitariam a realização de parcerias com Instituições de Ensino Superior.
2	Aumento crescente de alunos com problemas de autismo e/ou demais síndromes e falta de recursos humanos com conhecimento necessário para um atendimento adequado.
3	Pouca divulgação da escola “Casa Familiar Rural” e falta de incentivo às temáticas como sustentabilidade e responsabilidade socioambiental nas escolas, especialmente por situarem-se em territórios essencialmente rurais.
4	Demanda por bibliotecas interativas, que incentivem os alunos a entrarem em contato com a leitura, que sejam adequadas às modernas configurações tecnológicas.
5	Pouca divulgação da escola “Casa Familiar Rural” e falta de incentivo às temáticas como sustentabilidade e responsabilidade socioambiental nas escolas, especialmente por situarem-se em territórios essencialmente rurais.
6	Falta de estímulo à publicação e ao relato de experiências escolares bem-sucedidas.
7	Infraestrutura não é compatível com a demanda por tecnologia nas escolas, pois muitas ainda não têm acesso à Internet. Além disso, as escolas trabalham com o sistema Linux, sendo este incompatível com o conhecimento que têm os professores e com o que os alunos estão habituados.
8	Repensar a Educação de Jovens e Adultos, pois há idades incompatíveis na sala de aula.
9	Necessidade de fortalecer o Instituto Federal Farroupilha de Ijuí; estabelecer o Polo Presencial UAB em Ijuí; instituir Polos do Instituto Federal Farroupilha e/ou UAB em outros municípios da regional.

COMISSÃO SETORIAL SAÚDE	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	Ijuí configura-se como um polo regional de saúde, em atendimentos simples e em atendimentos de alta complexidade, tanto para usuários de planos de saúde privado quanto para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).
2	A região tem infraestrutura em saúde, desde hospitais e centros de diagnóstico até laboratórios de análises clínicas.
3	Todos os municípios têm, de forma estruturada, o atendimento básico à saúde e registraram, nos últimos anos, a disponibilidade de mais profissionais da saúde, especialmente de mais médicos.
4	Há políticas nacionais de redes de atenção à gestante, ao idoso, de urgência, etc.
5	Há iniciativas locais promissoras na rede de atendimento à saúde mental, por meio de intercâmbio entre profissionais e do trabalho integrado entre as diferentes áreas da saúde (enfermagem, psicologia, medicina).
6	O Departamento de Atenção Básica, ligado ao Ministério da Saúde, desenvolveu uma plataforma <i>on-line</i> para facilitar a gestão da informação, e-SUS, para ampliar a qualidade do atendimento ao cidadão.
7	Os Agentes Comunitários de Saúde receberam <i>tablets</i> , o que possibilita dinamizar as atividades de campo destes profissionais.
8	De acordo com as variáveis do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), da Fundação Economia Estatística (FEE Dados), a região é uma das melhores para se viver no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente pela qualidade de vida.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	As Unidades Básicas de Saúde possuem uma infraestrutura de informática limitada, pois, além de faltar equipamentos, a Internet não é disponível para todos os estabelecimentos.
2	O e-SUS não foi estabelecido nos municípios, pois a informatização e a conectividade são limitadas nas Unidades Básicas de Saúde e os profissionais não foram treinados adequadamente para a efetivação desta estratégia.
3	Como consequência do não estabelecimento adequada do e-SUS,

	não há um sistema de informações eficiente que disponibilize em todas as instâncias dados do paciente, o que gera um aumento de custos por paciente.
4	Embora os recursos em saúde aplicados na região sejam abundantes, não há um controle sobre a resolutividade dos problemas.
5	A longevidade e o aumento de idosos demandam o aprimoramento da atenção básica à terceira idade por meio de um conjunto articulado de ações e a capacitação de mais profissionais na área de geriatria (enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, médicos, etc.).
6	Os <i>tablets</i> distribuídos entre os Agentes Comunitários de Saúde possuem sistema <i>Android</i> que é incompatível com o software do e-SUS. Além disso, não houve um treinamento para estes profissionais para a utilização dos equipamentos, de modo que eles não estão sendo utilizados.
7	Urgência no fomento de estudos e debates sobre possíveis relações entre a incidência de determinados tipos de câncer e o aumento do uso de agrotóxicos nas lavouras.
8	O bom funcionamento do Sistema Único de Saúde ainda está ligado ao comportamento individual dos funcionários públicos.
9	Necessidade de revisar e ampliar os investimentos nas redes de atenção básica, como o atendimento a deficientes, aos idosos, às gestantes, entre outras demandas mais específicas e também à rede de urgência e emergência.

COMISSÃO SETORIAL INCLUSÃO SOCIAL	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	A recente criação política nacional de assistência social possibilitou a conjunção de esforços no âmbito dos municípios para a proteção à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.
2	Houve aumento de profissionais capacitados para atuar na formulação e efetivação de políticas de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia da cidadania.
3	Os municípios têm o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), duas unidades públicas que atuam com foco em pessoas em situações vulneráveis e de risco social.
4	Há iniciativas promissoras no âmbito da sociedade civil que visam a incluir socialmente as crianças por meio do esporte, como é o caso do projeto Genoma Colorado.
5	Nos últimos anos os temas sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência têm ganhado mais visibilidade nos diferentes espaços da sociedade.
6	As políticas nacionais de redução da pobreza resultaram na diminuição considerável da desnutrição infantil e na melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres.
7	Há iniciativas promissoras na construção de casas populares, resolvendo, em partes, a falta de moradia para as camadas sociais menos privilegiadas.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Lacuna nos programas de assistência às pessoas com deficiência: entre os 19 e 49 anos o sujeito não tem acesso a um centro de acolhimento, de modo que os municípios precisam, em alguns casos, transferir essas pessoas para outras cidades maiores que contam com essa infraestrutura.
2	Uso desenfreado de drogas que independe de gênero e/ou faixa etária.
3	Após a reabilitação dos usuários dependentes químicos, uma das maiores dificuldades é a inclusão destas pessoas no mercado de

	trabalho. Há a necessidade de criação de parcerias para a formação e capacitação dessas pessoas e de acolhimento nas empresas locais.
4	Embora exista uma política nacional de assistência social, bem como profissionais capacitados, os municípios ainda atendem demandas pontuais e têm dificuldades para criar estratégias de longo prazo. Além disso, não há um capital social em torno dos problemas relacionados às desigualdades sociais e econômicas, bem como não há compreensão efetiva sobre os problemas enfrentados no âmbito da assistência social, dificultando a harmonia público-privada para o enfrentamento dos problemas.
5	Persistência de problemas como a violência contra a mulher e violência entre os jovens – aumentar o número de delegacias para a mulher.
6	Há ainda pessoas que vivem em casas de madeira ou com um número de habitantes muito superior ao número de cômodos da moradia.
7	O aumento das taxas de desemprego entre a população com menos qualificação profissional, sobretudo em cidades-polo, como Ijuí e Panambi, leva ao retorno destas pessoas as suas cidades, que são menores e não oferecem alternativas adequadas de inserção profissional, ocasionando o aumento dos índices de criminalidade.
8	A precariedade de informações sobre o processo de inclusão social necessita ser trabalhada para publicização, gerando, assim, capital social, indispensável para a superação de preconceitos em relação às políticas sociais, orientando os cidadãos e formando um melhor entendimento sobre a realidade social dos municípios.

COMISSÃO SETORIAL SEGURANÇA	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	A formulação e execução de políticas de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia da cidadania, como o Programa Federal Bolsa Família, impactou na diminuição de furtos de roupas e comida.
2	A sanção do novo Plano Nacional de Educação, em 2014, que, entre outras prioridades, estabeleceu a oferta de escolas em turno integral, possibilitou que crianças e adolescentes permanecessem mais tempo na escola e ficassem menos expostos à criminalidade.
3	Há iniciativas importantes, como a instalação de sistema de videomonitoramento em Ijuí, que inaugurou o funcionamento de oito câmeras. A Unijuí também tem uma iniciativa como esta em andamento.
4	Houve uma considerável melhora nos indicadores criminais, furtos de veículos, homicídio doloso e roubos. Em parte, isso se deve ao trabalho da polícia, que, recentemente, prendeu algumas quadrilhas, e também ao fato de que os veículos possuem mais tecnologia.
5	A questão da segurança pública tem ganhado visibilidade nos diferentes espaços da sociedade, e há uma compreensão por parte dos cidadãos sobre a importância da resolutividade por meio de importantes reformas políticas.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Há defasagem de efetivos nas Delegacias de Polícia e nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, ou seja, não há o mínimo estimado de agentes policiais para operacionalização de uma Delegacia de Polícia.
2	O crescimento de assaltos a bancos e os problemas relacionados ao tráfico de drogas demandam mais investimentos em sistemas de videomonitoramento.
3	Não há um programa de renovação da frota de veículos em longo prazo para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, sendo a busca por este recurso uma batalha permanente. Além disso, os

	prédios têm uma série de limitações e demandam melhorias em termos de infraestrutura.
4	É necessário investir em campanhas que promovam uma mudança cultural, pois as pessoas têm hábitos que as colocam em vulnerabilidade em relação à violência.
5	O 12º Corpo de Bombeiros (Ijuí) possui um terreno, mas não tem recursos financeiros para a construção de um prédio que possibilitaria pôr em prática um projeto que visa a contratar estagiários na área de Engenharia Civil, o que facilitaria a execução de projetos que beneficiariam toda a região.
6	Incentivar a criação de políticas de prevenção efetivas, focadas na atenção à juventude e aos grupos sociais vulneráveis, e na prevenção e combate da violência contra a mulher.
7	É preciso evoluir em questões que são, basicamente, responsabilidade do Estado: reforma das polícias e estabelecimento de uma carreira única; reestruturação do ensino policial; processamento e responsabilização criminal dos autores de crimes violentos intencionais; revisão da política de drogas que superlota presídios e fortalece as facções criminais; mais transparência para a gestão da segurança.

COMISSÃO SETORIAL AGRICULTURA	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	A crise da produção de soja e de trigo que afetou a região há cerca de 40 anos motivou profissionais da área agropecuária a buscarem por novas alternativas, levando-os à descoberta da vocação leiteira da região. Este trabalho, que foi intenso e envolveu uma série de atores sociais, fez com que a região se consolidasse como um polo leiteiro.
2	Atualmente a economia de muitas famílias da região é sustentada pelos lucros do leite, além de uma série de empresas privadas que se estabeleceram e expandiram seus negócios, possibilitando a geração de emprego e de renda à população.
3	O Programa em Rede de Pesquisa – Desenvolvimento em Sistemas de Produção com Atividade Leiteira na Região Noroeste do Rio Grande do Sul – envolve as seguintes instituições: Associação Gaúcha de Empreendimentos Lácteos (Agel), Emater Ascar/RS, Embrapa Pecuária Sul, Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto, Unijuí, Unicruz, UFSM, Fepagro, Embrapa Clima Temperado e Cooperfamiliar.
4	Há uma diversidade de empresas que atua na área do leite e que possui interesse em expandir os negócios, desde a produção de lácteos até as melhorias técnicas de produção, de genética, etc. Esta receita contribui para a economia das famílias e para o aumento de receita do poder público.
5	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliado em 2009, tem por objetivo fornecer produtos da agricultura familiar para a merenda escolar no âmbito dos Estados e dos municípios, e isso pode ser considerado um potencial econômico para produção em escala e melhoria de renda para pequenas propriedades familiares.
6	A estrutura fundiária da região é composta, em sua maioria, por estabelecimentos agropecuários de até 50 hectares, ou seja, as terras são bem-distribuídas.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Dificuldade de legalização das agroindústrias e ações fiscalizatórias que dificultam a ampliação da atividade da

	agricultura familiar.
2	Falta de programas associativos para formar e prestar serviços de mão de obra especializada para atender no meio rural.
3	A cadeia produtiva do leite em grande escala, por vezes, pode elevar o custo de produção e isso se reflete no aumento do preço dos produtos para o consumidor final.
4	O setor de lácteos pouco desenvolve produtos com valor agregado.
5	Precariedade na infraestrutura do meio rural: estradas não asfaltadas e acesso limitado à internet e à telefonia móvel.
6	Há necessidade de incentivar a comissão setorial da agricultura do Corede para potencializar o Programa Rede de Leite.
7	O atual modelo de produção agrícola favorece a concentração de renda. É necessário, portanto, criar uma solução para a exclusão social da agricultura familiar, para que possam produzir em escala hortaliças e/ou alternativas, evitando que famílias migrem para as cidades e vivam em condições sociais precárias.

COMISSÃO SETORIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	A importância estratégica da BR 285 para municípios como Coronel Barros, Ijuí, Pejuçara, Panambi e Condor. Há uma infraestrutura considerável para o atendimento à logística.
2	Em 2010, a região tinha 697 Microempresas Individuais (MEIs). Em 2015 este número se multiplicou, chegando a 6.097.
3	O setor de serviços tem uma relevante contribuição para a economia da região e as pequenas empresas contribuem com a geração de 42,80% de empregos.
4	As mulheres conquistaram, nos últimos anos, mais espaço no mercado de trabalho.
5	Há importantes ações da Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica – Criatec – que tem por missão alavancar o empreendedorismo e a inovação na área de atuação da Unijuí, como, por exemplo, a Olimpíada Empreendedora.
6	Os municípios organizam feiras industriais e comerciais que possibilitam a realização de importantes negócios na região e a movimentação de um volume financeiro considerável.
7	Iniciativa promissora do Sindilojas de Ijuí, com o desenvolvimento de um sistema para o <i>e-commerce</i> .
8	A região possui diversos potenciais, como a presença de diferentes etnias, a localização geográfica, etc.
9	A criação do Simples Nacional, política federal que possibilita uma redução significativa de impostos, contribuiu para a melhoria da <i>performance</i> empresarial.
10	As Associações Comerciais e Industriais (ACIs) e os Sindilojas estão desafiados a exercer a prática do diálogo e de intercâmbio, desenvolvendo iniciativas empreendedoras.
11	A região tem um potencial para o turismo de eventos que pode ser mais bem explorado pelos diversos segmentos da sociedade, desde o comércio local, como lojas, até restaurantes, que podem ampliar a oferta gastronômica, atraindo visitantes de outros municípios e/ou regiões.

Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Diante do crescimento de Microempreendedores Individuais na região, verifica-se a falta de políticas de apoio e suporte que consolide estes empreendimentos.
2	Necessidade de incentivar o comportamento empreendedor, especialmente entre os jovens, que atualmente preferem atuar como empregados ao invés de abrir o próprio negócio, o que os possibilitaria gerar mais oportunidades de emprego e renda.
3	Necessidade de estimular as Associações Comerciais e Industriais a desenvolver parcerias e ações associativas que venham a contribuir com o coletivo.
4	Embora as universidades da região realizem importantes pesquisas, como boletins de emprego, estudos de comportamento de compra e outros tipos de pesquisas de mercado, é fundamental que se conjuguem esforços para que as empresas desenvolvam e/ou tenham acesso a um Sistema de Inteligência de Mercado que viabilize, permanentemente, indicadores confiáveis para o processo decisório.
5	Baixos investimentos públicos e privados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

COMISSÃO SETORIAL INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA	
Forças ou Potencialidades da Região	
N	Descrição
1	Houve, nos últimos anos, uma redução considerável de lixo a céu aberto, e cerca de 80% dos domicílios nos municípios possuem coleta de lixo.
2	A região recebeu, de 2010 a 2015, repasses significativos do governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal (FGTS), para a construção ou aquisição de imóveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis e para o aquecimento da economia via construção civil.
3	Políticas públicas federais introduzidas de 2008 a 2013, viabilizaram a pavimentação asfáltica e melhorias na infraestrutura, como iluminação pública e pavimentações de ruas e bairros, no âmbito dos municípios. Além disso, houve um considerável incremento nos repasses para a aquisição de maquinários, especialmente para municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania.
4	Houve um crescimento significativo de rádios comunitárias nos municípios, ampliando a pluralidade de informações locais que circulam entre os cidadãos. Ademais, municípios menores possuem rádios tradicionais e jornais impressos, além da transmissão de emissoras de TV regionais.
5	Há uma importante cultura cooperativista na região, o que fortalece as relações institucionais e a busca por soluções de problemas coletivamente. Associações e sindicatos também figuram como importantes atores sociais.
6	Houve, na última década, um aumento significativo na oferta de energia elétrica, com o surgimento da Eletrosul e das distribuidoras.
7	Iniciativas da Coprel e da Ceriluz de instalação de cabos de fibra óptica para viabilizar Internet no meio rural.
Fraquezas ou Fragilidades da Região	
1	Mesmo com a ampliação da oferta de energia elétrica, a falta de uma rede trifásica em propriedades em que predomina a agricultura familiar, inviabiliza a inserção destes sujeitos em

	determinadas cadeias produtivas que demandam mais energia.
2	As Estações Rádio Base (ERBs) das empresas de telefonia móvel, instaladas estrategicamente em pontos mais altos das cidades, atendem determinados aglomerados populacionais, de modo que, em localidades mais afastadas, especialmente de municípios menores, não há condições aceitáveis de comunicação via telefone celular.
3	Embora seja possível investir em internet no meio rural com a instalação de antenas via rádio, há muitas localidades que ainda não contam com esse tipo de serviço. A instalação de uma rede de fibra ótica no meio rural (tipo de serviço ideal) ainda é restrita a algumas localidades dos municípios de Ijuí e Panambi.
4	O município de Nova Ramada não possui acesso asfáltico.
5	Todo o lixo produzido pela região é recebido por uma única empresa em Giruá – RS, detentora de um aterro sanitário. Há a necessidade de estabelecer concessões para empresas privadas que atuam no Noroeste Colonial, contribuindo para qualificar a seleção de lixo, transformando-a num negócio rentável.
6	A lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre as diretrizes relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e às responsabilidades dos geradores de resíduos e do poder público, não foi aplicada no âmbito dos municípios do Corede Norc.
7	Os materiais recolhidos pelos Ecopontos são encaminhados a uma empresa privada de Porto Alegre. Há, neste sentido, uma oportunidade mal explorada em relação aos resíduos recicláveis, que poderia ser transformada em oportunidade econômica.
8	Cerca de 90% de domicílios com banheiro ou sanitário são ligados por uma fossa séptica, não sendo um serviço público, mas um dispositivo instalado na propriedade, que é particular. Apenas 3,43% dos domicílios são ligados a uma rede pública de esgoto, e 3,18% constitui a porcentagem de esgoto a céu aberto.
9	As rádios comunitárias enfrentam dificuldades financeiras para a capacitação dos profissionais que atuam, muitas vezes, de forma voluntária e para a aquisição de novos equipamentos, etc.
10	Necessidade de melhorar o serviço público, promovendo seminários e encontros de formação para servidores.

5. MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (PEDPR)

Decorrente do conjunto de atividades realizadas durante o processo de planejamento, as principais questões que emergiram foram as que seguem:

5.1 Setorial Educação

- Programas de formação continuada voltados aos professores do Ensino Médio e Fundamental. A principal temática levantada é relativa ao tema da inclusão.
- Retorno a programas de formação com ênfase ao meio rural.
- Modernização de bibliotecas, votadas à questão da interatividade.
- Incentivo à produção científica dos docentes.
- Melhoria da infraestrutura de internet nas escolas.

5.2 Setorial Saúde

- Implementação e consolidação do e-SUS.
- Ampliação dos programas de saúde do idoso.
- Aprofundar pesquisas e estudos relacionados ao câncer x agrotóxicos.

5.3 Setorial Assistência e Inclusão Social

- Programas de acolhimento e atendimento de pessoas entre 19 e 49 anos.
- Ampliação da rede proteção à mulher no combate à violência contra a mulher.
- Ações e programas educacionais visando à redução da discriminação nos seus mais distintos aspectos.

5.4 Setorial Segurança

- Aumento do efetivo da Brigada Militar e Polícia Civil.
- Expansão dos serviços de videomonitoramento.
- Melhorias na infraestrutura do Corpo de Bombeiros.

5.5 Setorial Agricultura

- Programas de formação de pessoas com vistas à mão de obra especializada (nível intermediário).
- Melhoria na infraestrutura de energia e comunicações no meio rural.
- Potencializar a cadeia do leite.

5.6 Setorial Indústria e Comércio

- Criação de programas de apoio ao microempreendedor individual.
- Ampliar parcerias em nível intra e interinstitucional.
- Fortalecer o turismo de eventos.

5.7 Setorial Infraestrutura e Gestão Pública

- Ampliação da rede de cobertura de comunicações (internet e celular).
- Garantir o acesso asfáltico ao município de Nova Ramada.
- Intensificação de processos de reciclagem e ampliação dos investimentos em reciclagem.

6. MACROESTRATÉGIAS

A elaboração do Plano Estratégico obedeceu à etapa da realização de um Diagnóstico Socioeconômico que proporciona uma visão ampla da realidade regional. O diagnóstico serviu como fundamentação para a indicação das estratégias norteadoras do desenvolvimento da região, apontando com clareza que nos 11 municípios o agronegócio é o grande gerador da riqueza regional.

A exceção de dois municípios (Ijuí e Panambi) que têm a presença maior dos serviços e da indústria, o restante apresenta a agropecuária como principal atividade econômica. As culturas tradicionais (soja, trigo, milho e aveia) seguem sua trajetória consolidada. A grande novidade são os investimentos no setor leiteiro. Em razão dos investimentos em processamento observados na macrorregião, evidencia-se, em um futuro próximo, grande aumento na produção leiteira regional.

Esta realidade leva à necessidade de garantir a presença e sobrevivência dos estabelecimentos de economia familiar no meio rural. A sucessão e formação de pessoas neste meio são desafios evidenciados no diagnóstico e nas reuniões setoriais realizadas no processo de planejamento. Também, em outras áreas, emergiram as questões relativas à formação de professores, qualificação de mão de obra, qualificação dos distritos industriais e a melhoria da infraestrutura. O diagnóstico ainda apontou as questões já presentes em planos anteriores. Salientam-se os aspectos relativos à saúde e segurança como relevância à qualidade de vida regional.

Diante do exposto, definiram-se as seguintes macroestratégias para a região do Corede Noroeste Colonial:

6.1 Área Social

- Criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança, educação.
- Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.
- Criar espaços públicos para o pleno acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer para crianças, jovens, adultos e terceira idade.

6.2 Área Econômica

- Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
- Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.
- Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

6.3 Área Infraestrutural e Gestão Pública

- Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
- Promover a eficiência, o controle social e a agilidade na gestão pública, e, por consequência, obter melhoria nos serviços públicos.

7. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

7.1 Visão

- Tornar-se uma região inovadora, empreendedora, que promova o desenvolvimento territorial sustentável e que ofereça qualidade de vida para todos os cidadãos e cidadãs.

7.2 Vocações

- Cadeia produtiva do leite.
- Prestação de serviços nas áreas educacionais e saúde.
- Potencial nas indústrias metalmeccânica e alimentícia.
- Produção de grãos carnes.

7.3 Valores

- Inovação, empreendedorismo, desenvolvimento territorial sustentável, qualidade de vida, respeito, solidariedade, cooperação, justiça social e inclusão.

8. PROPOSTAS PRIORITÁRIAS DA REGIÃO FUNCIONAL 7

1. Estratégias integradas e cooperadas para a estabelecimento das prioridades dos Planos Estratégicos Regionais, promovendo o fortalecimento das instituições, das estruturas de governança (Coredes, Comudes e outros) e da promoção do desenvolvimento sustentável da região.
2. Fortalecer e desenvolver programas de fomento, capacitação e integração do empreendedorismo, por meio de redes de cooperação (horizontais e verticais) de empresas (clusters-arranjos).
3. Fomentar a criação de um Centro Vocacional de Tecnologia e Inovação e a constituição de um Parque Tecnológico no Noroeste Gaúcho, com estrutura e localização disseminada e interinstitucional.
4. Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries)
5. Investimento nas fontes de produção energética: exemplos das Hidroelétricas, Pequenas Centrais Hidroelétricas-PCHs e a produção de Bioenergias – renováveis (etanol e biodiesel).
6. Incentivo às cadeias produtivas: alimentos/agronegócios/agroindustrialização – leite, suínos, grãos, hortigranjeiros, fruticultura, agricultura familiar, metalmecânica, madeireiro-moveleiro, confecções e turismo.
7. Qualificação da infraestrutura viária:
 - a. Acessos asfaltados às sedes de todos os municípios da RF-7.
 - b. Pontes internacionais sobre o Rio Uruguai com Argentina e a habitação alfandegária dos que ainda não o possuem: Porto Mauá, Porto Xavier e Porto Soberbo. Ponte Interestadual entre Guarita/RS e Itapiranga/SC.
 - c. Ampliação e qualificação do transporte ferroviário, com a criação da Ferrosul.

- d. Qualificação do transporte aéreo e investimentos tecnológicos e de infraestrutura nos aeroportos de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Horizontina e Campo Novo.
 - e. Transporte hidroviário: abrangendo a Bacia do Prata (Rio Paraná, Porto de Sant'ana, Misiones e Argentina).
8. Qualificação do turismo, com destaque às rotas turísticas das Missões, do Yucumã e do Rio Uruguai; apoio aos potenciais turísticos do Santuário dos Mártires do Alto Uruguai e outros. Valorização e preservação das identidades históricas/socioculturais e ambientais da região.
 9. Ampliar investimentos na educação, ciência e tecnologia, educação técnico-profissional e superior, valorização das instituições comunitárias e políticas de integração entre Estado/Universidade/Empresas/Comunidade.
 10. Fundo Estadual para Emergências, para atenuar os impactos causados pelas oscilações climáticas, com a expansão dos projetos de irrigação e fomento às atividades compatíveis com novos fenômenos agroclimáticos.
 11. Programa Permanente de Recuperação e Preservação do Meio Ambiente, com ênfase aos projetos de saneamento, águas fluviais, matas ciliares, entre outros.
 12. Fortalecimento e qualificação dos sistemas e programas na área da saúde, com investimentos tecnológicos e serviços de média e alta complexidade na região, e construção de hospitais federais na região.
 13. Fortalecimento das políticas públicas de segurança, com combate à criminalidade, tráfico de drogas, descaminhos e outros ilícitos na região de fronteira, investimentos tecnológicos e de infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos.

9. CARTEIRA DE PROJETOS

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Educação

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada de Gestores e Professores das Escolas da Educação Básica da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação/RS.
Localização: Escolas da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.320.000,00
Duração do projeto: 2017 a 2027 (120 meses)
Responsável: 36ª Coordenadoria Regional de Educação/RS e Instituições de Ensino Superior da Região.
Escopo: A proposta de formação continuada de gestores e professoras das Escolas de Educação Básica da área de abrangência da 36ª CRE/RS tem como principal propósito contribuir no fortalecimento da qualidade da educação pública na região, na perspectiva de efetivação social do direito universal à educação de qualidade científica e social, de reflexão sobre as práticas e formações dos profissionais das escolas estaduais, capazes de assumir, com autonomia, a construção de seu Projeto Pedagógico pautado nas políticas públicas de educação e realidade regional. A proposta deve responder às expectativas e fragilidades detectadas durante o diagnóstico realizado no ano de 2016 pela 36ª Coordenadoria Regional de Educação.
Responsável: 36ª Coordenadoria Estadual de Educação

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover uma educação de qualidade e produzir conhecimentos socialmente necessários para a comunidade escolar.
Justificativa: <p>A importância da integração entre sistema de ensino da Educação Básica e a universidade evidencia-se cada vez mais, uma vez que ambos fomentam suas políticas e práticas pela interlocução que estabelecem entre si e pelo compromisso em buscar práticas educativas que objetivam qualificar as aprendizagens e contribuir na formação de cidadãos qualificados, autônomos e críticos.</p> <p>Diante do processo de universalização e democratização da Educação Básica, das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), da vontade política da 36ª Coordenadoria Regional de Educação em promover uma educação de qualidade, é o momento de o professor se autorizar a também protagonizar sua prática educativa, o que se faz pelo estudo, intercâmbio e aperfeiçoamento da prática docente que já vem desenvolvendo.</p> <p>Há evidências suficientes de que é preciso ousar e transgredir com as propostas prontas e feitas por alguns para outros executarem. Há a necessidade de apostar em uma formação continuada que tenha a experiência/reflexão epistemológica do professor como elemento fundante de novo saber-fazer.</p> <p>Esta proposta de formação continuada pretende proporcionar aos educadores experiências de pesquisa, interlocução, produção, registro e espaços para suas narrativas.</p>
Beneficiários: Gestores, professores e funcionários das Escolas da Educação Básica da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação/RS.
Resultados pretendidos: Promover a educação continuada no âmbito da 36ª CRE; melhorar a qualidade do ensino básico.
Alinhamento Estratégico: Criar condições técnicas e infraestruturas para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança, educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Organizar um grupo de trabalho, por áreas epistêmica e/ou temática e eixos temáticos, formado por docentes de Instituições de Ensino Superior da Região e equipe pedagógica da 36ª CRE, responsáveis pela assessoria aos professores e gestores das Escolas de rede pública estadual da área de abrangência da 36ª CRE.

Meta: 12 horas/mês, envolvendo dez professores de Instituição de Ensino Superior e a equipe pedagógica da 36ª CRE.

Custo: R\$ 6.000,00/mês = 720.000,00

Prazo: 120 meses

Produto 2: Assessorar gestores e docentes das áreas do conhecimento com vistas à ressignificação do processo de avaliação a partir de estudos orientados a distância, exposições e debates presenciais, e desdobramentos para o campo das práticas.

Custo: R\$ 12.000,00/mês = R\$ 1.440.000,00

Meta: 60 horas, sendo 12 horas para a organização do material bibliográfico, interação na plataforma EaD e participação em encontros presenciais; 12 horas para interação presencial com gestores, em dois grupos; 36 horas para a interação presencial com as áreas, divididas entre 4 professores, cada qual em 2 grupos.

Prazo: 120 meses

Produto 3: Construir uma proposta para os anos iniciais do Ensino Fundamental, pautado em um currículo integrado às áreas do conhecimento e campos de experiência

Custo: R\$ 8.000,00/mês = 960.000,00

Meta: 20 horas distribuídas em 5 encontros com a coordenação pedagógica da 36ª CRE, objetivando a construção de uma proposta integrada e integradora para os professores dos anos iniciais a ser instituída pela equipe pedagógica da CRE.

Prazo: 120

<p>Produto 4: Construir a identidade do Curso Normal, enfocando o professor na sociedade contemporânea: identidade, conhecimento e currículo.</p> <p>Custo: R\$ 10.000,00/mês = R\$1.200.000,00</p> <p>Meta: 30 horas, sendo um painel de 4 horas envolvendo 2 docentes e todos os professores que atuam no normal; 1 encontro de 4 horas envolvendo 2 professores; Encontro de trabalho com professores tutores, totalizando 8 horas de trabalho. Assessoria de 2 professores com duração de 10 horas. Um encontro de 4 horas coordenado por 2 professores de Instituição de Ensino Superior, envolvendo todos os professores do curso Normal.</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Professores do curso de Pedagogia de instituição de Ensino Superior; gestores da 36ª Coordenadoria Regional de Educação.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação, Secretaria Estadual da Educação, 36ª Coordenadoria Regional da Educação.</p>
<p>Organizações parceiras: 36ª Coordenadoria Regional de Educação.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Secretaria da Educação</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação; Ministério da Educação
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: aquisição de equipamentos, materiais permanentes: R\$1.320.000,00
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo: R\$ 3.000.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 720.000,00
Produto 2: R\$ 1.440.000,00
Produto 3: R\$ 960.000,00
Produto 4: R\$ 1.200.000,00
Total: R\$ 4.320.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Tempo estimado: 120 meses, sendo: Elaboração do projeto do curso: 4 meses Processo licitatório para contratação de instituição de Ensino Superior: 6 meses Execução do projeto: 110 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infra estruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Saúde

Título: Centro de Referência Regional de Atenção Especializada à Pessoa Idosa
Localização: Sede em Ijuí
Valor total estimado do projeto: R\$ 22.300.000,00
Duração do projeto: 2017 a 2030
Responsável: Secretaria Municipal de Saúde de Ijuí
Escopo: Criar um Centro de Referência Regional Especializado para Pessoas Idosas, para acolhimento, educação em saúde, atendimento multiprofissional e interdisciplinar.
Responsável: Secretaria Municipal de Saúde de Ijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover um envelhecimento ativo, saudável e fortalecer o convívio social e melhores condições de vida e bem-estar. Criar um Serviço de Referência para apoio da Atenção Básica para o cuidado integral à Pessoa Idosa
Justificativa: A Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa, instituída pela Resolução CIB nº 227/05 e atualizada em 2010, tem como objetivo promover o envelhecimento ativo da população gaúcha por meio da melhora da qualidade de vida, aumento da capacidade funcional e autonomia na realização das atividades. Para isso é importante garantir acesso ao cuidado em saúde na rede do SUS, promovendo iniciativas de Atenção Básica a partir das necessidades e demandas dessa população.
Beneficiários: População acima de 60 anos. Total de 34.216 pessoas – censo de 2010.
Resultados pretendidos: Melhoria da qualidade de vida e aumento da autonomia da pessoa idosa, diminuição dos gastos públicos com saúde, medicação, exames e internações hospitalares.

Alinhamento Estratégico: Criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Investimento
Meta: 2 anos
Custo: R\$ 2.000.000,00 Construção e R\$ 500.000,00 equipamentos e materiais
Prazo: 24 meses – janeiro/2018 a dezembro/2019
Produto 2: Custeio
Custo: R\$ 19.800.000,00 (R\$ 150.000,00 mês)
Meta: 11 anos
Prazo: 132 meses – janeiro/2020 a dezembro/2030
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Saúde de Ijuí e Secretaria Municipal de Planejamento de Ijuí.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual da Saúde/17ª CRS e Secretarias Municipais de Saúde dos 20 municípios que compõem o território da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde.
Organizações parceiras: Universidade de Unijuí, Centro de Reabilitação Física e Auditiva, e 17ª Coordenadoria Regional de Saúde.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Saúde
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 22.300.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 22.300.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.500.000,00
Produto 2: R\$ 19.800.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Março de 2017 a dezembro de 2017: Elaboração do projeto para execução
Janeiro de 2018 a dezembro de 2019: Investimentos em obras, materiais e equipamentos
Janeiro de 2020 a dezembro de 2030: Custeio e manutenção

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação de grupo de mergulho, buscas e salvamento da Região Noroeste Colonial.
Localização: 12º Batalhão de Bombeiros Militar, Sediado em Ijuí, na Rua Venâncio Aires, 246, centro.
Valor total estimado do projeto: R\$ 180.000,00
Duração do projeto: 15 anos
Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul
Escopo: <p>O 12º Batalhão de Bombeiros Militar atende aos municípios da Região dos Coredes Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí e Celeiro, nas atividades de busca e salvamentos, prevenção e combate a incêndio e ações de defesa civil.</p> <p>Dentre as ações de buscas e salvamentos são desenvolvidas operações de buscas de pessoas desaparecidas e vítimas de afogamento em rios e lagos. Essa atividade é feita por grupos especializados em salvamento aquático e mergulhadores do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Atualmente, os municípios da região são atendidos pelo grupo de mergulho de Santa Maria e Passo Fundo, havendo uma carência destes serviços na região noroeste e norte do estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>O 12º BBM possui embarcação e todos os equipamentos e ferramentas necessários para estruturar um grupo de mergulho na região, bem como efetivo treinado e capacitado, necessitando apenas a aquisição de um veículo camionete pick-up tracionada que possibilite entrar em terrenos de difícil acesso, reboque de embarcação e bote, com capacidade de conduzir a equipe de resgate e em condições de se deslocar em um tempo razoável em toda a região.</p>

Essa viatura se faz necessária, uma vez que a região é banhada de muitos rios e afluentes, com grande probabilidade de ocorrências de afogamento, salvamentos de pessoas, remoção de fontes de perigos, sendo imprescindível a utilização de uma viatura com estas características.

Atualmente, o Corpo de Bombeiros Militar em Ijuí possui apenas uma camionete Pick-Up marca Toyota bandeirantes ano 1996, repassada em 2005 após muitos anos de uso pelos bombeiros de Porto Alegre, e hoje já não atende mais a demanda.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Atendimento de pessoas vítimas de afogamento, buscas de pessoas desaparecidas em rios, lagos e matas, remoção de fontes de perigos, atuação em ações de defesa civil decorrente de desastres causados pelo homem e causas naturais, como vendavais, alagamentos entre outros.

Reduzir o tempo de espera para início e a efetivação do resgate, bem como a entrega do corpo aos familiares, diminuindo, assim, situações de estresses e constrangimentos.

Resultados pretendidos:

Curto prazo: Estruturar a atividade de buscas e salvamentos envolvendo resgate de pessoas, com atendimento regional. Em curto prazo a comunidade macrorregional (Noroeste Colonial, Celeiro, Missões) estará sendo coberta pelo atendimento da equipe. Em média cerca de 50 ocorrências desta natureza são atendidas por ano.

Médio prazo: Com base nos dados de ocorrências de buscas de pessoas desaparecidas e afogados nas regiões atendidas ao longo de três anos, mais de 150 ocorrências poderão ser registradas.

Em longo prazo: Em cinco anos, além das ocorrências atendidas em torno de 250 ocorrências, a instalação de um Grupo de Mergulho do Corpo de bombeiros Militar vai atrair recursos humanos e financeiros do Estado para a região.

Justificativa:

O projeto será desenvolvido por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, visando a oferecer segurança às pessoas que vivem na macrorregião que abrange os Coredes Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí e Celeiro em razão da ausência da cobertura do serviço de mergulhadores nestas regiões, que possuem uma extensa bacia hídrica formada por diversos rios e lagos suscetíveis a ocorrências desta natureza, como afogamentos, além da necessidade de reforço nas operações que envolvem desastres naturais e aqueles provocados pelo homem.

Esse projeto não se limita em apenas um município, mas, para atender todos os municípios da macrorregião nas ocorrências a que for acionada. A aquisição deste veículo consiste no instrumento básico sobre o qual o Corpo de Bombeiros poderá instrumentalizar o projeto ampliando a atuação por meio de equipamentos que possibilitem o emprego do efetivo no terreno, em operações de longa duração. Além disso, a estruturação de um grupo de mergulhadores no 12º BBM agregará agilidade na execução do salvamento e/ou localização de vítimas, liberando o grupo de salvamento de Passo Fundo ou Santa Maria para atendimento de ocorrências em outras regiões.

Beneficiários: Cidadãos da macrorregião da funcional 7 (Coredes Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões e Celeiro), mais o Corede Alto Jacuí.

Resultados pretendidos: O projeto irá suprir uma lacuna de atendimento especializado em ocorrências de buscas e salvamento em ambiente aquático em municípios em que não há, com um grupo especializado em busca de pessoas desaparecidas, sobretudo em rios e lagos.

Em curto prazo formar pelo menos uma equipe de quatro pessoas para atender à macrorregião e adquirir a pick-up para iniciar as atividades.

Em médio prazo, ou seja, até 2025, ter uma segunda equipe para auxiliar nestas atividades partilhando as ocorrências da macrorregião.

Quando ocorrem afogamentos e desaparecimentos, são acionados grupos de mergulhadores de outras regiões do Estado, o que demanda viagens longas, gerando nos familiares uma sensação de desamparo nestes momentos de grande aflição e sofrimento. Essa situação poderá ser sanada com a destinação de uma camionete que levará os nossos mergulhadores em curto espaço de tempo até o local do desaparecimento, aumentando as chances de encontrar a vítima ou entregar o corpo aos entes queridos com mais agilidade.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: veículo pick-up cabine dupla adaptado para a atividade de buscas e salvamento

1.1 Especificações mínimas:

Veículo camionete pick-up cabine dupla, pintura sólida preferencialmente na cor vermelha:

- Fabricação Nacional e/ou Argentina.
- Zero quilômetro ano e modelo 2016.
- Motor: Turbo intercooler de 2.5 L até 3.2 L.
- Combustível Diesel.
- Cilindradas: 2.500 cm³ até 3.200 cm³.
- Potência mínima: 180 cv.
- Sistema de injeção direta.
- Tração: 4x4 com acionamento eletrônico.
- Diferencial traseiro autoblocante.
- Câmbio de transmissão automático de, no mínimo, 5 marchas à frente e marcha ré.
- Air bag duplo frontal.
- Freios ABS com EBD (Distribuição eletrônica de frenagem).
- Controle eletrônico de estabilidade.
- Faróis de neblina.
- Alarme e controle remoto com keyless.
- Suspensão dianteira independente, mola helicoidal e barra estabilizadora; suspensão traseira eixo rígido com feixes de mola.

- Tampa da caçamba com chave.
- Protetor de caçamba.
- Caçamba com medidas internas, descontado o protetor de caçamba de, no mínimo, 1,20 cm comprimento x 1,30 cm de largura.
- Direção hidráulica com ajuste de altura do volante.
- Travas e vidros elétricos nas quatro portas.
- Espelhos elétricos.
- Kit multimídia com GPS integrado e câmara de ré.
- Sensor de estacionamento traseiro.
- Piloto automático.
- Ar condicionado automático.
- Estribos laterais.
- Jogo de tapetes.
- Protetor de cárter.
- Ligação para reboque.
- Rodas em liga leve do aro 16 a 18 pol.
- Garantia: no mínimo 36 meses.

1.2 Descritivo Técnico Da Transformação Veicular

- 1.2.1 SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE LED: Barra sinalizadora de emergência em formato de arco ou similar, de perfil baixo e aparência discreta, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70mm e 110 mm. Sistema luminoso composto por módulos constituído por 116 ou 164 Leds de alto brilho próprios para iluminação, com potência não inferior de 0,5 W cada Led, cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV, com garantia de 5 anos. Dotado de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo diretiva nos módulos centrais e difusora nos módulos laterais. Alimentados nominalmente com 12 Vcc, com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita. Cada LED deverá obedecer à especificação a seguir descrita:

- Cor predominante: Vermelho, com comprimento de 620 a 630 nm;

intensidade luminosa de cada Led de no mínimo 40 Lumens; e categoria: AlInGaP. O sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, com pulsos luminosos de até 25 ms. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds por meio de PWM (Pulse Width Modulator), o PWM devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo, assim, a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds não deverá ultrapassar 5 A, na condição de alimentação nominal. O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 5 outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos/utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais). O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console ou teto) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina. O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando, assim, o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

– 1.3 Sistema de Comunicação Fixo

1.3.1 A viatura deverá possuir um rádio transceptore móvel VHF/FM, com display alfanumérico de, no mínimo, 8 caracteres, sintetizado com programação de frequência em memória do tipo EEPROM, ou similar, sendo a programação feita por

microcomputador PC-XT/AT, ou em Kit próprio de programação. O rádio deve ser instalado no painel da viatura com as seguintes especificações: ser homologado pela Anatel; 2 faixa de operação mínima entre 148 Mhz a 174 Mhz; potência de saída de radiofrequência mínima de 40 watts; potência de saída de áudio mínima 1,5 watts; códigos silenciadores, programáveis, para evitar transmissões indesejadas; funções programáveis: scan, bloqueio de canal ocupado, temporizador de transmissão; sistema de sinalização com capacidade de codificar e decodificar as seguintes funções: (identificação de rádio ID; chamada seletiva de voz; teste remoto de rádio; capacidade de memória mínima de 32 canais programáveis por microcomputador PC ou Kit próprio de programação; espaçamento mínimo entre canais de 20 Khz; microfone compacto com suporte; alto-falante embutido no corpo do rádio). Cada transceptor deverá acompanhar: antena tipo Wip, ¼ onda, com 5 metros de cabo coaxial e conectores compatíveis com o rádio; kit de suporte e fiação para instalação em automóveis; e manual de operação, programação e manual técnico do rádio escritos em português; kit de programação compatível com o rádio (software, interface, cabos e conexões), por lote de rádio adquirido; ter garantia de 24 meses. A entrega do rádio deve estar programada na frequência da corporação de bombeiro.

– 1.4 Guincho Elétrico: (um) guincho elétrico para 5 Ton, instalado na parte frontal da viatura, junto ao para-choque de impulsão com controle com fio de 5m.

– 1.5 Para-choque de Impulsão: Para-choque de Impulsão para o veículo viatura, confeccionado em tubos de aço na cor preta, com dois faroletes instalados junto ao para-choque de impulsão.

– 1.6 Layout: Padrão atual do CBM-RS, em vinílico autoadesivo refletivo 3M, de alta qualidade, e os detalhes deverão ser seguidos conforme padrão do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (novo modelo). Os adesivos deverão ter garantia mínima de 5 anos.

– 1.7 Bancos: Os assento e encostos dos bancos do veículo deverão vir revestidos, com capa, em courvim automotivo na tonalidade de cor predominante cinza.

Meta: Uma unidade
Prazo: será utilizado no período de 15 anos.
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Corede Noroeste Colonial.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
6.1 O custo médio da presente contratação é de R\$ 180.000,00.
6.2. O custo do veículo foi apurado a partir de uma consulta prévia, baseado na tabela Fipe e estimado com base em orçamentos recebidos de concessionárias, ficando em torno de R\$ 150.000,00.
6.3. Estima-se o custo de aproximadamente R\$ 30.000,00 para serem realizadas as devidas transformações especificadas neste termo.
Fontes de recursos: Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Investimento de R\$ 180.000,00 na aquisição e adaptação de um veículo tipo camionete pick-up cabine dupla.
Despesas correntes: gastos com manutenção de atividades correrá por conta do Estado do Rio Grande do Sul
Investimentos e despesas correntes: Equipamentos de Proteção Individual e equipamentos de mergulho constituem-se em

investimentos necessários ao funcionamento do Grupo de Mergulho Noroeste Colonial e que serão compostos por recursos próprios do Corpo de Bombeiros Militar.

7 – CRONOGRAMA DO PROJETO

Meta 1: Aquisição de um veículo automotor tipo pick-up cabine dupla adaptado para a atividade de buscas e salvamento, por meio do PPA para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul no ano de 2018.

Modalidade: pregão eletrônico

Tipo de Licitação: menor preço global.

1º Etapa: Licitação (Prazo de 30 dias)

Abertura de Edital

Credenciamento

Recebimento da Proposta

Habilitação para o fornecimento do objeto do Edital

Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

2º Etapa (Prazo de dez dias)

Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

3º Etapa (Prazo de 90 dias a para entrega do veículo a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento).

Entrega do bem pela empresa ganhadora do certame.

Meta 2: Formalização do Grupo de Mergulho do 12º Batalhão de Bombeiros Militar, mediante a Seção de Busca e Salvamento, com o registro junto ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, em 2018 e 2019.

1ª Etapa (prazo de 30 dias)

Reestruturação do Serviço de atendimento, do autosocorro de urgência pelo Corpo de Bombeiros Militar).

2ª Etapa (prazo de 180 dias)

O atendimento será desenvolvido de maneira ininterrupta por meio do emprego de quatro bombeiros militares, para compor uma Guarnição que estará à disposição para pronto emprego nas atividades de Mergulho, buscas, resgates e salvamentos em ambiente aquático (rios, lagos, açudes entre outros).

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança, educação.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Residência Inclusiva
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 550.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável: Apae/Ijuí
Escopo: Este projeto visa à construção de uma unidade de oferta de uma residência inclusiva, nos termos da recente lei de acessibilidade, n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que estabelece o direito ao portador de deficiência ao acolhimento em estruturas adequadas e o apoio psicossocial necessário, especialmente a jovens e adultos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos que não tenham condições de autossustentabilidade.
Responsável: APAE Ijuí e Administração Municipal de Ijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Acolher jovens e adultos portadores de deficiência, oferecendo apoio psicossocial em residência inclusiva nos termos da lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.
Justificativa: A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O artigo 31 do Capítulo 5 desta lei traz que “(...) a pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da

família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva”.

A região do Corede Noroeste Colonial não possui uma residência inclusiva, sendo este projeto fundamental para que essas pessoas tenham acesso ao direito estabelecido em lei.

Beneficiários: Jovens e adultos portadores de deficiência que não têm condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Resultados pretendidos: ofertar, de forma qualificada, a proteção integral a jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência; • promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, na vida comunitária e social; • contribuir para a interação e superação de barreiras; • contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Construção de Residência Inclusiva para o atendimento de jovens e adultos portadores de deficiência que não têm condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Meta: Construção de uma residência inclusiva para atendimento de, no mínimo, dez jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, conforme as normas estabelecidas em lei.

Custo: R\$ 550.000,00

Prazo: 18 meses após a aprovação do projeto executivo.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe técnica da Apae Ijuí

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretarias Municipais de Assistência Social.
Organizações parceiras: Associações de Assistência à Criança com Deficiência; Federação Estadual Associação Pais Amigos Excepcionais do RS.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretarias Municipais de Assistência Social.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
18 meses após aprovação do projeto executivo.

Estratégia: criar condições técnicas e infra estruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 5 – Projeto 5 – Setorial: Educação

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada na Área da Inclusão
Localização: Região Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável: IES
<p>Escopo: Serão promovidas condições básicas para o desenvolvimento do Projeto. Ao longo do período, realizar-se-á oficinas de formação nas escolas, com a utilização do material de formação docente dos órgãos competentes.</p> <p>Considerar a educação pública de qualidade como um direito de todos e de todas, buscando sensibilizar e qualificar a docência dos professores que atuam nas escolas de ensino regular, com um olhar diferenciado aos alunos com deficiência incluídos nas escolas em todos os níveis da educação básica. Neste contexto se faz necessário momento de formação continuada para os professores da sala de aula comum, com o foco de estudos nos conceitos da Educação Especial, essencial para a mediação pedagógica no cotidiano escolar, para a ressignificação e para a construção de aprendizagens na perceptiva da diversidade.</p> <p>Salienta-se que: “A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura por melhores percursos para a transformação da escola” (Nóvoa, 1992, p. 28). Constata-se a necessidade de cursos de formação, aos educadores, como um caminho para promover a inclusão educacional com responsabilidade, considerando os diversos espaços escolares como parte do processo inclusivo, respeitando, estimulando e contemplando o direito de aprendizagem dos alunos.</p>

Tal projeto justifica-se também na necessidade de construir uma postura de professor pesquisador na perspectiva da área da Educação Especial, de forma a conhecer e compreender: os aspectos da legislação, os conceitos teóricos e as possibilidades pedagógicas referentes às mediações necessárias junto aos alunos com deficiências, considerando o processo de inclusão de todos na escola de educação básica!

Responsável: IES, 36ª Coordenadoria Regional de Educação

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover de forma eficiente e eficaz a inclusão dos discentes com as suas diversas diferenças em uma escola de ensino regular, como reza a Constituição de 1988, com profissionais treinados e capacitados para promover a inclusão na sua integralidade e de todas as formas.

Transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo e contínuo, e valorize e responda às diferenças humanas.

Justificativa: Ensinar constitui a atividade principal na profissão do docente e, por isso, deve ser compreendida como uma “arte” que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes no dia a dia da escola e da sala de aula.

A docência é e deve ser entendida como uma atividade com complexidade maior do que somente os processos de “ensinar a aprender”, uma vez que a docência implica, em adquirir e desenvolver a capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica: o professor(a) deve ser capaz de inovar cotidianamente a partir de sua experiência de sala de aula, com o objetivo de aperfeiçoar e desenvolver sua prática de ensino, mediante processos de reflexão e pesquisa da própria ação. A aprendizagem da prática reflexiva exige que as atividades de formação dos docentes levem em conta as características dos contextos nos quais eles intervêm e os problemas reais que enfrentam na sua prática. A reflexão e análise da prática

baseiam-se em uma permanente construção da realidade, o que implica contínua interação entre os conhecimentos que o docente possui e a realidade na qual atua.

Quando falamos de inclusão escolar, portanto, não estamos nos referindo apenas ao acesso à matrícula; estamos falando da implicação pessoal e profissional dos profissionais ligados à educação. Essa implicação não está dada; ao contrário, é preciso que seus sentidos sejam construídos por cada um e pelo conjunto. Roseli Fontana já destacava, no início desta década, a importância de incluir o professor nesta rede discursiva chamada inclusão escolar, trazendo-nos perguntas mobilizadoras da sensibilidade profissional: “Como nós, professores, temos nos percebido frente às diferenças biológicas e histórico-culturais materializadas em nossos alunos? Como temos vivido ‘a diferença’ nas relações de ensino e o que temos buscado a partir dela?” (Fontana, 2001, p. 3). Essas perguntas parecem estar sendo constantemente respondidas de diferentes formas.

Na Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educativas especiais tem de ser efetivado preferencialmente na rede regular de ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 1996 (LDBEN/96), especifica-se com mais detalhes como deve ser esse atendimento especializado, apresentando, em um capítulo denominado “Da Educação Especial” (Capítulo V), os seus dispositivos nos artigos 58, 59 e 60, e, mais recentemente, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a qual:

[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nos traz desafios grandes e inéditos (Andrade, 2008).

Beneficiários: Gestores, coordenadores pedagógicos e professores.

Resultados pretendidos: Pretende-se auxiliar os profissionais da educação na reflexão e revisão de suas concepções e práticas educacionais, atitudes em relação aos estudantes e crenças sobre os alunos e alunas com necessidades educacionais especiais, visando a transformar as práticas de ensino em sala de aula a partir da participação em oficinas de formação para o uso de práticas de ensino inclusivas que respondam, de forma mais efetiva, às necessidades educacionais dos estudantes e à diversidade nas escolas. Na formação docente as atividades e metodologias de ensino-aprendizagem propostas neste material destinam-se a promover participação ativa dos docentes em seu processo de revisão e aprendizagem de práticas de ensino inovadoras e inclusivas, assim como construir novos conteúdos de aprendizagem a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promover Cursos de Formação Continuada

Meta: 80% dos docentes das redes municipais e estaduais participando das formações

Custo: R\$ 500.000,00

Prazo: 120 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: 36ª Coordenadoria Regional de Educação
Órgãos Públicos Envolvidos: 36ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Ministério da Educação e Secretaria Estadual da Educação
Organizações parceiras: Instituições de Ensino Superior
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual e municipal
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Governo federal, estadual e municipal
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: não haverá
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, gastos com impressões de materiais, contratação da IES, etc. R\$ 500.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Tempo estimado: 120 meses, sendo: Elaboração do projeto do curso: 4 meses Processo licitatório para contratação de instituição de Ensino Superior: 6 meses Execução do projeto: 110 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 6 – Projeto 6 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Renovação da Frota de Veículos da Brigada Militar e da Polícia Civil
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.460.000,00
Duração do projeto: 144 meses
Responsável: Brigada Militar e Polícia Civil
Escopo: A segurança definitivamente se tornou um dos principais temas da atualidade no país e especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. A construção e a gestão das políticas de segurança contemplam os princípios do planejamento estratégico, da gestão de recursos, da gestão do conhecimento e do controle social. Para que isso ocorra, todavia, é indispensável a renovação da frota com a aquisição de veículos leves e pick-up.
Responsável: Comando do 29º Batalhão da Brigada Militar e 26ª Delegacia Regional de Polícia Civil
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de Veículos
Justificativa: A segurança pública depende de condições de trabalho e equipamentos adequados. A função de policiamento ostensivo desenvolvida pela Brigada Militar, bem como o cumprimento da função da Polícia Civil de garantir a segurança da população, exige equipamentos em bom estado e, neste sentido, os veículos automotores são peças fundamentais para o bom desempenho e a agilidade na execução de algumas atividades. Neste contexto, este projeto propõe a renovação da frota das unidades de segurança desta região para um período de dez anos.
Beneficiários: População da Região pelo Corede Noroeste Colonial.

Resultados pretendidos: Renovar a frota da Brigada Militar e da Polícia Civil.
Alinhamento Estratégico: Criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Aquisição de dez viaturas leves para a Brigada Militar.</p> <p>Meta: Atender a segurança da população.</p> <p>Custo: R\$ 600.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 2: Aquisição de 9 viaturas tipo Pick-Up para a Brigada Militar.</p> <p>Custo: 1.350.000,00</p> <p>Meta: Atender a Segurança Pública da Região</p> <p>Prazo: 144 meses</p>
<p>Produto 3: Aquisição de 7 viaturas leves para a Polícia Civil, distribuídas da seguinte forma: 2 viaturas para a 2ª DP Ijuí – Furtos e Roubos; 2 viaturas para a 1ª DP Ijuí – Homicídios; 1 viatura para a DPPA – Ijuí – Plantão; 1 viatura para DP de Augusto Pestana; 1 viatura para a DP de Joia.</p> <p>Custo: 370.000,00</p> <p>Meta: Atender a Segurança Pública da Região</p> <p>Prazo: 144 meses</p>
<p>Produto 4: Aquisição de 1 viatura tipo Pick-Up para a DRP– Ijuí – Sede.</p> <p>Custo: 140.000,00</p> <p>Meta: Atender a Segurança Pública da Região</p> <p>Prazo: 144 meses</p>

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: 29º BPM e 26ª DPR
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública.
Organizações parceiras: Corede/Norc.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Segurança do RS
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.460.000,00
Fontes de recursos: Orçamento Estado RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Aquisição de Veículos
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 600.000,00
Produto 2: R\$ 1.350.000,00
Produto 3: R\$ 370.000,00
Produto 4: R\$ 140.000,00

7 – CRONOGRAMA DO PROJETO					
Ano	Viatura Leve		Viatura Tipo Pick-Up		Valor
	BM	PC	BM	PC	
2018	1	1	1	1	400.000,00
2019	1	2	1		330.000,00
2020	1	2	1		310.000,00
2021	1	2	1		310.000,00
2022	1		1		210.000,00
2023	1		1		210.000,00
2024	1		1		210.000,00
2025	1		1		210.000,00
2026	1		1		210.000,00
2027	1				60.000,00

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 7 – Projeto 7 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de água, hortaliças consumidas na Região Noroeste do Estado do RS e ações educacionais ao trabalhador rural.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do (Unijuí) Sul e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
Escopo: O sistema de produção/distribuição/consumo passou por profundas mudanças ao utilizar diferentes técnicas, ao incorporar novas tecnologias e ao fazer uso de insumos de diferentes naturezas para minimizar as perdas na produção e atender a demanda crescente por alimentos. Esse processo possibilitou incremento tanto na

produtividade quanto em rentabilidade, mas também passou a fazer uso indiscriminado de insumos que podem acarretar diversos prejuízos à saúde humana e ambiental. Para tanto, faz-se necessário investigar e desenvolver métodos analíticos para identificar os resíduos de agrotóxicos em amostras de água potável, alface, pimentão e tomate. Além de identificar resíduos de agrotóxicos, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador com sede em Ijuí e abrangência na macrorregião Missioneira, que contempla três Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) – 9ª CRS no município de Cruz Alta, 12ª CRS em Santo Ângelo e a 17ª CRS em Ijuí –, com 647.017 habitantes, em um total de 57 municípios (INSTITUTO..., 2010), faz-se necessário realizar ações educacionais com trabalhadores rurais e familiares referentes aos danos decorrentes do uso de agrotóxicos à saúde e ao ambiente.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

1. Estudar e desenvolver método analítico para determinação de resíduos de agrotóxicos em amostras de água potável, alface, pimentão e tomate.
2. Realizar intervenções educacionais com trabalhadores rurais.
3. Avaliar a ocorrência de transtornos mentais comuns em trabalhadores que utilizam agrotóxicos e relacioná-los com sintomas físicos e emocionais referidos.

Justificativa: É indispensável desenvolver métodos analíticos para identificar os resíduos de agrotóxicos em amostras de água potável, alface, pimentão e tomate, bem como avaliar as consequências para trabalhadores que utilizam agrotóxicos e relacioná-los com sintomas físicos e emocionais. Para tanto, buscamos uma metodologia analítica para determinação de resíduos de agrotóxicos ao realizar três coletas e analisar amostras de água dos municípios que integram o projeto, bem como fazer três amostragens e avaliar a presença de resíduos de agrotóxicos em amostras de alface, tomate e pimentão em cinco pontos de venda nos municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Cruz Alta. Ainda, relacionar variáveis relativas à ocupação, sintomas físicos e emocionais, local de origem de agricultores que

utilizam agrotóxicos com a ocorrência de transtornos mentais comuns; por fim, elaborar, testar e validar instrumento educativo e ilustrativo que possa ser utilizado por trabalhadores rurais e respectivas famílias para melhor administrar os agrotóxicos, para contribuir na promoção, proteção da saúde e prevenção de doenças ao trabalhador, extensivo aos seus familiares e comunidade. Ainda merece registro, que os estudos desenvolvidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (Agência... 2013), referente ao mercado de agrotóxicos, revela que o Brasil está em ritmo de expansão no consumo de produtos em âmbito mundial. Embora pesquisas tenham sido realizadas nos últimos anos, elas ainda são consideradas insuficientes para mapear a magnitude da exposição ocupacional e da dimensão dos danos à saúde humana em decorrência do uso de agrotóxicos.

Beneficiários: trabalhadores rurais, urbanos, homens e mulheres.

Resultados pretendidos:

- Consolidar um ambiente na Unijuí para análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos e água tornando-se um centro de referência regional.
- Apoiar ações do poder público municipal e regional para avaliação da qualidade dos alimentos adquiridos para a merenda escolar, bem como desenvolver uma consciência ambiental para os trabalhadores rurais.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: estabelecimento de um ambiente para desenvolver um Método Analítico para Determinação de Resíduos de Agrotóxicos em água, alface, pimentão e tomate.

Prazo: 6 meses

Produto 2: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de água.

Meta: 120 análises realizadas.

Prazo: 12 meses.

Produto 3: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de alface.
Meta: 60 análises realizadas
Prazo: 12 meses
Produto 4: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de Tomate.
Meta: 60 análises realizadas
Prazo: 12 meses
Produto 5: Análise de Resíduos de Agrotóxicos em amostras de Pimentão.
Meta: 60 análises realizadas
Prazo: 12 meses
Produto 6: Intervenções educacionais com trabalhadores rurais e familiares referentes aos danos decorrentes do uso de agrotóxicos
Meta: Desenvolver 2 Seminários Educacionais.
Prazo: 12 meses
Produto 7: Cartilha educativa.
Meta: confecção e distribuição de 1.000 cartilhas educativas
Prazo: 12 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Secretaria de Saúde Estadual e Municipal, Unijuí e Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest
5 – REQUISITO PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 – RECURSOS DO PROJETO						
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00						
Fontes de recursos: Secretaria da Saúde – RS						
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim						
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não						
Investimentos:						
Reagentes e padrões cromatográficos: R\$ 58.000,00						
Vidrarias: R\$ 2.000,00						
Consumíveis e outros materiais de laboratório: R\$ 30.000,00						
Despesas Correntes: R\$ 10.000,00						
Investimentos e despesas correntes por produto:						
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO						
Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto						
Etapas/Produtos	2 me- ses	4 me- ses	6 me- ses	8 me- ses	10 me- ses	12 me- ses
Desenvolvimento de Método de análise de Resíduos de Agrotóxicos	x	X	X			
Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Água				X	x	x
Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alface				X	x	x
Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Pimentão				X	x	x

Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Tomate				X	x	x
Análise e Sistematização dos dados						
Elaboração de Cartilha Educativa		X	X	X	x	
Distribuição de Cartilha Educativa						x
Seminários Educacionais			X			x

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 8 – Projeto 8 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Controle de qualidade da água para consumo humano em Sistema de Abastecimento Coletivo nos municípios do Corede Noroeste
Localização: Corede Noroeste Colonial (Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara)
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.030.000,00 (10 anos)
Duração do projeto: 120 meses
Responsável: Prefeituras dos municípios do Corede, Secretarias Municipais de Saúde e de Saneamento, Secretaria Estadual de Saúde por meio da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde (Responsável pelo Vigiaágua e Lacen-Ijuí) e Secretaria Estadual de Obras.
Escopo: A qualidade da água destinada ao consumo humano é regularizada pela Portaria MS 2914/2011. De acordo com essa legislação, a água potável é aquela que não oferece riscos à saúde e

atende ao padrão potabilidade. Dentre o conjunto de valores permitidos como parâmetros da qualidade da água para consumo humano, o padrão microbiológico deve ser investigado mensalmente. Nesse sentido, a presença da bactéria *Escherichia coli* em sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água (SAC) requer realizar a cloração da água mantendo o residual mínimo do sistema de distribuição (reservatório e rede), conforme as disposições contidas na Portaria supracitada. Verificada a condição da água monitorada mensalmente pelo Programa Vigiágua dos municípios objeto desse projeto, percebe-se a necessidade do tratamento desses sistemas de modo que a água siga os padrões de potabilidade, prevenindo a população do risco potencial envolvido em desenvolver doenças em razão do consumo de água contaminada. Sendo assim, o objetivo do projeto seria contratar os serviços de uma empresa terceirizada para executar o controle de qualidade da água dos SAC a partir das análises realizadas pelo Programa Vigiágua e, quando constatada alguma alteração no padrão de potabilidade, tomar medidas corretivas que garantam o tratamento da água conforme as exigências da Portaria MS 2914/2011. Além disso, objetiva-se conscientizar a população da importância do tratamento da água por meio de reuniões, palestras, confecções de materiais educativos e divulgação pelos meios de comunicação.

Responsável: Equipe Técnica da 17ª CRS.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Avaliar, monitorar e tratar a água destinada ao consumo humano dos Sistemas de Abastecimento Coletivo (SAC), conforme as exigências da Portaria MS 2914/2011 dos municípios do Corede Noroeste Colonial. Conscientizar a população sobre a importância do tratamento da água.

Justificativa: A água é fundamental para a sobrevivência humana. A água potável é destinada à ingestão, preparação, produção de alimentos e higiene pessoal. Condições que alteram a potabilidade, como, por exemplo, a presença de microrganismos, pode comprometer a saúde da população. A maior parte da água consumida pela população da região do Corede Noroeste Colonial é fornecida e tratada pelo Sistema de Abastecimento Alternativo (SAA), cuja prestadora de

serviços é a Corsan. Aproximadamente 20% da população (35500 habitantes) dessa região, no entanto, consome água proveniente de Sistemas de Abastecimento Coletivo (SAC). A maior parte trata-se da população da zona rural, cuja forma de captação da água ocorre por meio de poços artesianos.

O Programa Vigiágua prevê análise mensal de um quantitativo mínimo de amostras de água dos diferentes sistemas de abastecimento dos municípios. Mensalmente são avaliadas características microbiológicas, físico-química e organoléptica da água. Esses resultados das análises são digitados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Siságua), e quanto à presença de E. coli correspondem aos gráficos suprarreferidos. Os municípios que não apresentaram resultados, portanto, provavelmente não alimentaram o Siságua no ano de 2016 e, nos meses em que não há resultado, não fizeram coleta de amostras de SAC, mas isso não significa que não há contaminação. Dessa forma, acredita-se que a contaminação da água dos municípios deste território encontra-se superior aos dados apresentados.

Beneficiários: População abastecida por SAC na região do Corede Noroeste Colonial (aproximadamente 35.500 habitantes).

Resultados pretendidos: Diminuir o nível de contaminação da água dos SAC desses municípios abaixo de 8%, conforme pactuação estadual desse indicador de saúde. Conscientizar a população quanto à importância do consumo de água tratada no sentido de aceitar a cloração da água e demais métodos necessários para atingir os padrões de potabilidade exigidos pela legislação.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Redução dos níveis de contaminação da água dos SAC.

Meta: Reduzir a contaminação em, pelo menos, 100 poços artesianos (SAC).

Custo: Custo unitário: R\$ 250,00 Custo total (mês): R\$ 300.000,00/ano.

Prazo: 10 anos
Produto 2: Instalação de dosador de cloro
Meta: Instalar dosador de cloro em cem poços artesianos (SAC).
Custo: Custo unitário: R\$ 300,00 Custo total (mês): R\$ 30.000,00
Prazo: 2 anos
Produto 3: Conscientizar a população da importância do consumo de água tratada que esteja dentro dos padrões de potabilidade.
Meta: Attingir 80% da população com encontros para conscientização quanto ao tratamento da água. Disponibilizar material educativo em escolas, igrejas, associações. Divulgação do projeto na mídia.
Custo: Contrapartida dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde dos municípios beneficiados pelo tratamento da água nos SAC.
Prazo: Com ênfase na execução do projeto (dois primeiros anos) e continuado durante toda a execução (10 anos).
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Prefeitos dos municípios envolvidos, secretário municipal de saúde, secretário municipal de saneamento e 17ª Coordenadoria Regional de Saúde (Responsável pelo Vigiágua e Lacen-Ijuí).
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras dos municípios do Corede, Secretarias Municipais de Saúde e de Saneamento, Secretarias Estaduais de Saúde por meio da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde (responsável pelo Vigiágua e Lacen-Ijuí) e Secretaria Estadual de Obras.
Organizações parceiras: escolas, igrejas, associações...
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recurso estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não			
Licença Ambiental: Não			
Licitação: Sim			
Outros:			
6 – RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: Para 10 anos R\$ 3.030.000,00			
Fontes de recursos: Estadual			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não			
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente: R\$ 300.000,00			
Despesas Correntes: instalação de dosadores de cloro e manutenção dos equipamentos: R\$ 30.000,00			
Produto 1: 300.000,00			
Produto 2: 30.000,00			
Produto 3: contrapartida das Secretarias Municipais			
Investimentos + despesas correntes = R\$300.000,00+30.000,00=330.000,00 (ano) Para 10 anos: R\$ 3.030.000,00			
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO			
	Primeiro Ano	Segundo Ano	8 anos
Janeiro	Escolha do município executor	Avaliação do trabalho da empresa contratada pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1.	Avaliação do trabalho da empresa contratada pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1.

Fevereiro	<u>Escolha do município executor</u>	<u>Trabalhos de conscientização na comunidade.</u>	<u>Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.</u>
Março	<u>Licitação da empresa</u>	<u>Trabalhos de conscientização na comunidade.</u>	<u>Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.</u>
Abril	<u>Licitação dos dosadores de cloro.</u>	<u>Trabalhos de conscientização na comunidade.</u>	<u>Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.</u>
Maio	<u>Distribuição dos dosadores de cloro e instalação.</u>	<u>Trabalhos de conscientização na comunidade.</u>	<u>Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.</u>
Junho	<u>Trabalhos de conscientização na comunidade.</u>	<u>Avaliação do trabalho da empresa pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1</u>	<u>Avaliação do trabalho da empresa pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1.</u>

Julho	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.
Agosto	Início dos trabalhos da empresa terceirizada.	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.
Setembro	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.
Outubro	Trabalhos de conscientização na comunidade	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.
Novembro	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Trabalhos de conscientização na comunidade.	Controle de qualidade da água pela empresa terceirizada mantendo os padrões de potabilidade.
Dezembro	Avaliação do trabalho da empresa	Avaliação do trabalho da empresa	Avaliação do trabalho da empresa

	contratada pelos municípios, avaliação dos resultados. Avaliação da meta do produto 2 (executado), avaliação da meta do produto 1.	contratada pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1.	contratada pelos municípios, avaliação dos resultados, avaliação da meta do produto 1.
--	--	--	--

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 9 – Projeto 9 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Atendimento ao Usuário e ao Dependente de Drogas
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: Valores referentes ao orçamento do Sistema Único da Saúde e ao Orçamento do Poder Judiciário.
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Poder Judiciário
Escopo: Os autores detidos pelo uso de drogas, ao serem encaminhados ao Judiciário, lavram um termo de responsabilidade e participam de um programa voluntário de tratamento via Sistema Único de Saúde (SUS).
Responsável: Corede Norc
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Desenvolver a integração entre práticas jurídicas restaurativas e a promoção da saúde pública, contemplando os usuários e dependentes de drogas no âmbito dos municípios do Corede Noroeste Colonial.
Justificativa: Os principais delitos no âmbito do Noroeste Colonial são relacionados ao uso e tráfico de drogas. Neste sentido, vale lembrar que a lei 11.343/2006 substituiu um sistema repressivo pela adoção de um sistema restaurador. Surge, assim, a necessidade de

<p>viabilizar o desenvolvimento de ações que promovam a saúde e a recuperação dos indivíduos envolvidos com esse tipo de problema.</p>
<p>Beneficiários: Usuários e dependentes de drogas, sobretudo autores do delito no artigo 28 da lei nº 11.343/2006.</p>
<p>Resultados pretendidos: Criar medidas restaurativas e não meramente punitivas para os problemas relacionados ao uso das drogas; diminuir os índices de criminalidade relacionados ao uso e tráfico de drogas.</p>
<p>Alinhamento estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Termo de Responsabilidade</p> <p>Meta: Reuniões semanais com profissionais qualificados e os sujeitos que cometeram delitos.</p> <p>Custo: Orçamento do poder Judiciário.</p> <p>Prazo: Contínuo até 2030.</p>
<p>Produto 2: Tratamento de usuários</p> <p>Custo: Entrada via Sistema Único de Saúde.</p> <p>Meta: Recuperação de, no mínimo, 80% dos usuários encaminhados.</p> <p>Prazo: Contínuo até 2030.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Poder Judiciário do Rio Grande do Sul; Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de origem dos sujeitos que cometeram os delitos; Direções dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) do Corede Noroeste Colonial.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Promotoria Pública; Poder Judiciário.</p>
<p>Organizações parceiras: Hospital Bom Pastor; Hospital de Caridade de Ijuí; demais hospitais filantrópicos da região.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Fundo Nacional da Saúde (Ministério da Saúde). Recursos incluídos nos orçamentos já previstos para as atividades fins de todos os envolvidos, promotoria, juizados. Tratamento via Sistema Único de Saúde (SUS).
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Fundo Nacional da Saúde (Ministério da Saúde). Recursos incluídos nos orçamentos já previstos para as atividades fins de todos os envolvidos, promotoria, juizados. Tratamento via Sistema Único de Saúde (SUS).
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Meta 1: Três primeiros meses após a aprovação e liberação dos recursos.
Meta 2: Reuniões entre profissionais da área da saúde e usuários – mensais de 2018 a 2030.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 10 – Projeto 10 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ambulatório de Especialidades – traumatologia
Localização: Corede Norc
Valor total estimado do projeto: R\$ 9.860.000,00
Duração do projeto: Efetivação – 12 meses após efetivação
Responsável: Instituição Hospitalar da região de abrangência da 13ª Região de Saúde
Escopo: Estabelecimento do ambulatório de especialidade em traumatologia, considerando a demanda reprimida nestas especialidades.
Responsável: Silvia Regina Ceccato
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar ambulatório de especialidades na traumatologia a usuários do Sistema Único de Saúde.
Justificativa: Atualmente os serviços disponibilizados não atendem a necessidade da região, gerando demanda reprimida nessa especialidade.
Beneficiários: Usuários do Sistema Único de Saúde.
Resultados pretendidos: Oferta de atendimento na especialidade de traumatologia. Redução da fila de espera para realização de procedimentos cirúrgicos traumatológicos. Resolutividade nos serviços oferecidos. Melhoria das condições de saúde da população.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: despesa de capital: aquisição de material permanente/equipamentos.</p> <p>Meta: Prestar ações e serviços de saúde ambulatorial e hospitalar (consultas, exames e cirurgias) de média complexidade relacionada à especialidade de traumatologia.</p> <p>Custo: R\$ 260.000,00</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2018</p>
<p>Produto 2: despesas de custeio</p> <p>Meta: Ofertar no mínimo:</p> <p>240 consultas/ mês</p> <p>Diagnose (definida posteriormente)</p> <p>No mínimo 30 procedimentos cirúrgicos/mês</p> <p>Custo: R\$ 9.600.000,00</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2025</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: 17ª Coordenadoria Regional de Saúde
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Municípios de abrangência da 17ª CRS
Organizações parceiras: hospitais filantrópicos, universidade, empresas, cooperativas...
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recurso Estadual
Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros: Contrato com instituição hospitalar filantrópica.
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 9.860.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 260.000,00
Custeio: R\$ 9.600.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: despesa de capital: aquisição de material permanente/equipamentos: R\$ 260.000,00
Produto 2: despesas de custeio: R\$ 100.000,00/mês R\$ 9.600.000,00 (96 meses/8 anos)
Prazo: 1º/2018 a 12/2025 (96 meses/8 anos)
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Efetivação em 12 meses.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 11 – Projeto 11 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto para aquisição de ARCO CIRÚRGICO para o bloco cirúrgico da Associação Hospital Bom Pastor Ijuí.
Localização: Corede ou municípios de incidência do projeto:
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor Ijuí – Projeto
Escopo: Fortalecimento das ações em rede do sistema regional de saúde por meio de oferta de atendimento especializado para áreas em que ainda existam filas de espera no âmbito da média complexidade na atual estrutura e com possibilidade de evoluir para a alta complexidade na nova estrutura hospitalar.
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O Projeto tem por objetivo a aquisição do equipamento arco cirúrgico (arco em c) para unidade de atenção especializada em saúde, especificamente no bloco cirúrgico. O arco cirúrgico, ou intensificador de imagens radiológicas, é um equipamento portátil que apresenta a fonte de raios-X que possibilita produzir imagens em tempo real do procedimento, que pode ser utilizado nas especialidades cirúrgicas em geral que exigem maior complexidade. Com o avanço da tecnologia, este equipamento permite que médicos e pacientes analisem os resultados em menor tempo, tornando, desta maneira, o procedimento menos invasivo.
Justificativa: A Associação Hospital Bom Pastor Ijuí é uma instituição filantrópica, conveniada ao SUS e diversos convênios, com 42 leitos de internação e de referência regional. Vem trabalhando na execução de seu plano estratégico, que contempla a

expansão de sua estrutura física de modo a poder ampliar a prestação de serviços à comunidade, principalmente pelo SUS, nas áreas de Hospital Geral com especialização em Geronto/Geriatria, UTI, Saúde Mental, Psiquiatria e Dependência Química. Atualmente, o hospital encontra-se em fase de expansão de sua estrutura física, sendo imprescindível equipar as novas instalações que se encontram em fase de conclusão de obra, passando da atual estrutura de 42 leitos para 115 leitos de internação, além da ampliação de serviços, como Centro Cirúrgico com 4 salas, Sala de recuperação com 12 leitos, Unidades de Internação com 115 leitos e amplo Ambulatório com espaço para consultórios, salas de observação, salas de triagem, sala de serviço social, sala de aplicação de medicamentos, sala de inalação coletiva, sala de cistoscopia e endoscopia com suas respectivas salas de recuperação, sala de sutura e curativo, sala de gesso e sala para procedimentos especiais e invasivos. Também será agregado nesse novo espaço uma Unidade de Tratamento Intensivo – UTI – com 10 leitos. A busca por este recurso permitirá a aquisição deste equipamento para agregar especialidades ainda na atual estrutura a fim de proporcionar maior qualidade nos serviços prestados e, após, dar continuidade na nova estrutura hospitalar. As perspectivas futuras e a conclusão da obra permitirão o fortalecimento dos serviços já instalados e, desse modo, o hospital poderá dar continuidade às ações que ora vem desenvolvendo de forma mais qualificada, sendo uma instituição que integra o sistema de atenção à saúde, com o objetivo de dar respostas sociais deliberadamente instituídas para responder às necessidades de saúde da população local e regional. Na atual estrutura já foram agregadas algumas novas especialidades, tais como a área de imagenologia, endoscopia e dermatologia ambulatorial, e a área de traumatologia, pretendemos absorver, em breve, no contexto da média complexidade. O bloco cirúrgico desta instituição supre uma demanda de cirurgias eletivas nas áreas de cirurgia geral, pediátrica, ginecológica, dermatológica e oftalmológica no que diz respeito ao SUS e demais convênios, posto que nas áreas de pediatria e ginecologia praticamente inexitem listas de espera perante a Coordenadoria Regional de Saúde, além do ambulatório da instituição, que supre a demanda de procedimentos nas diversas áreas. Em síntese, o Hospital Bom Pastor articula-se com a rede de

atenção à saúde do município de Ijuí/RS e região com o objetivo de atender às necessidades de saúde da população que se expressam, em boa parte, em situações demográficas e epidemiológicas singulares. Cabe ressaltar que o Hospital Bom Pastor tem a comunidade de Ijuí como importante parceira apoiadora nos projetos até hoje propostos pela instituição. Para além da comunidade, a instituição tem fomentado a participação do voluntariado responsável abrindo espaço para a rede de parceiros voluntários nos diversos projetos realizados. O Hospital tem ainda uma importante parceria com instituições de ensino superior local, ofertando espaço de estágio nas áreas de serviço social, psicologia, enfermagem, fisioterapia, entre outros. A efetividade das ações do Hospital tem se dado por meio do importante apoio da comunidade e da relevância social dos projetos institucionais.

Beneficiários: O projeto terá como público-alvo os pacientes que necessitam de intervenção cirúrgica de caráter eletivo, possibilitando, desta maneira, ampliar as especialidades cirúrgicas oferecidas nesta Instituição e diminuir a espera que hoje está reprimida.

Resultados pretendidos: Fortalecimento das ações em rede do sistema regional de saúde com a oferta de atendimento especializado para áreas em que ainda existam filas de espera, no âmbito da média complexidade na atual estrutura e com possibilidade de evoluir para a alta complexidade na nova estrutura hospitalar.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: aquisição do equipamento arco cirúrgico (arco em c) para unidade de atenção especializada em saúde

Meta: Aumentar a oferta do atendimento especializado para áreas em que ainda existam filas de espera, no âmbito da média complexidade na atual estrutura e com possibilidade de evoluir para a alta complexidade na nova estrutura hospitalar.

Custo: R\$ 300.000,00

Prazo: 6 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe multiprofissional.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Corede.
Organizações parceiras: Unijuí.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde ou Secretaria Estadual de Saúde.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: 300.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 300.000,00
Despesas Correntes: As despesas que houver ficarão a cargo da Instituição
Investimentos: R\$ 300.000,00
Produto 1: Aquisição do equipamento arco cirúrgico em C
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
1ª Etapa: 3 meses: processo licitatório, aquisição do equipamento arco cirúrgico;
2ª Etapa: 3 meses: Instalação do tomógrafo, treinamento e capacitação da equipe técnica.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 12 – Projeto 12 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual
Localização: Corede – municípios de incidência do projeto:
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 144 meses
Responsável: Brigada Militar
Escopo: O projeto visa a adquirir, para uso da Brigada Militar, 300 coletes balísticos, com o intuito de oferecer aos policiais militares na defesa de impacto de projéteis de armas de fogo. O projeto atenderá, em âmbito regional, todas as unidades da Brigada Militar de abrangência do Corede Noroeste Colonial.
Responsável: Comando do 29 Batalhão da Polícia Militar.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de Coletes de Proteção Balística para a Brigada Militar. Tipo Coletes Balísticos nível III-A, masculino e feminino, que resista a disparos de projéteis de arma de fogo até os calibres 9mm FMJ, massa do projétil 8,0g, velocidade 426m/s, 44Magnum SWC, massa do projétil 15,55g, velocidade 426m/s. O colete objeto desta especificação deverá obedecer às normas exigidas pelo Comando do Exército (NIJ Sandartd 0101.03 ou Norma que a substituir). O painel de proteção balística deverá estar disposto em lâminas sucessivas a fim de ser atingido o nível de proteção desejado, III-A, devendo proteger toda a área vital acima da cintura e abaixo do pescoço (costas, tórax, abdômen e parcialmente nas laterais do tronco). Os painéis de proteção balística devem possuir uma etiqueta com alinhas ou tintas indeléveis com, no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, tamanho, número do lote, data de fabricação, modelo, superfície de impacto, número de série, siglas da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Pará –

<p>Sema-PA – para identificação em caso de extravio, furto ou roubo e certificado de conformidade com o Padrão 0101.03 do NIJ ou Norma que a substituir. O colete deverá permitir um perfeito ajuste ao corpo, para ser usado sobre o uniforme/roupa do servidor, de forma a não comprometer nenhum ponto coberto e ainda otimizando a relação existente entre resistência/comodidade de uso e liberdade de movimento/peso.</p>
<p>Justificativa: A necessidade de adquirir os <i>Coletes Balísticos</i> vem da natureza das atividades da Brigada Militar em todo o Estado do Rio Grande do Sul, pois, para bem desenvolvê-las, os militares, em atividades operacionais, se expõem a situações de risco, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Sendo assim, para evitar que possíveis atentados contra a integridade de nossos policiais causem lesões ou risco de vida, passamos a tratar os Coletes Balísticos como Equipamento de Proteção Individual (EPI), indispensáveis para a execução das atribuições policiais.</p>
<p>Beneficiários: Efetivo da Brigada Militar.</p>
<p>Resultados pretendidos: Possibilitar que cada policial disponha do seu EPI.</p> <p>Preservação da vida do policial. Redução de licença para tratamento de saúde.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Coletes de Proteção Balística</p> <p>Meta: 300 coletes de proteção balística.</p> <p>Custo: R\$ 1.000,00 (por unidade)</p> <p>Prazo: 144 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Brigada Militar</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: Brigada Militar.					
Organizações parceiras: Secretaria de Segurança Pública					
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO					
Fonte de Financiamento: Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul					
Elaboração de Projeto Executivo: Sim					
Desapropriação: Não					
Licença Ambiental: Não					
Licitação: Sim					
6 – RECURSOS DO PROJETO					
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00					
Fontes de recursos: Tesouro do Estado					
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim					
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não					
Investimentos: Aquisição de 300 coletes de proteção balístico					
Despesas Correntes:					
Produto 1: R\$ 300.000,00					
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO					
Meta 1: Aquisição de 300 coletes de proteção balística. Pelo período de 144 meses, iniciando em 2019, sendo:					
<ul style="list-style-type: none"> 60 coletes por ano (de 3 em 3 anos) 					
ANO	2019	2022	2025	2028	2031
UNID.	60	60	60	60	60

Meta 2: Aquisição de conjuntos de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.

Modalidade: pregão eletrônico

Tipo de Licitação: menor preço global.

1º Etapa: Licitação (Prazo de 30 dias): abertura de edital, credenciamento, recebimento da proposta, habilitação para o fornecimento do objeto do edital, celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

2º Etapa (Prazo de 10 dias): Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

3º Etapa (Prazo de 90 dias a para entrega do veículo a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento), entrega do bem pela empresa ganhadora do certame.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 13 – Projeto 13 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Política ambiental nos municípios do Corede Noroeste Colonial
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Prefeitos municipais do Corede Noroeste Colonial.
Escopo: Criação de instrumentos para criação de políticas ambientais nos municípios do Corede Noroeste Colonial. Em um primeiro momento será necessário coordenar e promover ações para a elaboração de diagnóstico ambiental dos municípios. Posteriormente, será proposto um sistema de gestão ambiental, tendo em vista as necessidades apontadas no diagnóstico.
Responsável: Associação dos Municípios Planalto Médio do Rio Grande do Sul

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Incorporar a dimensão ambiental nas políticas públicas municipais, promovendo os princípios da agenda 21 e o desenvolvimento sustentável.
Justificativa: Um dos instrumentos básicos para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e expansão urbana é o Plano Diretor Municipal. A lei é, entretanto, obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes. Alerta-se para o fato de que as atividades econômicas desenvolvidas nos municípios do Corede Noroeste Colonial podem ser degradantes caso não observados os princípios básicos da sustentabilidade ambiental. Por outro lado, a maioria destes municípios não possui instrumentos apropriados de gestão ambiental (posto que possuem um número de habitantes inferior a 20 mil) e, quando os possuem, encontram dificuldades em fazer um planejamento adequado. É por esse motivo que se propõe um projeto que prevê a criação de instrumentos para a instituição de políticas ambientais nos municípios do Corede Noroeste Colonial a ser desenvolvido em duas etapas. Na primeira etapa o diagnóstico, e, na segunda, a proposição de um sistema de gestão ambiental. Será fundamental, ainda, incorporar os princípios da Agenda 21, indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável.
Beneficiários: Prefeituras do Corede Noroeste Colonial
Resultados pretendidos: Conscientização e preservação ambiental, realização de ações educativas, fiscalização de atividades potencialmente poluidoras e degradantes ao ser humano e ao meio ambiente, e realizar estudos de impacto ambiental.
Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnóstico Ambiental
Meta: Atingir 100% de todos os municípios
Custo: R\$ 30.000,00
Prazo: 12 meses

Produto 2: Sistema de Gestão Ambiental
Custo: R\$ 70.000,00
Meta: Atingir 100% de todos os municípios
Prazo: 12 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Biólogos e/ou engenheiros ambientais efetivos das prefeituras.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fórum da Agenda 21, Associação dos Municípios Planalto Médio do Rio Grande do Sul, Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
Organizações parceiras: Unijuí, Instituto Federal Farroupilha de Ijuí, Associações de Biólogos, engenheiros ambientais e sanitários e de demais profissionais que atuam neste ramo.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério do Meio Ambiente e Secretaria RS
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério do Meio Ambiente
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.

Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 30.000,00
Produto 2: R\$ 70.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 12 meses
Produto 2 – 12 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infra estruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 14 – Projeto 14 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Geração de emprego, renda e inclusão social no desenvolvimento da rede de coleta e do beneficiamento de resíduos recicláveis da região.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.700.000
Duração do projeto: 48 meses
Responsável: entidade executora ou responsável pela contratação do executor do projeto
Escopo: síntese do que será feito e principais resultados do projeto
Responsável: Corede Noroeste Colonial
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Informar o que será feito
Constituir uma rede de cooperação intermunicipal no setor da reciclagem.
Realizar diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos gerados nos municípios do Corede Noroeste Colonial.

Contribuir com indicadores para elaboração ou melhoria do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos dos municípios do Corede Noroeste Colonial.

Realizar oficinas de educação ambiental em parceria com outras entidades representativas nos municípios do Corede Noroeste Colonial.

Disponer de infraestrutura qualificada para o recebimento de materiais recicláveis em cada região.

Adquirir equipamentos para desenvolver os processos no setor da reciclagem.

Formar parcerias com associações e empresas do ramo para desenvolver as atividades.

Justificativa:

Os aspectos sociais, econômicos e ambientais do tema “LIXO” é de extrema relevância na maioria dos municípios do país. A falta de um processo eficiente para o cumprimento da legislação vem se transformando em um grande problema. Percebe-se que grande parte dos municípios brasileiros tem muita dificuldade nessa gestão dos resíduos, não só pela questão ambiental, mas também pelas questões de gestão propriamente ditas. Ricardo Scacchetti, representante do Instituto Ekos Brasil, revela que cerca de 80 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos são descartadas de forma inadequada no Brasil todos os dias, correspondendo a mais de 40% do lixo coletado. Mesmo com aumento de 6,2% ao ano do volume de resíduos disposto de forma adequada, “esse índice tem evoluído a passos lentos, e o volume absoluto de resíduos disposto de forma inadequada tem aumentado gradativamente”. No Brasil, “existem 1.775 lixões, e muitos deles ainda com pessoas catando materiais em condições insalubres e degradantes à dignidade humana”. O fato é que um modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos deverá ser eficiente e apresentar uma relação custo-qualidade vantajosa, contribuindo com a inclusão social.

Em âmbito local, podemos perceber ações isoladas dos poderes públicos municipais tentando amenizar os problemas, buscando parcerias com a iniciativa privada para, ao menos, cumprir as normas

ambientais vigentes. Mesmo assim, porém, não é perceptível, aos olhos da sociedade, os resultados esperados. Ao analisar a questão no município de Ijuí e tomando este como exemplo, a coleta seletiva, uma ferramenta utilizada para melhorar a disposição dos resíduos sólidos urbanos passíveis de serem reciclados, ocorreu no ano de 2007. Das 1.300 toneladas geradas mensalmente no município, entretanto, apenas 6% são encaminhadas para associações de catadores. Isso significa que os aterros contratados para dispor os resíduos sólidos urbanos de Ijuí estão recebendo materiais que, pela sua característica físico-química, irão acelerar o processo de saturação e, conseqüentemente, diminuirá o espaço temporal de recebimento, e assim, em breve, um novo aterro terá de ser construído para abrigar os resíduos.

Neste sentido, o debate sobre o “LIXO” transcende o aspecto ambiental e traz reflexos também nas questões econômicas e sociais. Ambientalmente, é de conhecimento público que a disposição inadequada, não só dos resíduos sólidos urbanos, mas de todos os tipos de resíduos, acaba aumentando os níveis de poluição de recursos naturais (água, solo e ar).

Já as questões econômicas são percebidas, por exemplo, no aumento dos custos para disposição do lixo. Como em muitos municípios não há estrutura pública para o manejo, prefeituras acabam tendo de contratar aterros privados para dispor os resíduos gerados. Isso reflete-se em um alto custo, que é repassado para a população.

Por outro lado, a falta de um sistema mais bem estruturado, com a forma de manejo dos resíduos bem-definidos e com a sociedade consciente de seu papel, resulta também em um problema social. Diversas famílias em vulnerabilidade social vivem do lixo. Catar lixo nas ruas para ter, ao final dia, comida, é alternativa de subsistência, mesmo sendo condição degradante para qualquer ser humano.

A partir dessas premissas, torna-se evidente que a constituição de um projeto para propiciar a estruturação de uma rede integrada de gestão de resíduos sólidos urbanos para a região do Corede Noroeste Colonial trará desenvolvimento aos municípios dessa região nestes aspectos.

Com a separação adequada dos resíduos, mais materiais serão reciclados, menor volume de resíduos será disposto em aterros e menor será a degradação do meio ambiente.

Isso trará reflexos nos valores cobrados pela destinação do “LIXO”, pois, como dito anteriormente, diminuirá o volume de rejeitos e mais materiais serão reaproveitados pelas indústrias de reciclagem, refletindo em economia para os cidadãos contribuintes.

No âmbito social, promoverá a inclusão de grupos e comunidades carentes que empregam o lixo como meio de sobrevivência. Usando novamente o exemplo do município de Ijuí, a coleta seletiva, muito embora por exigência da promotoria pública, desencadeou um processo de mudança nos hábitos da população em separar os materiais em secos e orgânicos, exigindo que grupos de catadores se organizassem a partir de associações para realizar o processo de recebimento dos materiais, triagem, armazenamento até ter o volume adequado para comercialização. Este processo diminuiu a periculosidade da coleta nas ruas, tornando a atividade mais digna e humana, além de os catadores organizados usufruírem de estrutura para desenvolver seu trabalho protegidos do sol e da chuva.

O investimento neste projeto significa desenvolver nossa região a partir de um problema comum a todos os municípios, além de preservar o meio ambiente, gerar bem-estar aos cidadãos e promover a inclusão social.

Beneficiários: Geração de trabalho e renda diretamente para 800 pessoas, e indiretamente o projeto beneficiará uma população de 178 mil habitantes entre os municípios pertencentes ao Corede Noroeste Colonial.

Resultados pretendidos: enumerar os resultados possíveis de serem alcançados no curto, médio e longo prazos.

Aumentar a quantidade de material separado adequadamente na fonte geradora e, conseqüentemente, reduzir o volume de materiais destinados incorretamente contribuindo para a melhoria do meio ambiente.

Destinação adequada dos resíduos.

<p>Diminuição do custo de destinação para aterros privados. Economia para os cidadãos. Inclusão social dos trabalhadores da reciclagem, geração de novos postos de trabalho, aumento da renda destes trabalhadores em 30%. Aumento na qualidade de vida, melhoria no relacionamento na sociedade. Melhoria na qualidade da água, saúde pública etc.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Constituir uma rede integrada de gestão de resíduos sólidos urbanos para a região. Meta: Constituir uma rede com a adesão de todos os municípios do Corede Noroeste Colonial. Custo: R\$ 25.000 Prazo: 6 meses</p>
<p>Produto 2: Operacionalização do processo de coleta nos municípios Custo: Estimado em R\$ 50.000,00 Meta: Processo de recolhimento adequado em funcionamento Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 3: Oficinas de educação ambiental Custo: Estimado em R\$ 80.000,00 Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 4: Centrais municipais de recebimento Aquisição de terreno e edificação da infraestrutura Terreno: Cedência dos municípios integrantes da rede Edificação sob responsabilidade do projeto. Cada município deverá</p>

<p>ter um galpão de, no mínimo, 100m² para o armazenamento do material</p> <p>Custo: Estimado em R\$750.000,00</p> <p>Meta: Constituir uma central de recebimento em cada município</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 5: Central regional de recebimento e beneficiamento de materiais recicláveis</p> <p>Aquisição de terreno e edificação da infraestrutura</p> <p>Terreno: Cedência do município de Ijuí</p> <p>Edificação sob responsabilidade do projeto. Deverá ser edificado um galpão de, no mínimo, 500m² para o desenvolver os processos</p> <p>Custo: R\$ 400.000,00</p> <p>Meta: Constituir uma central regional para recebimento dos materiais em Ijuí</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 6: Aquisição de equipamentos (prensas, balanças, caminhões, empilhadeiras, equipamentos para beneficiamento)</p> <p>Custo: R\$ 1.200.000,00</p> <p>Meta: Equipamentos adquiridos</p> <p>Prazo: 18 meses</p>
<p>Produto 7: Parceria com as associações, cooperativas e empresas que atuam no setor da reciclagem</p> <p>Custo: R\$ 25.000,00</p> <p>Meta: Parcerias firmadas</p> <p>Prazo: 18 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Social bem como prefeituras dos municípios pertencentes ao Corede Noroeste Colonial.
Organizações parceiras: universidade, empresas, cooperativas e associações, ACI, Sindilojas, Lions, Rotary, etc.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Tesouro Estadual, BNDES, Ministérios
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Tesouro Estadual, BNDES, Ministérios
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2018 a 2030.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 15 – Projeto 15 – Setorial: Educação

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos e softwares de informática para os laboratórios das escolas públicas de Educação Básica do Noroeste Colonial.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 520.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Secretários (as) municipais de educação do Corede Noroeste Colonial
Escopo: Incluir a aquisição, atualização e manutenção de equipamentos e <i>softwares</i> de informática que se adequem às necessidades das escolas públicas de Educação Básica do Noroeste Colonial, a partir da realização de um diagnóstico na rede de escolas estaduais e mapeamento das demandas.
Responsável: Secretaria Estadual da Educação e Coordenadoria de Educação
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aprimorar tecnologicamente os recursos pedagógicos das escolas públicas da rede Básica de Ensino no Corede Noroeste Colonial.
Justificativa: Dentre as demandas levantadas no diagnóstico técnico do Planejamento Estratégico do Corede Noroeste Colonial, destaca-se, na área da educação, o descontentamento dos professores oriundos das escolas públicas de Educação Básica em relação aos <i>softwares</i> disponibilizados pelos órgãos públicos. Ademais, a 36ª Coordenadoria Regional de Educação manifestou que é fundamental modernizar os laboratórios de informática, possibilitando mais

<p>interatividade e melhores recursos pedagógicos para o aprimoramento do ensino/aprendizagem. Assim, este projeto é essencial por beneficiar e atender as demandas geradas pelas escolas pela da visão dos próprios professores e técnicos administrativos.</p>
<p>Beneficiários: Alunos, professores e técnicos administrativos das escolas públicas da rede básica de ensino no Corede Noroeste Colonial.</p>
<p>Resultados pretendidos: Ampliar os espaços tecnológicos nas escolas; propiciar recursos pedagógicos adequados ao ensino/aprendizagem.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturas para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Diagnóstico na rede de escolas estaduais e mapeamento das demandas de equipamentos e <i>softwares</i> de informática.</p> <p>Meta: As(os) secretárias(os) de educação dos municípios do Corede Noroeste Colonial deverão fazer mapeamento das demandas de equipamentos e <i>softwares</i> de informática e encaminhar aos prefeitos, bem como à 36ª Coordenadoria Regional de Educação em forma de projeto executivo.</p> <p>Custo: R\$ 80.000,00</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Aquisição de equipamentos e <i>softwares</i> de informática.</p> <p>Custo: R\$ 420.000,00, sendo destinado R\$ 20.000,00 por projeto executivo.</p> <p>Meta: Instituir os projetos executivos em 100% dos municípios do Corede Noroeste Colonial.</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Professores e/ou técnicos administrativos das escolas públicas de Educação Básica do Noroeste Colonial.</p>

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação, Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeituras do Corede Noroeste Colonial, Secretarias Municipais de Educação do Corede Noroeste Colonial.
Organizações parceiras: Empresas que tenham interesse em patrocinar a execução dos projetos executivos encaminhados pelas equipes municipais.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Educação, FNDE e Ministério da Educação
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Aquisição dos equipamentos e periféricos de informática, estruturação dos espaços físicos: R\$ 440.000,00
Despesas Correntes: manutenção e instalação dos equipamentos, contratação de serviços de empresa especializada para diagnóstico nas escolas: R\$ 80.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 80.000,00

Produto 2: R\$ 440.000,00
Total: R\$ 520.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 12 meses
Produto 2 – 48 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 16 – Projeto 16 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de ação para qualificação das salas de Urgência nos serviços de saúde do Município.
Localização: Ijuí-RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00
Duração do projeto: 10 anos
Responsável: Secretaria Municipal de Saúde
Escopo: A secretaria de saúde do município de Ijuí/RS busca organizar salas de urgências dos serviços de saúde de UBS, ESF, Unidade de 24 horas, Samu e salas especializadas equipando conforme a necessidade. Deste modo, almeja investimento de aquisição de mobiliário, materiais e equipamentos para equipar: 6 UBS, 15 ESF, 1 SAE, 1 Caps, 3 salas no Pronto-atendimento 24 horas e 3 viaturas no Samu. Os resultados esperados são de adquirir: carro de emergência, desfibriladores multiparâmetros, macas de salas, escadinhas, mesa de maio, mesa auxiliar, suporte de soro, torpedo de oxigênio de 1 metro com volemia duplo para oxigenação, torpedos de 7 metros com volemias dupla, kit completo, jogos de laringoscópio com lâminas de todos os números, ambú adulto, pediátrico, neonatal, máscara de Hudson adulto, pediátrico e neonatal, máscara de Venturi adulto, pediátrico e neonatal. Busca qualidade de serviços de saúde em situações de urgência, diminuição

de danos aos usuários, prevenção de saúde e beneficiar os usuários e equipes com equipamentos adequados e necessários para o atendimento.

Responsável: Coordenador Edegar Cosmann Moi

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Organizar e qualificar investindo com equipamentos e materiais as salas de urgências dos serviços de saúde do município.

Justificativa: As situações de urgência e emergência chegam a qualquer ponto de atenção da rede de atenção à saúde por ocorrências no domicílio ou em vias públicas. Elas devem receber o primeiro atendimento no ponto de atenção no qual derem entrada, sendo importante que as equipes estejam preparadas tecnicamente e com equipamentos adequados para prestar esse atendimento. O profissional de saúde, portanto, que deparar com uma situação de urgência deverá, o mais precocemente, avaliar o paciente, realizar manobras para sobrevivência organizando os serviços de urgência na rede de atenção à saúde de forma ideal para que possa atender ao usuário com a máxima qualidade possível, além de fazer com os recursos existentes. Várias situações podem acontecer, como alergia a medicamentos e vacinas, traumas clínicos, paradas cardíacas entre outros. Deve haver disponibilidade de equipamentos e material que possibilitam às equipes realizar atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem adequados aos casos críticos ou de maior gravidade. Deste modo, o recurso possibilitará qualidades de serviços de urgência ao usuário.

A Secretaria de Saúde tem uma preocupação de qualidades de serviços em saúde. Por isso busca recursos com a Secretaria Saúde do Estado para investir em equipamentos e móveis úteis nas urgências. As equipes de profissionais de saúde, coordenador de urgência e emergência e secretária de saúde pretendem organizar seus locais de trabalho para qualificar os serviços, diminuindo gravidades que possam prejudicar os usuários.

Os equipamentos e móveis em que pretendem investir o recurso são:

– Carro de emergência; desfibriladores multiparâmetros; macas das salas; escadinhas; mesa de maio; mesa auxiliar; suporte de soro;

<p>torpedo de oxigênio de 1 metro com volemia duplo para oxigenação, torpedos de oxigênios de 7 metros com volemias dupla, kit completo; jogos de laringoscópio com lâminas de todos os números; ambú adulto, pediátrico, neonatal; máscara de Hudson adulto, pediátrico e neonatal; máscara de Venturi adulto, pediátrico e neonatal. Os serviços de saúde contemplados são de UBS, ESF, Unidade de 24 horas, Samu e serviços especializados.</p>
<p>Beneficiários: Usuários da rede de atenção municipal de Ijuí e equipe que atua nesta rede.</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Qualificar a assistência às urgências e emergências.</p> <p>Adquirir materiais e equipamentos adequados.</p> <p>Aumentar a eficácia do atendimento.</p> <p>Diminuir mortes evitáveis.</p> <p>Estabilização e manutenção da vida.</p> <p>Promover saúde.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Equipamentos</p>
<p>Meta: 30 desfibriladores multiparâmetros; 30 suportes de soro; 30 torpedos de alumínio de oxigênio de 1 metro com válvula dupla para oxigenação e aspiração, kit completo; 30 torpedos de alumínio de oxigênio de 7 metro com válvula dupla para oxigenação e aspiração, kit completo; 60 jogos de laringoscópio de todos os números; 90 ambú adulto, pediátrico e neonatal; 90 máscaras de Hudson adulto, pediátrico e neonatal; 90 máscaras de Venturi adulto, pediátrico e neonatal.</p> <p>Custo: R\$ 710.970,00</p> <p>Desbifriladores: R\$ 390.000,00; suporte de soro: R\$ 4.500,00; kit</p>

<p>completo de torpedo de alumínio de 1metro com válvula dupla: R# 24.000,00; kit completo de torpedo de alumínio de 7 metro com válvula dupla: R\$44.700,00; jogos de laringoscópio: R\$ 180.000,00; Ambú: R\$ 54.000,00; máscara de Hudson: R\$9.720,00; máscara de Venturi: R\$4.050,00</p>
<p>Prazo: 10 anos</p>
<p>Produto 2: Mobiliários</p> <p>Meta: 30 Carro de emergência; 30 macas de salas; 30 escadinhas de dois degraus de ;30 mesa auxiliar; 30 mesas de maio</p> <p>Custo: R\$ 121.500,00</p> <p>Carro de emergência: R\$ 90.000,00; macas de sala: R\$ 10.500,00; escadinha de dois degraus: R\$ 6.000,00; mesa de maio: R\$ 6.000,00; mesa auxiliar: R\$ 9.000,00.</p>
<p>Prazo: 10 anos</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto:</p> <p>Coordenador Edegar Cosmann Moi; Secretária de Saúde Márcia Basso Boniatti.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Prefeitura de Ijuí.</p>
<p>Organizações parceiras: a participação de todos os setores sociais, saúde e educação das instituições pública e privada.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde o (SES)</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>

Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde (SES)
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: equipamentos e mobiliários.
Despesas Correntes: gastos com manutenção e carga dos torpedos de oxigênio
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: 710.970,00 + 50.000,00: 760.970,00
Produto 2: 121.500,00 + 17.530,00: 139.030,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
1º Etapa (12 meses – 2017) Aquisição de materiais e equipamentos por processo licitatório com recursos do PPA.
2ª Etapa (prazo de duração: 6 meses após o recebimento dos materiais e equipamentos para instalação, adequação do espaço e capacitação das equipes)
3ª Etapa: Construção das salas de Urgência e Emergência e manutenção das mesmas, espaço permanente das unidades de saúde do município de Ijuí.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 17 – Projeto 17 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reestruturação do Serviço de Atendimento Pré-hospitalar e atividades de Buscas e Salvamentos de pessoas vítimas de acidentes nos municípios do Corede Noroeste Colonial
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 280.000,00
Duração do projeto: atendimento permanente à comunidade.
Responsável: 12º Batalhão de Bombeiros Militar
<p>Escopo: O 12º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Ijuí, por intermédio do 1º Pelotão de Bombeiros Militar de Ijuí, atende operacionalmente a todos os municípios do Corede Noroeste Colonial e compõe parte da rede de atendimento de uma área que se estende até os municípios da fronteira.</p> <p>O veículo furgão será utilizado como viatura resgate no atendimento e condução de vítimas de acidentes e sinistros, incluindo os acidentes em rodovias da área de ação.</p> <p>Em média, o Corpo de Bombeiros Militar, sediado em Ijuí, atende a 3 mil ocorrências por ano, sendo 700 de salvamento de pessoas pela viatura resgate.</p> <p>O número de pessoas beneficiadas com o projeto supera os 200 mil habitantes, além de toda a população flutuante que utiliza as rodovias de acesso à fronteira.</p> <p>Como resultado, o projeto oferecerá diariamente segurança a toda a população dos municípios da microrregião e pessoas vítimas de acidentes, salvando vidas e minimizando os traumas sofridos pelas vítimas.</p>

Entre as atividades que serão desenvolvidas com o uso da viatura furgão ambulância/resgate estão atendimento pré-hospitalar e salvamento de pessoas vítimas de acidentes de trabalho e de trânsito, às quais são necessárias aplicar técnicas de extricação, que consiste em retirar uma vítima de um local do qual ela não pode ou não deve sair por seus próprios meios, tanto presas em ferragens quanto retiradas de pessoas em locais de difícil acesso, e dar o devido suporte básico da vida e condução ao atendimento médico.

Esta viatura estará disponível para atendimento 24 horas por dia pelo telefone 193 para ocorrências de urgência e emergência, quando há iminente risco à vida da pessoa.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Por meio da viatura de resgate e salvamento será dada segurança à população da região, com atendimentos de urgência e emergência de pronto emprego, retirando pessoas presas em ferragens e em locais de difícil acesso, realizando os primeiros socorros e conduzindo as vítimas ao atendimento médico hospitalar.

Justificativa: A região possui uma grande malha rodoviária, com alto índice de acidentes de trânsito com vítimas, sendo fundamental que o atendimento a essas pessoas ocorra com agilidade e eficiência, proporcionando, desta forma, condições para que elas sejam socorridas de forma a evitar o agravamento das lesões e dando amparo e dignidade à pessoa acidentada.

Para isso, é premente que a viatura utilizada possua condições adequadas para o transporte de equipamentos, ferramentas e local para condução da vítima, dentro das normas de segurança.

Atualmente o Corpo de Bombeiros Militar de Ijuí dispõe apenas de uma viatura com essas condições, que vem sendo empregada 24 horas por dia, ocasionando desgastes que já se apresentam pelas manutenções constantes que causam a interrupção do atendimento.

Beneficiários: O projeto beneficiará diretamente toda a população do Corede Noroeste Colonial e, indiretamente, toda a população flutuante que utiliza as rodovias da região.

Resultados pretendidos: Com o desenvolvimento do projeto na aquisição da viatura tipo furgão adaptada como viatura resgate com compartimento para transporte de vítimas, aliado ao serviço realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, baseado nas estatísticas, cerca de 700 ocorrências desta natureza são atendidos anualmente pelo Pelotão de Bombeiros Militar de Ijuí na área de ação, sendo este número multiplicado ao longo dos anos, além do emprego em apoio às mais de 3 mil ocorrências anuais do Corpo de Bombeiros Militar sediado em Ijuí.

Sempre que houver um sinistro em que pessoas estiverem em iminente perigo e risco à vida, a equipe do Corpo de Bombeiros se deslocará com a viatura resgate para prestar atendimento e a devida condução, quando necessário.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Um veículo tipo furgão adaptado para viatura resgate.

1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

1.1. Veículo automotor tipo furgão, zero km, transformado em autosocorro de urgência – ASU – para o corpo de bombeiros

1.1.1 Veículo leve tipo furgão, zero km, com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte, monobloco ou chassi, teto elevado e com carroceria totalmente em aço.

1.1.2 Tração traseira e rodado traseiro simples.

1.1.3 Motor a diesel de 4 cilindros verticais com potência mínima de 140 cv, turboalimentado.

- 1.1.4 Direção hidráulica e ar condicionado originais de fábrica.
- 1.1.5 Embreagem com monodisco seco com acionamento hidráulico, com caixa de mudanças sincronizadas e com no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré.
- 1.1.6 Freio a disco nas quatro rodas, sistema antiblocante (ABS) e distribuição eletrônica de frenagem EBD.
- 1.1.7 Freio de estacionamento.
- 1.1.8 Suspensão:
 - 1.1.8.1 Suspensão dianteira do tipo independente, com mola helicoidal ou barras de torção, amortecedores pressurizados e barra estabilizadora.
 - 1.1.8.2 Traseira com feixe de molas parabólicas ou molas semielípticas e amortecedores telescópicos.
- 1.1.9. Distância entre eixos 3.600 mm;
 - 1.1.9.1 Comprimento Total 5.300 mm;
 - 1.1.9.2 Largura total (carroceria) 1.900 mm;
 - 1.1.9.3 Altura total (solo ao teto) 2.450 mm;
 - 1.1.9.4 Vão livre dianteiro 150 mm;
 - 1.1.9.5 Vão livre traseiro 150 mm;
 - 1.1.9.6 Peso Bruto Total de 3.500 kg
- 1.1.10. Porta traseira que permita ampla abertura, com as seguintes dimensões e características mínimas:
 - 1.1.10.1 Ângulo de abertura superior a 260° e inferior a 280°.
 - 1.1.10.2 Largura de 1500 mm.
 - 1.1.10.3 Altura de 1700 mm.
- 1.1.11. Porta lateral corrediça com degraus de acesso, com janela de correr, com o sistema de trilho corrediço reforçado em aço inoxidável; sistema de suporte da porta resistente de forma a suportar as rígidas manobras de abertura e fechamento da porta, impedindo a queda da porta. Porta lateral com as seguintes dimensões mínimas:
 - 1.1.11.1 Largura de 1200 mm.
 - 1.1.11.2 Altura de 1300 mm.
 - 1.1.11.3 A porta lateral deverá ser posicionada na parte anterior do compartimento de carga, lado esquerdo (tendo como referência o

observador de frente para o veículo), a fim de proporcionar uma parede lateral direita na parte traseira, de no mínimo 1,85m de comprimento para montagem de um baú que permita o transporte de uma eventual segunda vítima.

1.1.12 As portas traseiras deverão ser sem vidros, também deverão ser previstos suportes para KED e prancha infantil nas portas traseiras.

1.1.13. Capacidade de carga: de 1.035 a 1.700 Kg.

1.1.14. Compartimento de carga (mínimos):

1.1.14.1 Capacidade volumétrica de 10,40 m³.

1.1.15. Dimensões internas (mínimas):

1.1.15.1 Largura 1650 mm.

1.1.15.2 Altura 1800 mm.

1.1.15.3 Comprimento 3000 mm.

1.1.16. Altura de plataforma de carga/solo, quando descarregado de, no máximo, 670 mm.

1.1.17. Capacidade mínima do tanque de combustível de 70 litros.

1.1.18. Equipamentos obrigatórios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

1.1.19. Deverá ser fornecido com Rádio CD player com MP3 com entrada USB frontal e sistema de autofalantes original veicular.

1.1.20. Deverá possuir vidros retrovisores externos elétricos com controle de fácil acesso ao motorista.

1.1.21. Deverá ser fornecido com vidros elétricos nas portas dianteiras, com acionamento no painel ou console das portas e controle único dos dois vidros para o motorista.

1.1.22. Deverá possuir “interface”, travas elétricas e alarme com acionamento a distância com controle na chave.

1.1.23. Deverá ser fornecido com faróis de neblina originais de fábrica.

1.1.24. Deverá possuir no mínimo duas tomadas de 12 volts no painel.

1.1.25. Cintos de segurança com regulagem de altura para motorista e passageiro.

- 1.1.26. Possuir computador de bordo original.
- 1.1.27. Ser fornecido com GPS veicular com tela mínima de 7 polegadas.
- 1.1.28. Deverá possuir sensor de estacionamento traseiro e câmera de ré.
- 1.1.29. Garantia mínima de um ano, a contar da entrega do veículo.
- 1.1.30. Deverá possuir air bag para motorista original de fábrica.
- 1.1.31. A viatura deverá ser pintada na cor vermelha rubi (Padrão CB: vermelho londrina).
- 1.1.32. Deverá possuir alarme sonoro para marcha à ré.
- 1.1.35. O veículo deverá ser entregue limpo e com o tanque de combustível cheio.
- 1.1.36. A empresa vencedora deverá fornecer o veículo já emplacado.

1.2 CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DA TRANSFORMAÇÃO DO VEÍCULO

1.2.1 Condições gerais:

1.2.1.1 A empresa implementadora responsável pelas alterações deverá zelar pela:

1.2.1.1.1 Confiabilidade e adequação em estrada do veículo, não tendo efeito negativo sob as características originais de condução.

1.2.1.1.2 Ausência de danos subsequentes, resultantes da fixação ou instalação de componentes, como sistemas elétricos ou eletrônicos exclusivos.

1.2.1.1.3 Segurança funcional e liberdade de movimento de todas as peças móveis.

1.2.2 Todas as instalações e alterações deverão levar em consideração as informações contidas no “Manual do implementador” emitidas pela respectiva montadora.

1.3 CARROCERIA EXTERNA

1.3. Layout Padrão Bombeiros de CBM-RS, em vinílico autoadesivo

refletivo 3M, de alta qualidade, e os detalhes deverão ser seguidos conforme padrão do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (novo modelo).

1.3.1 Os adesivos deverão ter garantia mínima de 5 anos.

1.4 CARROCERIA INTERNA:

1.4.1 Estrutura confeccionada em liga leve, com isolamento termoacústico entre as faces internas e externas das paredes e do teto.

1.4.2 Divisória da cabine do motorista com acesso livre de comunicação, sem folha de porta, construída em chapa de compensado Naval e revestida em courvim automotivo na cor do estofamento original pela parte do compartimento da cabine e em material semelhante ao restante do compartimento da carroceria (atendimento do paciente), na cor branca com reforços estruturais no batente da porta com recuo para trás o suficiente para instalação de suportes atrás dos bancos.

1.4.3 Deve ser substituído o banco duplo (original) do passageiro na cabine do motorista por um banco individual também regulável, mantendo o mesmo padrão, ergonomia e originalidade.

1.4.4 Os cantos onde houver a possibilidade de impacto com a maca articulada e outros equipamentos, tais como banco baú, armário lateral, armário aéreo, plataforma de acesso traseira, soleira da porta traseira e compartimento do cilindro, deverão ser arredondados e protegidos com chapa de aço inox ou alumínio de 1,5 mm.

1.4.5 Revestimento interno do teto e laterais em material antimofa de fácil assepsia inteiriça e sem emendas na cor branca, com reforços de perfis de aço na linha automotiva, revestimento nas portas laterais do mesmo material, e entre a latria e o revestimento deve ser instalado, em todo o compartimento de atendimento, material de isolamento termoacústico em estiropor de alta densidade com espessura entre 35mm e 45mm e colado com adesivo de alta resistência térmica.

1.4.6 Revestimento do assoalho do veículo em chapas de

compensado naval, e deverá ser constituído por uma única peça, sem costura, sem necessidade de ser encerado de linóleo sólido, vinil ou de epóxi vazado e que garanta condições de aderência mesmo quando molhado. O revestimento deverá ter uma espessura mínima de 3,5 mm e de aplicação permanente ao subassoalho. O material de revestimento do assoalho deverá cobrir todo o comprimento e largura da área de trabalho do compartimento. O material deverá possuir características de alto tráfego, atendendo à norma europeia EN-685 classe (34), “resistência a desinfetantes de superfície de uso hospitalar” revestido em tecido emborrachado vinílico automotivo antiderrapante em cor neutra que permita perfeita harmonia estética com os demais móveis. A escolha da cor fica condicionada em comum acordo entre a contratada e a contratante, representada pelo comandante da OBM. O material deve ser antiderrapante, inteiriço, sem emendas ou fresta para não haver infiltração de líquidos, de modo a obter uma perfeita assepsia. Na base dos armários, banco baú, banco giratório, fixadores e todos os equipamentos fixos que tenham contato com o piso, deverá ser aplicado vedante e acabamento com sikaflex total, além de uma barra de metal (alumínio) para maior proteção aos móveis. Deverão ser instaladas sobre o revestimento do assoalho, proteções em aço inoxidável em formato circular nos locais de descanso das rodas da maca articulada, em tamanho compatível com a dimensão das rodas de forma que as mesma permaneçam sobre a proteção em qualquer posição de giro.

1.4.7 Em todos os móveis deve ser utilizado compensado naval de 15mm de espessura com acabamento em fórmica texturizada. A empresa proponente deve fornecer garantia de dois anos para os móveis em geral.

1.4.8 O interior do compartimento de atendimento deverá estar isento de cantos vivos. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas no compartimento de atendimento deverá ser almofadado. O acabamento de todo o compartimento de atendimento, incluindo o interior dos armários de armazenamento e

gavetas, deverá ser construído com material liso tipo laminado, fibra ou plástico, impermeável e resistente à água, sabão e desinfetantes. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração.

1.4.9 Do sistema de condicionamento de ar

1.4.9.1 Deverá ser instalada unidade evaporadora própria (condicionador de ar) para o compartimento da vítima.

1.4.9.2 O compressor utilizado deverá ser único para as duas unidades evaporadoras (cabine e compartimento da vítima).

1.4.9.3 Deverá ser previsto, na cabine do veículo, sistema de controle de velocidade e temperatura do ar do compartimento da vítima independente do sistema original do veículo (condicionador de ar da cabine). Cada unidade evaporadora deverá ter um sistema de controle individual.

1.4.10. **Lateral direita** (atrás do carona) deve ser instalado os seguintes móveis:

1.4.10.1 Deverá ser previsto um nicho adequado (logo atrás do caroneiro) para instalação de uma cadeira retrátil de rodas, presa com sistema de soltura rápida.

1.4.10.2 Banco baú para acompanhantes, com cintos de segurança abdominais e dotados de recolhimento automático. Sobre a tampa do baú deve ser instalado um assento inteiriço com espuma de espessura mínima de 30mm, densidade 28, com três encostos individuais fixados na parede interna. Os encostos deverão ser de espuma injetada densidade 28, com espaldar lateral, semelhante ao encosto do banco automotivo e revestido em courvim automotivo. O assento e os encostos deverão ser fixados com velcro ou outro dispositivo de fácil remoção para assepsia. Deverá ainda ser instalador cintos de segurança abdominal, conforme as normas específicas para cinto de segurança, que possibilitem a fixação adequada quando da condução de vítimas sobre o banco (o cinto de segurança deverá ser do tipo retrátil). Sob a tampa do baú (dentro do banco baú) deverão ser dimensionados locais para colocação de materiais e equipamentos a ser definido pelo contratante. Deverão ainda ser instalados quatro

suportes para colocação de garrafas de Álcool (1000ml) ou de Iodopolvidonana (1000ml), na posição vertical, sem contato com o assoalho, de forma a impedir o derramamento de seu conteúdo quando do deslocamento da viatura. As dobradiças da tampa do banco baú devem ser reforçadas e, de preferência, diferentes das dobradiças de armários ou de móveis. Na lateral interna do banco baú, ao lado da maca articulada, deverão ser fixados três sistemas de travamento de cintos de segurança, para que, em uma eventualidade na qual se necessite transportar outra maca em cima do banco baú, esta maca possa ser presa pelos cintos de segurança abdominais. O banco baú deverá ter uma largura máxima de 450mm.

1.4.10.3 Deverá ser instalado no banco baú cesto para despejo de material usado, embutido tipo U, devidamente identificado, confeccionado em aço inox, com tampa e trava mecânica e, na mesma tampa, uma portinhola de acesso para jogar o lixo no compartimento, sem a necessidade de abrir a tampa principal. O compartimento destinado a acondicionar o cesto de despejo de materiais deverá ser totalmente isolado do restante do baú, de forma a evitar o contato entre o material limpo e o contaminado. Deverá ainda ser previsto dispositivo na tampa do cesto que permita a sua abertura em maior ângulo para fins de assepsia das paredes laterais, superior e inferior do baú onde está embutido o cesto. O cesto deverá ser instalado na extremidade anterior do baú, logo após a porta de correr lateral.

1.4.10.4 Deverá ser instalada pega mão (tipo de ônibus) de aproximadamente 600mm de comprimento no lado direito da porta lateral, em altura adequada para que uma vítima consiga se segurar e apoiar-se para adentrar a ambulância.

1.4.10.1 Deverá ser previsto um armário aéreo na parte superior com beiral e inclinação para evitar a queda de malas, objetos ou equipamentos quando o veículo estiver em movimento, aproveitando toda extensão lateral direita do compartimento, e a parte localizada acima da porta corredeira lateral poderá ter suas dimensões reduzidas.

1.4.11 Na *lateral esquerda* (atrás do motorista) deve ser instalado os

seguintes móveis e equipamentos:

1.4.11.1 Armário aéreo dividido em três nichos, dois com duas portas de acrílico transparente, com trava mecânica, para acondicionamento de materiais leves (colares cervicais, encostos de cabeça, etc.). O armário deverá ocupar comprimento total da lateral esquerda do veículo e ter uma altura aproximada de 300mm. O último compartimento deverá ser de fácil acesso e com abertura, com os cantos arredondados e sem porta, contendo duas tiras de elástico para impedir a queda de objetos de seu interior e facilitando a sua retirada. Deverão ser instaladas na extremidade mais próxima da divisória com a cabine duas gavetas com sistema de travamento sem chave.

1.4.11.2 Bancada inferior, instalada em toda a extensão da viatura, desde a divisória com o motorista até o armário para acondicionamento do cilindro de oxigênio. A bancada deverá ter uma altura de aproximadamente 850mm e borda superior em formato de batente com 50mm para cima, para evitar que objetos rolem e caiam da bancada. Ao longo da bancada inferior, em toda sua amplitude e na parte superior da bancada inferior, deverá ter dois nichos (equidistantes) com altura aproximada de 400mm, cada um com duas portas de acrílico transparente, espessura de pelo menos 4mm, com trava mecânica, para acondicionamento de materiais.

1.4.11.3 Sobre a bancada deverá ser dimensionado local específico para o desfibrilador externo automático (DEA), mochila contendo materiais para primeiro atendimento e mochila contendo cilindro de oxigênio de 1m³.

1.4.11.4 Ligando o armário aéreo à prateleira e a prateleira à bancada, deverá ser fixado um mastro para suporte de bomba de infusão, na parte central da bancada.

1.4.11.5 Na bancada inferior deve ser embutida a bateria auxiliar de 150 Ah, tendo todos os equipamentos elétricos suplementares ligados nesta, um inversor de potência de 1000 w e um encaixe para acondicionamento de uma maca rígida reserva (tamanho adulto) equipada com cinto tipo aranha, confeccionada em polietileno, modelo de mercado, sendo revestido em fórmica na cor dos demais móveis, com acesso pela parte traseira da viatura, sendo instalado na

abertura uma porta com sistema de travamento sem chave. Deverá ser prevista uma abertura (logo abaixo dos nichos com porta de correr) por meio de porta com sistema de travamento duplo sem chave, para facilitar o acesso à bateria e ao inversor de potência em caso de manutenção. Deverão ser previstas pequenas aberturas para exaustão dos gases da bateria.

1.4.11.6 Sobre a bancada, fixada na lateral da viatura, deverá ser instalada uma régua de oxigenação equipada com fluxômetro, frasco aspirador e umidificador com máscara conforme NBR 14.561 e com régua tripla de oxigênio com três conexões do tipo rosca normatizada para oxigênio conforme NBR 254, para uso de fluxômetro, aspirador e umidificador e uma tomada de ar comprimido para aspiração. Deverá ser fornecido com a viatura um frasco de aspiração confeccionado em vidro para uso em rede de ar comprimido, bem como dois conjuntos de oxigenioterapia compostos por fluxômetro, umidificador e máscara tamanho adulto com reservatório para O₂. Deverá ainda ser instalado sobre a bancada o painel de comando da parte elétrica (chaves para iluminação, exaustão e tomadas). Deverá ser instalado sobre a bancada inferior, na parede lateral da viatura, um dispenser para álcool gel, um suporte para papel toalha e uma lanterna recarregável de LED com carregador e suporte de fixação.

1.4.11.7 Logo após a bancada inferior, deverá ser instalado armário com largura aproximada de 380mm para acondicionamento de um cilindro de oxigênio de 3,5m³, com sistema de travamento e contenção do cilindro, com tampa de fecho e trava mecânica e abertura com bordas arredondadas para inspeção do cilindro. O armário será dividido em duas partes: em sua parte inferior ficará o cilindro de oxigênio e na sua parte superior será confeccionado nicho para armazenagem de materiais diversos por meio de abertura com bordas arredondadas.

1.4.11.8 Toda a lateral esquerda do compartimento interno deverá ser aproveitada e transformada em armários, exceto o espaço em que será instalado o painel de comando e sua região ligeiramente abaixo do painel (bancada).

1.4.11.9 Deverá ser fornecido kit de oxigenação composto por um cilindro de aço ou alumínio com capacidade mínima de 3,5 m³, manômetro ligado ao cilindro de oxigênio e com saída ligada nas mangueiras de oxigênio trançadas instaladas na régua com fluxômetro.

1.4.11.10 Na traseira da viatura, ao lado da porta de acesso ao nicho da maca reserva, deverá ser instalado extintor de pó químico seco – PQS, de 4kg, fixado através de sistema de soltura rápida.

1.4.12 No *centro do veículo* deve ser instalado os seguintes móveis:

1.4.12.1 Banco para o socorrista instalado na cabeceira da maca retrátil com as seguintes características: encostos de braço móvel, base reforçada e giratória em 360° com o giro por meio de base giratória do tipo disco com trava a cada 90°. O assento deverá ficar à altura da maca da vítima, de forma que a fixação e o giro permitam a mobilidade das pernas do socorrista, entre a cadeira e a maca;

1.4.12.2 Assento e encosto em espuma injetada, densidade 60 Kgf/m³, revestidos em courvim automotivo na tonalidade de cor predominante dos móveis. Cinto de segurança abdominal de quatro pontos, com terminal de fixação macho-fêmea na parte frontal e toda a estrutura do cinto deve ser fixada diretamente ao banco. Deverá ser previsto local para acondicionamento dos cintos quando não estiverem sendo utilizados, de forma a evitar que o mesmo seja contaminado pelas secreções corporais das vítimas e/ou pela sujidade do assoalho.

1.4.12.3 01 (um) suporte para soro e sangue, construído em aço cromado, fixado no pega mão.

1.4.12.4 01 (um) pega mão fixado no teto, em perfil de alumínio com suportes de fixação em polietileno e reforços estruturais em perfil de chapa dobrado.

1.4.12.5 Proteção contra impactos nas saídas das portas, com almofadas especiais, revestidas em courvim de alta resistência.

1.4.12.6 Oito luminárias, sendo seis de LED, com duas intensidades de luz (normal e alta intensidade), no compartimento, com tecla de acendimento no painel de comando de forma a ligar de duas em duas

luminárias, e duas lâmpadas de LED, com focos direcionáveis (alta intensidade), sobre a maca articulada, no teto do veículo, também com tecla de acendimento no painel de comando de forma a ligar.

1.4.12.7 *Maca retrátil* deve seguir o seguinte padrão:

1.4.12.7.1 A alavanca para engate e desengate da maca retrátil deve ser fixada em dois pontos de modo a deixar a maca mais para a direita, e no piso devem ser instalados parafusos tipo passante com porca autotravante.

1.4.12.7.2 A maca deve ser fornecida e instalada na viatura pela montadora contratada, seguindo as instruções de instalação determinada pelo fabricante da maca.

1.4.12.7.3 *Perfil de montagem:*

1.4.12.7.3.1 A maca retrátil deve apresentar as seguintes características:

a. A maca deve ser montada com perfis de alumínio tubular em seção redonda e dimensionada para suportar pacientes de até 200 kg, apresentando uma capacidade mínima de carga de 300 kg. Deve ter o quadro das pernas e o quadro do leito construídos em tubos de alumínio, com seção redonda de 25,4 e 31,75 mm de diâmetro, com os tubos da estrutura do leito, das pernas e dos eixos da maca possuindo uma espessura mínima de 3,00 mm. Os perfis de alumínio devem seguir normas de fabricação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nº 6063, 6061 ou 6262, com têmperas T5 ou T6 conforme a necessidade. As propriedades mecânicas dos perfis devem seguir a norma ABNT-NBR 7000. Os perfis devem ser encaixados com conexões de alumínio injetadas e estudadas de alta resistência em toda a estrutura da maca, para reduzirem o risco de quebra, proporcionando maior segurança e durabilidade ao equipamento. A fixação das conexões aos perfis deverá ser feita com pinos elásticos, não devendo ser utilizada solda, uma vez que a mesma pode comprometer a estrutura da maca causando trincas, rachaduras e, conseqüentemente, acidentes. Os pinos elásticos devem ser travados com rebites tipo U para impedir que os mesmos se movimentem com as torções que a maca sofre em sua utilização.

b. Deve possuir um espaldar regulável para elevação da cabeça, tronco e membros superiores do paciente (Movimento Fowler) com, no mínimo, seis posições que variem de 0° a 90°. A base do sistema

de elevação deve ser rígida, em material ABS, para possibilitar procedimentos de RCP sobre a maca, proporcionando também maior conforto ao paciente.

c. Deve possuir alças laterais basculantes com altura mínima de 150mm, medida a partir do leito da maca e dispositivos automáticos de acionamento em nylon na cor vermelha, que possibilitem maior agilidade nos procedimentos de resgate.

d. Deve possuir uma alça de transporte traseira basculante para permitir a colocação de uma prancha de imobilização sobre a maca sem que a alça dificulte este procedimento.

e. Todos os cantos, bordas e cavidades devem ser arredondados a fim de se evitarem acidentes.

1.4.12.7.4 *Dimensões*

1.4.12.7.4.1 O leito deve possuir comprimento mínimo de 1900mm e largura mínima de 560mm, incluindo as alças laterais basculantes, conforme determinado pela norma ABNT NBR 14.561. A base do leito deve ser rígida em material ABS para proporcionar maior conforto ao paciente. A altura da maca deve ser definida pela montadora da ambulância ou pelo usuário da maca de acordo com a altura da carroçaria do veículo no qual será utilizada. A medida do comprimento total mínimo da maca, tomada dos rodízios dianteiros até os rodízios traseiros quando deitada, deverá ser de 1900mm.

1.4.12.7.5 *Rodízios*

1.4.12.7.5.1 A maca deve possuir um conjunto de quatro rodízios giratórios de material leve, revestidos em borracha, com diâmetro de, no mínimo, 120mm, para facilitar seu uso em terrenos irregulares. Os rodízios devem ser dotados de sistema de freios de fácil operação. Deve possuir um conjunto de dois rodízios aéreos fixos de mesmo diâmetro, revestidos em borracha para apoio durante a colocação e retirada da maca do interior da ambulância. Os rodízios devem estar afastados adequadamente de modo a garantirem uma base estável e uma maior segurança contra tombamentos.

1.4.12.7.6 *Colchonete:*

1.4.12.7.6.1 O colchonete deve ser confeccionado com espuma de densidade 33 e revestido em material impermeável autoextinguível, antimoho, na cor preta, selado com costura eletrônica para não permitir a infiltração e a contaminação e que possa ser lavado facilmente. As dimensões do colchonete deverão ser iguais às

medidas do leito, com espessura de 70mm. O colchonete também deve ser bipartido para permitir a passagem dos cintos de segurança sob os ombros do paciente.

1.4.12.7.7 *Cintos de Segurança*

1.4.12.7.7.1 A maca deve possuir três cintos de segurança, sendo um na altura do peito, um na altura da bacia e um para as pernas, de forma a prevenir que o paciente tenha movimentos longitudinais, transversais, ascendentes e descendentes sobre a maca. O cinto localizado no peito do paciente deve contar com dois cintos de ombro que deverão ser acoplados em conjunto com o cinto do peito formando um cinto de quatro pontas, aumentando a segurança e minimizando o movimento para frente do paciente durante uma frenagem brusca ou em acidente com impacto frontal. As correias de imobilização devem ser fabricadas em nylon ou poliéster de fácil higienização com largura mínima de 48mm, possuir fivelas metálicas com revestimento em PVC e sistema de engate rápido. Os cintos devem ser na cor vermelha para serem de fácil visualização e confeccionados com uma das extremidades de tal forma que permita ser prendido na maca em forma de laço, possibilitando que o cinto seja removido para lavagem ou manutenção e instalado de forma rápida.

1.4.12.7.8 *Capacidade de Carga*

1.4.12.7.8.1 A maca deve ter uma capacidade de carga mínima de 300 kg, porém o fabricante deve apresentar laudo executado por profissional qualificado e habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia (Crea), comprovando que o equipamento suporta uma carga de, no mínimo, o dobro do peso estabelecido como capacidade de carga, distribuída de forma uniforme em toda sua estrutura.

1.4.12.7.9 *Mecanismos de retração das pernas*

1.4.12.7.9.1 A maca deve possuir um mecanismo na parte inferior do leito, próximo à alça de transporte traseira, que possibilite a retração das pernas. O mecanismo de retração deve ser único, com sistema de segurança antiqueda, e nas rodas sistemas de travamento tipo “stop turn”. A maca deve ser acionada individualmente e permitir sua utilização por apenas uma pessoa.

1.4.12.7.10 *Sistema de travamento da maca ao veículo*

1.4.12.7.10.1 Deve ser fornecido, juntamente com a maca, um sistema central de fixação estável, com sistema de engate rápido de

fácil acesso e manipulação. Este sistema deve fixar a maca com rodas à carroçaria do veículo de resgate, sem a necessidade de caneleta guia ou plataforma no interior do veículo. Deve possuir um guia frontal para permitir o perfeito acoplamento da maca e batentes frontais com resistência para suportar o impacto da maca no momento de colocá-la no interior do veículo ou em caso de acidente. O material utilizado no sistema de travamento pode ser de alumínio ou aço, desde que atenda os limites mínimos de resistência e segurança. O dispositivo de fixação instalado para ancoragem da maca com rodas deve ser ensaiado para atender à norma internacional AMD STD 004, como descrito na norma ABNT NBR 14.561. O fabricante deve apresentar um laudo de ensaios de tração longitudinal, lateral e vertical para cima, feito por profissional qualificado e habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia (Crea) comprovando a resistência do sistema de travamento. O sistema deve suportar uma carga de 1.000 kgf nos três sentidos supraespecificados. O sistema de travamento deve ser construído com dimensões compatíveis com a maca de forma a não raspar ou bater em nenhuma parte dela durante sua colocação e retirada da ambulância.

1.4.12.7.11 *Certificado de Garantia*

1.4.12.7.11.1 O equipamento deve possuir um certificado de garantia contra defeitos de fabricação com instruções de procedimento e termos de garantia de 24 meses contados a partir da emissão da nota fiscal de venda, ou garantia de fábrica de 12 meses e mais 12 meses de garantia estendida.

1.4.12.7.12 *Identificação*

A maca deve possuir uma etiqueta de identificação do fabricante com CNPJ, telefone e número serial para rastreabilidade.

1.4.12.7.13 Quantidade: 1 maca retrátil.

1.5 SISTEMA ELÉTRICO, SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1.5.1 *Na parte superior da viatura:* Barra sinalizadora de emergência em formato de arco ou similar, de perfil baixo e aparência discreta, com módulo único e lente inteiriça, com

comprimento entre 1.000mm e 1.300mm, largura entre 250mm e 500mm e altura entre 70mm e 110mm.

1.5.2 Sistema luminoso composto por módulos constituído por 116 ou 164 Leds de alto brilho próprios para iluminação, com potência não inferior de 0,5 W cada Led, cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV, com garantia de cinco anos. Dotado de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo diretiva nos módulos centrais e difusora nos módulos laterais, alimentados nominalmente com 12 Vcc, com, no mínimo, 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita.

1.5.3 Cada Led deverá obedecer a especificação a seguir descrita:

1.5.3.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 620 a 630 nm;

1.5.3.2 Intensidade luminosa de cada Led de, no mínimo, 40 Lumens; e

1.5.3.3 Categoria: AlInGaP.

1.5.4. O sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de microprocessador ou microcontrolador que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência, com pulsos luminosos de até 25ms. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds mediante Pulse Width Modulator (PWN), o PWM devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo, assim, a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds não deverá ultrapassar 5 A na condição de alimentação nominal.

1.5.5 O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais cinco outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a

serem definidos/utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais).

1.5.6 O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio, possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

1.5.7 O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desativando o sinalizador se necessário, evitando, assim, o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

1.5.8 O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, alta variação de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

1.5.9 *Dispositivo sonoro de emergência:* composta de sirene eletrônica e duas unidades sonofletoras com capacidade individual de cem watts e, no mínimo, *quatro tipos de sons independentes*, e Sirene Fa-Dó Eletropneumática de 12 V com corrente de 15A, tipo de som bitonal alternado, frequência fundamental 435hz-448hz, pressão sonora a 2 metros de 115 decibéis. Cornetas de alumínio com tratamento de superfície compressor zincado e pintado, resistência à temperatura de 25° C a 90° C com dimensões da corneta de 90X319 cm e compressor de 82,203 cm e peso de 2,370 kg. Aplicação em veículo que não possuir ar comprimido com tensão nominal de 12V. As unidades sonofletoras devem ser instaladas o mais à frente possível no veículo, voltadas para a dianteira, e a uma altura adequada do piso.

1.5.9.1 O equipamento não poderá gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores (rádios) dentro da faixa de frequência utilizada pela Polícia e/ou Corpo de Bombeiros.

1.5.10 *Sinalizador Linear traseiro*, sinalizador traseiro de orientação de trânsito, composto por barra montada em perfil de alumínio extrudado anodizado, com acabamentos laterais em ABS, posicionado em cima do teto traseiro, com lentes em policarbonato injetado, formato retangular, dotada de oito módulos, na cor ambar para iluminação para orientação de trânsito. Deve possuir sequência de acendimento da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, do centro para as pontas e mais uma aleatória. Sistema luminoso composto por módulos com, no mínimo, quatro Leds próprios para iluminação, com potência não inferior de 1 W cada Led, com garantia de cinco anos. O comando da barra de orientação de trânsito deverá ser instalado na cabine, indicando qual sequência está em uso e permitindo seu acionamento independente das demais iluminações de emergência da viatura, instalado em local específico (console), possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

1.5.11 *Farol de embarque direcional, (quatro FAROLETES)*; dois instalados na traseira superior do veículo, nas extremidades do sinalizador linear e um na lateral direita logo acima da porta lateral e um instalado na lateral esquerda do veículo, paralelo ao do lado direito, ambos com chave de controle no painel central.

1.5.12 Conjunto de oito Strobos tipo leds na cor branca, em formato triangular ou retangular, com alta luminosidade, com acabamento protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, sendo quatro localizados na grade frontal ao lado dos faróis dianteiros (dois superiores vermelhos e dois inferiores brancos) e dois na traseira, localizados nas colunas traseiras ao lado das portas traseiras, acima das lanternas, em meia altura, e na parte superior das portas, com flashes quádruplos na frequência de 90 flashes por minuto.

1.5.13 *Na parte MEDIANA ENTRE O TETO E O ASSOALHO de cada uma das laterais deverão* ser instaladas lanternas sequenciais com lâmpadas de leds, com conjunto de seis leds em formato linear ou triangular, com alta luminosidade, com acabamento liso, preto ou cromado, protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, na cor vermelha e branca, posicionadas três em cada lateral do veículo. *Os conjuntos devem ser instalados equidistantes.*

1.5.14 *Na parte SUPERIOR de cada uma das laterais deverão* ser instaladas lanternas sequenciais com lâmpadas de leds, com conjunto

de seis leds em formato retangular, medidas 200x200mm, com alta luminosidade, protegido a infiltrações, selado e resistente às intempéries, na cor vermelha e branca, posicionadas três em cada lateral do veículo.

1.5.15 Bateria Auxiliar de 150 Ah tipo selada, de alto ciclo, instalada em ambiente (sob a bancada inferior do lado esquerdo) ventilado de fácil acesso para a manutenção e com capacidade suficiente para manter todos os acessórios elétricos funcionando ao mesmo tempo.

1.5.16 Interligação da bateria auxiliar com o alternador do veículo com sistema de bloqueio da carga da bateria original do veículo. Todo o sistema elétrico será ligado na bateria suplementar.

1.5.17 Instalação no compartimento do paciente de um sistema de exaustor forçado instalados no teto com perfeita vedação, forçando a entrada e saída de ar para eliminação de odores no compartimento do paciente, composto de dois ventiladores, sendo um sobre o socorrista na entrada de ar e um traseiro com a função de exaustão de ar para retirada de odores. O acionamento deve ser por duas chaves no painel elétrico principal, e cada chave liga um único exaustor.

1.5.18 Instalação de Painel de Controle Central com sistemas elétricos separados, identificados e corretamente dimensionados por meio de maxifusíveis, tomadas 220 volts, externa e pelo menos duas tomadas de 12 volts, instaladas na bancada, com identificação das funções.

1.5.19 Cabos elétricos superdimensionados, antichama, com conduítes de fácil acesso para a manutenção, com terminais clipados nas pontas dos fios, de acordo com as normas da ABNT.

1.5.20 A sinalização visual de emergência, frontal, lateral e traseira, deverá ser do mesmo fabricante, permitindo sincronização das mesmas.

1.6 OUTROS EQUIPAMENTOS

1.6.1 Para-choque de Impulsão para o veículo ambulância, confeccionado em tubos de aço na cor preta, com dois faroletes instalados junto ao para-choque de impulsão.

1.6.2 Duas tomadas externas uma cada lateral 12V.

1.6.3 Um holofote com lâmpada halógena 12 V, de 100W de potência, no mínimo, e cabo elétrico de 30 metros de comprimento.

1.6.4 Um tripe retrátil em alumínio com altura superior a 2000mm, quando totalmente estendido e inferior a 1000mm quando recolhido para fixação do holofote.

1.6.5 Uma lanterna intrinsecamente segura, corpo em ABS termoplástico de alto impacto, impermeável, alça para transporte destacável, empunhadura de mão, bateria recarregável, carregador destacável de modo a permanecer na viatura. Com suporte de fixação e carregadores a 220v e 12 volts incorporados, intensidade luminosa superior a 50.000 lúmen

1.6.6 Um guincho elétrico para 5 Ton, instalado na parte frontal da viatura, junto ao para-choque de impulsão com controle com fio de 5m.

1.6.7 Quatro cones de sinalização tamanhos médios Padrão ABNT, fixados em local definido pelo CBM.

1.6.8 **Rádio comunicador**

1.6.8.1 A viatura deverá possuir um rádio de transceptores móveis VHF/FM, com display alfanumérico de, no mínimo, oito caracteres, sintetizado com programação de frequência em memória do tipo EEPROM, ou similar, sendo a programação feita por microcomputador PC-XT/AT, ou em Kit próprio de programação. O rádio deve ser instalado no painel da viatura com as seguintes especificações:

1.6.8.1.1 Ser homologado pela ANATEL.

1.6.8.1.2 Faixa de operação mínima entre 148 Mhz a 174 Mhz.

1.6.8.1.3 Potência de saída de radiofrequência mínima de 40 watts.

1.6.8.1.4 Potência de saída de áudio mínima 1,5 watts.

1.6.8.1.5 Códigos silenciadores, programáveis, para evitar transmissões indesejadas.

1.6.8.1.6 Funções programáveis: scan, bloqueio de canal ocupado, temporizador de transmissão.

1.6.8.1.7 sistema de sinalização com capacidade de codificar e decodificar as seguintes funções:

1.6.8.1.8 Identificação de rádio (ID).

1.6.8.1.9 Chamada seletiva de voz.

1.6.8.1.10 Teste remoto de rádio.

1.6.8.1.11 Capacidade de memória mínima de 32 canais programáveis por microcomputador PC ou kit próprio de programação.

1.6.8.1.12 Espaçamento mínimo entre canais de 20 Khz.

1.6.8.1.13 microfone compacto com suporte.

1.6.8.1.14 Alto-falante embutido no corpo do rádio.

1.6.8.1.15 Cada transceptor deverá acompanhar:

1.6.8.1.16 Antena tipo Wip, ¼ onda, com cinco metros de cabo coaxial e conectores compatíveis com o rádio.

1.6.8.1.17 Kit de suporte e fiação para instalação em automóveis.

1.6.8.1.18 Manual de operação, programação e manual técnico do rádio escritos em português.

1.6.8.1.19 Kit de programação compatível com o rádio (software, interface, cabos e conexões), por lote de rádio adquirido;

1.6.8.1.20 Ter garantia de 24 meses.

1.6.8.1.21 Entregar radio programado na frequência da corporação de bombeiro.

1.7 CONFIGURAÇÕES GERAIS DA TRANSFORMAÇÃO DO VEÍCULO

1.7.1 Do lado esquerdo da viatura, próximo à porta do condutor, deverá ser confeccionado um armário com tampa do mesmo material e cor do restante da carroceria, devidamente vedada com borrachas de vedação automotivas de forma a impedir a entrada de água e/ou poeira no compartimento. A porta do armário deverá possuir no mínimo 990mm de comprimento e 570mm de altura. Internamente o armário deverá possuir as dimensões mínimas de 1.670mm de comprimento, 730mm de altura e 400mm de profundidade. O

armário será utilizado para o acondicionamento de materiais diversos de salvamento, sinalização e EPIs. Na porta deverá ser instalado pega mão de polietileno e um dispositivo de abertura e fechamento tipo fecho rápido com chave, bem como dispositivo de travamento que permita manter a porta aberta quando em operação.

1.7.2 A estrutura interior deste armário deverá ser de aço liso ou extrudado (aço escovado) com suportes para fixação de: desencarcerador elétrico, caixa de ferramentas, equipamento de proteção individual: dois capacetes de combate a incêndio, duas calças de combate a incêndio, duas capas de combate a incêndio e duas botas de combate a incêndio. Deverá ter também no interior do armário uma lâmpada com dispositivo de liga e desliga quando da abertura da porta. Todos os suportes deverão conter dispositivo de rápida liberação e travamento elétrico e automático da porta quando fechada com interruptor de abertura instalado em local específico (console), possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

1.7.3. Instalação elétrica totalmente projetada para atender às necessidades do veículo e transformações, confeccionada com cabos especiais à prova de fogo e que não emanam gases, com bitolas superdimensionadas, e disjuntores e relés à prova de explosão.

1.7.4 O armário deverá ser totalmente isolado dos armários instalados no interior do salão de atendimento dos pacientes, não permitindo o contato entre os materiais de APH e o conteúdo do armário, bem como possuir instalado no seu assoalho dispositivo de fácil abertura que permita a drenagem de líquidos em caso de acondicionamento de materiais molhados e/ou lavação do compartimento.

Outras informações

Para que o cliente se resguarde da Garantia e Qualidade do veículo transformado em ambulância, a empresa proponente, do veículo Furgão em Ambulância, deverá apresentar na qualificação

<p>técnica juntamente com os documentos de habilitação, os seguintes documentos:</p> <p>Certidão de adequação e legislação do trânsito (CAT), emitida pelo Denatran, referente à marca e modelo do veículo ofertado e da empresa que fará a transformação do veículo furgão em ambulância.</p> <p>Comprovante de capacidade técnica emitida pelo Inmetro, referente à marca e modelo do veículo ofertado, da empresa que fará transformação do veículo furgão em ambulância.</p> <p>Certidão de registro de pessoa física e jurídica (engenheiro mecânico responsável pela empresa transformadora).</p> <p>Três Atestados de Capacidade Técnica da empresa que fará a transformação do veículo furgão em ambulância, emitido por qualquer órgão público com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) fornecida pelo Crea, referente ao objeto da licitação.</p> <p>Laudo Técnico de Ensaio Estrutural do conjunto da maca retrátil, conforme especificada no descritivo bem como o registro na Anvisa do equipamento.</p>
<p>Meta: adquirir um veículo com adaptações para atuação como veículo resgate.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 280.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Estadual PPA</p>

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Aquisição de um veículo tipo furgão adaptado para serviço de resgate e salvamentos de pessoas.
Despesas Correntes: Emplacamento.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Meta 1: Aquisição de um veículo automotor tipo furgão, zero km, transformado em autosocorro de urgência – ASU – para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.
Modalidade: pregão eletrônico Tipo de Licitação: menor preço global.
1º Etapa: Licitação (prazo de 30 dias) Abertura de Edital Credenciamento Recebimento da Proposta Habilitação para o fornecimento do objeto do Edital Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.
2º Etapa (prazo de 10 dias) Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.
3º Etapa (prazo de 90 dias a para entrega do veículo a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento) Entrega do bem pela empresa ganhadora do certame.
Meta 2: Desenvolvimento das atividades de buscas, salvamentos e suporte básico da vida no atendimento à comunidade.
1ª Etapa (prazo de 30 dias) Reestruturação do serviço de atendimento do autosocorro de urgência pelo Corpo de Bombeiros Militar.

2ª Etapa (prazo de 180 dias)

O atendimento será desenvolvido de maneira ininterrupta com o emprego de 10 bombeiros militares, para compor 4 Guarnições 24 horas por dia, nas atividades de suporte básico da vida aos municípios que compõem a microrregião do Noroeste Colonial.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 18 – Projeto 18 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ambulatório de Especialidades – cirurgia geral e urologia.
Localização: Corede Norc
Valor total estimado do projeto: R\$ 9.850.000,00
Duração do projeto: Implantação – 12 meses após efetivação
Responsável: Instituição Hospitalar da região de abrangência da 13ª Região de Saúde
Escopo: Instalação dos ambulatórios de especialidades em cirurgia geral e urologia; considerando a demanda reprimida nestas especialidades.
Responsável: Silvia Regina Ceccato
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar ambulatório de especialidades na área de cirurgia geral e urologia a usuários do Sistema Único de Saúde.
Justificativa: Atualmente os serviços disponibilizados não atendem a necessidade da região, gerando demanda reprimida nessas especialidades.
Beneficiários: Usuários do Sistema Único de Saúde.

<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Oferta de atendimento nas especialidades de cirurgia geral e urologia. Redução da fila de espera para realização de procedimentos cirúrgicos. Resolutividade nos serviços oferecidos. Melhoria das condições de saúde da população.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: despesa de capital: Aquisição de material permanente/equipamentos</p>
<p>Meta: Prestar ações e serviços de saúde ambulatorial e hospitalar (consultas, exames e cirurgias) de média complexidade, relacionado às especialidades de cirurgia geral e urologia.</p> <p>Custo: R\$ 250.000,00</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2018</p>
<p>Produto 2: despesas de custeio</p> <p>Meta: Ofertar no mínimo: 240 consultas/mês Diagnose (definida posteriormente) No mínimo 30 procedimentos cirúrgicos/mês</p> <p>Custo: R\$ 9.600.000,00</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2025</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: 17ª Coordenadoria Regional de Saúde</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Municípios.</p>

Organizações parceiras: Hospitais filantrópicos, universidade, empresas, cooperativas...
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recurso Estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros: Contrato com instituição hospitalar filantrópica.
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 9.850.000,00
Fontes de recursos: Recurso Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 250.000,00
Custeio: R\$ 9.600.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: despesa de capital: Aquisição de material permanente/equipamentos: R\$ 250.000,00
Produto 2: despesas de custeio: R\$ 100.000,00/mês R\$ 9.600.000,00 (96 meses/8 anos) Prazo: 1/2018 a 12/2025 (96 meses/8 anos)
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Efetivação em 12 meses.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação. Prioridade 19 – Projeto 19 – Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de viatura leve para o efetivo do 12º Batalhão de Bombeiros.
Localização: Sediado em Ijuí, na Rua Venâncio Aires, 248, centro.
Valor total estimado do projeto: R\$ 540.000,00
Duração do projeto: 144 meses
Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul – 12º Batalhão de Bombeiros Militar
<p>Escopo: O 12º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Ijuí, atende operacionalmente a todos os municípios do Corede Noroeste Colonial, e compõe parte da rede de atendimento de uma área que se estende até os municípios da fronteira.</p> <p>A viatura leve será utilizada na atividade de vistorias realizadas pela Seção Técnica de Prevenção de Incêndios em nossa área de atuação.</p> <p>O número de pessoas beneficiadas com o projeto supera os 200 mil habitantes, além de toda a população flutuante que utiliza nossa região.</p> <p>Esta viatura estará disponível para atendimento 24 horas por dia pelo telefone 193 para atendimento e investigação de denúncias realizadas para a Seção Técnica de Prevenção de Incêndio.</p>
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Com a viatura leve será dada maior segurança à população da região, e será destinada aos trabalhos de inspeção em edificações, nas atividades de defesa civil e em representações.
Justificativa: A região possui uma grande área territorial, com alto índice de edificações, sendo fundamental para o trabalho da Seção de Prevenção de Incêndios com a realização de vistorias e atividades de

defesa Civil, e para isso se faz necessário que o atendimento a essas pessoas ou edificações ocorra com agilidade e eficiência, proporcionando, desta forma, uma melhor qualidade ao atendimento à população.

Para isso, é premente que a viatura utilizada possua condições adequadas para a condução ao local, dentro das normas de segurança.

Atualmente o Corpo de Bombeiros Militar de Ijuí dispõe apenas de duas viaturas com essas condições, que vêm sendo empregadas 24 horas por dia, ocasionando desgastes que já são apresentados pelas manutenções constantes, que causam a interrupção do atendimento.

Beneficiários: O projeto beneficiará diretamente toda a população do Corede Noroeste Colonial e indiretamente toda a população flutuante que utiliza nossa região.

Resultados pretendidos: Com o desenvolvimento do projeto na aquisição da viatura, buscamos uma maior agilidade na prestação dos serviços da Seção de Prevenção de Incêndios e na realização de vistorias no serviço realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

- a. Veículo automotor, de passageiros, tipo automóvel sedan, monobloco em aço e original de fábrica, em cor vermelho (fábrica), zero quilômetro.
- b. Data de fabricação/modelo igual ou posterior à assinatura do contrato.
- c. Quatro portas laterais e uma tampa traseira com abertura vertical para cima.
- d. Compartimento de carga com volume mínimo de 400 litros.
- e. Transmissão manual ou automática.

- f. Direção hidráulica, ou elétrica, ou eletro hidráulica.
- g. Freio a disco nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema de antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral das rodas.
- h. Motor à gasolina ou combustível flexível, aspirado, com injeção eletrônica.
- i. Potência de, no mínimo, 90 cavalos-vapor (ABNT).
- j. Velocidade máxima não inferior a 160 Km/h.
- k. Capacidade do tanque não inferior a 50 litros de combustível.
- l. Capacidade para transporte de cinco passageiros, incluindo o motorista.
- m. Rodas de aço ou liga leve, com banda de rodagem mínima de 195 mm, sendo admitida banda de rodagens e aros maiores (inclusive estepe), desde que seja original de fábrica.
- n. Sistema elétrico com alternador e bateria de 12V adequado ao equipamento complementar de sinalização (acústico e visual) a ser instalado, fixada em compartimento específico, projetado para suportar possíveis vazamentos e vibrações extremas.
- o. Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente.
- p. Barra de proteção lateral (podendo ser de série ou instalada posteriormente a sua fabricação pela própria montadora ou por empresa credenciada da contratada).
- q. Sistema de *airbag* duplo ou bolsa de ar de série para os ocupantes dos bancos dianteiros.

Meta: Aquisição de nove veículos leves.

Prazo: 144 meses.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 540.000,00
Fontes de recursos: Estadual PPA
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Aquisição de um veículo leve para atividades de prevenção de incêndios.
Despesas Correntes: Emplacamento.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
<p>Meta 1: Aquisição de nove viaturas leves para desenvolvimento das atividades de inspeção em edificações, nas atividades de defesa civil e em representações sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Seis viaturas para o Corpo de Bombeiros de Ijuí, e deverá ser entregue uma viatura a cada dois anos. 2. Três viaturas para o Corpo de Bombeiros de Panambi, e deverá ser entregue uma viatura a cada quatro em anos. <p>Meta 2: Aquisição de veículo leve, zero km, para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.</p> <p>Modalidade: pregão eletrônico</p> <p>Tipo de Licitação: menor preço global.</p> <p>1º Etapa: Licitação (prazo de 30 dias)</p> <p>Abertura de Edital</p>

Credenciamento

Recebimento da Proposta

Habilitação para o fornecimento do objeto do Edital

Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

2º Etapa (prazo de 10 dias)

Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.

3º Etapa (prazo de 90 dias para a entrega do veículo a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento)

Entrega do bem pela empresa ganhadora do certame.

Com a viatura leve será dada maior segurança à população da região, e será destinada aos trabalhos de inspeção em edificações, nas atividades de defesa civil e em representações.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 20 – Projeto 20 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ambulatório de Especialidades – oftalmologia
Localização: Corede Norc.
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.100.000,00
Duração do projeto: Implantação – 12 meses após efetivação
Responsável: Instituição Hospitalar da região de abrangência da 13ª Região de Saúde
Escopo: Instalação do ambulatório especializado em oftalmologia; considerando a demanda reprimida nesta especialidade.
Responsável: Silvia Regina Ceccato

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar ambulatório especializado em oftalmologia a usuários do Sistema Único de Saúde.
Justificativa: Atualmente os serviços disponibilizados na região de abrangência da 17ª CRS não atendem a necessidade da região.
Beneficiários: Usuários do Sistema Único de Saúde.
Resultados pretendidos: Oferta de atendimento na especialidade de oftalmologia. Redução da fila de espera para realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos. Resolutividade nos serviços oferecidos na região de abrangência da 17ª CRS. Melhoria das condições de saúde da população.
Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: despesa de capital: Aquisição de material permanente/equipamentos Meta: Prestar ações e serviços de saúde ambulatorial e hospitalar (consultas, exames e cirurgias) de média complexidade relacionados à especialidade de oftalmologia. Custo: R\$ 500.000,00 Prazo: 1/2018 a 12/2018
Produto 2: despesas de custeio Meta: Ofertar no mínimo: 240 consultas/ mês Diagnose (definida posteriormente)

No mínimo 30 procedimentos cirúrgicos/mês
Custo: R\$ 9.600.000,00
Prazo: 1/2018 a 12/2025
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: 17ª Coordenadoria Regional de Saúde
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Municípios.
Organizações parceiras: Hospitais filantrópicos, universidade, empresas, cooperativas...
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recurso Estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros: Contrato com instituição hospitalar filantrópica.
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.100.000,00
Fontes de recursos: Recurso Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$500.000,00
Custeio: R\$ 9.600.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: despesa de capital: Aquisição de material permanente/equipamentos: R\$ 500.000,00
Produto 2: despesas de custeio: R\$ 100.000,00/mês R\$ 9.600.000,00 (96 meses/8 anos)
Prazo: 1/2018 a 12/2025 (96 meses/8 anos)

7 – CRONOGRAMA DO PROJETO

Implantação em 12 meses.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 21 – Projeto 21 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aquisição de conjuntos de Roupa de Combate a Incêndio para o efetivo do 12º Batalhão de Bombeiros.

Localização: Sediado em Ijuí, na Rua Venâncio Aires, 248, centro.
--

Valor total estimado do projeto: R\$ 480.000,00
--

Duração do projeto: 144 meses

Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul – 12º Batalhão de Bombeiros Militar

Escopo: O 12º Batalhão de Bombeiros Militar atende aos municípios da Região da Fronteira Noroeste, Região Alto Jacuí, Noroeste Colonial e Celeiro, nas atividades de busca e salvamentos, prevenção e combate a incêndio e ações de defesa civil.
--

Dentre as ações de combate a incêndios, cabe destacar a necessidade da utilização de roupas de combate a incêndio como equipamento de proteção individual (EPI) para cada bombeiro. O termo EPI é atribuído ao Equipamento de Proteção Individual e, como o próprio nome diz, são equipamentos ou dispositivos que garantem a vida ou reduzem a exposição de forma individual, e, portanto, devem sempre ser objeto de avaliação como premissa para qualquer atividade.

Atualmente, os conjuntos de roupa de combate a incêndio, pertencentes ao Corpo de Bombeiros Militar em Ijuí e Panambi estão todos com mais de 5 (cinco) anos de uso, e hoje já apresentam grande desgaste pela utilização por vários anos. Salienta-se, ainda, que o efetivo previsto em Ijuí e Panambi é de 69 bombeiros.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O objetivo do projeto é a aquisição de roupas de proteção que ofereçam proteção abrangente para bombeiros durante o atendimento de ocorrências.
Justificativa: O projeto será desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar visando à renovação sistemática dos EPIs com o objetivo de oferecer segurança aos bombeiros com o uso de equipamento de proteção individual de acordo com as exigências das normas legais. O EPI é muito importante para a saúde do trabalhador. Dependendo do modelo ele pode evitar acidentes e até doenças ocupacionais. Esse projeto não se limita em apenas um município, mas a atender todos os municípios da Macrorregião. A aquisição destes conjuntos de roupa de combate a incêndios consiste no instrumento básico sobre o qual o Corpo de Bombeiros poderá instrumentalizar o projeto, ampliando a atuação com equipamentos que possibilitem o emprego do efetivo nas diversas ocorrências atendidas pelo corpo de bombeiros.
Beneficiários: Diretamente esse Projeto beneficiará o 12º Batalhão de Bombeiros Militar com sede em Ijuí e o 1º Pelotão sediado em Panambi.
Resultados pretendidos: O projeto irá suprir a necessidade da aquisição de roupas de combate a incêndios, considerando que a importância dos equipamentos de proteção individual para o uso do trabalhador se faz imprescindível em razão dos diversos riscos que a atividade de bombeiro proporciona, e é destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar à segurança e à saúde no trabalho.
Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Blusão e calça para combate a incêndio estrutural, com camada externa em fibra meta-aramida, película de PTFE com substrato não tecido em para-aramida e laminado com filme respirável e PTFE (politetrafluoretileno) resistente ao sangue, e barreira térmica em

manta com fibras mistas de para-aramida e meta-aramida, com forro de viscose e fibras em matelasse.

Blusão:

- Zíper de alumínio modelo trator, para fechamento frontal, que estende até a lapela de proteção.
- Lapela protetora vertical de 50mm com fechamento frontal tipo velcro.
- Extensor nos ombros, parte traseira para melhoria anatômica.
- Gola anatômica mais elevada na parte traseira.
- Mangas anatômicas com nergas na região do cotovelo que melhora a ergonomia.
- Dois bolsos embutidos frontais inferiores.
- Bolso adaptado para qualquer modelo de rádio.
- Punhos com ajustes de velcro.
- Faixa refletiva, braços, superior e inferior próximos ao punho.
- Faixa refletiva em toda circunferência torácica e barramento.
- Tamanho conjugado peso x altura.

Calça

- Suspensório em “H” nas costas.
- Parte traseira mais longa, para maior proteção quando abaixado.
- Elástico embutido 50mm largura parte traseira.
- Extensor anatômico acima do joelho.
- Dois bolsos cargo nas laterais com tampa na altura joelho.
- Faixa refletiva horizontal no barramento.
- Faixa refletiva vertical da barra até altura joelho.
- Tamanho conjugado peso x altura.

Blusão e calça de proteção a Incêndio Estrutural, certificados pela

Norma BS EN 469:2005 + A1:2006

EN 469:2005, 7 + A1:2006 – verificação marcação, pictogramas e informações técnicas.

EN 469:2005, 4.4 + A1:2006 – verificação do desenho de vestimentas.

EN 469:2005, 6.13+A1:2006 – desempenho ergonômico.

ISO 13688:2013 – verificação de tamanho.

ISO 15025:2000 – propagação a chamas.

ISO 9151:1995 – ensaio de calor convectivo.

ISO 6942:2002 – ensaio de calor radiante.

EN 469:2005, 6.4 + A1:2006 – ensaio de resistência residual quando exposto ao calor radiante.

ISO 17493:2000 – ensaio de resistência ao calor.

ISO 13934-1:2013 – determinação da resistência a tração e alongamento de fios.

ISO 13937-2:2000 – determinação da força de rasgamento têxteis.

ISO 811:1981 – resistência à penetração de água.

ISO 6530:2005 – penetração e repelência a líquidos – hidróxido de sódio.

ISO 6530:2005 – penetração e repelência a líquidos – ácido clorídrico.

ISO 6530:2005 – penetração e repelência a líquidos – o-xileno.

ISO 4920:1981 – resistência à umectação com água-spray test (ensaio acreditado no Inmetro).

ISO 5077:2007 – alteração dimensional após lavagem e secagem doméstica (ensaio acreditado no Inmetro).

ISSO 11092:1993 – resistência ao vapor de água – Hotplate.

EN 469:2005, 6.14 + A1:2006 – verificação da área de cobertura de materiais refletivos e fluorescentes.

EN 471:2007, 6.1 – ensaio de determinação do coeficiente retrorreflexão.

<p>ISO 13935-2:2014 – determinação da força da costura.</p> <p>Nível de desempenho Xf2 calor convectivo.</p> <p>Nível de desempenho Xr2 calor radiante.</p> <p>Nível de desempenho Y2 Resistência penetração água.</p> <p>Nível de desempenho Z1 Resistência à penetração vapor de água.</p> <p>Para um melhor aproveitamento do blusão e calça, acompanha bula de instruções de uso e recomendações de manutenção e lavagem.</p>
<p>Meta: 120 unidades.</p> <p>Prazo: será utilizado no período de 144 meses.</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Corede Noroeste Colonial</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto:</p> <p>6.1 O custo médio da presente contratação é de R\$ 480.000,00.</p> <p>6.2. O custo de cada conjunto de roupa de aproximação foi apurado a partir de uma consulta prévia em empresas que realizam a venda de matérias para bombeiros, ficando em torno de R\$ 4.000,00 cada conjunto.</p> <p>6.3. Estima-se o custo anual de aproximadamente R\$ 40.000,00 para a aquisição de dez conjuntos por ano.</p>
<p>Fontes de recursos: Estadual</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Investimento total de R\$ 480.000,00 na aquisição de conjuntos de roupa de combate a incêndios.
Investimento anual: R\$ 48.000,00 na aquisição de conjuntos de roupa de combate a incêndios.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades correrá por conta do Estado do Rio Grande do Sul
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Meta 1: Aquisição de 120 conjuntos de roupa de combate a incêndio. Período de 144 meses, iniciando em 2018, sendo: <ul style="list-style-type: none">• 24 conjuntos para o corpo de Bombeiros de Ijuí (de 3 em 3 anos)• 6 conjuntos para o corpo de bombeiros de Panambi (de 3 em 3 anos)
Meta 2: Aquisição de conjuntos de roupa de combate a incêndio, para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.
Modalidade: pregão eletrônico
Tipo de Licitação: menor preço global.
1º Etapa: Licitação (prazo de 30 dias): Abertura de Edital; Credenciamento; Recebimento da Proposta; Habilitação para o fornecimento do objeto do Edital; Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.
2º Etapa (prazo de 10 dias): Celebração de contrato para a entrega do OBJETO.
3º Etapa (prazo de 90 dias para a entrega dos conjuntos de roupas a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento); Entrega do bem pela empresa ganhadora do certame.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 22 – Projeto 22 – Setorial: Educação

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Atualização dos acervos bibliográficos das Escolas da Educação Básica da área de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação/RS.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: 36ª Coordenadoria Regional de Educação/RS.
<p>Escopo: Por meio da 36ª Coordenadoria Regional de Educação e das Secretarias Municipais de Educação, pretende-se fazer um levantamento de quantos livros, materiais didáticos e equipamentos (cor das paredes, mobiliário, sinalização) são necessários para suprir as atuais necessidades dos alunos.</p> <p>Deve-se garantir a boa distribuição de livros nos espaços; a cor das paredes adequada para aumentar o grau de visibilidade; as janelas que permitam a entrada de luz natural possibilitando um ambiente claro que favoreça a leitura; um piso de material resistente e de fácil conservação; iluminação artificial que permita o funcionamento no horário noturno. Estas são condições mínimas a serem atendidas pelo presente projeto. Por isso, além de introduzir novas coleções para os diferentes níveis de ensino, o projeto prevê a formação de bibliotecários para aprimorar a prestação de serviços aos alunos.</p>
Responsável: Professor José Augusto Fiorin – 36ª Coordenadoria Regional de Educação, Ijuí.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Atualizar os acervos bibliográficos escolares das escolas públicas de ensino básico dos municípios do Corede Noroeste Colonial.

Justificativa: De acordo com a cartilha sobre biblioteca escolar do MEC (2007), as bibliotecas escolares têm como objetivo integrar-se com a sala de aula. Funciona, também, como recurso educativo no fomento à leitura e à informação, e podem servir ainda como suporte para a comunidade e suas necessidades.

Nem sempre, porém, as bibliotecas propiciam um ambiente bem-estruturado para o seu bom funcionamento, deixando de contribuir, assim, para a aprendizagem do aluno, possibilitando que ele desenvolva a imaginação e outras habilidades fundamentais para que tenha atitudes de um cidadão responsável.

A defasagem e falta de organização do material oferecido pelas bibliotecas públicas escolares e a pouca capacitação dos profissionais são aspectos a serem mais bem trabalhados para superar as deficiências já apontadas e, por consequência, elevar a qualidade do ensino público no Corede Noroeste Colonial.

Beneficiários: Alunos e professores da rede pública de Ensino Básico.

Resultados pretendidos: Atualizar os acervos bibliográficos escolares das 62 Escolas Públicas de Ensino Básico dos 11 municípios pertencentes ao Corede Noroeste Colonial.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aquisição e ampliação do acervo bibliográfico para melhoria da qualidade de Ensino nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Meta: Atender 100% das escolas públicas da rede de Ensino Básico do Corede Noroeste Colonial.

Custo: R\$ 450.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Levantamento das necessidades e promover formação para bibliotecários(as)

Custo: R\$ 50.000,00
Meta: Atender a 100% dos(as) bibliotecários(as)
Prazo: 12 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Secretaria Estadual da Educação, Secretarias Municipais de Educação; Coordenadoria Regional de Educação.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação (RS), Secretarias Municipais de Educação.
Organizações parceiras: Bibliotecas Públicas Municipais, Sesc, Senac, Instituições de Ensino Superior, Editoras, Associação de Amigos do Livro, Livrarias.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE –, Programa Nacional de Biblioteca da Escola – PNBE –, Secretaria Estadual da Educação
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação, FNDE, Ministério da Educação
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: livros, materiais didáticos, material de construção, mobiliário, sinalização.

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, diagnóstico, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 450.000,00
Produto 2: R\$ 50.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 48 meses
Produto 2 – 12 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 23 – Projeto 23 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto para aquisição de Ressonância Magnética – Signa Pioneer 3.0T MR System para a Associação Hospital Bom Pastor Ijuí.
Localização: Ijuí/RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.712.000,00
Duração do projeto: 6 meses a contar da aquisição do equipamento.
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor Ijuí.
Escopo: Fortalecimento das ações em rede do sistema regional de saúde com a oferta de atendimento especializado para áreas em que ainda existam filas de espera, possibilitando exames diagnósticos de alta resolutividade, aliados a um sistema avançado de amplo espectro de atuação.
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor Ijuí.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O Projeto tem por objetivo a aquisição de equipamento destinado à realização de exame de <i>ressonância magnética (SIGNA</i>

3.0T MR System) com tecnologia de ponta, unindo a produtividade e o conforto ao paciente aliado ao desempenho clínica e fluxo de trabalho simplificado, especificamente na área de imagenologia do novo complexo hospitalar que se encontra em fase de conclusão de estrutura. O Signa é um equipamento projetado para oferecer alta qualidade de imagem em uma larga gama de aplicações clínicas, trazendo como principal vantagem o altíssimo campo magnético que permite a execução de sequências especiais de ressonância magnética, reduzindo o tempo necessário de exame e refinando o diagnóstico. Estamos agregando *novas especialidades* ainda na atual estrutura, *projetando aumentar a demanda de atendimentos* brevemente nas especialidades de *ortopedia, oftalmologia e também na área de pesquisa clínica*, sendo imprescindível equipamento com finalidade diagnóstica de alta resolutividade.

Justificativa: O município de Ijuí é hoje um Polo Regional de Saúde, servindo como referência regional, especialmente no que diz respeito à assistência hospitalar, além de seu sistema de saúde ser modelo a diversos municípios do Estado em organização e áreas de abrangência. Neste contexto se insere o Hospital Bom Pastor. A Associação Hospital Bom Pastor Ijuí é uma Instituição filantrópica, conveniada ao SUS e diversos convênios, com 42 leitos de internação, de Referência Regional, e vem trabalhando na implementação de seu plano estratégico, que contempla a expansão de sua estrutura física de modo a poder ampliar a prestação de serviços à comunidade, principalmente pelo SUS, nas áreas de Hospital Geral com especialização em Geronto/Geriatria, UTI, Saúde Mental, Psiquiatria e Dependência Química.

O hospital está expandindo sua estrutura física, somando aproximadamente 8.300m², divididos em quatro pavimentos (subsolo, térreo, 2º e 3º pavimento), em uma área de 18.135m², sendo imprescindível equipar as novas instalações que se encontram em fase de conclusão de obra, passando da atual estrutura de 42 leitos para 115 leitos de internação, além da ampliação de serviços como Centro Cirúrgico com 4 salas, Sala de recuperação com 12 leitos, Unidades de Internação com 115 leitos, amplo Ambulatório e UTI com 10 leitos. Além disso, a instituição credencia-se a fazer parte da rede de ensino na área de saúde, mediante parcerias com diversas

instituições do município e região, em especial da vindoura faculdade de medicina de nossa cidade. Este novo modelo de instituição carece de um parque de diagnóstico por imagem que provenha suporte aos diversos especialistas e que permita o ensino e a pesquisa clínica. A busca por este recurso permitirá a aquisição deste equipamento para agregar modalidades diagnósticas a fim de atender a demanda macrorregional, local e pacientes da Instituição, por meio da superespecialização técnica, gerando maior qualidade e resolutividade nos serviços prestados. Com as perspectivas futuras, com a conclusão da obra, permitirá o fortalecimento dos serviços já instalados e, desse modo, o hospital poderá dar continuidade às ações que ora vem desenvolvendo de forma mais qualificada, sendo uma instituição que integra o sistema de atenção à saúde, com o objetivo de dar respostas sociais, deliberadamente instituídas, para responder às necessidades de saúde da população local e regional. O Signa vem somar neste projeto, e a oferta deste aparelho possibilitará a ampliação da capacidade, qualidade e refino dos resultados diagnósticos.

Beneficiários: O projeto terá como público-alvo os pacientes que necessitam de exames de diagnóstico por imagem, possibilitando oferecer e ampliar os métodos diagnósticos para a demanda local e macrorregional.

Resultados pretendidos: Continuar sendo referência regional como instituição hospitalar; agregar novas modalidades diagnósticas; oferecer atendimento de excelência e diminuir demandas reprimidas existentes.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ressonância Magnética – Signa Pioneer 3.0T MR System

Meta: Continuar sendo referência macrorregional e agregar a modalidade em diagnóstico por imagem, tendo em vista a demanda reprimida existente na região de abrangência da 17ª CRS, onde não há hospital credenciado que realize ressonância magnética via SUS.

Custo: R\$ 4.500.000,00
Prazo: 6 meses a partir da aquisição do equipamento.
Produto 2: Adequação de local e estrutura física.
Custo: R\$ 712.000,00
Prazo: 3 meses
Produto 3: Serviços de instalação e Treinamento
Custo: R\$ 500.000,00
Prazo: 2 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe Multiprofissional, formada por diretoria, médicos e enfermeiros.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Corede.
Organizações parceiras: Unijuí.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde ou Secretaria Estadual de Saúde.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.712.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 5.212.000,00

Despesas Correntes: R\$ 500.000,00
Investimentos e despesas correntes: R\$ 5.712.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo para conclusão após liberação do recurso: seis meses, incluindo etapas de processo licitatório, avaliação, aquisição e instalação do equipamento.
Etapa 1: Elaboração do projeto e encaminhamento (1 mês)
Etapa 2: Processo licitatório e execução do local a ser instalado (3 meses)
Etapa 3: Instalação e treinamentos (2 meses)
Etapa 4: Agendamento e produção.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 24 – Projeto 24 – Setorial: Educação

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada para Docentes do Meio Rural
Localização: Região Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 480.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável: Instituições de Ensino Superior da Região
Escopo: Realização de oficinas de formação nas escolas do meio rural, considerando a importância de educação no campo bem como a realidade social em que o aluno está inserido. Capacitar permanentemente os educadores e criar condições de melhoria do ensino nas escolas do meio rural.
Responsável: Coordenadoria Regional de Educação

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover, de forma eficiente e eficaz, a inclusão dos discentes do meio rural em uma escola de ensino regular, como reza a Constituição de 1988, com profissionais treinados e capacitados para promover a inclusão na sua integralidade e de todas as formas, visando a permanência do indivíduo no meio rural.

Transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo e que valorize e responda às diferenças humanas.

Justificativa: Ensinar constitui a atividade principal na profissão do docente e, por isso, deve ser compreendida como uma “arte” que abrange aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais, as quais preparam o docente para resolver novas situações ou problemas emergentes no dia a dia da escola e da sala de aula.

Atualmente não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro. No Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. Outros dados relevantes: 23,18% da população rural com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o Ensino Fundamental (MEC, 2012). Na região Fronteira Noroeste, 32% da população é do meio rural, e é onde mais se tem perda populacional nos últimos 20 anos. Destaca-se a questão da identidade local, uma vez que muitas escolas estão no campo, mas não são consideradas do campo. Além disso, há um número considerável de escolas urbanas que atendem alunos oriundos do campo. Neste sentido, uma escola com foco nas questões pertinentes ao meio rural pode contribuir para que se evite o êxodo rural que traz, dentre as principais consequências, o inchaço dos bolsões de pobreza na cidade. Por fim, há dificuldade de acesso às tecnologias no meio rural e a necessidade de uma qualificação mais específica para que estes jovens ali permaneçam.

Beneficiários: Corpo docente, crianças, jovens e adultos em idade escolar, das Séries Iniciais ao Ensino Médio do meio rural.

Resultados pretendidos

Pretende-se inserir na pedagogia da escola do campo, no seu cotidiano escolar e no processo de ensino e aprendizagem, a educação popular, valorizando, assim, os sujeitos que a ela pertencem. Os currículos escolares precisam adequar-se ao movimento da realidade que os cerca. Por isso, a princípio, deve-se retirar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos, pois é um espaço, por excelência, de formação humana. Num segundo momento, refletir sobre a existência do reducionismo de tendência pedagógica em ter a escola como simples espaço de memorização e de informação. Posteriormente, exigir que o currículo de uma escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhar o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade (Colóquio, 2008).

Na formação docente, as atividades e metodologias de ensino-aprendizagem propostas neste material destinam-se a promover participação ativa dos docentes em seu processo de revisão e aprendizagem de práticas de ensino inovadoras e inclusivas, assim como construir novos conteúdos de aprendizagem a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Curso de Formação Continuada para docentes do meio rural – 800 horas

Meta: 80% dos docentes municipais e estaduais participando das formações

Custo: R\$ 480.000,00

Prazo: 120 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: equipe da 36ª CRE responsável pelo Projeto Escola no Campo

Órgãos Públicos Envolvidos: 36ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias municipais de Educação, Prefeituras, Ministério da Educação e Secretaria Estadual da Educação
Organizações parceiras: Instituições de Ensino Superior da Região
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo federal, estadual e municipal
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 480.000,00
Fontes de recursos: Governo federal, estadual e municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: contratação de instituição de ensino para formação, gastos com manutenção de atividades, material de consumo
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 480.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Tempo estimado: 120 meses, sendo: Elaboração do projeto do curso: 4 meses Processo licitatório para contratação de instituição de Ensino Superior: 6 meses Execução do projeto: 110 meses

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 25 – Projeto 25 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Planos de ação regional para obtenção de veículos para o Samu.
Localização: Ijuí – RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 720.000,00
Duração do projeto: 8 anos
Responsável: Secretaria Municipal de Saúde
Escopo: O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) tem a necessidade de adquirir veículo de pequeno porte para poder deslocar equipes quando é convidado para eventos de educação continuada ou são convidados para palestras, cursos e oficinas. A falta deste veículo limita o deslocamento privando, muitas vezes, de poder participar e promover saúde por depender de meios próprios. Também com a alta demanda de atendimentos e uso contínuo das viaturas, há desgaste das mesmas, necessitando novas viaturas para proporcionar qualidade de atendimento e evitar riscos e danos para equipe e vítimas. Espera-se qualidade de serviços, suprir demandas e garantir o acesso universal e qualificado a todos os usuários do SUS. Fomentar a educação continuada, promover segurança do paciente e equipe e garantir atendimento ininterrupto a toda a região.
Responsável: Coordenador Edegar Cosmann Moi
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adquirir veículo de pequeno porte para transportar a equipe para eventos de educação continuada e obter duas novas ambulâncias para o atendimento pré-hospitalar.
Justificativa: O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) objetiva atendimento de qualidade e segurança para equipe e usuários. Para isso, é necessário que os veículos em uso estejam com

condições para tal. Os veículos deteriorados, além de colocar equipe e usuários em risco, promovem gastos de manutenção com oficinas. O Samu, por ser referência no município e os demais pertencentes à 17ª Coordenaria, são solicitados para deslocar a palestras e eventos. A falta, no entanto, de um veículo apropriado para tal finalidade dificulta prestar serviços solicitados em educação em saúde. Sabe-se da importância de o serviço ter este veículo para qualificar o serviço de saúde. Desta forma, tem como finalidade proporcionar qualidade do serviço de urgência para equipe e usuários.

A equipe do Samu tem a necessidade destes veículos para poder demandar os serviços solicitados. Tais como:

- Deslocamento da equipe e usuário com segurança, sem colocar em riscos os mesmos de forma qualificada e ininterrupta.
- Diminuir gastos com manutenção.
- Ter um veículo próprio para a equipe poder se deslocar em eventos solicitados.
- Proporcionar qualidade de serviços.
- Promoção de saúde.
- Proporcionar educação continuada aos municípios de abrangência.

Beneficiários: Equipe do serviço de saúde do Samu e usuários da região da 17ª CRS, área de abrangência do Samu/Ijuí.

Resultados pretendidos

- Ter veículos com condições de uso para poder trabalhar com qualidade e segurança.
- A equipe ter um veículo para deslocamento para promover eventos solicitados, dar palestras e oficinas e treinamentos aos demais municípios da área de abrangência.
- Beneficiar usuários, promovendo saúde e prevenindo riscos.

Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Veículo de sete lugares</p> <p>Meta: Proporcionar à equipe um veículo adequado para eventos e palestras quando solicitados.</p> <p>Custo: R\$ 180.000,00</p> <p>Prazo: 8 anos</p>
<p>Produto 2: Duas ambulâncias completa</p> <p>Custo: R\$ 260.000 cada ambulância, totalizando R\$ 520.000,00</p> <p>Meta: adquirir veículos para ter condições de segurança e qualidade de uso.</p> <p>Prazo: 8 anos</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Coordenador Edegar Cosmann Moi e Secretária de Saúde do Município, Márcia Basso Boniatti</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e Prefeitura de Ijuí.</p>
<p>Organizações parceiras: a participação de todos os setores sociais, saúde e educação das instituições públicas e privadas.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES)</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
6 – RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 720.000,00</p>

Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: aquisição de um veículo de sete lugares e duas ambulâncias equipadas: R\$ 700.000,00
Despesas Correntes: despesas com documentação, seguros, manutenção dos veículos: R\$ 20.000,00
Investimentos e despesas correntes: R\$ 700.000,00 + 20.000,00 = R\$ 720.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
<p>1ª Etapa (12 meses – 2017): Aquisição do veículo adaptado para a atividade de buscas, salvamento, transporte, transferência de pacientes atendidos pelo Samu e veículo administrativo, por meio do PPA.</p> <p>2ª Etapa (prazo de duração: três meses após o recebimento da viatura e do veículo): emplacamento, licenciamento, seguro e introdução das mesmas no serviço.</p> <p>3ª Etapa: manutenção das viaturas em uso a fim de qualificar o serviço do Samu regional (permanente).</p>

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 26 – Projeto 26 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Ação Regional para Aquisição de Tomógrafo para serviço de Radiologia da SMS de Ijuí
Localização: Ijuí/RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.200.000,00

Duração do projeto: 15 anos
Responsável: Secretaria Municipal de Saúde-SMS
Escopo: Aquisição de Equipamento Radiológico e Estruturação de Espaço Físico adequado ao equipamento e ofertar serviços de qualidade e alta precisão em exames de diagnóstico por imagem aos Usuários do SUS.
Responsável: Fabiana Steinhorst Padilha, Márcia Elisa Basso, Edegar Cosmann Moi.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Instituir serviço de Tomografia Computadorizada com equipamentos e estrutura física adequada a suprir as necessidades da população, usuários do SUS, a fim de qualificar a assistência de Atenção Básica bem como a Rede de Urgência e Emergência, ofertando um serviço de fácil acesso e qualificado, com o intuito de minimizar riscos e sequelas provenientes de patologias que dependam de uma rápida intervenção por meio de imagens, resultando em tratamento precoce.</p> <p>Justificativa: Esse serviço visa a buscar a qualificação e a inserção de diagnósticos por imagem precisas e avançadas à comunidade.</p> <p>A Tomografia Computadorizada propõe uma forma adequada de diagnóstico e plano de tratamento em diversas áreas, proporciona imagens detalhadas de muitos tipos de tecidos e órgãos do corpo humano. Em casos de emergência, eles podem revelar ferimentos internos e sangramentos, rápido o suficiente para ajudar a salvar vidas.</p> <p>A Tomografia Computadorizada fornece imagens em tempo real, tornando-se uma boa ferramenta para orientar os procedimentos minimamente invasivos, como biópsias e aspiração por agulhas de muitas áreas do corpo. Um diagnóstico determinado por Tomografia Computadorizada pode eliminar a necessidade de uma cirurgia exploradora e biópsia cirúrgica.</p> <p>Esse exame possui uma grande demanda pelos usuários do Sistema Único de Saúde, sendo custeado, em grande parte, com recursos do município, o que causa atrasos, filas de espera e demora na liberação</p>

<p>para a realização dos mesmos, trazendo prejuízos e retardo no diagnóstico de patologias de seus usuários.</p> <p>Esse projeto tem por finalidade a capacitação do município em oferecer exames de alta qualidade visando à agilidade e maior abrangência da população.</p>
<p>Beneficiários: Todos os usuários do Sistema Único de Saúde do município de Ijuí.</p>
<p>Resultados pretendidos: Oferta de acesso facilitado e rápido de exames, diagnóstico preciso em curto tempo, direcionar pacientes para tratamento precoce, minimizar sequelas provenientes de retardo à terapêutica, diminuir custos por intermédio da prevenção de doenças e tratamentos precoces, e redução de custos nas compras do serviço em empresas privadas.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: (1) Equipamento de Tomografia Computadorizada e (1) Bomba Injetora</p> <p>Meta: R\$ 1.400.000,00</p> <p>Custo: Equipamento de Tomografia Computadorizada R\$ 1.350.000,00</p> <p>Bomba Injetora R\$ 50.000,00</p> <p>Prazo: 15 anos</p>
<p>Produto 2: Estruturação e adequação do espaço físico para instalação e funcionamento do equipamento.</p> <p>Custo: R\$ 800.000,00</p> <p>Meta: Preparar e estruturar local adequado e seguro para o funcionamento do equipamento e realização de exames dentro das normas de segurança estabelecidas pela Resolução RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002-Anvisa e Portaria 453/98 MS/SVS.</p>
<p>Prazo: 15 anos</p>

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Fabiana Steinhorst Padilha/Supervisora das Técnicas Radiológicas SMS de Ijuí, Marcia Elisa Basso Boniatti/Secretária de Saúde de Ijuí, Edegar Cosmann Moi/Coordenador do Pronto-Atendimento e Samu de Ijuí.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal de Ijuí.
Organizações parceiras: Todos os setores sociais e de saúde das instituições públicas e privadas.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES)
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.200.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Equipamento de Tomografia Computadorizada, Bomba Injetora de Contraste, estrutura física, móveis específicos.
Despesas Correntes: Pacs– Software de informatização e gerenciamento de imagens
Investimentos e despesas correntes por produto:
Investimento: Produto 1: R\$: 1.400.000,00: Equipamento de Tomografia Computadorizada e Bomba Injetora
Despesas correntes: Produto 2: R\$ 800.000,00 – Reforma e adequação do espaço físico para instalação e funcionamento do equipamento.

7 – CRONOGRAMA DO PROJETO

1º Etapa (12 meses – 2017): Aquisição do Tomógrafo, bomba injetora e demais materiais em processo licitatório, concomitante com adequação de estrutura física e mobiliários da sala para instalação do equipamento.

2ª Etapa (prazo de duração: 3 meses após o recebimento de todo material e equipamentos, bem como adequação do espaço físico): Instalação do tomógrafo, treinamento e capacitação da equipe técnica.

3ª Etapa: efetivação do serviço de tomografia na rede de Atenção à Saúde do município de Ijuí e manutenção do espaço físico, materiais e equipamentos de forma qualificada e permanente.

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 27 – Projeto 27 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento do SUS-RS – Aquisição de ambulância Catuípe.

Localização: Município de Catuípe

Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00

Duração do projeto: 12 meses

Responsável: Secretaria Municipal da Saúde de Catuípe

Escopo: Aquisição de ambulância

Responsável: Joelson Antônio Baroni

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aquisição de ambulância para o atendimento pré-hospitalar.

Justificativa: A aquisição da ambulância irá aumentar a qualidade dos serviços prestados à população, proporcionando maior resolutividade às ações da saúde. A demanda já foi aprovada na Consulta Popular 2014/2015.

Beneficiários: Toda a população do município de Catuípe/RS.
Resultados pretendidos: Beneficiar usuários, promovendo saúde e prevenindo riscos. Melhorar os recursos materiais para o atendimento da população catuípana.
Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aquisição de ambulância Meta: 1 ambulância Custo: R\$ 100.000,00 Prazo: 12 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: servidores da Secretaria Municipal da Saúde de Catuípe.
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Catuípe
Organizações parceiras:
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual da Saúde
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual da Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 95.000,00 – Aquisição de veículo ambulância
Despesas Correntes: R\$ 5.000,00 – despesas com documentação, seguro, manutenção do veículo
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
1º Etapa (10 meses): Aquisição do veículo adaptado para a atividade de buscas, salvamento, transporte, transferência de pacientes
2ª Etapa (prazo de duração: 2 meses após o recebimento do veículo): Emplacamento, licenciamento, seguro e efetivação das mesmas no serviço.
3ª Etapa: manutenção do veículo (permanente).

Estratégia: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.

Prioridade 28 – Projeto 28 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Saúde da Família PPC – Aquisição de Veículo
Localização: Município de Nova Ramada.
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00.
Duração do projeto: 6 meses.
Responsável: Secretaria de Saúde do município de Nova Ramada.
Escopo: Aquisição de veículo ou sete motocicletas.
Responsável: Município de Nova Ramada.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de veículo.
Justificativa: O município de Nova Ramada pertence à região do Corede-Norc – Noroeste Colonial e trabalha com programas de saúde preventiva. O Programa Estratégia da Saúde da Família atende sete

microáreas do município, com coletas de dados e visitas que são efetuadas periodicamente pelos agentes comunitários de saúde. Para o deslocamento destes profissionais propomos a aquisição deste(s) veículo(s).
Beneficiários: Usuários de Saúde de Nova Ramada.
Resultados pretendidos: Melhorar os produtos oferecidos pelo Programa Saúde da Família.
Alinhamento Estratégico: criar condições técnicas e infraestruturais para o pleno atendimento às demandas nas áreas da saúde, segurança e educação.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aquisição de veículo(s) e ou sete motocicletas
Meta: Qualificar a saúde preventiva oferecida à população de Nova Ramada
Custo: R\$ 50.000,00 Prazo: 6 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Planejamento do município de Nova Ramada.
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Nova Ramada e Estado do Rio Grande do Sul.
Organizações parceiras: Corede/Norc.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual da Saúde do RGS
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00

Fontes de recursos: Tesouro do Estado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Aquisição de veículos R\$ 50.000,00
Despesas Correntes: despesas com documentação, seguro, manutenção do veículo R\$ 10.000,00
Investimentos e despesas correntes: R\$ 60.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Etapa 1: Licitação e aquisição: 180 dias.

Estratégia: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – Construção de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher
Localização: Corede Noroeste Colonial – Município de Ijuí – Poder Executivo – Coordenadoria da Mulher de Ijuí– Rua Benjamin Constant, número 116 – Centro – Ijuí
Valor total estimado do projeto: R\$ 217.000,00 para instituição do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRM
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Noemi Huth – Coordenadoria da Mulher de Ijuí
Escopo: Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher são organismos de política pública especializados em ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Vinculam-se

administrativamente ao órgão gestor das políticas para mulheres. No caso do município de Ijuí o CRM está vinculado diretamente à Coordenadoria da Mulher. Os Centros de Referência são espaços de acolhimento, atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, contribuindo para o seu fortalecimento e o resgate de sua cidadania.

Propomos o aparelhamento de um Centro de Referência cuja construção será subsidiada por recursos da consulta popular (já aprovado e ainda em fase de liberação de recursos, se encontra no passivo da consulta.), com mobiliário, eletrodomésticos, sistema de climatização, aparelhos de informática, e a aquisição de um automóvel que fique à disposição deste Centro.

Neste espaço, além de acolhimento, acompanhamento individual e em grupos, também serão realizadas produções teóricas a partir de pesquisas e diagnósticos da situação das mulheres no município. A equipe desenvolverá palestras educativas e campanhas de sensibilização diante do tema da violência de gênero.

No município de Ijuí a Coordenadoria da Mulher foi criada pela Lei Municipal 5.743, artigo 12, de 22 de março de 2013, com a finalidade de articular, executar e monitorar as políticas para mulheres no âmbito do município também com foco no desenvolvimento de ações integrantes do pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, e define outras providências. Para execução da referida Lei, a Coordenadoria da Mulher desenvolve suas atividades articuladas com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, Fórum Permanente da Mulher e Rede de Proteção à Mulher (órgãos de segurança pública, Poder Judiciário, promotorias de justiça, defensoria pública, secretarias municipais e estaduais de saúde, educação, desenvolvimento social, habitação, universidades); em síntese, uma parceria entre o público e o privado.

O município de Ijuí tem um alto índice de violência contra a mulher. Conforme registros recebidos da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, no ano de 2015 foram lavrados 1.200 Boletins de Ocorrência, e no ano de 2016 foram 1.297 registros, dados que justificam a efetivação de uma estrutura pública especializada para acolher essa demanda com resolutividade.

Responsável: Município de Ijuí – Poder Executivo e Coordenadoria da Mulher de Ijuí.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Instituir no município de Ijuí o Centro de Referência de Atendimento à Mulher para prestar acolhimento, acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência doméstica e seus familiares, de modo a fortalecer sua autoestima, possibilitando torná-las protagonistas dos seus próprios direitos, consolidando ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.

Justificativa: A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde, à integridade física e à própria liberdade, tolhendo-lhe os direitos de realização humana e de cidadania.

A Constituição Federal determinou, no § 8º do artigo 226, a criação de uma legislação voltada à erradicação da violência doméstica, mas, apesar desta previsão e do fato de o Brasil ser signatário de Convenções Internacionais sobre o tema, como a de Beijin e a de Belém do Pará, somente em 2006 foi criada uma legislação específica para enfrentar a violência doméstica.

A Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha, caracteriza-se por trazer um arcabouço normativo que procura não somente enfrentar a violência, mas prevenir sua ocorrência mediante uma série de ações que passam desde medidas protetivas à mulher vitimada até questões relevantes, como a educação, fundamental para mudar a matriz patriarcal que ainda é o paradigma de nossa sociedade e a principal razão da violência praticada contra a mulher.

Para dar eficácia a este objetivo de prevenir e erradicar a violência doméstica, a Lei Maria da Penha traz diversos dispositivos que determinam a criação de políticas públicas direcionadas à violência, saúde, educação, geração de renda e outras.

Nas disposições preliminares da Lei, no § 1º do artigo 3º, já há previsão expressa em relação às políticas públicas como garantia dos direitos humanos das mulheres e forma de resguardá-las no âmbito das relações domésticas. A legislação vem ao encontro da demanda, como demonstra a pesquisa apoiada pela campanha Compromisso e Atitude,⁴ que evidenciou que do total de atendimentos realizados pelo ligue 180 no 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física, 31,10% violência psicológica, 6,51%, violência moral, 4,86% cárcere privado, 4,30% violência sexual, 1,93% violência patrimonial e 0,24% tráfico de pessoas. Considerando os atendimentos mensais na coordenadoria da mulher de Ijuí, percebemos o quanto é dramática esta realidade, urgindo ampliação e qualificação de nossos serviços, e justificando no município de Ijuí a criação de um espaço especializado no atendimento à mulher, ou seja, um Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Beneficiários: Mulheres em situação de violência de gênero, abrangendo toda a família.

Resultados pretendidos:

Curto Prazo:

Acolher mulheres em situação de violência doméstica.

Orientar a mulher em situação de violência a buscar mecanismos de proteção e de apoio.

Aconselhar e acompanhar nos atos administrativos de natureza policial e nos procedimentos judiciais, informando e preparando a mulher em situação de violência para resolver sua demanda.

Estruturar uma rede de qualificação e reinserção ao mercado de trabalho.

Médio Prazo:

Promover o resgate da autoestima e autonomia das mulheres em

⁴ Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/>>.

situação de violência doméstica.

Auxiliar a mulher a superar o impacto da violência sofrida.

Possibilitar qualificação profissional às mulheres.

Inserir a mulher no mercado de trabalho.

Mapear a violência a partir dos dados registrados nos órgãos responsáveis pelo atendimento às mulheres, resguardando o sigilo.

Desenvolver estudos sobre gênero e violência que auxiliem o fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher no Município de Ijuí/RS.

Longo Prazo:

Publicar pesquisas e artigos relacionados ao tema violência de gênero.

Diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, erradicando e prevenindo a violência de gênero por meio do trabalho educativo e, desta forma, avançar na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Alinhamento Estratégico: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

PRODUTO 1: Estratégias de articulação interinstitucional e ações de caráter educativo

Recursos necessários: Despesa com infraestrutura (locação de espaços e equipamentos para realização das capacitações), deslocamento (combustível, manutenção do carro), material de apoio (fôlderes, cartilhas, impressos, reimpressão de Leis Maria da Penha para distribuição, *banners*, faixas, adesivos, pastas).

Meta: Encontros de formação continuada, campanhas de sensibilização, palestras educativas, elaboração de cartilhas, fôlderes, material de divulgação.

Custo: R\$ 12.000,00
Prazo: 12 meses
PRODUTO 2: Realização de mapeamento, diagnósticos e pesquisas Recursos necessários: Humanos: 2 estagiários. Material para Publicação Custo: R\$ 5.000,00 Meta: Obtenção de dados referentes à realidade das mulheres nas diversas esferas, para subsidiar os planejamentos das políticas públicas de gênero. Prazo: 24 meses
PRODUTO 3: Aparelhamento do Centro de Referência de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Meta: Aquisição de mobiliário (8 cadeiras giratórias, 8 mesas de escritório, 2 arquivos de aço, 3 armários de escritório, 4 aparelhos de telefone, 1 central telefônica, 1 mesa retangular de reuniões, 30 cadeiras para sala de reuniões, 1 mesa redonda para sala de estudos, 6 cadeiras para sala de estudos, 6 cadeiras para recepção, 10 poltronas de atendimento, 8 climatizadores, 6 computadores completos, 2 notebooks, 1 projetor multimídia, 2 impressoras, 1 telão, 5 suporte para <i>banner</i> , 1 caixa de som com microfones, 1 placa de identificação para fachada, 1 fogão, 1 geladeira, 1 mesa para cozinha com 4 bancos, 1 armário de cozinha, 1 pia, 1 cafeteira, 2 garrafas térmica, 1 bebedouro de mesa, 1 mesa de canto para recepção. Custo: R\$ 120.000,00
PRODUTO 4: Aquisição de um automóvel que fique à disposição do Centro de Referência de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Meta: Aquisição de 1 veículo. Custo: R\$ 80.000,00

Órgãos Públicos Envolvidos:

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

Delegacias de Polícia Civil.

Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Batalhão da Polícia Militar – Patrulha Maria da Penha.

Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Habitação.

Coordenadorias Regionais de Saúde e Educação.

Ministério Público.

Poder Judiciário.

Defensoria Pública.

Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Conselho Tutelar.

Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

Fórum Permanente da Mulher.

Organizações parceiras: Movimentos feministas, Hospitais, Bancos, Rotary, Lions, Organizações não governamentais.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS) e Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS/RS).

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Estratégia: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ações de Divulgação e Fortalecimento do Estatuto do Idoso e Capacitação de Agentes do Segmento da Pessoa Idosa.
Localização: Corede Norc
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Escopo: Este projeto deverá assegurar os direitos e garantias previstas no Estatuto do Idoso, consolidando a lei 12.213/2010 que vigora desde o ano de 2011, referente à instituição de um Fundo Nacional do Idoso, que autorizou a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas a doações efetuadas aos respectivos fundos municipais, estaduais e nacional.
Responsável: Corede.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitar os agentes envolvidos a fim de divulgar e fortalecer o Estatuto do Idoso, zelando pela aplicação das normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa.
Justificativa: Há importantes normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, como a Lei Federal nº 8.842, de 4/1/94, a Lei Federal nº 10.741, de 1º/10/2003 (Estatuto do Idoso) e demais leis de caráter estadual ou municipal. Além disso, vigora lei, desde o ano de 2011, referente à instituição de um Fundo Nacional do Idoso, como já citado no escopo deste projeto. Com o aumento da longevidade, as questões relacionadas a esta seara passam a ter grande relevância no âmbito da elaboração de políticas públicas. Assim, é essencial fortalecer o Conselho Municipal e o Fundo, criados na década de 90, para captação de recursos, capacitação de

<p>conselheiros e servidores lotados na secretaria, além de ações e programas destinados aos agentes envolvidos no trato da política de Assistência Social no segmento da Pessoa Idosa.</p>
<p>Beneficiários: Idosos usuários da Política de Assistência Social, servidores e conselheiros.</p>
<p>Resultados pretendidos: Promover capacitação e divulgação para a efetivação das ações do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo do Idoso.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Elaboração de cartilhas, cartazes e campanha de comunicação e seminários que envolvam a temática. Meta: Realização de campanha e divulgação e capacitação dos agentes. Custo: R\$ 7.000,00 Prazo: 12 meses após o recebimento da verba.</p>
<p>Produto 2: Seminários de Capacitação Custo: R\$ 13.000,00 Meta: Realizar Seminários e capacitações regional para formação do segmento Idoso. Prazo: 12 meses após o recebimento da verba</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Cras</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Cras</p>

Organizações parceiras: Sesc/RS
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: despesas de custeio, prestação de serviços e equipamentos.
Fontes de recursos: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e Secretarias Municipais de Assistência Social.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Recursos humanos, prestação de serviços, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
12 meses após a liberação da verba.

Estratégia: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Práticas de Justiça Restaurativa nos Espaços Escolares: estratégias de promoção de direitos humanos, prevenção à violência e mediação de conflitos.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável: Secretários (as) municipais de Educação do Corede Noroeste Colonial
<p>Escopo: Trata-se de proposta de trabalho que visa a promover, por meio de metodologias restaurativas, a educação em direitos humanos, a prevenção à violência e a mediação de conflitos nos espaços escolares. Propõe, com oficinas teórico-práticas, capacitar professores e funcionários da rede escolar para a utilização de tais práticas na mediação de conflitos, na promoção dos direitos humanos e na prevenção a violência.</p> <p>O <i>locus</i> é constituído pelas escolas da rede pública de ensino por meio da instrumentalização de professores e técnicos de ensino pertencentes à 36ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e às Secretarias Municipais de Educação do Corede Norc. Escolas da rede privada poderão oferecer a oficina, desde que paguem o valor do curso à entidade promotora. Serão realizadas, assim, oficinas de formação visando a capacitar os profissionais a atuarem na mediação de conflitos, na prevenção à violência e na execução de práticas restaurativas em contextos escolares, para que se construa um pacto pela cidadania.</p>
Responsável: Administrações Municipais do Corede

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover a prevenção à violência e instituição de práticas restaurativas nos ambientes escolares mediante a sensibilização/capacitação de professores e técnicos de ensino na rede pública estadual.

Justificativa: O mapa da violência de 2016 mostra que, no Brasil, de 2003 a 2014 houve um aumento de mais de 20% nas mortes geradas por violência. Este problema chega a ser ainda maior em razão da subnotificação de mortes causadas pela polícia. Neste contexto, destaca-se o crescimento significativo da violência entre grupos de jovens e nos espaços domésticos e familiares, que impacta diretamente no universo escolar, pois converge todas as questões sociais e familiares.

Este cenário contribui para o crescimento de demandas punitivas que, tradicionalmente, tem se mostrado ineficazes como instrumentos de controle e prevenção à violência, o que exige a instituição de novas estratégias de responsabilização e de posturas mais comprometidas com a construção e consecução de pactos de convivência baseados no respeito aos direitos humanos e em uma cultura de paz.

Neste âmbito, as metodologias de Justiça Restaurativa, baseadas no protagonismo dos sujeitos, no diálogo e na vivência de valores cidadãos, representam uma alternativa viável e necessária para a viabilização de um novo modelo de sociabilidade, marcado pelo respeito à diferença, pela empatia e pela adequada responsabilização dos sujeitos envolvidos nos conflitos.

Assim, pretende-se promover a cultura da paz por meio da promoção dos direitos humanos e da prevenção da violência no ambiente escolar, uma vez que este é o *locus* privilegiado para a promoção de uma mudança cultural efetiva na sociedade.

Beneficiários: Professores e estudantes de escola pública dos municípios do Corede Noroeste Colonial.

Resultados pretendidos: Instrumentalizar professores da rede pública de ensino para a introdução de práticas restaurativas no ambiente escolar, visando a capacitá-los:

- a) Em curto prazo, para a atuação direta nos conflitos escolares, com vistas à mediação e prevenção.
- b) Em médio prazo, a atuar na disseminação da cultura restaurativa no ambiente escolar, mediante a promoção de reflexão sobre direitos humanos, propagação de instrumentos e técnicas e revisão de currículos.
- c) Em longo prazo, atuar na formação de novos facilitadores, em especial alunos e pais, contribuindo na disseminação da cultura restaurativa no ambiente escolar e social.

Alinhamento Estratégico: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, a inclusão, a diversidade e a inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Planejamento de oito oficinas teórico-práticas sobre direitos humanos e Justiça Restaurativa.

Meta: 50 horas de planejamento, envolvendo três professores de nível superior da área de direito e da psicologia.

Custo: R\$ 6.500,00

Prazo: 3 meses

Produto 2: Realização de oficinas sobre direitos humanos e práticas restaurativas em cada município abrangido pelo projeto.

Meta: Realização de 11 capacitações, abrangendo 8 oficinas de formação cada, em municípios integrantes do Corede Noroeste Colonial, a serem definidas em parceria com a 36ª Coordenadoria Regional de Educação e com as Secretarias Municipais de Educação no período escolar, totalizando 15 meses de duração.

Para cada capacitação, envolvendo 8 oficinas (com 3h e 45min de duração cada), totalizando 30 horas, será necessário três orientadores(as) com formação em Direito (Bacharelado) e Psicologia que comprovem experiência com a execução da metodologia proposta por este projeto. Serão convidados(as) todos os professores da rede pública de ensino de cada município. Os locais serão definidos em conjunto, preferencialmente no ambiente escolar.

As oficinas deverão gerar, além do conhecimento, certificados, e, ao final das experiências, os professores serão motivados a produzirem um capítulo de livro a ser publicizado ao final do projeto, bem como uma cartilha explicativa das metodologias.
Meta: 11 capacitações (com 8 oficinas cada) em direitos humanos e práticas restaurativas, totalizando 30 horas cada.
Prazo: 15 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: 36ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação dos Municípios integrantes do Corede Norc, Cursos de Direito e Psicologia da Unijuí e Poder Judiciário.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e Poder Judiciário.
Organizações parceiras: Unijuí, Projeto de Extensão Cidadania para todos.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: identificação da origem dos recursos
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Recursos estaduais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Produto 1: Hora/aula docentes: R\$ 60,00 h/aula
Produto 2:* Hora/aula docentes: R\$ 60,00 h/aula; deslocamento: R\$ 3,50 km rodado; alimentação: R\$ 25,00 (almoço ou janta); apostilas: 0,10 centavos/página; outros materiais de expediente: R\$ 1.000,00 (canetas, confecção de cartazes, emissão de certificados). * Valores de referência estabelecidos pelos cursos operacionalizados pela Assessoria e Serviços Comunitários (ASC) da Unijuí.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Etapa 1: Planejamento da capacitação e das oficinas de direitos humanos e práticas restaurativas: meses de julho, agosto e setembro de 2017. Etapa 2: Execução das 11 capacitações programadas nos seguintes meses: outubro, novembro e dezembro de 2017 (2 capacitações); fevereiro, março e abril de 2018 (2 capacitações); maio, junho e julho (3 capacitações); agosto, setembro e outubro de 2018 (2 capacitações); novembro e dezembro de 2018 (2 capacitações).

Estratégia: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Cursos educacionais e profissionalizantes para ressocialização de apenados
Localização: Corede Noroeste Colonial – Penitenciária Modulada de Ijuí
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 24 meses

Responsável: Penitenciária Modulada de Ijuí
Escopo: Qualificação para apenados, permitindo-lhes uma ocupação e reinserção social com capacidade de sustento. O foco será o ensino profissionalizante para o mercado de trabalho. Além disso, criação de postos de trabalho mediante parcerias público-privadas. Tais parcerias podem acontecer via incentivos fiscais às empresas que contratarem egressos do sistema prisional.
Responsável: Penitenciária Modulada de Ijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Favorecer a reinserção social de apenados e diminuir os índices de reincidência criminal.
Justificativa: Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen): 56% dos presos no Brasil são jovens – pessoas de 18 a 29 anos. Além disso, cerca de 53% dos presos possuem Ensino Fundamental incompleto. Tendo em vista que a região do Corede Noroeste Colonial possui um presídio, é fundamental que se crie uma política pública em parceria com a iniciativa privada, garantindo, de um lado, a capacitação destes jovens apenados e, de outro, a contratação de egressos do sistema penitenciário. Assim, evita-se a reincidência de crimes por meio da capacitação dos apenados e da reinserção deles no mercado de trabalho.
Beneficiários: Apenados e sociedade.
Resultados pretendidos: Atenuar níveis de reincidência criminal; capacitar apenados; reinserir apenados no mercado de trabalho.
Alinhamento Estratégico: Qualificar e criar programas que incentivem a igualdade de gêneros, inclusão, diversidade e inclusão digital e, assim, promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promover cursos de capacitação profissionalizantes para

os apenados de forma a possibilitar o aprendizado de uma profissão que o auxilie na sua recuperação e o ressocialize junto a sociedade após o cumprimento da pena.
Meta: Diminuir 75% da reincidência criminal.
Custo: R\$ 500.000,00
Prazo: 24 meses
Produto 2: Oportunizar a abertura de vagas de trabalho junto a empresas mediante parcerias.
Meta: Realização de, pelo menos, dez parcerias com empresas para a contratação de egressos do sistema prisional.
Prazo: 24 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Diretoria da Penitenciária Modulada de Ijuí.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, Sistema Penitenciário Federal, autarquia, empresa pública, prefeituras.
Organizações parceiras: Sesc, Senac, Senai, ACI, Construtoras, Indústrias e Comércio.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, Sistema Penitenciário Federal, autarquia, empresa pública, prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Tesouro do Estado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
24 meses após a aprovação do projeto executivo.
Elaboração e assinatura do convênio: 2 meses
Licitação para a contratação dos responsáveis pelos cursos de qualificação: 3 meses
Execução dos cursos: 19 meses
Visitas às empresas para compor o convênio: 20 meses

Estratégia: Criar espaços públicos para o pleno acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer para crianças, jovens, adultos e terceira idade.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação da Rota de Turismo Rural “Sabores e Saberes” de Ajuricaba – Terra do Peixe Cultivado
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 260.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Associação Rota Rural “Sabores e Saberes” e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer de Ajuricaba/RS.
Escopo: Este projeto propõe o estabelecimento de uma Rota de Turismo Rural no município de Ajuricaba com o objetivo de desenvolver o turismo rural de forma sustentável; proporcionando lazer, cultura, história e gastronomia, fortalecendo a agricultura familiar e o empreendedorismo, a geração de renda e qualidade de

vida e contribuindo para a permanência do agricultor no meio rural. O veículo adquirido para a associação irá possibilitar transportar o turista com conforto, além de facilitar as visitas locais, tendo em vista a contemplação dos pontos de interesse a se visitar. A programação será realizada com uma seleção de serviços e atrativos que serão colocados à disposição do turista. Conseqüentemente, a rota irá contribuir para o incremento da receita municipal e o desenvolvimento da região.

Responsável: Sandra Puhl dos Santos e equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantação de uma Rota Rural de Turismo no município de Ajuricaba/RS, visando a fortalecer a agricultura familiar, a geração de renda, o desenvolvimento econômico e social da região, bem como contribuindo para a permanência do agricultor no meio rural.

Justificativa: O turismo tem como sua matéria-prima os atrativos turísticos. São eles que podem motivar o deslocamento de pessoas para ver, fazer ou sentir e desfrutar de sua existência. Investir na imagem e na infraestrutura de uma localidade que possua atrativos turísticos faz deles produtos com capacidade de serem consumidos por algum tipo específico de mercado. A partir desta perspectiva, em que o desenvolvimento local é concebido como o desenvolvimento advindo das ações da comunidade, dos agentes locais como principais sujeitos desse desenvolvimento, surge a atividade turística como uma perspectiva de oportunizar recursos, alavancar ou desenvolver comunidades, seja em âmbito ambiental, econômico, social ou cultural.

O município de Ajuricaba situa-se na Região Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul, a 400 km da capital. A população indicada pelo censo de 2010 é de 7.255 habitantes, sendo 43,38% na área rural e 56,62% na zona urbana. Ajuricaba é um dos 33 municípios que compõem a Região Turística do Salto do Yucumã.

O município possui potencial de desenvolvimento turístico em âmbito regional, estadual e nacional, por realizar grandes eventos de destaque, tais como a Feira Nacional do Peixe Cultivado

(Fenape), com mais de 50.000 visitantes/ano. A feira é o maior dos eventos no município, e potencializa o comércio, a cultura e o turismo local.

Aliados aos eventos promovidos, há uma diversidade de pontos turísticos no município. Entre estes, balneários, belas paisagens com cascatas naturais, fauna e flora preservadas, furnas, Museu Municipal, edificações históricas, propriedades rurais diversificadas e estruturadas aptas a receber o turismo rural, estações de alevinos, pesque e pague, etc. A piscicultura está entre as principais atividades de retorno para o produtor. Além disso, o município destaca-se pela gastronomia diferenciada no que se refere à oferta de pratos à base de peixe, muito procurada pela população regional. O gado leiteiro também tem agregado valor ao município, que vem se destacando como um dos principais produtores da região.

Com a Rota de Turismo Rural haverá considerado fortalecimento do setor turístico no município e região, contribuindo para a geração de novos empregos, e, conseqüentemente melhorando a distribuição de renda e qualidade de vida das pessoas. A rota possibilita ao turista uma melhor circulação, ou seja, uma facilidade para visitar um local, tendo em vista a contemplação dos pontos de interesse a se visitar. A programação é realizada com uma seleção de serviços e atrativos que serão colocados à disposição do turista.

Beneficiários: Proprietários rurais, empreendedores em turismo, agroindústrias familiares, setores econômicos, sociais, entre outros do município.

Resultados pretendidos:

- Desenvolver de forma sustentável o turismo rural no município de Ajuricaba.
- Conscientizar a sociedade para a importância do turismo em área rural.
- Estimular, apoiar e realizar ações, cursos e atividades voltadas para a qualificação e capacitação de recursos humanos para o turismo rural.
- Promover, incentivar e estimular a criação e a melhoria da infraestrutura para a atividade de turismo em área rural.
- Preservar e conservar o patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e ambiental das comunidades envolvidas.

- Incentivar o aperfeiçoamento e promoção do artesanato local e da arte popular.
- Geração de emprego e renda utilizando a rota rural.
- Agregar valor à produção, produzir e comercializar produtos com qualidade promovendo o fortalecimento da agricultura familiar.
- Ser referência em Turismo Rural Sustentável com excelência no atendimento, inovação e empreendedorismo com vistas à satisfação aos visitantes e empreendedores.

Alinhamento Estratégico: Criar espaços públicos para o pleno acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer para crianças, jovens, adultos e terceira idade.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realizar inventário de identificação e quantificação dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos do município.

Meta: Contratar empresa especializada para a realização de mapeamento e pesquisa.

Custo: R\$ 3.500,00

Prazo: 6 meses

Produto 2: Formatar e introduzir a Rota Rural Turística no município

Meta: Legalização e registro da Rota e Associação de turismo junto aos órgãos competentes

Custo: R\$ 1.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 3: Organizar e capacitar os associados e empreendedores rurais.

Meta: Contratar profissional capacitado e/ou instituição de qualificação para capacitar as famílias de associados, proprietários das cinco agroindústrias e seus funcionários.

Custo: R\$ 12.500,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Desenvolver a identidade visual da Rota Rural e dos empreendimentos (logomarca, fôlderes, personalização dos produtos, material de divulgação, publicidade, site).

Meta: Contratação de empresa capacitada para execução da proposta de identificação visual e publicização da rota e de seus produtos.

Custo: R\$ 25.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 5: Estabelecer sinalização de orientação turística da rota.

Meta: Contratação de serviço especializado para colocação de placas de sinalização e orientação turística no município e região.

Custo: R\$ 10.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 6: Ampliação e adequação da infraestrutura física das propriedades que fazem parte do projeto.

Meta: Contratação de empresa capacitada para a realização dos serviços de melhoria nas estruturas físicas das propriedades associadas.

Custo: R\$ 70.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 7: Promover qualificação técnica para os proprietários e funcionários das agroindústrias familiares objetivando agregar valor à produção

Meta: Contratação de instituição ou profissional capacitado para promover a formação técnica dos proprietários das cinco agroindústrias associadas e de seus funcionários.

Custo: R\$ 15.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 8: Resgatar junto a comunidade, a cultura e história gastronômica, culminando no lançamento de um livro de receitas da associação.

Meta: Editoração e impressão de 500 livros – 1ª ed.

Custo: R\$ 20.000,00

Prazo: 6 meses

<p>Produto 9: Realização de Seminário Regional para divulgação da Rota.</p> <p>Meta: Contratação de profissional para palestra, material de divulgação, locação de espaço para realização do I Seminário Regional de Turismo.</p> <p>Custo: R\$ 8.000,00</p> <p>Prazo: 3 meses</p>
<p>Produto 10: Aquisição de um veículo para a associação de turismo, com capacidade mínima de 20 pessoas, emplacamento e registro.</p> <p>Meta: Aquisição de um veículo para a associação visando o transporte dos turistas até as propriedades associadas que farão parte da rota rural. Estimativa de organizar três passeios ao mês, fazendo o transporte com carro próprio da associação.</p> <p>Custo: R\$ 85.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 11: Equipagem da sede da Associação Rota Rural.</p> <p>Meta: Aquisição de mobiliário, sistema de climatização, aparelhos de informática.</p> <p>Custo: R\$ 10.000,00</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Equipe técnica da Secretaria Municipal e associados capacitados.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Obras de Ajuricaba/RS, Emater.</p>
<p>Organizações parceiras: Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do RS; Senar, Sebrae, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Patronal, Prefeitura, Bancos e Cooperativas.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do RS e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS.</p>

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 260.000,00
Fontes de recursos: Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do RS e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 165.000,00
Despesas Correntes: R\$ 95.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 3.500,00 Produto 2: R\$ 1.000,00 Produto 3: R\$ 12.500,00
Produto 4: R\$ 25.000,00 Produto 5: R\$ 10.000,00 Produto 6: R\$ 70.000,00
Produto 7: R\$ 15.000,00 Produto 8: R\$ 20.000,00 Produto 9: R\$ 8.000,00
Produto 10: R\$ 85.000,00 Produto 11: R\$ 10.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1: Contratar empresa qualificada para a realização de pesquisa e mapeamento turístico do município e região. Prazo: 6 meses
Produto 2: Realizar a legalização e devidos registros da Associação e Rota Rural junto aos órgãos competentes; Prazo: 12 meses
Produto 3: Contratar profissional habilitado e/ou instituição de qualificação para capacitar as famílias de associados, proprietários das cinco agroindústrias e seus funcionários.

Prazo: 24 meses

Produto 4: Contratação de empresa especializada para execução da proposta de identificação visual da rota, criação de site e publicidade.

Prazo: 12 meses

Produto 5: Contratação de empresa especializada para executar serviços de sinalização e placas orientativas da Rota Rural no município e região.

Prazo: 12 meses

Produto 6: Contratação de empresa capacitada para a realização dos serviços de melhoria nas estruturas físicas das propriedades associadas.

Prazo: 24 meses

Produto 7: Contratação de instituição ou profissional capacitado para promover a formação técnica dos associados e dos proprietários das cinco agroindústrias associadas e de seus funcionários.

Prazo: 24 meses

Produto 8: Editoração e impressão de 500 livros de gastronomia – 1ª ed.

Prazo: 6 meses

Produto 9: Contratação de profissional para palestra, material de divulgação, locação de espaço para realização do I Seminário Regional de Turismo.

Prazo: 3 meses

Produto 10: Aquisição de mobiliário, sistema de climatização, aparelhos de informática para a equipagem da sede da associação de turismo.

Prazo: 24 meses

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Desenvolvimento da Agroindústria
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.750.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Emater
Escopo: Financiamento à agroindústria para aquisição de equipamentos, construção civil e aquisição de veículos, consultoria técnica e apoio à legalização e à comercialização das agroindústrias financiadas.
Responsável: Gerência Regional da Emater
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico possibilitando aos agricultores agregar valor aos seus produtos. Além de proporcionar acesso a equipamentos e tecnologias modernas, o projeto também visa a proporcionar aos estabelecimentos serviços de assistência técnica que proporcione aumento de produtividade e qualidade aos produtos.
Justificativa: A busca de oportunidades em grandes centros faz com que prevaleça o esvaziamento populacional em regiões menos desenvolvidas, gerando, assim, bolsões de pobreza. Além disso, a economia do Noroeste Colonial é altamente dependente do setor agrícola, porém não avançou em agregação de matéria-prima. Uma das questões recorrentes nas demandas regionais é a questão da agregação de valor aos produtos da agricultura. O fortalecimento das agroindústrias familiares vem a contribuir para solucionar, pelo menos em parte, esta demanda.
Beneficiários: Agricultores familiares, produtores formais e informais que sejam ou não associados a cooperativas e empresas.

Resultados pretendidos: Criar oportunidades de trabalho e renda; manter a qualidade da alimentação da população regional; ampliar o associativismo e a organização em cooperativas.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Financiamento à agroindústria Meta: Ampliar 75% do valor movimentado pelas agroindústrias da região. Custo: R\$ 5.000.000,00 Prazo: 60 meses
Produto 2: Consultoria Técnica e apoio à comercialização Custo: R\$ 750.000,00 Meta: Consolidar 80% dos empreendimentos agroindustriais da região. Prazo: 60 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe técnica da Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Secretarias Municipais de Agricultura; Emater/Ascar; Sebrae; Instituto Federal Farroupilha de Panambi; Unijuí.
Organizações parceiras: Banrisul, Banco do Brasil, BRDE, Sicredi, Crenor
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: BNDES e Ministério da Agricultura.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura; BNDES.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
60 meses após a aprovação do projeto executivo.

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação do Centro de Inovação em Alimentos da Unijuí
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 510.000,00
Duração do projeto: em meses – 24 meses
Responsável: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí
Escopo: Estudar, mediante cultivos experimentais em dois anos consecutivos, a adaptação dos cultivos de chia, quinoa e trigo sarraceno bem como a técnica de biofortificação agrônômica de aveia e desenvolver formulações de alimentos sem glúten a partir

dessas matérias-primas. Como resultados principais espera-se desenvolver 2 formulações de alimentos sem glúten, avaliando a sua qualidade. O objetivo também será de organizar uma estrutura capaz de propiciar a transferência tecnológica na elaboração e avaliação da qualidade de alimentos na região, incluindo análise de resíduos de agrotóxicos e realizar 2 dias de campo para 150 produtores rurais sobre as culturas estudadas e 2 cursos de capacitação na área de processamento de alimentos, capacitando pelo menos 15 técnicos, agroindústrias e/ou produtores rurais em cada curso. Fomentar a cadeia produtiva de aveia, trigo sarraceno, chia e quinoa na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, preferencialmente em sistema orgânico e/ou agroecológico, com fortalecimento das cooperativas e associações de agricultores familiares que atuam na produção de alimentos orgânicos na região, procurando consolidar e ampliar o número de produtores envolvidos neste segmento.

Responsável: Professor doutor Raul Vicenzi – Professor-adjunto do DCVida/Unijuí

Nelson Jose Thesing – Presidente do Corede Noroeste Colonial.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos: Objetivo Geral

Desenvolvimento de alimentos a partir de aveia biofortificada adicionada de farinha de trigo sarraceno, quinoa e chia, cultivados na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos Específicos

- Estudar a biofortificação agronômica de aveia pela adubação com Selênio, Zinco e Ferro cultivada na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (RS).
- Estudar a adaptabilidade e diferentes práticas de manejo para a cultivo de trigo sarraceno, chia e quinoa na Região Noroeste do RS.
- Elaborar uma formulação de massa sem glúten, tipo macarrão, a partir de farinhas de aveia, quinoa, trigo sarraceno e chia produzidos na Região Noroeste do RS.
- Desenvolver processo de elaboração de flocos sem glúten a partir de farinhas de aveia, quinoa, trigo sarraceno e chia produzidos na Região Noroeste do RS.

- Avaliar a qualidade química, nutricional, microbiológica e sensorial dos produtos elaborados.
- Determinar a composição centesimal, compostos bioativos, fibras solúveis, perfil lipídico e a atividade antioxidante nos produtos elaborados.
- Determinar os resíduos de agrotóxicos nas matérias-primas utilizadas na elaboração dos produtos.

Justificativa: Buscando manter a convergência com a Política de Pesquisa da Unijuí, definida no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI –, o presente projeto tem aderência ao modelo de desenvolvimento da região, na perspectiva de geração de impacto e transformação social pela pesquisa, sendo este um dos compromissos da Unijuí com a região. Este projeto de pesquisa está centrado em cinco das sete grandes áreas prioritárias do PDI da Unijuí, a saber: desenvolvimento e sustentabilidade; saúde; inovação e tecnologia; meio ambiente e sistemas de produção agropecuária e saúde animal. Nestas áreas a Unijuí possui três programas de Pós-Graduação *stricto sensu* – Desenvolvimento Regional; Modelagem Matemática e Atenção Integral à Saúde –, os quais desenvolvem pesquisas voltadas para as áreas prioritárias da Universidade. A cultura da aveia tem assumido um papel cada vez mais importante como cultivo de estação fria no sistema de produção do sul do país. As razões principais para o aumento do cultivo dessa espécie é a sua grande aptidão agrícola, pois é amplamente utilizada como cobertura do solo, auxiliando na sua recuperação e conservação, usada como forragem na alimentação animal e seus grãos caracterizam um cereal de elevada qualidade para a alimentação humana e animal. Segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção avançou 739,6 mil toneladas na safra 2015/2016, o que representa um aumento de 110,6% em relação à safra anterior. Além disso, a aveia branca no Rio Grande do Sul terá o maior aumento de área semeada entre todas as culturas de inverno, passando 118,4 mil hectares para 218,3 mil hectares. Além do aumento da produção nacional, o perfil das últimas safras também mudou, e o cereal, que começou a ser cultivado no país como forrageiro (destinado à nutrição animal), ganhou novo *status* a partir de 2000, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa) o reconheceu como alimento funcional porque, além de nutrir, possui propriedades benéficas para a promoção da saúde humana. Além do valor nutritivo superior aos outros cereais, a aveia se notabiliza por ser rica em fibras, além de ser naturalmente isenta de glúten, o que a torna uma ótima matéria-prima para a elaboração de alimentos sem glúten. Assim, a aveia tem sido indicada para consumo de pessoas intolerantes ao glúten e para os portadores de doença celíaca (2% da população brasileira). Outra parcela da população que usufrui dos benefícios nutricionais do consumo de aveia são os portadores de Diabetes mellitus, posto que o alto teor de fibras lhe confere lenta liberação de carboidratos, sendo indicada para controle glicêmico e melhoria do perfil lipídico. Atualmente, os consumidores estão buscando alimentos que, além da qualidade nutricional, tenham também um contexto social, e querem saber a influência da produção desses alimentos sobre o meio ambiente. A agricultura orgânica ganha cada vez mais espaço na cadeia agrícola brasileira. Em 2014, ela movimentou cerca de R\$ 2 bilhões e a expectativa é que em 2016 este número alcance R\$ 2,5 bilhões, e este mercado crescerá entre 20% e 30% em 2017. Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, gerenciado pelo Mapa, existem hoje 11.084 produtores cultivando alimentos neste sistema. O governo federal tem estimulado a difusão da agricultura orgânica com cursos de capacitação, promoção de feiras orgânicas para o escoamento dos produtos e certificação da produção.

Beneficiários: Produtores Rurais, Agroindústrias, Cooperativas, Associações de Produtores Rurais, Consumidores.

Resultados pretendidos:

- Introduzir na Região Noroeste do Rio Grande do Sul a técnica da biofortificação agrônômica de aveia.
- Gerar conhecimentos técnicos sobre o cultivo das culturas de chia, quinoa e trigo sarraceno na Região Noroeste do RS.
- Desenvolver produtos alimentícios inovadores, isentos de glúten, a partir de aveia biofortificada, chia, quinoa e trigo sarraceno cultivados na Região Noroeste do RS.
- Transferir a tecnologia desenvolvida para o setor produtivo regional.

- Estruturação de um espaço para difusão tecnológica no processamento de alimentos.
- Disponibilizar para a região de serviços de análises química para análise da qualidade de alimentos, incluindo de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Introduzir na Região Noroeste do Rio Grande do Sul a técnica da biofortificação agrônômica de aveia.

Meta: Realizar dois experimentos a campo, repetidos em dois anos agrícolas subsequentes, identificando quais as melhores condições de biofortificação agrônômica por meio da adubação com Selênio, Zinco e Ferro no desenvolvimento da cultura da aveia.

Custo: R\$ 30.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Gerar conhecimentos técnicos sobre o cultivo das culturas de chia, quinoa e trigo sarraceno na Região Noroeste do RS

Meta: Realizar dois (experimentos) experimentos a campo, repetidos em dois anos agrícolas subsequentes, identificando quais as melhores condições de adaptabilidade para o desenvolvimento das culturas de trigo sarraceno, quinoa e chia na Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Custo: R\$ 30.000, 00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Desenvolver produtos alimentícios inovadores, isentos de glúten, a partir de aveia biofortificada, chia, quinoa e trigo sarraceno cultivados na Região Noroeste do RS

Meta: Desenvolver uma formulação de massa sem glúten, tipo macarrão, a partir de farinhas de aveia adicionada de farinhas de outros grãos produzidos na Região Noroeste do RS.

Custo: R\$ 140.000,00

Prazo: 18 meses
Produto 4: Desenvolver produtos alimentícios inovadores, isentos de glúten, a partir de aveia biofortificada, chia, quinoa e trigo sarraceno cultivados na Região Noroeste do RS Meta: Desenvolver um processo de elaboração de snaks/flocos sem glúten a partir de farinhas de aveia, chia, quinoa e trigo sarraceno, avaliando sua qualidade. Custo: R\$ 125.000,00 Prazo: 18 meses
Produto 5: Desenvolver produtos alimentícios inovadores, isentos de glúten, a partir de aveia biofortificada, chia, quinoa e trigo sarraceno cultivados na Região Noroeste do RS Meta: Obter a composição química centesimal, teor de bioativos, perfil lipídico, minerais e atividade antioxidante, além de resíduos de agrotóxicos das matérias-primas estudadas e dos produtos desenvolvidos. Custo: R\$ 145.000,00 Prazo: 18 meses
Produto 6: Transferir a tecnologia desenvolvida para o setor produtivo regional. Meta: Realizar 2 dias de campo, com 4 horas e 70 vagas cada, com o objetivo de transferir a tecnologia gerada para a produção de aveia, quinoa, trigo sarraceno e chia, destinadas a produtores rurais, técnicos de assistência rural, estudantes e professores. Custo: R\$ 5.000,00 Prazo: 6 meses
Produto 7: Transferir a tecnologia desenvolvida para o setor produtivo regional. Meta: Realizar 2 cursos de capacitação, de 8 horas com 15 vagas cada, para transferência da tecnologia desenvolvida atendendo produtores rurais, agroindústrias, técnicos de assistência rural, estudantes e professores.

<p>Custo: R\$ 5.000,00</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.</p> <p>Grupo de professores da Unijuí, Setrem e Instituto Federal Farroupilha.</p> <p>Raul Vicenzi – Engenheiro agrônomo e doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos</p> <p>José Gonzáles – Engenheiro agrônomo e doutor Agronomia</p> <p>Eilamaria Libardoni Vieira – Nutricionista, mestre em Ciência de Alimentos</p> <p>Alessandro Hermann – Bacharel e mestre em Química</p> <p>Anagilda Bacarin Gobo – Bacharel e mestre em Química</p> <p>Fernanda Pereira – Bacharel e doutora em Engenharia Química</p> <p>Joseana Severo – Bacharel em Química Industrial de Alimentos, doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos</p> <p>Gislaine Hermanns – Bacharel em Química Industrial de Alimentos e doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos</p> <p>Ana Paula Cecatto – Bacharel em Química Industrial de Alimentos e doutora em Agronomia</p> <p>Angélica Reolon da Costa – Bióloga e doutora em Agronomia</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado do RS.</p>
<p>Organizações parceiras:</p> <p>Sociedade Educativa Três de Maio (Setrem)</p> <p>Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto</p> <p>Central de Cooperativas – Unicooper</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado do RS.</p>

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 510.000,00. R\$ 410.000,00 (investimentos) + R\$ 100.000,00 (despesas correntes) =
Fontes de recursos: Consulta Popular
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc. Estruturação/construção de laboratório de processamento de alimentos no campus da Unijuí, em Ijuí-RS: R\$ 250.000,00 Estufa para secagem/desidratação de alimentos: R\$ 15.000,00 Aparelho para determinação de proteínas em alimentos – R\$ 10.000,00 Aparelho para determinação de gorduras totais em alimentos – R\$ 10.000,00 Adequação das instalações de laboratórios existentes: R\$ 10.000,00 Sistema Headspace para análise de compostos voláteis em alimentos: R\$ 115.000,00
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc. Reagentes químicos e padrões cromatográficos: R\$ 50.000,00 Vidrarias e outros materiais de laboratório: R\$ 15.000,00 Outros materiais necessários aos cultivos a campo: R\$ 10.000,00 Serviços de terceiros para consertos de equipamentos: R\$ 20.000,00 Materiais de Expediente: R\$ 5.000,00
Investimentos (I) e despesas correntes (DC) por produto:

Produto	Investimentos (I)	Despesas correntes (DC)
Produto 1	R\$ 00,00	R\$ 30.000,00
Produto 2	R\$ 00,00	R\$ 30.000,00
Produto 3	R\$ 140.000,00	R\$ 10.000,00
Produto 4	R\$ 125.000,00	R\$ 10.000,00
Produto 5	R\$ 145.000,00	R\$ 10.000,00
Produto 6	R\$ 00,00	R\$ 5.000,00
Produto 7	R\$ 00,00	R\$ 5.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produto	Execução em meses	
Produto 1	24 meses.	
Produto 2	24 meses.	
Produto 3	18 meses.	
Produto 4	18 meses.	
Produto 5	18 meses.	
Produto 6	06 meses.	
Produto 7	06 meses.	

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de Equipamentos para Agroindústrias
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 218.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio de Panambi, Rafael Jakes.

Escopo: Apoio à agroindústria para aquisição de equipamentos. O projeto visa à aquisição de equipamentos de acordo com demanda apresentada pelas agroindústrias do município ao qual se destina o projeto. Com a introdução de equipamentos espera-se proporcionar maior produtividade, rentabilidade e qualidade dos produtos oriundos dos estabelecimentos contemplados pelo projeto.

Responsável: Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Panambi, Rafael Jakes

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Apoiar a aquisição de equipamentos para serem utilizados nas agroindústrias familiares do município de Panambi contribuindo para que os agricultores familiares agreguem valor aos seus produtos. De acordo com levantamento realizado, a aquisição de equipamentos específicos proporcionará maior produtividade, rentabilidade e qualidade aos produtos oriundos dos estabelecimentos abrangidos pelo projeto. Os estabelecimentos agroindústrias do município manifestam a necessidade de modernização de seus processos produtivos. Desta forma, o projeto contribui para a melhoria destes e garante a manutenção e crescimento das agroindústrias.

Justificativa: A busca de oportunidades em grandes centros faz com que prevaleça o esvaziamento populacional em regiões menos desenvolvidas, gerando, assim, bolsões de pobreza. Além disso, a economia do Noroeste Colonial é altamente dependente do setor agrícola, porém não avançou em agregação de matéria-prima.

As agroindústrias familiares do município de Panambi, assistidas pela prefeitura, apresentam demandas de equipamentos os quais são importantes para a melhoria da qualidade dos produtos e aumento da rentabilidade dos estabelecimentos agroindustriais. Desta forma, é importante apoiar as mesmas com modernização de suas plantas de produção.

Beneficiários: Agricultores familiares, produtores formais e informais, que sejam ou não associados a cooperativas e empresas.

Resultados pretendidos: Criar oportunidades de trabalho e renda; manter a qualidade da alimentação da população regional; ampliar o associativismo e a organização em cooperativas.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Adequação do piso – Frutipan R\$ 40.000,00
Produto 2: Embaladora dosadora semiautomática – Frutipan R\$ 24.000,00
Produto 3: Embaladora de sache de mel – Irineu Buhring R\$ 27.000,00
Produto 4: Barreira sanitária, Câmara fria, Misturador – Nilvo Linn R\$ 15.000,00
Produto 5: Barreira sanitária, Câmara fria, Misturador, Embutidora, Mesa – Dilson Graeff R\$ 25.000,00
Produto 6: Barreira sanitária, Pasteurizador, Mesa, Iogurteira/queijeira – Marco Antônio Almeida R\$ 75.000,00
Produto 7: Barreira sanitária, Prensa, Forma de queijo, Iogurteira/queijeira – Dilseu Pohl R\$ 12.000,00
Equipe do Projeto: Secretário da Agricultura de Panambi, Equipe da Emater/Ascar do município de Panambi, Conselho Municipal da Agricultura de Panambi e proprietários das Agroindústrias.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Secretarias Municipais de Agricultura; Emater/Ascar; Sebrae; Instituto Federal Farroupilha de Panambi; Unijuí.
Organizações parceiras: Banrisul, Banco do Brasil, BRDE, Sicredi, Crenor.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: BNDES e Ministério da Agricultura.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura; BNDES.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Produto 1: Adequação do piso – Frutipan R\$ 40.000,00
Produto 2: Embaladora dosadora semiautomática – Frutipan R\$ 24.000,00
Produto 3: Embaladora de sachê de mel – Irineu Buhring R\$ 27.000,00
Produto 4: Barreira sanitária, Câmara fria, Misturador – Nilvo Linn R\$ 15.000,00
Produto 5: Barreira sanitária, Câmara fria, Misturador, Embutidora, Mesa – Dilson Graeff R\$ 25.000,00
Produto 6: Barreira sanitária, Pasteurizador, Mesa, Iogurteira/queijeira – Marco Antônio Almeida R\$ 75.000,00
Produto 7: Barreira sanitária, Prensa, Forma de queijo, Iogurteira/queijeira – Dilseu Pohl R\$ 12.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
12 meses após a aprovação do projeto executivo.

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Sistemas Agroflorestais como Atividade Inovadora para promoção do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Leite no Noroeste do Rio Grande do Sul
Localização: Corede Noroeste Colonial e Programa Rede Leite do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: 1ª etapa: R\$ 2.961.000,00 e 2ª etapa R\$ 3.344.000,00, totalizando R\$ 6.305.000,00.
Duração do projeto: 1ª etapa 48 meses e 2ª etapa 72 meses, totalizando 120 meses:
Responsável: FIDENE/Unijuí
Escopo: Trabalhar os Sistemas Agroflorestais para promover o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do leite no Noroeste do Rio Grande do Sul. Contemplar ações de pesquisa e formação da equipe técnica para atuação direta nos produtores, preferencialmente ligados à Rede Leite, para instalação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em propriedades rurais para minimizar a queda na produção de leite em decorrência das elevadas temperaturas observadas durante o verão, especialmente por serem animais, na sua maioria, de origem europeia e, portanto, sensíveis às temperaturas elevadas.
Responsável: Osório Antônio Lucchese – Unijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Constituição de conjunto de experimentos junto ao IRDeR, em Augusto Pestana, para validação de Sistemas Agroflorestais, com ênfase em Sistemas Silvopastoris. Curso de Sistemas Agroflorestais para Técnicos de Nível Superior e Médio – quatro cursos de 70 horas capacitando 160 técnicos. Realizar um seminário com a participação de 600 profissionais e estudantes da área e publicação dos Anais do encontro. Quatro dias de campo

reunir 2.800 participantes. Capacitar 160 produtores. Reestruturação do Viveiro Regional de Produção de Mudanças Florestais do IRDeR. Constituição de infraestrutura básica para desenvolvimento e acompanhamento do Projeto. Implantação de SAFs nas Unidades de Produção Agropecuária (UPA). Acompanhamento Técnico e Monitoramento das UPA com SAFs. Dias de Campo em Sistemas Silvopastoris. Oficinas de SAFs com produtores. Seminários e acompanhamento de ações regionais para aumento da sustentabilidade produtiva na Cadeia Produtiva do Leite com a conversão de sistemas tradicionais de produção em SAFs (especialmente silvipastoris, SSPs). Promover ações de qualificação de pessoal técnico, de comunicação, de pesquisa para conversão e qualificação das atividades produtivas junto a produtores ligados especialmente à Rede Leite.

Justificativa: O presente projeto será realizado partindo de demandas observadas nas UOs da Rede Leite, nas quais se observa diminuição da produtividade de leite em períodos de calor. Essa queda na produção de leite tem decorrência das elevadas temperaturas observadas durante o verão no RS. Essa elevada temperatura tem reflexos na cadeia de produção relativos à diminuição da ingestão de alimento pelos animais e a menor oferta de forragem pela condição de deficiência hídrica, que afeta o crescimento e desenvolvimento das plantas.

Nos bovinos a menor ingestão de alimento é proporcionada pelo desconforto térmico, pois os animais, na sua maioria, são de origem europeia e, portanto, sensíveis às temperaturas elevadas. Com isso, o animal diminui o consumo de alimento, que, atrelado à elevada taxa respiratória, leva à queda na produtividade de leite.

Em relação às forrageiras, o efeito da elevada temperatura do ar geralmente está combinado à pouca disponibilidade hídrica no solo, o que ocasiona déficit hídrico às plantas, levando estas a reduzir seu crescimento e desenvolvimento e comprometendo a oferta de massa seca aos animais.

O projeto se propõe, portanto, a resolver este problema por meio da pesquisa, validação e apropriação pelos produtores de ambientes mais adequados para a produção de leite. Esses ambientes são denominados de sistemas agroflorestais. Nos SAFs o ambiente é

mais restritivo quanto à disponibilidade de radiação solar, que pode comprometer o crescimento de algumas espécies forrageiras, no entanto esse ambiente é de melhor conforto térmico aos animais. Inicialmente, todavia, deve-se identificar as espécies forrageiras que apresentam desenvolvimento com qualidade neste ambiente e a aceitação dos animais a estas forragens. Com isso, será constituído um ambiente que, naturalmente, possibilite a produção de forragens, madeira e criação dos bovinos leiteiros com conforto térmico.

Ao se constituírem esses ambientes nas propriedades, os agricultores não terão mais problemas relativos à queda na produção de leite em razão altas temperaturas. Além disso, espera-se melhorar a condição de saúde dos animais com ganhos no manejo clínico dos rebanhos pela menor administração de medicamentos e aumento na sustentabilidade ambiental.

Beneficiários: Produtores de Leite da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente ligados ao Programa Rede Leite.

Resultados pretendidos: Qualificar 160 técnicos de nível superior e médio para construção e manejo de SAFs, constituindo forte base de pesquisa a ser disponibilizada aos 8 mil produtores de leite na região; executando, pelo menos, 400 SAFs em propriedades com sistemas tradicionais de produção.

Produzir ampla base teórica e metodológica em SAFs com ênfase em Sistemas Silvipastoris.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

1ª ETAPA: 48 meses

Produto 1: Constituição de conjunto de experimentos junto ao IRDeR, em Augusto Pestana, para validação de Sistemas Agroflorestais, com ênfase em Sistemas Silvipastoris.

Meta: Coleta de dados para elaboração de 15 artigos científicos sobre a pesquisa

Custo: R\$150.000,00

Prazo: 48 meses

<p>Produto 2: Curso de Sistemas Agroflorestais para Técnicos de Nível Superior e Médio Custo: R\$120.000,00 Meta: Quatro cursos de 70 horas, capacitando 160 técnicos Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: I Seminário Internacional em Sistemas Agroflorestais Custo: R\$ 150.000,00 Meta: Realizar um seminário com a participação de 600 profissionais e estudantes da área e publicação dos Anais do encontro. Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 4: Dias de Campo em Sistemas Silvopastoris Custo: R\$ 20.000,00 Meta: Em quatro dias de campo reunir 2.800 participantes Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 5: Oficinas de SAFs com Produtores Custo: R\$ 20.000,00 Meta: Capacitar 160 produtores Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 6: Reestruturação do Viveiro Regional de Produção de Mudas Florestais do IRDeR Custo: R\$ 250.000,00 Meta: produção de 1.000.000 de mudas para o Projeto Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 7: Constituição de infraestrutura básica para desenvolvimento e acompanhamento do Projeto Custo: R\$ 225.000,00 Meta: Aquisição de veículos e equipamentos para instalação e acompanhamento do Projeto. Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 8: Instalação de SAFs nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) Custo: R\$ 1.000.000,00</p>

<p>Meta: 180 unidades</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 9: Acompanhamento técnico e monitoramento das UPA com SAFs</p> <p>Custo: R\$ 1.026.000,00</p> <p>Meta: Contratar um técnico exclusivo para o projeto e acompanhar todo o processo de articulação, mobilização, estabelecimento e monitoramento das unidades de SAFs</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>2ª ETAPA: 72 meses (49º ao 120º mês)</p>
<p>Produto 10: Dias de Campo em Sistemas Silvopastoris</p> <p>Custo: R\$ 30.000,00</p> <p>Meta: Realizar seis dias de campo e reunir 3.800 participantes</p> <p>Prazo: 72 meses</p>
<p>Produto 11: Oficinas de SAFs com Produtores</p> <p>Custo: R\$ 30.000,00</p> <p>Meta: Capacitar 240 produtores</p> <p>Prazo: 72 meses</p>
<p>Produto 12: Introdução e acompanhamento de SAFs nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)</p> <p>Custo: R\$ 1.600.000,00</p> <p>Meta: 220 unidades</p> <p>Prazo: 72 meses</p>
<p>Produto 13: Acompanhamento técnico e monitoramento das UPAs com SAFs</p> <p>Custo: R\$ 1.544.000,00</p> <p>Meta: Contratar um técnico exclusivo para o projeto e acompanhar todo o processo de articulação, mobilização, estabelecimento e monitoramento das unidades de SAFs</p> <p>Prazo: 72 meses</p>
<p>Produto 14: II Seminário Internacional em Sistemas Agroflorestais</p> <p>Custo: R\$ 150.000,00</p>

<p>Meta: Realizar um seminário com a participação de 600 profissionais e estudantes da área e publicação dos Anais do encontro.</p> <p>Prazo: 110º mês</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Grupo de professores do curso de Agronomia e Medicina Veterinária da Unijuí.</p> <p>Grupo de Pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul (Bagé), Clima Temperado (Pelotas) e Florestas (Colombo-PR).</p> <p>Grupo Técnico da Emater atuando na Rede Leite.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Emater/RS – Regional Ijuí, Embrapa, Prefeituras do Noroeste Colonial.</p>
<p>Organizações parceiras: Unijuí e Programa Rede Leite.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Fapergs (SCTI), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RS; Fundo Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS), Ministério da Agricultura; Fundo Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente); Banco Mundial; PNUD/ONU.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros: Disponibilização de Recursos para Fidene/Unijuí e Emater Regional de Ijuí.</p>
6 – RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 1.546.000,00 (investimentos) R\$ 4.759.000,00 (despesas correntes)</p>
<p>Fontes de recursos:</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>

Investimentos: Gastos com execução de obras no viveiro Regional de Produção de Mudas Florestais, aquisição de veículos, aquisição de equipamentos (computadores, projetores multimídias, equipamentos meteorológicos e de armazenamento de dados, equipamentos para manejo florestal,...), mudas florestais, arame, tela, material bibliográfico.
Despesas Correntes: Combustível, diárias para alimentação e hospedagens, pagamento de técnico (salário e despesas e/ou serviços de terceiros) e serviços de terceiros,
Investimentos (I) e despesas correntes (DC) por produto:
Produto 1: R\$ 100.000,00 (I) + R\$ 50.000,00(DC)
Produto 2: R\$ 10.000,00 (I) + R\$ 110.000,00(DC)
Produto 3: R\$ 20.000,00 (I) + R\$ 130.000,00(DC)
Produto 4: R\$ 20.000,00(DC)
Produto 5: R\$ 1.000,00 (I) + R\$ 19.000,00(DC)
Produto 6: R\$ 250.000,00 (I)
Produto 7: R\$ 225.000,00 (I)
Produto 8: R\$ 300.000,00 (I) + R\$ 700.000,00(DC)
Produto 9: R\$ 76.000,00 (I) + R\$ 950.000,00(DC)
Produto 10: R\$ 30.000,00(DC)
Produto 11: R\$ 30.000,00(DC)
Produto 12: R\$ 480.000,00 (I) + R\$ 1.120.000,00(DC)
Produto 13: R\$ 64.000,00 (I) + R\$ 1.480.000,00(DC)
Produto 14: R\$ 10.000,00 (I) + R\$ 140.000,00(DC)
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1: zero a 48 meses Produto 8: 6 a 48 meses
Produto 2: zero a 24 meses Produto 9: 2 a 48 meses
Produto 3: 40 a 48 meses Produto 10: 54 a 114 meses
Produto 4: 6 a 40 meses Produto 11: 54 a 114 meses
Produto 5: 6 a 40 meses Produto 12: 50 a 120 meses
Produto 6: zero a 6 meses Produto 13: 50 a 120 meses
Produto 7: zero a 3 meses Produto 14: 98 a 110 meses

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 5 – Projeto 5 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de equipamentos para agricultura familiar.
Localização: Município de Nova Ramada.
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.764,72
Duração do projeto: 6 meses
Responsável: Município de Nova Ramada.
Escopo: Aquisição de Equipamentos.
Responsável: Município de Nova Ramada.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de um Rolo Faca.
Justificativa: O município de Nova Ramada pertence à região do Corede. Caracteriza-se como um município que tem sua matriz produtiva voltada à agricultura, na produção de grãos, carne e leite. Nesse sentido, as associações de produtores têm dinamizado as atividades ligadas à produção de leite e carne. Com essas especificidades, o recurso destinado será utilizado para a aquisição de um rolo faca, equipamento destinado à rolagem e picagem de adubos verdes e restevas de milho formando a palhada para o plantio direto. Em reunião do Conselho Municipal da Agricultura foi estabelecida prioridade na aquisição do referido equipamento.
Beneficiários: Agricultores do município de Nova Ramada.
Resultados pretendidos: Melhorar as palhadas do plantio direto com a rolagem e picagem de adubos verdes e restevas de milho.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aquisição de um Rolo Faca.

Meta: Melhoramento do solo e da produção agropecuária.
Custo: R\$ 40.764,27
Prazo: 6 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Planejamento do município de Nova Ramada.
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Nova Ramada e Estado do Rio Grande do Sul.
Organizações parceiras: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Ramada e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Agricultura do RS
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.764,72
Fontes de recursos: Orçamento Estado RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: gastos com aquisição de equipamentos.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 40.764,72
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Imediato: 6 meses
Aprovação do projeto; assinatura do convênio; licitação; entrega aos agricultores.

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 6 – Projeto 6 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Apicultura
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.350.000,00
Duração do projeto: 72 meses
Responsável: Emater
Escopo: Oferecer cursos que possibilitem a melhor gestão de apiários, bem como boas práticas de processamento e manejo para altas produtividades. Além disso, subsidiar o equipamento de unidades de extração de mel e entrepostos, oferecendo assistência técnica específica. Por fim, criar um selo de qualidade do mel no âmbito regional.
Responsável: Emater
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer a capacidade produtiva dos apicultores possibilitando a transformação da apicultura em atividade “empresarial”, aumentando a ocupação produtiva e a geração de renda dos agricultores familiares.
Justificativa: A apicultura destaca-se como uma atividade que diversifica a produção agrícola e reduz o risco de que os pequenos produtores rurais caiam na marginalidade. Apesar de no Noroeste Colonial ter sido constatada a criação de abelhas, as técnicas empregadas pelos apicultores ainda são rudimentares e não trazem recursos financeiros que impactem o desenvolvimento da região. Deste modo, é necessário possibilitar aos apicultores acesso a novas técnicas de produção, para que consigam explorar todo o potencial desta região para a atividade apícola.
Beneficiários: Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive empresários (apicultores) registrados na junta comercial, cooperativas de produtores e associações de produtores de mel.

<p>Resultados pretendidos: Promover a criação de abelhas na região com técnicas adequadas e que proporcionem rentabilidade.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Realização de cursos que possibilitem a melhor gestão de apiários e de boas práticas de processamento e manejo para altas produtividades.</p> <p>Meta: Realizar, no mínimo, dez cursos em cinco anos.</p> <p>Custo: R\$ 350.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 2: Subsídio a equipamento de unidades de extração de mel e entrepostos</p> <p>Custo: R\$ 675.000,00</p> <p>Meta: Ampliação do mercado do mel, tanto no mercado interno quanto externo, em 70% até 2023.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 3: Criação de selo de qualidade do mel</p> <p>Custo: R\$ 150.000,00</p>
<p>Meta: Consolidar a imagem do mel do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul em todo o território do sul do Brasil, na região fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Emater/Ascar, Sebrae, Agit/Unijuí</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Emater, Sebrae, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT/RS), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p>
<p>Organizações parceiras: Emater, Sebrae, Unijuí, Casa Familiar Rural de Catuípe, Instituto Federal Farroupilha de Panambi e Associações de Apicultores.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.175.000,00
Fontes de recursos: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 675.000,00
Despesas Correntes: R\$ 175.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 50.000,00
Produto 2: R\$ 75.000,00
Produto 3: R\$ 50.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto Executivo
2019 – Lançamento do projeto
2023 – Avaliação e divulgação dos resultados

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 7 – Projeto 7 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio ao Desenvolvimento da Piscicultura e Pesca
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.990.000,00
Duração do projeto: 2017-2023
Responsável: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Emater
<p>Escopo: O presente projeto prevê uma linha de financiamento voltada para a instalação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos na área da piscicultura, inclusive os destinados à produção de insumos, beneficiamento, preparação, comercialização e armazenamento da produção.</p> <p>Além disso, pretende-se oferecer um programa de assistência técnica para que os empreendimentos sejam, além de viáveis economicamente, adequados ao mercado em questão.</p>
Responsável: Emater
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fomentar o desenvolvimento da piscicultura por meio da modernização da infraestrutura produtiva e da preservação ao meio ambiente.
Justificativa: A piscicultura vem crescendo significativamente nos últimos anos no Noroeste Colonial e pode representar uma fonte de emprego e geração de renda. Além de o peixe ter alto valor proteico, é possível produzi-lo em áreas que até então eram improdutivas, dando valorização imobiliária, obtendo maiores lucros se comparado à produção de peixe a outras culturas similares, e servindo como lazer atraindo turistas – quando há o estabelecimento de pesque-e-pague, por exemplo.

<p>Os produtores precisam, entretanto, de assistência desde o registro, a obtenção de licença, a outorga do recurso hídrico, etc. Além disso, muitos produtores desconhecem técnicas adequadas para serem empregadas ao peixe e cuidados maiores na conservação da carne e na produção com valor agregado. Assim, este projeto propõe-se a fomentar a cadeia produtiva do peixe, fortalecendo e desenvolvendo um programa de financiamento e oferecendo um programa de capacitação para produtores de peixe.</p>
<p>Beneficiários: Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive empresários registrados na junta comercial, cooperativas de produtores e associações de produtores.</p>
<p>Resultados pretendidos: Ampliar o mercado da piscicultura; gerar trabalho e renda para produtores rurais.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Financiamento</p> <p>Meta: Ampliar 70% da lucratividade com o peixe, na região, no período de 5 anos.</p> <p>Custo: R\$ 3.000.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 2: Assistência técnica para o cultivo de peixes</p> <p>Custo: 735.000,00</p> <p>Meta: Ampliar 70% da lucratividade com o peixe, na região, no período de 5 anos.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Emater/Ascar, Sebrae, Agit/Unijuí</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Emater, Sebrae, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT/RS), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p>

Organizações parceiras: Emater, SEBRAE, Unijuí, Unipeixe, Casa Familiar Rural de Catuípe, Instituto Federal Farroupilha de Panambi, Cooperativa de Piscicultores de Ajuricaba e Nova Ramada (Cooprana).
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.735.000,0
Fontes de recursos: BRDE
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: R\$ 105.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 70.000,00
Produto 2: R\$35.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
2017 – Projeto executivo
2019 – Lançamento do projeto
2023 – Avaliação e divulgação dos resultados

Estratégia: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.

Prioridade 8 – Projeto 8 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recuperação do solo.
Localização: Município de Nova Ramada.
Valor total estimado do projeto: R\$ 76.764,27
Duração do projeto: 6 meses
Responsável: Município de Nova Ramada.
Escopo: Correção da Acidez e Recuperação da Fertilidade do Solo – Aquisição de Fertilizantes (Gesso Agrícola).
Responsável: Município de Nova Ramada.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de fertilizantes (gesso agrícola).
Justificativa: O município de Nova Ramada, pertencente ao Corede, caracteriza-se como um município que tem sua matriz produtiva voltada à agricultura, na produção de grãos, carne e leite. Nesse sentido, a correção da acidez do solo e a recuperação da fertilidade são as maiores preocupações dos nossos agricultores e das áreas técnicas – “buscar uma maior produção e estrutura de solo capaz de enfrentar veranicos agrícolas”. A utilização do gesso agrícola pode dar essas respostas pela alta solubilidade, consegue penetrar mais facilmente no perfil do solo, fornecer Cálcio em profundidade, reduzir a saturação de Alumínio em subsuperfície, aprofundar o sistema radicular, melhorar a distribuição do sistema radicular, aumentar o peso/volume de raízes, favorecer a absorção de água e nutrientes e propiciar uma maior tolerância das plantas aos veranicos do solo.
Beneficiários: Agricultores do município de Nova Ramada.
Resultados pretendidos: Aumentar a produtividade e diminuir impactos de veranicos.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer as cadeias produtivas do leite, de produção de grãos e alimentícia, empoderando atores mais frágeis para que não sejam excluídos dos processos produtivos.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aquisição de fertilizante (gesso agrícola).
Meta: Distribuir aos agricultores interessados 150 ton.
Custo: R\$ 76.860,13
Prazo: 6 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Planejamento do município de Nova Ramada.
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Nova Ramada e Estado do Rio Grande do Sul.
Organizações parceiras: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Ramada e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Agricultura RS
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 76.860,13
Fontes de recursos: Orçamento Estado RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Aquisição de Fertilizantes
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 76.860,13
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Imediato: 6 meses
Aprovação do projeto; assinatura do convênio; licitação; entrega aos agricultores.

Estratégia: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Agricultura

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitação técnica gerencial dos agricultores familiares.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Emater
Escopo: Capacitação de agricultores familiares visando a instituir sistemas gerenciais de acordo com as normas ambientais.
Responsável: Secretaria da Agricultura, Sema e IES.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitação técnica gerencial e ambiental à produção dos empreendimentos agrícolas.
Justificativa: A questão ambiental é tema da ordem do dia. A agricultura familiar, apesar de receber assistência técnica das cooperativas, Emater, prefeituras e outros órgãos, se ressentem de um maior entendimento da legislação ambiental em vigor.
A importância do correto cumprimento das normas estabelecidas é de suma importância para a melhoria das condições ambientais da

região. Além de que a competência técnica gerencial é fundamental para a obtenção de resultado econômico nas propriedades.
Beneficiários: Produtores familiares da região Noroeste Colonial
Resultados pretendidos: Produtor capacitado.
Alinhamento Estratégico: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realizar diagnóstico das necessidades de capacitação, constituir equipe técnica e criar material didático. Meta: Realizar diagnóstico, criar material didático para capacitar 800 agricultores Custo: 50.000,00 Prazo: 6 meses
Produto 2: Capacitação de agricultores familiares em gestão da propriedade Custo: 250.000,00 Meta: 450.000,00 Prazo: 36 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Técnicos da Emater e prefeituras.
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras e Emater
Organizações parceiras: IES, Secretaria Estadual da Agricultura, Sema e Emater.

Estratégia: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Assistência e Inclusão Social

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Jovens no mundo do trabalho.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Cras
Escopo: Realização de oficinas para que os jovens em situação de vulnerabilidade social sejam capacitados e, por consequência, aptos a buscarem a inserção no mercado de trabalho de acordo com as necessidades da região do Corede Noroeste Colonial.
Responsável: Corede.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Elevar o nível de conhecimentos técnicos de jovens, suprimindo suas demandas e, respectivamente, a do mercado de trabalho regional.
Justificativa: Problemas como a falta de acesso à instrução formal e a baixa qualidade de ensino ocasionam a falta de empregos apropriados, especialmente para os jovens. Acredita-se que uma força de trabalho pouco qualificada gera problemas sérios para a economia regional, uma vez que os mercados ficam presos a atividades de baixo valor agregado. Qualificar incentivando a igualdade, a inclusão, o respeito à diversidade, promovendo a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento das individualidades.
Beneficiários: Jovens usuários da Política de Assistência Social.

<p>Resultados pretendidos: Incluir os jovens melhorando o desempenho para a busca de colocação no mercado de trabalho da região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Oficinas de qualificação. Meta: Qualificar 10% dos jovens. Custo: R\$ 500.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Parcerias com público Meta: Parcerias com empresas. Prazo: 24 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Equipe de Recursos Humanos do Cras (assistente social, psicólogos entre outros) e pessoas capacitadas por viabilizar ações específicas.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos; Secretarias Municipais de Assistência Social.</p>
<p>Organizações parceiras: Sistema “S”; Instituto Federal Farroupilha Panambi; Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos; Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social.</p>

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos; Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social.
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos; Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Aquisição de imóveis, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: Material de consumo.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Início: Imediatamente após a liberação da verba
Término: 24 meses após o início da execução.

Estratégia: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Acesso a novos mercados (Externo).
Localização: Corede Noroeste Colonial – Panambi
Valor total estimado do projeto: 695.214,00
Duração do projeto: 15 meses
Responsável: Associação Centro de Inovação Tecnológica – Acitec
Responsável: Hugo Hartemink
Escopo: na atualidade, com a efetivação dos mercados globalizados e dos avanços tecnológicos, a conquista de novos mercados passou a ser um grande desafio para as empresas, especialmente de produtos pós-colheita, identificados como Arranjo Produtivo Local. Isso significa pesquisar mercados potenciais em países na América Latina e África. Registra-se que é indispensável investimento para a pesquisa de novos mercados para planejar o futuro, que necessita apontar caminhos rentáveis para as empresas.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O objetivo do projeto é constituir uma equipe de profissionais contratados pela Associação Centro de Inovação Tecnológica – Acitec –, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 10 de agosto de 2004, com sede e apoio administrativo da ACI-Panambi, Associação Comercial e Industrial de Panambi, para identificar mercados em países na América Latina e na África e possíveis compradores de produtos pós-colheita das indústrias fabricantes de equipamentos para recebimento, beneficiamento e armazenagem de grãos. Isso significa estudar os mercados para identificar e quantificar volume, preços e tipos de equipamentos dos possíveis clientes e aproximar os empresários do APL Pós-Colheita com os clientes identificados para a realização de negócios.
Justificativa: Uma atividade econômica somente poderá representar

alguma potencialidade para o desenvolvimento de sua região e para as empresas que a realizam se tiver boas perspectivas de mercado. De acordo com o Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Brasil, 2008), um fator apto a garantir a sustentabilidade da competitividade do APL exige apoio externo coordenado: interações das empresas empreendedoras localizadas no aglomerado com o mercado nacional e internacional. Partir da identificação dos agentes de tais interações, a velocidade com que as mudanças acontecem e a forma como os aglomerados, enquanto comunidade de firmas, respondem a estas mudanças, otimizando seu aproveitamento, devem ser promovidas.

Neste sentido, o APL Metalmeccânico Pós-Colheita, no atendimento ao mercado nacional e internacional, tem enfrentado dificuldades relacionadas ao acesso ao consumidor final; acesso aos canais de comercialização e distribuição de seus produtos; atendimento das especificações solicitadas pelo importador; promoção dos produtos e fixação de marca; burocracia alfandegária e tributária; embalagem e armazenagem; custos portuários de transporte interno e de fretes internacionais. Em 2012 o APL Metalmeccânico Pós-Colheita revisou pela última vez o seu Planejamento Estratégico, elaborado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí –, com recursos da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI. Entre as várias Estratégias, elegemos a “AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DO APL NO MERCADO” como uma das mais relevantes, pois o crescimento do mercado internacional do setor Pós-Colheita é muito importante para ampliar as possibilidades de negócios das empresas.

Beneficiários: 82 empresas do APL Panambi/Condor – RS.

Resultados pretendidos:

Meta 1: Ter um incremento de 8% nas vendas externas no conjunto das empresas participantes até o final do projeto.

Comprovação da realização da Meta: Relatório da Pesquisa de Resultados (T-Zero, T-Intermediário e T-Final), que será realizada junto as empresas que aderirem ao projeto, entregue pela consultoria especializada.

Meta 2: Ter Identificado seis mercados (países) externos (três na América Latina e três na África), potenciais compradores de

Equipamentos Pós-Colheita, até o final do projeto.

Comprovação da realização da Meta: Relatório de Estudo de Mercados entregue pela consultoria especializada.

Meta 3: Ter identificado 18 potenciais clientes nos mercados prospectados (9 na América Latina e 9 na África) no final do projeto.

Comprovação da realização da Meta: Relatório de Clientes Potenciais dos Mercados identificados, entregue pela consultoria especializada.

Meta 4: Ter um total de dez Empresas Beneficiadas com vendas para o Mercado Externo até o final do projeto.

Comprovação da realização da Meta: Relatório da Pesquisa de Resultados (T-Zero, T-Intermediário e T-Final), que será realizada junto as empresas que aderirem ao projeto.

Metodologia

– Evento de Lançamento: Realização de evento de lançamento do projeto quando da aprovação do Edital de Projetos e a liberação dos recursos, validação da adesão das empresas no projeto, bem como palestra Magna sobre a metodologia utilizada.

– Gestão e Monitoramento do Projeto: Realizar o acompanhamento frequente das ações do projeto quanto ao prazo de execução, avaliação, consultoria, reuniões de alinhamento com empresários e parceiros.

– Pesquisa de Resultados: Realizar, acompanhar e mensurar as pesquisas de resultado do Projeto: T-Zero, T-Intermediário e T-Final.

– Diagnóstico Inicial: Montar um panorama inicial das empresas participantes do Projeto, apontando forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.

– Identificação de Mercados Alvos: Identificar três países compradores ou potenciais compradores de equipamentos Pós-Colheita na América Latina e três países compradores ou potenciais compradores de equipamentos Pós-Colheita na África.

– Estudo dos Mercados-Alvo: Apresentar estudo de tipos de equipamentos comprados, tecnologias necessárias, volumes comprados e preços praticados pelos mercados-alvos.

– Identificação de Potenciais Clientes (Pós-Colheita) nos Mercados-Alvo Estudados: Identificar possíveis clientes (nomes das empresas ou agricultores, seus endereços, telefones, e-mails).

– Prospecção de Mercado: realizar visitas de prospecção de mercado

aos potenciais clientes identificados, para apresentar seus produtos e ou serviços.

– Rodada de Negócio Reversa: Trazer ao APL Pós-Colheita os potenciais clientes identificados dos mercados-alvo para apresentar suas empresas, seus produtos e realizar negócios.

– Missões Empresariais: Realizar missões empresariais a feiras nos mercados prospectados (se houver).

– Diagnóstico Final: Montar um panorama final das empresas que participaram do Projeto, apontando o valor das vendas externas realizadas e % das vendas externas no final do projeto em relação ao início do projeto.

– Reunião de Divulgação de Resultados: Realização de evento de encerramento do projeto divulgando pontos fortes, pontos fracos do projeto e resultados obtidos para cada indicador.

Alinhamento Estratégico: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Meta 1: Estruturação do Projeto

1.1. Constituição de uma equipe profissional

1.2. Pesquisa de mercado para identificar público-alvo

Prazo: 2 meses R\$ 92.694,00

Produto 2: Meta 2: Desenvolvimento do Projeto

2.1. Estudo dos Mercado-Alvo

2.2. Identificação de Potenciais Clientes

2.3. Prospecção de Mercado

2.4. Rodada de Negócio Reversa

2.5. Missão Empresarial

Prazo: 11 meses R\$ 509.826,00

Produto 3: Meta 3: Acompanhamento e Finalização do Projeto

3.1. Gestão e Monitoramento do Projeto

3.2. Diagnóstico Final

3.3. Divulgação de Resultados

Prazo: 2 meses R\$ 92.694,00

Prestação de Contas Técnica e Financeira Parcial																			X
Prestação de Contas Técnica e Financeira final																			X

Estratégia: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Curso de Assistência Farmacêutica no SUS
Localização: Ijuí (17ª CRS)
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: 4 meses
Responsável: Secretaria Estadual da Saúde/17ª Coordenadoria Regional da Saúde/Setor da Assistência Farmacêutica
Escopo: Elaborar e executar curso de Assistência Farmacêutica no SUS, de 40 horas, tendo como público-alvo prescritores (médicos) que atuam no SUS e o setor Judiciário (defensores públicos, juízes de direito e promotores), podendo, assim, diminuir a judicialização na saúde pública.
Responsável: Silvia Regina Ceccato
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a assistência farmacêutica regional. • Buscar a capacitação para o acesso a medicamentos baseado nas melhores evidências. • Instrumentalizar os atores para o uso e prescrição racional, visando o acesso da população a medicamentos seguros,

eficazes na dose e tempo necessários, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS).

- Promover a educação em saúde na assistência farmacêutica, visando à atenção integral.
- Estabelecer um debate sobre a judicialização do acesso a medicamentos.
- Discutir os princípios e as diretrizes da assistência farmacêutica em consonância com a vigilância epidemiológica.

Justificativa: Desde a criação do Sistema Único de Saúde – SUS – com seu arcabouço jurídico, como a Lei 8.080/90, está previsto o direito do cidadão à Assistência Farmacêutica.

O acesso da população foi regulamentado pela Política Nacional de Medicamentos (PNM), pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e recentemente pelo Decreto 7.508/2011. A PNM fortalece os princípios e as diretrizes do SUS, objetivando a garantia da eficácia, a segurança no uso racional de medicamentos e o acesso da população aos medicamentos essenciais. A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) conceitua de forma abrangente a Assistência Farmacêutica, e é parte integrante da Política Nacional de Saúde, envolvendo um conjunto de ações voltado à promoção e recuperação da saúde, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Já o decreto 7.508/11 regulamenta o elenco de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS por meio da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e define os critérios de acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica no SUS.

Com base nas doutrinas, diretrizes e políticas públicas relacionadas à Assistência Farmacêutica, o SUS vem se organizando para garantir o cumprimento destes preceitos legais e disponibilização de medicamentos seguros e eficazes, dentro da lógica do custo-efetividade e do uso racional. Concomitantemente a este movimento, entretanto, as ações judiciais para solicitação de medicamentos aumentaram exponencialmente nos últimos anos, tornando-se cada vez mais uma via de acesso a este insumo, criando uma espécie de “cultura da judicialização”, quando, na maioria das vezes, o usuário

procura a via judicial antes mesmo de recorrer aos serviços do SUS. Essas ações judiciais para a obtenção de medicamentos, muitas vezes, não se relacionam diretamente aos princípios da universalidade e da integralidade, uma vez que não decorrem nem de restrições e, tampouco, de exclusões estabelecidas pelo SUS. O acesso ao tratamento está garantido, seja qual for o critério, diagnóstico, tipo e complexidade do problema apresentado.

Saliente-se que o Rio Grande do Sul é o Estado do país com maior número de ações judiciais de solicitação de medicamentos e, destas, mais de 50% são relacionadas à obtenção de fármacos fora do elenco do SUS. Na 17ª Coordenadoria Regional de Saúde existem mais de 4.000 tratamentos com ação judicial deferida para compra de medicamentos.

Paralelamente a estes dados, muitos municípios da região da 17ª CRS não apresentam a Assistência Farmacêutica estruturada dentro do organograma das respectivas Secretarias Municipais de Saúde, e têm dificuldades na seleção e aquisição de medicamentos e na inserção da Educação em Saúde na Assistência Farmacêutica, o que aumentaria a adesão e resposta clínica ao tratamento e diminuiria os problemas relacionados ao uso de medicamentos.

Diante de tudo isto é que se propõe a atualização dos atores envolvidos na Assistência Farmacêutica por meio de revisão dos princípios e metodologia utilizados na Assistência Farmacêutica no SUS, pensando na prática de Atenção Integral à Saúde, visando a garantir a qualificação dos recursos humanos e o atendimento à população, garantindo a redução da morbimortalidade relacionada a medicamentos e ao uso racional destes pelos pacientes. Também deve ser propiciado um debate sobre a judicialização do acesso a medicamentos.

Assim, pensando na Assistência Farmacêutica como prática de atenção integral dentro das Redes de Atenção à Saúde – RAS –, sabendo que seu fortalecimento impacta na judicialização do acesso aos medicamentos, é que se justifica a proposta deste curso.

Beneficiários: População usuária do Sistema Único de Saúde, atendida pelos programas da Assistência Farmacêutica dos municípios de abrangência da 17ª Coordenadora Regional Saúde (CRS):

Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Campo Novo, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Crissiumal, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Joia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova.
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>Promover o debate sobre a judicialização do acesso a medicamentos.</p> <p>Reduzir a judicialização para o acesso aos medicamentos.</p> <p>Melhorar a seleção e aquisição de medicamentos.</p> <p>Construir propostas de trabalho para a efetivação de práticas que visem o acesso e uso racional de medicamentos.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.</p>
3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Capacitação de prescritores e Judiciário em relação à Assistência Farmacêutica no SUS.</p>
<p>Meta: capacitar cem pessoas do público-alvo</p> <p>Custo: Aproximadamente R\$ 50.000,00.</p>
<p>Prazo: 4 meses</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Empresa a ser definida em edital licitatório.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e municípios pertencentes a 17ª CRS.</p>
<p>Organizações parceiras: 17ª Coordenadoria Regional da Saúde, Escola de Saúde Pública do RS, Comissão Intergestores Regional da 13ª Região de Saúde.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ministério da Saúde</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>

Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros: -
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ministério da Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: não haverá investimentos
Despesas Correntes: despesas com licitação para contratação de empresa para executar o curso, manutenção e material de expediente: R\$ 50.000,00.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Elaboração do projeto do curso: abril/2017
Processo licitatório para contratação de empresa: maio e junho/2017
Execução do projeto: julho e agosto/2017

Estratégia: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.

Prioridade 5 – Projeto 5 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação de profissionais técnicos responsáveis pela emissão de licenças ambientais nos municípios da Região do Corede Noroeste Colonial.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00

Duração do projeto: 36 meses
Responsável: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
Escopo: Ministrará cursos em âmbito de especialização sobre a temática ambiental para servidores dos municípios da região, qualificando técnicos de nível superior responsáveis pela concessão de licenças ambientais nos municípios integrantes da região do Corede Noroeste Colonial
Responsável: IES da região.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O curso tem como objetivo qualificar os profissionais para prestar serviços de Licenciamento Ambiental e o uso de recursos técnicos e científicos, norteados por conceitos éticos e pela base legal vigente, desenvolvendo habilidades técnicas para eficiente condução dos Processos de Licenciamento Ambiental em qualquer uma das esferas pertencentes ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).
Justificativa: O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente; procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. No licenciamento ambiental são avaliados impactos causados pelo empreendimento, tais como: seu potencial ou sua capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco, como, por exemplo, explosões e incêndios.
Beneficiários: Servidores públicos municipais
Resultados pretendidos: Qualificar 40 técnicos da região

Alinhamento Estratégico: Desenvolver processos contínuos de capacitação do capital humano para o atendimento satisfatório das demandas nos setores do comércio, serviços e da indústria, bem como no meio rural.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Capacitação em Licenciamento Ambiental Meta: 20 técnicos Custo: R\$ 250.000,00 Prazo: 36 meses
Produto 2: Capacitação em Gestão Ambiental Custo: R\$ 250.000,00 Meta: 20 técnicos Prazo: 36 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras e Secretarias Municipais de Meio Ambiente e/ou afins.
Organizações parceiras: Emater
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo do Estado, Conama, Sema
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00								
Fontes de recursos: Governo do Estado, Conama, Sema								
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim								
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim								
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.								
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.								
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO								
Agenda de treinamentos:								
ANO	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setem- bro	Outu- bro
2018	X		X			X		X
2019	X		X			X		X
2020	X		X			X	X	

Estratégia: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO								
Título: Assessoria às Micro e Pequenas Empresas Individuais								
Localização: Corede Noroeste Colonial								
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.100.000,00								
Duração do projeto: 60 meses								
Responsável: Prefeitos, por intermédio da sala do empreendedor.								
Escopo: O projeto visa a assessorar as Micro e Pequena Empresas Individuais (MEIs) dos 11 municípios do Corede Noroeste Colonial. Serão realizadas ações buscando o fortalecimento e a consolidação								

<p>de, pelo menos, 10% dos cerca de 6.000 empreendimentos.</p> <p>O projeto pretende, portanto, consolidar as micro e pequenas empresas individuais (MEIs), promovendo a competitividade e o desenvolvimento destes empreendimentos em parceria com os setores público e privado, programas de capacitação e estímulo ao associativismo.</p>
<p>Responsável: Administrações municipais dos municípios integrantes do Corede</p>
<p>2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Promover a eficiência no atendimento ao cidadão empreendedor; fomentar o desenvolvimento econômico local.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>Em 2010 a região tinha 697 Microempresas Individuais (MEIs). Em 2015 este número se multiplicou, chegando a 6.097. Esse número revela a importância de oferecer a estas pequenas empresas consultorias e assistência técnica para que estes empreendimentos se consolidem e gerem mais recursos para os municípios onde estão inseridos.</p>
<p>Beneficiários: Microempreendedores individuais.</p>
<p>Resultados pretendidos: Fazer com que até 2030 10% das Microempresas Individuais (MEIs) consolidem-se como empresas de médio porte.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Mapeamento de MEIs</p>
<p>Meta: Mapear e avaliar as MEIs nos 11 municípios do Corede com apoio dos prefeitos por meio da sala do empreendedor. A partir do relatório gerado, traçar um plano de assessoria e consultoria.</p>
<p>Custo: R\$ 100.000,00</p>
<p>Prazo: 12 meses</p>

Produto 2: Assessoria e consultoria
Custo: R\$ 5.000.000,00
Meta: Prestar assessoria e consultoria às MEIs, consolidando, pelo menos, 5% destas como Microempresas.
Prazo: 90 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Responsáveis pelas salas de empreendedores das prefeituras pertencentes ao Corede Noroeste Colonial, Sebrae, Senai, Sesc e Escolas técnicas da região.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Secretarias Municipais de Indústria, Comércio e Serviços; Associações Comerciais e Industriais; Sindilojas; MDS.
Organizações parceiras: Unijuí; Instituto Federal Farroupilha.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:

7 – CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 12 meses

Produto 2 – 90 meses

Estratégia: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa Redes de Cooperação

Localização: Corede Noroeste Colonial

Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00

Duração do projeto: 12 meses

Responsável: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí

Escopo: Instituir o Programa Redes de Cooperação com a introdução de três novas redes na área geográfica de atuação. Conforme metodologia do Programa, com o objetivo de fomentar a cooperação entre as empresas, gerar um ambiente estimulador ao empreendedorismo e promover estratégias conjuntas de ação para colaboração entre as empresas e instituição. Também fornecer suporte técnico necessário à formação, consolidação e desenvolvimentos de 15 Redes já constituídas, associando mais 20 empresas; 200 horas de capacitação aos empresários associados às Redes, além de fomentar a maior integração entre o Estado do Rio Grande do Sul e as diversas áreas da sociedade.

Responsável: Pela instituição Luis Juliani – gerente da Agência de Inovação e Tecnologia da Unijuí (Agit) e Nelson Jose Thesing – presidente do Corede Noroeste Colonial.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas, fomentando a cooperação entre as empresas do mesmo segmento e características semelhantes, melhorando a capacidade

competitiva e fornecendo suporte técnico e formação, consolidação e desenvolvimento de Redes de Cooperação.

Formar, expandir e dar suporte às Redes de Cooperação entre empresas visando o fortalecimento do desenvolvimento regional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar, fomentar e sensibilizar a cooperação entre empresas, regional e setorial, com vistas à ampliação da eficiência coletiva dos empreendimentos.
- Fornecer suporte técnico, bem como disponibilizar os instrumentos necessários para formação, estruturação e acompanhamento das Redes.
- Prestar consultoria às Redes já constituídas para seu melhor desenvolvimento, bem como na sua expansão, com a associação de novas empresas.
- Capacitar os gestores das empresas participantes do Programa com os cursos disponibilizados, com o intuito de facilitar a cooperação e gestão das Redes.
- Promover a troca de informações entre as Redes, empresas e entidades parceiras, programas de apoio do governo do Estado e a própria universidade.

Justificativa: Justifica-se o projeto do Programa Redes de Cooperação para dar continuidade ao processo de desenvolvimento regional. O Programa, que já teve edição no período de maio de 2001 a fevereiro de 2003, e, ao seu término, não foi renovado, deixou as Redes fomentadas, desassistidas. Durante a execução do convênio em 2005-2006, foram cumpridas com êxito as metas, bem como o período de 2008 a 2010 e 2014. O programa visa a melhorar a capacidade competitiva das empresas no mercado em que atuam, viabilizando novas oportunidades que, isoladamente, não seriam possíveis, entre elas a redução e divisão de custos, riscos, qualificação dos produtos e serviços e acesso a novas tecnologias e a créditos, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região.

A viabilidade do programa ante ao desenvolvimento é uma estratégia

de gestão pública no intuito de contribuir com as micro e pequenas empresas, bem como geração de emprego e renda, já demonstrado nas edições anteriores.

No que se reporta à importância para a Unijuí, o Programa faz parte da extensão da universidade, facilitando a integração entre o ambiente educacional e o meio empresarial, estabelecendo uma interação entre a teoria e a prática. Neste contexto, é relevante lembrar que o programa Redes de Cooperação faz parte dos estudos acadêmicos nas Instituições de Ensino Superior.

Neste contexto, ressalta-se entre as melhorias adotadas no programa Redes de Cooperação a regulamentação de novas estratégias, entre elas a responsabilidade social incentivando as empresas a contribuir com a preservação do meio ambiente, a comunidade e a qualidade de vida do meio empresarial.

Beneficiários:

- ganhos de credibilidade no mercado, garantindo maior legitimidade nas ações empresariais e redimensionando a importância da empresa em seu ambiente comercial;
- novas possibilidades de relacionamentos empresariais, com universidades, agências estatais e instituições tecnológicas;
- valorização de marcas, lançamento de produtos diferenciados e marketing compartilhado;
- redução de custos de produção e riscos de investimento, com compras conjuntas de mercadorias, materiais de expediente, máquinas e equipamentos e acesso a grandes marcas;
- normatização de procedimentos e certificações;
- aumento da produtividade e redução da ociosidade;
- contratação de novos empregados e manutenção de postos de trabalho;
- capacitação gerencial e qualificação profissional;
- assessoramento e consultorias em diversas áreas, proporcionando o conhecimento de novos conceitos, métodos e estilos de gestão;

- abertura e consolidação de mercados com estruturas de comercialização nacionais e internacionais;
- organização dos negócios a partir de planejamento estratégico e da gestão conjunta;
- ampliação da escala produtiva e atendimento de grandes pedidos por meio da produção conjunta;
- troca de informações e experiências;
- aumento da motivação e confiança no negócio;
- facilidade de acesso ao crédito, mediante ações de investimentos conjuntos e do reconhecimento da estrutura de Rede pelo agente financeiro.

Resultados

No Estado, desde seu início no ano 2000, foram constituídas e apoiadas aproximadamente 260 Redes de Cooperação com 5.200 empresas integradas, gerando e/ou mantendo aproximadamente 61.000 postos de trabalho diretos e alcançando, em conjunto, um faturamento anual superior a R\$ 5 bilhões.

Na Unijuí, desde sua primeira edição, em 2000, até 2014, foram constituídas, apoiadas e atendidas mais de 70 Redes, envolvendo mais de 1.321 empresas nas regiões Alto Jacuí, Fronteira Noroeste, Missões, Planalto Médio e Noroeste Colonial.

O Programa vem sendo aprimorado, buscando inovações e melhorias substanciais, tais como: reformulação da metodologia de formação de redes, criação de um supervisor para cada região, melhoria da seleção e treinamento dos consultores, geração de encontros entre empresários de redes e encontros estaduais, entre outras. O Programa, hoje, conta com uma melhor estrutura, possibilitando constituir mais e melhores redes.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Meta	Especificação	Indicador físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Criação de três novas redes na área geográfica de atuação.	Novas Redes	3	1 mês	12º mês
2	Acompanhamento a 15 redes em desenvolvimento na Metodologia do Programa Redes de Cooperação.	Redes em acompanhamento	15	1º mês	12º mês
3	Adição de 20 empresas às redes existentes por meio do trabalho de expansão	Empresas	20	1º mês	12º mês
4	Execução de 200 horas de cursos específicos para redes.	Horas de curso	200	5º mês	12º mês

Obs.: As atividades realizadas com a instituição, acompanhamento e adição de novas empresas são concomitantes e têm durabilidade na vigência do projeto.

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Para atingir as metas propostas durante um ano de execução do projeto, será necessária a contratação de uma equipe de profissionais formada por um supervisor e seis consultores.

A verificação do cumprimento do objetivo será realizada por indicadores de resultados definidos pelos atendimentos das metas determinadas no próprio instrumento.

<p>A avaliação do cumprimento do trabalho se dará por meio de relatórios, atas, reuniões técnicas entre a coordenação do Programa e a Equipe Técnica da entidade parceira e visitas técnicas do gestor e/ou fiscal do Termo de Colaboração.</p> <p>As informações, durante o processo, que confirmam as fases de constituição e acompanhamento de Redes de cooperação, serão prestadas mediante modelos estabelecidos na metodologia do Programa, quais sejam: atas de reunião mensal entre supervisor e consultores, onde serão destacadas as atividades realizadas e em andamento, com inclusão de formulários de avaliação das fases (segundo a metodologia do Programa), quando for o caso; atas de reuniões periódicas entre a Coordenação do Programa e a equipe técnica da entidade parceira; memórias de reuniões dos consultores com os empresários em atendimento; relatório mensal de estabelecimento/acompanhamento de redes com atividades desenvolvidas pelos consultores individualmente.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e Universidade.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade e o Estado do RS</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 – RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão</p>

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: Sim
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Durante a execução do projeto: 12 meses – idem item 3. As atividades realizadas com a instituição, acompanhamento e adição de novas empresas são concomitantes e têm durabilidade na vigência do projeto.

Estratégia: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto Extensão Produtiva e Inovação
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: 1.500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí
Escopo: Executar o <i>Projeto de Extensão Produtiva e Inovação</i> – edição 2018/2019 – na região que compreende o Corede Noroeste Colonial, por meio de metodologia específica que objetiva o aumento da eficiência e da competitividade das empresas do setor industrial. O projeto será executado por meio de assessoramento direto às empresas nas áreas de PRODUÇÃO MAIS LIMPA REDUÇÃO DE PERDAS, INOVAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO Cabe ressaltar que o projeto também busca contribuir para a introdução da cultura de inovação no âmbito das empresas privadas a partir da interação com instituições públicas e privadas de pesquisa e

de desenvolvimento gerencial e tecnológico, além de aumentar o acesso a financiamentos e subvenções por meio de capacitação para buscar estes financiamentos e subvenções. Além disso, observa-se que poderá ocorrer também uma difusão do conhecimento científico aplicado e aliado ao saber técnico pela iniciativa das próprias organizações, como também pela busca de recursos por intermédio de projetos paralelos e com financiamento externo (CNPQ, Fapergs,). Ademais, como de praxe, o trabalho desenvolvido nas empresas seguirá a metodologia prevista nos Manuais.

Responsável: Pela instituição Luis Juliani – gerente da Agência de Inovação e Tecnologia da Unijuí (Agit) e Nelson Jose Thesing – presidente do Corede Noroeste Colonial.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Executar o Projeto de Extensão Produtiva e Inovação – edição 2018/2019 – por meio de metodologia específica que objetiva o aumento da eficiência e da competitividade das empresas do setor industrial, será de extrema relevância para tais recortes territoriais. Deste modo, cabe ressaltar que o projeto será executado por meio de assessoramento direto às empresas nas áreas PRODUÇÃO MAIS LIMPA, REDUÇÃO DE PERDAS, INOVAÇÃO e PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Em sua caracterização, a Região Noroeste Colonial, em 2014, possuía uma população total de 176.532 habitantes, distribuídos em 11 municípios, e uma área de 5.168,1 km². Nesse sentido, a densidade demográfica da região é de 32,3 hab/km² (2011). Em termos de indicadores sociais, a mesma apresentava uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) de 4,23% e uma expectativa de vida ao nascer (2000) de 71 anos. Ainda em termos de indicadores sociais, seu Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010) era de 10,57 por mil nascidos vivos. No que se referem aos indicadores econômicos, observa-se que o Produto Interno Bruto da região em 2011 foi de R\$ 4.392.591,00. Enquanto isso, seu PIB *per capita* (2010), ou seja, o valor do PIB dividido por toda a população da região, permaneceu no valor de R\$ 26.292,00.

O Projeto de Extensão Produtiva e Inovação é considerado estratégico e oportuno em termos de aporte para atender as indústrias e as agroindústrias a fim de apoiar decisivamente nas políticas

estratégicas do governo do Estado em fomentar o desenvolvimento econômico pelo interior do RS. Desde sua criação na Região Noroeste Colonial, que ocorreu ao longo de 2012 até fevereiro de 2016, atendeu a 345 empresas neste território. No primeiro ano de atividade foram contatadas 182 empresas, posto que 142 delas aderiram ao Projeto. Já no segundo ano, mais 103 empresas receberam atendimento e no terceiro ano foram 94 que receberam os extensionistas. Dentre os principais setores da indústria atendidos estão o Metalmeccânico, o de Alimentos, o de Móveis e o de Vestuário. Além deles, muitas empresas ligadas à produção de Softwares, de Energia e de Plásticos. Também foram identificados alguns gargalos durante as visitas realizadas no primeiro ano de atuação. Dentre elas, pode ser citada a ausência de (a) processos produtivos sem procedimento operacional padrão (POP), seguida de uma (b) mão-de-obra com pouca qualificação e de uma falta de suporte para a inovação, considerando que este último item reforça a continuidade do projeto, uma vez que a inovação tem sido considerada dentro do atual contexto como fator prioritário ante a competitividade intercapitalista. Observamos que existem empresas na região citada que não tiveram oportunidade de participar do Projeto, havendo potencial de atender novas empresas. Estas últimas, em razão da necessidade de um maior acompanhamento por parte dos extensionistas e em virtude da complexidade de muitas entenderem o que é a inovação aplicada aos seus processos organizacionais, sendo, por vezes, a visão sobre inovação subjugada. Igualmente, cabe ressaltar que o reatendimento propicia a realização de estudos de caso mais elaborados e específicos, ou seja, são empresas que já passaram pelas etapas iniciais da metodologia aplicada. Considerando o supraexposto, somado à boa receptividade que o Projeto tem tido na região, reforça-se a importância de se firmar a continuidade do Projeto, garantindo a sua expansão na Região Noroeste Colonial.

Justificativa: Histórico da Instituição em prol do desenvolvimento regional:

Além das atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão, a história e a evolução da Unijuí se fundem com as principais iniciativas que visam a promover o desenvolvimento regional.

A experiência prévia e acumulada pela Unijuí, nos últimos 10 anos, é na proposição, elaboração e gestão de projetos de extensão, de inovação e desenvolvimento tecnológico e produtivo, entre outros:

Projeto Pepi: Elaboração e gestão do Núcleo do Projeto de Extensão Produtiva e Inovação – Pepi –, no período de 2011 a 2016, por meio da execução do Convênio de Cooperação entre a AGDI/Associação IPD-Unijuí no Noroeste Colonial, que atendeu 345 indústrias. Como resultado da extensão, as indústrias aumentaram a produção e o faturamento, se capacitaram, promoveram inovações em produtos, processos, máquinas e instalações, geraram novas oportunidades de trabalho e renda, promoveram investimentos com recursos próprios e de terceiros, aumentaram a competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais, e ampliaram seus aportes ao desenvolvimento da região via agregação de valor.

Projeto Redes de Cooperação: Pioneira elaboração e gestão do projeto de Extensão em “Redes de Cooperação” na primeira década dos anos 2000, com atendimento e extensão para micro e pequenas empresas, da indústria e outros setores, com a formação de mais de 30 Redes e atendendo a mais de 300 empresas. Nova cooperação a partir de 2014, entre Unijuí e Governo do Estado (Secretarias Sesampe e atual SDECT), com formação, capacitação e atendimento de mais de 15 redes de empresas. As empresas atendidas e integrantes das redes obtiveram como resultados o aumento da escala, aprendizagem organizacional e coletiva, credibilidade de mercado, desempenho competitivo, entre outros.

Projeto Peiex: Protagonista na elaboração e execução do Projeto Extensão Industrial Exportadora – Peiex –, mediante vários convênios entre a Unijuí – Associação IPD e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex. No período de 2011 a 2016 foram atendidas 328 empresas. Estas empresas, além da capacitação e o desenvolvimento das capacidades exportadoras, participaram de feiras de negócios, rodadas de negócios e passaram a realizar exportações para países de todos os continentes.

Difusão de Conhecimento Científico: Cooperação entre a Fidene/Unijuí e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT –, visando a realização de oficinas e eventos para a difusão de conhecimento científico produzido no âmbito da universidade com vistas à promoção da interação entre pesquisadores, mediadores e não especialistas, buscando a formação permanente de indivíduos e o aumento da qualificação científico-tecnológica da sociedade.

Projeto APLs: Auxiliou na elaboração dos Projetos e é membro da Governança dos Arranjos Produtivos Locais – APLs – enquadrados: APL Colheita da Região Noroeste Colonial, APL Agroindústrias da Região Ceileiro e APL Leite da Região Fronteira Noroeste. Nos APLs Colheita e Agroindústria, elaborou e executou Projetos de Elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento destes APLs.

Planos Estratégicos de Desenvolvimento: Assessoria Técnica ao Fórum dos Coredes, assessoria e suporte metodológico para a elaboração dos 28 Planos Estratégicos de Desenvolvimento, por meio de Convênio entre Seplan/RS, Fórum dos Coredes e Fidene/Unijuí. Coordenação Técnica na elaboração dos Planos Estratégicos dos Coredes Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, por intermédio de Convênio/Contrato entre os respectivos Coredes e a Fidene/Unijuí.

Projeto Polos Tecnológicos: Coordenação e gestão dos Polos Tecnológicos com a elaboração e execução de vários projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em cooperação entre a Unijuí e o governo do Estado (Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia) e parceria com as empresas da região. Como resultados para as empresas, desenvolvimento da região e do Estado em novas tecnologias em produtos e em processos integrados às principais cadeias produtivas da região.

Projeto Negócio a negócio, em parceria com o Sebrae/RS. O objetivo é promover melhorias nas microempresas e nos MEIs por meio de orientação gratuita. Propõe-se a fazer gratuitamente um diagnóstico da gestão, oferecer soluções para a melhoria dos pequenos empreendimentos e acompanhar essa evolução. Mediante este projeto foram atendidas mais de 5.000 empresas por parte da Unijuí por meio da cooperação com o Sebrae/RS.

Monitoramento e Supervisão de Unidades Transformadoras e

Subestações: Cooperação entre a Fidene/Unijuí e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D –, visando o desenvolvimento e instituição de um lote pioneiro de um sistema de Monitoramento e Supervisão de Unidades Transformadoras e subestações.

Serviços Especializados de Pesquisa e Desenvolvimento: Celp. Cooperação entre a Companhia Energética de Pernambuco e a Associação IPD/Unijuí, visando o desenvolvimento de tecnologias no setor energético, vinculados à Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel.

Sistemas de distribuição de energia elétrica: Cooperação entre a Prefeitura de Ijuí – Departamento Municipal de Energia de Ijuí – Demei –, com a finalidade de desenvolver o projeto de “Análise, Modelagem e Desenvolvimento de estratégias de utilização de filtros ativos de potência cooperativos em sistemas de distribuição de energia elétrica”

As comprovações da experiência prévia constam em anexo.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

1. DEFINIÇÃO DAS METAS ESPECÍFICAS

REGIÃO DE ATENDIMENTO	COREDE NOROEST COLONIAL
CICLO 1: Nº DE EMPRESAS QUE SERÃO ATENDIDAS PO ÁREA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
PRODUÇÃO MAIS LIMPA	(X) 10 () 20 () 40
REDUÇÃO DE PERDAS	() 10 (X) 20 () 40
INOVAÇÃO	(X) 10 () 20 () 40
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	() 10 (X) 20 () 40
CICLO 2: Nº DE EMPRESAS QUE SERÃO ATENDIDAS PO ÁREA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
PRODUÇÃO MAIS LIMPA	(X) 10 () 20 () 40
REDUÇÃO DE PERDAS	() 10 (X) 20 () 40
INOVAÇÃO	(X) 10 () 20 () 40
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	() 10 (X) 20 () 40

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: Serão necessários um coordenador e seis consultores.

PAPEL DO COORDENADOR:

O Coordenador do Nepi deve coordenar, capacitar e dar suporte a sua equipe a fim de garantir o cumprimento da metodologia por parte de todos.

PAPEL DOS EXTENSIONISTAS:

Prestar assistência junto as empresas nas temáticas acolhidas pelo projeto, identificando oportunidades, propondo soluções e fazendo melhorias.

Além da equipe de consultores o projeto contará com uma equipe-chave de professores com as seguintes Responsabilidades e Competências:

PAPEL: Apoiar os extensionistas dentro de sua área de especialização

RESPONSABILIDADES:

Capacitar os extensionistas na aplicação das ferramentas propostas pelas instituições para a sua área de especialização.

Dar suporte aos extensionistas em sua área de especialização.

Apresentar o Mapa de Ofertas disponível na instituição, dentro de sua área.

Auxiliar o Nepi na realização de palestras ou workshops.

Agir de acordo com o Código de Conduta do Projeto.

COMPETÊNCIAS:

Curso de Graduação e Mestrado completo, sendo um ou outro relacionado à área de atendimento.

Experiência prática em empresas ou pesquisa aplicada relacionada à área de atendimento.

Domínio sobre o Mapa de Ofertas da instituição relacionado à área de atendimento.

Demonstrar capacidade de comunicar-se (ouvir, compreender, expressar-se, argumentar, etc.).

Demonstrar capacidade de identificar e solucionar problemas. Demonstrar bom relacionamento interpessoal.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e Universidade.
Organizações parceiras: Universidade e o Estado do RS
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: gastos com pessoal (supervisor e consultores), quilometragem, cursos para os consultores e para os empresários, alimentação, material de expediente.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
24 meses – idem item 3. Consultoria para o atendimento, durante 24 meses para o atendimento de 10 empresas na Produção Mais Limpa; 20 empresas na Redução e Perdas; 10 empresas na Inovação e 20 empresas no Planejamento Estratégico.

META/ETAPA	Indicador Físico	Início	Término
META 1: Disponibilização da Infraestrutura; formação e capacitação da equipe; seleção de empresas (conforme meta de nº de atendimentos e região de abrangência)		Duração	
Constituição da Equipe do Nepi	Contratos Firmados	1º mês	1º mês
Capacitação da Equipe no Núcleo na Metodologia do Projeto e na Rede de Ofertas da Instituição	Certificado de participação na capacitação ou lista de presença assinada	1º mês	2º mês
Seleção das empresas que serão atendidas no 1º ciclo	Relatório de empresas e Termos de Adesão assinados	2º mês	3º mês
Entrega de relatório de execução da meta 1	Relatório formal com a descrição do desempenho, acompanhado das evidências do atingimento da meta	3º mês	3º mês
META 2: Atendimento às empresas selecionadas nas áreas escolhidas e realização de workshops		Duração	
Realizar diagnóstico inicial em todas as empresas selecionadas	Diagnóstico assinado pela empresa	3º mês	4º mês
Aplicar ferramentas de cada área	Relatório da Aplicação das Ferramentas assinados	3º mês	6º mês
Traçar ações correspondentes às oportunidades	Plano de Ação assinado	5º mês	7º mês

identificadas a partir das ferramentas de cada área			
Entrega de relatório parcial de execução da meta	Relatório formal com a descrição do desempenho, acompanhado das evidências do atingimento da meta	8º mês	8º mês
Concluir a execução de, ao menos, duas ações em cada área de atendimento.	Relatório de encerramento e avaliação assinados	11º mês	12º mês
Realizar diagnóstico final em todas as empresas atendidas	Diagnóstico assinado pela empresa	11º mês	12º mês
Realizar ao menos dois eventos com empresários, conforme metodologia	Convite, lista de presença assinada e fotos/notícias.	3º mês	12º mês
Comprovar que, ao menos, 30% das empresas acessaram serviços do mapa de ofertas da Instituição	Documento comprobatório específico	3º mês	12º mês
Entrega de relatório de execução da meta 2	Relatório formal com a descrição do desempenho, acompanhado das evidências do atingimento da meta	13º mês	13º mês

Estratégia: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Inteligência da Armazenagem Brasileira.
Localização: Corede Noroeste Colonial – Panambi
Valor total estimado do projeto: R\$ 326.140,00
Duração do projeto: 15 meses
Responsável: Associação Centro de Inovação Tecnológica – Acitec
Responsável: Hugo Hartemink
Escopo – Constituição de um documento que contempla a atual situação de armazenagem de grãos no Brasil para delinear uma matriz para efetivação de Políticas com Órgãos Públicos para introdução do Plano de Armazenagem nas próximas safras.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O objetivo deste projeto é: ter um documento/relatório com as informações relacionadas ao levantamento, tabulação e descrição de dados sobre a produção agricultura e armazenagem de grãos no Brasil, a articulação Política com Órgãos Públicos para efetivação deste documento/projeto, ter recursos fixos, crescentes e contínuos para Armazenagem nos Próximos Planos Safras e a Liberação mais ágil dos bancos de fomentos dos recursos dos Planos Safras.
Justificativa: Uma atividade econômica somente poderá representar alguma potencialidade para o desenvolvimento de sua região e para as empresas que a realizam se tiver boas perspectivas de mercado. De acordo com o Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Brasil, 2008) um fator apto a garantir a sustentabilidade da competitividade do APL exige apoio externo coordenado: as interações das empresas empreendedoras localizadas no aglomerado com o mercado nacional e internacional. Partir da identificação dos agentes de tais interações, a velocidade com que as mudanças acontecem e a forma como os aglomerados, enquanto comunidade de firmas, respondem a estas mudanças, otimizando seu

aproveitamento, devem ser promovidas.

Neste sentido, o APL Metalmecânico Pós-Colheita, no atendimento ao mercado nacional e ao internacional, tem enfrentado dificuldades relacionadas ao acesso ao consumidor final; acesso aos canais de comercialização e distribuição de seus produtos; atendimento das especificações solicitadas pelo importador; promoção dos produtos e fixação de marca; burocracia alfandegária e tributária; embalagem e armazenagem; custos portuários, de transporte interno e de fretes internacionais. Em 2012 o APL Metalmecânico Pós-Colheita revisou pela última vez o seu Planejamento Estratégico, elaborado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí –, com recursos da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI. Entre as várias Estratégias, elegemos a “AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS DO APL NO MERCADO” como uma das mais relevantes, pois o crescimento do mercado internacional do setor Pós-Colheita é muito importante para ampliar as possibilidades de negócios das empresas

Beneficiários: 82 empresas de Panambi/Condor

Resultados pretendidos:

Meta 1: Ter nos próximos cinco planos safras de 3 bilhões disponíveis para o setor de armazenagem (Pós-Colheita).

Comprovação da realização da Meta: Acompanhamento dos Planos Safras.

Meta 2: Ter no final do projeto a “Pesquisa de Mercado e Plano Estratégico de Fomento à Agricultura e à Estruturação Nacional de Armazenagem de Grãos” realizada;

Comprovação da realização da Meta: Ter o Relatório “Pesquisa de Mercado e Plano Estratégico de Fomento à Agricultura e a Estruturação Nacional de Armazenagem de Grãos” descrito.

Meta 3: Ter uma redução de 6 para 4 meses do prazo para a liberação de recursos dos bancos para investimento em armazenagem

Comprovação da realização da Meta: Pesquisa de Resultados (T-Zero, T-Intermediário e T-Final), que será realizada junto as empresas.

Meta 4: Ter um total de 15 Empresas Fabricantes de Produtos Pós-Colheita, beneficiadas com o projeto.

Comprovação da realização da Meta: Relatório da Pesquisa de Resultados (T-Zero, T-Intermediário e T-Final), que será realizada junto as empresas que aderirem ao projeto.

METODOLOGIA

– Evento de Lançamento: Lançamento do projeto quando da aprovação do Edital de Projetos e a liberação dos recursos, assinatura do contrato de prestação de serviço com entidade de pesquisa, validação da adesão das empresas no projeto, bem como palestra Magna sobre a metodologia utilizada.

– Gestão e Acompanhamento do Projeto: Realizar o Acompanhamento frequente das ações do projeto quanto ao prazo de execução, das informações e outras necessidades, reuniões de alinhamento com empresários e parceiros por intermédio da Pesquisa de Resultados (T-Zero, T-Intermediário e T-Final), que será realizada junto as empresas, e acompanhar todas as demais atividades do APL Metalmecânico Pós-Colheita.

– Articulação com Órgãos Públicos de Fomento e de Desenvolvimento: Articular junto ao Mapa, à Conab, aos bancos de fomento (BNDES, BRDE, Badesul), à Secretaria da Agricultura do RS, aos Bancos Privados e aos Bancos Públicos, a agilização da liberação dos recursos para Investimentos em Equipamentos Pós-Colheita e Estruturação Nacional da Armazenagem Brasileira.

– Pesquisa de Mercado e Plano Estratégico de Fomento à Agricultura e à Estruturação Nacional da Armazenagem de Grãos: Levantamento das informações disponíveis, busca de informações complementares e sua tabulação, construção de modelos para analisar a necessidade futura de armazenagem e financiamentos e elaboração do Relatório Final do Projeto.

– Evento de Encerramento: Realização de evento de encerramento do projeto divulgando pontos fortes, pontos fracos e resultados obtidos para cada indicador.

Alinhamento Estratégico: Ampliar e criar programas de incentivo às micro e pequenas empresas, ao comércio, aos serviços e ao terceiro setor.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Meta 1: Estruturação do Projeto

1.1. Formação da equipe –R\$ 43.485,00
1.2. Diagnóstico do mercado
Prazo: 3 meses
Produto 2: Meta 2: Desenvolvimento do Projeto
2.1 Gestão de profissionais R\$ 239.170,00
2.2. Articulação com Órgãos Públicos de Fomento e de Desenvolvimento
2.3. Pesquisa de Mercado e Plano Estratégico de Fomento à Agricultura e à Estruturação Nacional da Armazenagem de Grãos
Prazo: 11 meses
Produto 3: Meta 3: Acompanhamento e Finalização do Projeto
3.1. Evento de encerramento –R\$ 43.485,00
Prazo: um mês
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe Técnica contratada pela Acitec.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – Secti
Organizações parceiras: Unijuí, Colégio Evangélico, Instituto Federal Farroupilha.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – Secti
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: 326.140,00 – Gestão da equipe profissional
Fontes de recursos: Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – Secti
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim															
Investimentos:															
Despesas Correntes: horas técnicas da equipe técnica															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
METAS/ATIVIDADES	Vigência: 15 meses														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Desembolso dos recursos	X							X							
Meta 1: Estruturação e Acompanhamento do Projeto															
1.1. Evento de Lançamento	X														
1.2. Gestão e Acompanhamento do Projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrega da comprovação da meta realizada			X		X		X		X		X		X		X
Meta 2: Desenvolvimento do															
2.1. Articulação com Órgãos Públicos de Fomento e de Desenvolvimento			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2.2. Pesquisa de Mercado e Plano Estratégico de Fomento a Agricultura e a Estruturação Nacional da Armazenagem de Grãos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Entrega da comprovação da meta realizada													X	X	
Meta 3: Acompanhamento e Finalização do Projeto															
3.1. Evento de Encerramento															X
Entrega da comprovação da meta realizada															X
Prestação de Contas Técnica e Financeira Parcial												X			
Prestação de Contas Técnica e Financeira fina															X

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Apoio a criação e consolidação dos Distritos Industriais da Região
Localização: Região Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00

Duração do projeto: 12 anos
Responsável: Agit e municípios integrantes do Corede
Escopo: O projeto visa a contribuir tecnicamente na criação dos Distritos Industriais de Ajuricaba, Nova Ramada, Pejuçara e Joia. Em relação aos demais municípios, prestar assessoria e proporcionar ampliação e melhorias nos mesmos.
Responsável: Agência de Inovação e Tecnologia – Agit – Unijuí
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover o desenvolvimento industrial da região e proporcionar competitividade às indústrias instaladas nos distritos industriais.
Justificativa: A Região do Noroeste Colonial, a exceção de Panambi e Ijuí, mantém forte presença do setor primário como gerador de valor agregado. Na maioria dos municípios o setor primário participa com menos de 10% do valor agregado na formação do produto. Para o ano de 2013 a indústria representava 24% do valor agregado bruto no RS. Já para o município de Ajuricaba, por exemplo este valor estava em 5,2%. Ajuricaba não possui distrito industrial legalizado.
Beneficiários: Pequenas e microempresas dos municípios do Corede Noroeste Colonial
Resultados pretendidos: Melhorias nos distritos instalados e instalar cinco novos distritos industriais.
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Assessorar quatro municípios para a instalação de seus distritos industriais. Meta: Instalar distritos industriais Custo: R\$ 2.000.000,00 Prazo: 6 meses
Produto 2: Executar programas de formação para gestores e trabalhadores das empresas instaladas nos distritos industriais nas áreas de gestão.

Custo: R\$ 1.000.000,00
Meta: Proporcionar cursos de formação para as empresas instaladas nos distritos indústrias.
Prazo: 12 anos
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Corpo técnico da Agência de Inovação e Tecnologia – Agit
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Sebrae.
Organizações parceiras: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ACIs, Sistema S. Anprotec.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria do Desenvolvimento Ciência e Tecnologia e Prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.000.000,00

Produto 2: R\$ 1.000.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Projeto Executivo: três meses após aprovação deste projeto.
Produto 1: 24 meses
Produto 2: 24 meses

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 2 – Projeto 2 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Asfaltamento de acessos municipais
Localização: Região Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 267.240.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável: Daer
Escopo: Asfaltamento aos acessos municipais
Responsável: 5ª Superintendência do Daer – Cruz Alta
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realização dos acessos asfálticos até as sedes dos municípios e acessos intermunicipais
Justificativa: O Estado do Rio Grande do Sul ainda carece de melhorias em sua infraestrutura viária. Uma questão histórica são os acessos aos municípios. No caso da Região do Noroeste Colonial, apenas um dos 11 municípios não possui acesso asfáltico, no caso, Nova Ramada. A logística de transportes é considerada um dos fatores mais importantes que proporcionam competitividade em termos de desenvolvimento local e regional. Além disso, o asfalto traz conforto ao deslocamento do cidadão, e, também, rapidez, segurança e redução do custo de transporte. Além disso, na região Noroeste Colonial ainda existem vários

trechos considerados importantes que não possuem ligação asfáltica. Os trechos a serem asfaltados, propostos neste projeto, constam das prioridades apontadas neste plano e demais iniciativas regionais em se tratando de infraestrutura.

Beneficiários: População da Região Noroeste Colonial

Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Pavimentação asfáltica: Nora Ramada a RS 155

Meta: Asfaltamento de 14 km

Custo: R\$ 23.800,000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Pavimentação asfáltica: Santa Tecla a Tupanciretã

Meta: Asfaltamento de 45 km

Custo: R\$ 76.500.000,00

Prazo: 120 meses

Produto 3: Pavimentação asfáltica: Augusto Pestana a Eugenio de Castro

Meta: Asfaltamento de 9 km

Custo: R\$ 15.300.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Pavimentação asfáltica: Entorno de Catuípe RS 342 a RS 219

Meta: Asfaltamento de 6,2 km

Custo: R\$ 10.540.000,00

Prazo: 18 meses

Produto 5: Pavimentação asfáltica: Ajuricaba a Palmeira das Missões = RS 514

Meta: Asfaltamento de 72 km

Custo: R\$ 122.400.000,00

Prazo: 120 meses

Produto 6: Pavimentação asfáltica: Vila Chorão a Catuípe RS 218

Meta: Asfaltamento de 11 km

Custo: R\$ 18.700.000,00																
Prazo: 60 meses																
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:																
Equipe do Projeto: Secretaria dos Transportes																
Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Secretaria dos Transportes, Daer																
Organizações parceiras: Prefeituras																
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO																
Fonte de Financiamento: Secretaria dos Transportes																
Elaboração de Projeto Executivo: Sim																
Desapropriação: Sim																
Licença Ambiental: Sim																
Licitação: Sim																
6 – RECURSOS DO PROJETO																
Valor total estimado do projeto: R\$ 267.240.000,00																
Fontes de recursos: Estado do Rio Grande do Sul																
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim																
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim																
Investimentos: R\$ 267.240.000,00																
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO																
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Produto 1		x	x													
Produto 2		x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x				
Produto 3		x	x	x	X											
Produto 4		x	x													
Produto 5				x	X	x	x	x								

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 3 – Projeto 3 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturação Física da Assistência Farmacêutica da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde
Localização: Ijuí (17ª CRS)
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Secretaria Estadual da Saúde
Escopo: Construção de estrutura física adequada para funcionamento do setor da Assistência Farmacêutica, incluindo áreas específicas para almoxarifado, recebimento, separação e expedição de medicamentos, dietas, fórmulas nutricionais e suplementos, e área administrativa. Qualificação do setor da assistência farmacêutica no que se refere ao controle de estoque e também a questões legais pertinentes à vigilância sanitária.
Responsável: Silvia Regina Ceccato
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adequar e qualificar a estrutura física do setor da Assistência Farmacêutica.
Justificativa: A estrutura física está em desacordo com as normas legais de vigilância sanitária, além de haver espaço insuficiente para as tarefas administrativas, recebimento, separação, expedição e estoque de medicamentos, dietas, fórmulas nutricionais e suplementos, comprometendo com a qualidade dos produtos armazenados.
Beneficiários: População usuária do Sistema Único de Saúde, que é atendida pelos programas da Assistência Farmacêutica dos municípios de abrangência da 17ª Coordenadoria Regional Saúde (CRS): Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Campo Novo, Catuípe,

Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Crissiumal, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Joia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova.
Resultados pretendidos: Qualificar o fluxo de trabalho do setor da assistência farmacêutica e garantir a qualidade dos produtos distribuídos aos municípios, assim como agilizar os processos de trabalho administrativo e de separação e expedição de medicamentos, dietas, fórmulas nutricionais e suplementos.
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estrutura física adequada para a Assistência Farmacêutica
Meta: um prédio de alvenaria com área construída apropriada para o setor da Assistência Farmacêutica
Custo: Aproximadamente R\$ 500.000,00.
Prazo: 12 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Empresa a ser definida em edital licitatório.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e municípios pertencentes a 17ª CRS.
Organizações parceiras: 17ª Coordenadoria Regional da Saúde
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ministério da Saúde.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros: -

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ministério da Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Execução da obra, aquisição de móveis, instalações, equipamentos e materiais permanentes.
Despesas Correntes: gastos com manutenção e capacitação das equipes
Investimentos + Despesas correntes: R\$ 400.000,00 + R\$ 100.000,00 = R\$ 500.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Elaboração do projeto arquitetônico: abril/2017
Revisão do projeto arquitetônico: abril/2017
Publicação do edital de licitação: maio/2017
Início de execução das obras: junho/2017
Entrega da estrutura física: abril/2018

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 4 – Projeto 4 – Setorial: Indústria e Comércio

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção de um espaço físico para abrigar empresas de base tecnológica.
Localização: Corede Noroeste Colonial– Ijuí

Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável: Entidade executora ou responsável pela contratação do executor do projeto.
Escopo: Construção de um espaço físico para abrigar empresas de base tecnológica e economia criativa que estão incubadas no nível 3 da incubadora de empresas de inovação tecnológica, visando à agregação de valor e fixação de mão de obra qualificada na região.
Responsável: Maria Odete dos Santos Garcia Palharini.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Construção do segundo módulo da incubadora de empresas de inovação tecnológica para ampliar a capacidade de apoio às empresas de base tecnológica e Economia criativa.
Justificativa:
3.1 Do Surgimento da Necessidade deste Projeto
<p>A tendência dos ambientes de inovação é ter espaços qualificados que estimulem a criação e o desenvolvimento de soluções colaborativas potencializando as diversas áreas do conhecimento existentes na incubadora. Os investimentos realizados anteriormente cumpriram o propósito inicial de criar uma estrutura para atrair empreendedores e gerar inovações, para continuar avançando na necessidade de ampliar e qualificar espaços de interação, criação e produção de soluções dando continuidade ao processo iniciado em março de 2007 quando da criação da incubadora que, atualmente, abriga 14 empresas em fase de incubação e mais 11 empresas graduadas. A estrutura inaugurada em 2016 tornou-se pequena para atender as demandas de instalação de novas empresas. A região possui uma qualificada estrutura de Ensino Médio e Superior, gerando potenciais empreendedores que precisam de apoio para se desenvolver. Um ambiente como o que está sendo proposto tem todas as condições para gerar emprego e renda qualificados por meio do empreendedorismo criativo e inovador. A incubadora já possui um</p>

conjunto de espaços dedicado ao processo de criação e inovação como o Espaço Coworking, Laboratório de Soluções Criativas & Laboratório de Prototipagem e Testes (Coworking & Laboratórios).

Constatou-se a necessidade de ampliar o espaço destinado ao uso das empresas, validado pelos indicadores da obtenção destes resultados. Este projeto possui seus esforços concentrados na direção de dispor uma estrutura inventiva – aqui denominada de LABORATÓRIOS DE INTERAÇÃO, CRIAÇÃO & PROTOTIPAGEM – diferenciada e devidamente equipada com *hardware* e *software* para os espaços singulares.

Testes multissetoriais, dispondo um ambiente cultural-metodológico particularizado com caracterização *sui generis* com metodologias e ferramentas (Método de desenvolvimento de projetos e modernas ferramentas de gestão).

4. VOCAÇÃO REGIONAL E VÍNCULO COM A MATRIZ PRODUTIVA

A inovação, a tecnologia e o empreendedorismo estão alinhados com qualquer matriz produtiva, posto que não é mais possível produzir em um mercado tão competitivo e instável sem a utilização dessas ferramentas.

Beneficiários: Geração de trabalho e renda diretamente para 200 pessoas e, indiretamente, o projeto beneficiará uma população de 178 mil habitantes entre os municípios pertencentes ao Corede Noroeste Colonial.

Resultados pretendidos: enumerar os resultados possíveis de serem alcançados no curto, médio e longo prazos

1º – Aumentar o número de empresas criadas na incubadora

2º – Atração de novos investimentos

3º – Transferência de tecnologia da universidade para o setor produtivo

4º – Geração de empregos e fixação de mão de obra qualificada na região

<p>5º – Aumentar o faturamento das empresas em 20%.</p> <p>6º – Desenvolver pelo menos cinco produtos novos nos próximos três anos</p> <p>7º – Contribuir com a cultura empreendedora da região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Ampliação do espaço físico da incubadora de empresas de inovação tecnológica</p> <p>Custo: R\$ 500.000,00</p> <p>Meta: Construir o segundo módulo da incubadora tecnológica.</p> <p>Prazo 12 meses</p>
<p>Produto 2: Ampliar o laboratório de prototipagem.</p> <p>Custo: Estimado em R\$ 100.000,00</p> <p>Meta: Qualificação do espaço destinado aos laboratórios para pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 3: Aquisição de móveis e equipamentos.</p> <p>Custo: Estimado em R\$ 200.000,00</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Equipe técnica da Agência de Inovação e Tecnologia e Setor de Engenharia e Compras da universidade.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeitura, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do RS e Corede.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade, Empresas, ACI, Sindilojas.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e Ministério da Ciência e Tecnologia.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e Ministério da Ciência e Tecnologia
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de móveis, instalações, equipamentos, material permanente.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
<p>Produto 1: Ampliação do espaço físico da incubadora de empresas de inovação tecnológica. 12 meses – Produção dos projetos civis, licitação, construção do espaço</p> <p>Produto 2: Ampliar o laboratório de prototipagem. 12 meses – Produção dos projetos civis, licitação, construção do espaço</p> <p>Produto 3: Aquisição de moveis e equipamentos 12 meses – Produção dos projetos civis, licitação, compra dos móveis e equipamentos.</p>

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 5 – Projeto 5 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção de um Stand de tiro com cobertura.
Localização: Em âmbito regional atenderá os municípios de Ijuí, Catuípe, Nova Ramada, Bozano, Augusto Pestana, Ajuricaba, Coronel Barros e Joia.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável: Brigada Militar
Escopo: O projeto visa a possibilitar a construção de um Stand de Tiro para que o efetivo regional da Brigada Militar possa realizar treinamentos de armamento e tiro em local apropriado, melhorando a qualidade e prestação de serviço nos municípios que compõem o Corede.
Responsável: Comando do 29º Batalhão da Brigada Militar.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar o efetivo e cumprir os ordenamentos legais de capacitação
Justificativa: Diante do recrudescimento da criminalidade e a necessidade de investimento tecnológico na área da segurança pública, a construção de um stand de tiro nas dependências do 29º BPM é imprescindível para treinamento e aperfeiçoamento dos policiais-militares que atuam no combate à criminalidade no município e região. Com local adequado, as instruções podem se tornar sistemáticas, o que objetivamente traz maior tranquilidade para que o policial-militar portador de arma de fogo esteja qualificado e condicionado a executar serviço de excelência para a comunidade em geral.
Beneficiários: Efetivo da Brigada Militar.

Resultados pretendidos: Possibilitar o treinamento a policiais militares de tiro policial em local apropriado, qualificar o trabalho policial, especializar o policial militar, investir na qualificação profissional.
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção de um Stand de tiro com cobertura. Meta: Construção de Stand de Tiro com cobertura Custo: R\$ 1.000.000,00 Prazo: 144 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: 29º Batalhão da Brigada Militar
Órgãos Públicos Envolvidos: Brigada Militar, Secretaria da Segurança Pública
Organizações parceiras:
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Em virtude de ser em área militar, ou seja, no quartel da Brigada Militar, e o stand ser fechado com isolamento acústico e sem interveniência do meio externo, não há necessidade de licenciamento ambiental de acordo com o engenheiro civil da Brigada Militar.
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Tesouro do Estado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Construção de Stand de Tiro para a Brigada Militar;
Produto 1: R\$ 1.000.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Implementação do Projeto: 3 a 4 meses
Empenho dos recursos: 2 a 3 meses
Processo de Licitação: 6 a 7 meses
Execução das obras: 4 a 5 meses

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 6 – Projeto 6 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Infraestrutura – Melhorias e ampliação no Aeroporto regional João Batista Bos Filho
Localização: Região Noroeste Colonial – Ijuí
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Departamento Aeroportuário do Estado – DAP
Escopo: O projeto deverá tratar da ampliação da pista de pouso do aeroporto de Ijuí dos atuais 1.295 metros lineares para 1.800 metros lineares, contemplando sinalização noturna e pavimentação do acesso.
Responsável: Governos federal, estadual e municipal
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliação e qualificação dos serviços aeroviários na Região do Noroeste Colonial
Justificativa: Com o avanço das relações globais entre as nações, e,

por consequência, entre empresas e pessoas, as viagens aéreas se tornaram lugar comum na atualidade. Também as novas relações baseadas nos sistemas globalizados exigem rapidez e uso racional do tempo por parte da sociedade.

O aeroporto de Ijuí já recebeu voos diários e tal alternativa se demonstrava viável. Saliente-se que, com o conjunto das economias de Ijuí e Panambi, esta demanda é constantemente discutida pelos setores produtivos regionais.

O aeroporto de Ijuí está localizado em ponto estratégico, de fácil acesso em termos regionais, e, além disso, já recebeu melhorias de parte do governo do Estado, restando, agora, a finalização e a completa ampliação da pista.

Resultados pretendidos: Otimização dos transportes e agilização dos fluxos logísticos

Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Elaboração e Execução de Projeto Técnico

Meta: Contratação de empresa ou profissional qualificado para elaboração e execução de projeto e obras de melhorias da infraestrutura do Aeroporto Municipal de Ijuí, compreendendo a iluminação e sinalização da pista de pouso com ampliação da mesma dos atuais 1.295 metros lineares para 1.800 metros lineares, bem como a pavimentação asfáltica com CBUQ do acesso ao aeroporto até a BR 285, com área de 9.410m².

Prazo: 24 meses

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Equipe do Projeto: DAP

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério dos Transportes, DAP, Prefeituras

Organizações parceiras: Governos federal, estadual e municipal

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO									
Fonte de Financiamento: Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes e Governo RS									
Elaboração de Projeto Executivo: Sim									
Desapropriação: Sim									
Licença Ambiental: Sim									
Licitação: Sim									
Outros:									
6 – RECURSOS DO PROJETO									
Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes									
Fontes de recursos: BRDE-Municípios-Fundam, Badesul, Ministério das Cidades									
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim									
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim									
Investimentos: R\$ 8.000.000,00.									
Despesas Correntes: elaboração de projetos R\$ 160.000,00									
Investimentos e despesas correntes por produto:									
Produto 1: R\$ 8.000.000,00									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Produto 1		x	x						

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 7 – Projeto 7 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recursos para a Unidade de Internação em Cuidados Prolongados – UCP Regional junto a Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba/13ª Região de Saúde – RS
Localização: Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba, com sede à Rua Floriano Peixoto, nº 50, Bairro Planalto, CEP 98750-000, Ajuricaba RS, Fone (55) 3387-1155, CNPJ 90164377000179 e CNES 2265885. Possui uma área territorial de 9.600 m ² e uma área construída de 1.519 m ² , é um hospital geral, filantrópico, beneficente, sem fins lucrativos, com entidade jurídica de direito privado.
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.680.000,00
Duração do projeto: 2017 a 2025
Responsável: Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba
Escopo: investimento e custeio: reforma, ampliação, adequação da estrutura física e de ambiente do hospital para proporcionar ambiente adequado para prestar esse atendimento de cuidados prolongados para a região e recursos para manutenção da equipe. O Hospital vai disponibilizar 25 leitos do SUS para atender pacientes com necessidades de cuidados hospitalares prolongados, garantindo a prestação individualizada e humanizada do cuidado ao usuário hospitalizado que necessite de cuidados em reabilitação intensivos, semi-intensivos ou não intensivos para o reestabelecimento das suas funções e atividades, bem como para a recuperação de sequelas; equidade no acesso e atenção prestada em tempo oportuno; garantia de cuidado por equipe multidisciplinar; incentivo à autonomia e autocuidado do usuário; articulação entre as equipes multidisciplinares da UCP com as equipes de atenção básica de referência do paciente, bem como com outras equipes que atuem nos demais pontos de atenção do território, permitindo a efetivação da

integralidade da assistência e a continuidade do cuidado; garantia da “alta responsável” e em tempo oportuno; eficiência e qualidade na prestação dos cuidados; corresponsabilização da família no cuidado; intersetorialidade e acessibilidade.

Responsável: Equipe técnica da 17ª CRS e administrador da Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: O projeto tem como objetivo principal estruturar, de forma adequada, e viabilizar o serviço do SUS da Unidade de Internação de Cuidados Prolongados – UCP – 25 leitos – SUS, criando condições que permitam desenvolver um modelo integrado de cuidados de saúde com equipe multiprofissional de assistência integral, humanizada e individualizada, articulada com os demais pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde (RAS) para atender pacientes com necessidades de cuidados hospitalares prolongados.

Garantir a prestação individualizada e humanizada do cuidado ao usuário hospitalizado que necessite de cuidados em reabilitação para o reestabelecimento das suas funções e atividades, bem como para a recuperação de sequelas; equidade no acesso e atenção prestada em tempo oportuno; garantia de cuidado por equipe multidisciplinar; incentivo à autonomia e autocuidado do usuário; articulação entre as equipes multidisciplinares das UCPs com as equipes de atenção básica, inclusive atenção domiciliar, centro de referência em reabilitação, bem como com outras equipes que atuam nos demais pontos de atenção do território, permitindo a efetivação da integralidade da assistência e a continuidade do cuidado; garantia da “alta responsável” e em tempo oportuno; eficiência e qualidade na prestação dos cuidados; corresponsabilização da família no cuidado; intersetorialidade e acessibilidade.

A UCP contará com sala multiuso de reabilitação tipo I com dimensão de 35m² e com uma equipe multiprofissional composta por: médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo.

Justificativa: O Ministério da Saúde, buscando ampliar o acesso e a melhoria da qualidade da atenção no SUS, instituiu as Redes de

Atenção à Saúde: Rede Materno-Infantil (Rede Cegonha), Rede de Atenção Básica, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e Rede de Reabilitação.

Conforme consta no Plano Regional da RUE da 13ª Região de Saúde, a Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba localiza-se geograficamente próximo a Ijuí, facilitando o acesso da população ao serviço de saúde, bem como está situada próximo ao Hospital de Caridade de Ijuí (HCI) – Hospital Especializado tipo I – o qual é um importante ponto de atenção da RUE.

O cuidado será prestado pela equipe multiprofissional da UCP, seguindo os critérios de elegibilidade dos pacientes, quais sejam: usuário cujo quadro clínico apresente situação clínica estável, recuperação de um processo agudo e/ou recorrência de um processo crônico, necessidade de cuidados prolongados para reabilitação e/ou adaptação a sequelas decorrentes de um processo clínico, cirúrgico ou traumatológico ou dependência funcional permanente ou provisória física, motora ou neurológica parcial ou total. Além de apresentar pelo menos uma das características supracitadas, o usuário elegível deverá se enquadrar em, pelo menos, uma das seguintes situações clínicas: usuários em suporte respiratório, como ventilação mecânica não invasiva, oxigenoterapia ou higiene brônquica; usuários submetidos à antibioticoterapia venosa prolongada, terapia com antifúngicos, dietoterapia enteral ou nasogástrica, portadores de outras sondas e drenos; usuários submetidos aos procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos que se encontrem em recuperação e necessitem de acompanhamento multidisciplinar, cuidados assistenciais e reabilitação físico-funcional; usuários em reabilitação motora por acidente vascular cerebral, neuropatias, traumatismo cranioencefálico, hematoma subaracnoide traumático, hematoma subaracnoide espontâneo, traumatismo raquimedular; usuários traqueostomizados em fase de decanulação; usuários que necessitem de curativos em úlceras por pressão graus III e IV; usuários sem outras intercorrências clínicas após procedimento de laparostomia; usuários com incapacidade transitória de deambulação ou mobilidade; usuários com disfagia grave aguardando gastrostomia; ou usuários em fase terminal, desde que com agravamento do quadro, quando não necessitem de terapia intensiva. Esse projeto tem apoio e participação

da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde de Ijuí – RS. É importante ressaltar, também, as negociações e acordos com o Hospital Regional de Referência – o Hospital de Caridade de Ijuí – com atendimento de média e alta complexidade. O projeto em questão obteve aprovação na Comissão Intergestores Regional da 13ª Região de Saúde.

Beneficiários: Pacientes de toda a Região do Noroeste Colonial.

Tabela 1 – Dados epidemiológicos das internações de longa permanência – pacientes da região da 17ª CRS que necessitam de UCP – ano 2015

ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO	TOTAL
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS EM RAZÃO DE CAUSAS EXTERNAS	12
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES CARDIOVASCULARES	21
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES PNEUMOLÓGICAS	50
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES DECORRENTES DA AIDS	2
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES NEUROLÓGICAS	84
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES ONCOLÓGICAS	81
ATENDIMENTO A PACIENTE SOB CUIDADOS PROLONGADOS POR ENFERMIDADES OSTEOMUSCULARES E DO TECIDO CONJUNTIVO	17
TOTAL GERAL	267

Tabela 2 – População residente segundo a faixa etária nos municípios da região da 17ª CRS

Ano 2012	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
Ajuricaba	524	527	986	1002	1167	898	627	477	183	6391
Augusto Pestana	473	518	912	897	1103	953	766	464	247	6333
Bozano	134	155	272	279	315	323	232	135	88	1933
Catuípe	648	688	1233	1158	1394	1289	943	579	265	8197
Campo Novo	512	476	707	695	743	674	448	268	95	4618
Chiapetta	339	334	536	524	605	513	363	173	82	3469
Condor	515	556	1012	868	905	827	537	296	139	5655
Coronel Barros	155	183	301	345	358	340	289	170	79	2220
Crissiuma I	1055	1130	1784	1765	2039	1909	1503	815	336	12336
Humaitá	323	370	651	604	775	738	488	260	136	4345
Ijuí	6048	6411	13.175	11695	11309	9623	6148	3644	1769	69822
Inhacorá	211	183	300	277	355	289	196	100	47	1958
Joia	734	730	1113	1169	1215	1024	652	363	163	7163
Nova Ramada	174	171	316	333	389	320	239	132	55	2129
Pejuçara	294	353	579	536	598	501	308	222	98	3489
Panambi	3043	3144	7311	6192	5246	4274	2671	1327	609	33817
Santo Augusto	1060	1208	2039	2011	2042	1723	1188	646	253	12170
São Martinho	414	461	711	690	905	853	622	313	156	5125
São Valério Sul	268	242	395	323	287	301	207	97	46	2166
Sede Nova	246	244	359	410	439	431	257	128	77	2591
Total	17.170	18.084	34.692	31.773	32.189	27.803	18.684	10.609	4.923	195.927

Fonte: IBGE – Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datusus, 2012.

Resultados pretendidos: Serão disponibilizados 25 leitos para a Unidade de Cuidados Prolongados para a comunidade da região da

17ª CRS. O Hospital está localizado em um local privilegiado. Possui estrutura predial horizontal facilitando a circulação e o acesso, e espaço externo protegido, arborizado e amplo. Além disso, está localizado em um ponto estratégico da 13ª Região de Saúde, por estar próximo ao município de Ijuí (28km de distância) e também ser de fácil acesso para os demais municípios. Conta com estrutura asfáltica. Terá sala multiuso para atividades.

Equipamentos e Quantidades – Sala Multiuso Tipo I

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
AMBU	1
ANDADOR (ADULTO E INFANTIL)	1 de cada
ARMÁRIOS	1
ASPIRADOR DE SECREÇÕES PORTÁTIL	1
BARRAS PARALELAS	1
BENGALA	1
CADEIRAS	5
CILINDRO DE OXIGÊNIO	1
ESCADA LINEAR PARA MARCHA (SEM RAMPA)	1
ESFIGMOMANÔMETRO	1
ESTETOSCÓPIO	1
FES	1
GONIÔMETRO	1
LANTERNA CLÍNICA	1
MESA ORTOSTÁTICA	1
PAR DE MULETAS	1
MESA DE REUNIÕES	1
MESAS AUXILIARES	4
MOCHO	1
NEBULIZADOR PORTÁTIL	1
OXÍMETRO	1
PRONO-SUPINADOR	1
TENS ESTIMULADOR TRANSCUTÂNEO	1
ULTRASOM PARA FISIOTERAPIA	1
COMPUTADOR	1

A equipe atuará de forma interdisciplinar. Cada caso será discutido e planejado pela equipe, considerando as especificidades técnicas, socioculturais e ações entre equipe, família e comunidade.

A equipe fará identificação e avaliação do paciente se elegível para UCP, classificará a complexidade do caso, elaborará PTS para cada paciente e fará pactuação com a família e cuidador.

Avaliação contínua do processo de cuidado e reestruturação quando necessário e planejamento para alta.

A equipe fará avaliação global do usuário para a alta hospitalar responsável, com vistas a identificar as estratégias mais adequadas e os respectivos riscos potenciais, considerados os aspectos físicos, psicossociais e econômicos, além do ambiente familiar do usuário.

Regulação de acesso

A regulação será feita pela Secretaria Estadual de Saúde/RS por intermédio da 17ª Coordenadoria Regional de Saúde.

Para internação na UCP, o usuário deverá ser procedente dos municípios pertencentes a 13ª Região de Saúde, que são: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Campo Novo, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Crissiumal, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Joia, Nova Ramada, Pejuçara, Panambi, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul e Sede Nova. Além de atender os seguintes critérios propostos pela legislação:

I – unidades de saúde hospitalares e ambulatoriais diversas;

II – unidades ambulatoriais de reabilitação; e

III – atenção básica (incluindo-se a atenção domiciliar), desde que preencha os critérios de elegibilidade para essa tipologia de cuidado estabelecida por meio de protocolos de acesso regulado.

A internação do usuário na UCP seguirá as definições estabelecidas pelo gestor local de saúde, observado o seguinte fluxo (referência e contrarreferências):

I – a internação será solicitada por uma das unidades de origem à Central de Regulação, ficando a unidade de origem responsável pelo usuário até o desfecho da solicitação (mesmo em

<p>caso de regime de atenção domiciliar);</p> <p>II – a Central de Regulação fará a busca da vaga, considerando-se as informações clínicas e de vulnerabilidades do usuário;</p> <p>III – obtida a vaga, a Central de Regulação comunicará à unidade de origem que o usuário deverá ser encaminhado; e</p> <p>IV – a Central de Regulação e a unidade de origem indicarão o meio de transporte mais adequado para a transferência do usuário.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: despesa de capital: execução de obra, reforma e ampliação</p> <p>Meta: reforma e ampliação</p> <p>Custo: R\$ 1.000.000,00</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2018 (12 meses)</p>
<p>Produto 2: Despesas de custeio/manutenção: material de consumo e pagamento de pessoal</p> <p>Custo: Valor mensal de R\$ 48.750,00 sendo o total de R\$ 4.680.000,00</p> <p>Meta: Custeio/manutenção</p> <p>Prazo: 1/2018 a 12/2025 (96 meses, 8 anos)</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: 17ª CRS: Rozeli Rita Rodrigues; Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba: Lenir Mattioni e Alduir R. Dallabrada; Secretaria M. Saúde de Ajuricaba: Tarciana Moraski.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: SES-RS – 17ª CRS, município de Ajuricaba, Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba</p>
<p>Organizações parceiras: Unijuí, CIR 17ª CRS, Hospital de Caridade de Ijuí, Município de Ijuí.</p>

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recurso Estadual
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.800.000,00
Fontes de recursos: Recurso Estadual
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos/despesas de capital: R\$ 1.000.000,00 (reforma e ampliação)
Custeio: despesas de custeio/manutenção R\$ 4.680.000,00 – manutenção do serviço e pagamento de pessoal.
Produto 1: material de consumo: R\$ 680.000,00
Produto 2: pessoal – R\$ 4.000,000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
1/2017 a 12/2017: elaboração do Projeto 1/2018 a 12/2019: reforma e ampliação 1/2018 a 12/2025: custeio

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 8 – Projeto 8 – Setorial: Segurança

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Videomonitoramento
Localização: Município de Ijuí
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Secretarias de governo dos municípios
Escopo: Instalação de câmeras de vídeo monitoramento
Responsável: Prefeitura
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalação de câmeras de videomonitoramento Em curto prazo: Instalar as câmeras em locais estratégicos. Em médio prazo: Monitorar e flagrar os delitos no município. Em longo prazo: Coibir a criminalidade, dando mais segurança à população.
Justificativa: Ampliar segurança no município de Ijuí
Beneficiários: Moradores de Ijuí e demais pessoas da região que se deslocam no perímetro urbano de Ijuí.
Resultados pretendidos: Coibir com fiscalização a ação de delinquentes
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instalação de câmeras de videomonitoramento.
Meta: Instalação de 40 câmeras e demais equipamentos.
Custo: R\$ 1.000.000,00

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe da secretaria de governo e Brigada Militar
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Ijuí e Brigada Militar
Organizações parceiras: Universidade, empresas, cooperativas
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Orçamento do Estado do RS
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Segurança do Estado, Ministério da Justiça e Segurança Pública, BNDES.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Gastos com execução de obras, instalações, equipamentos, material permanente.
Despesas Correntes:
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
A partir de 2020, licitação, instalação e definição de operacionalização.

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 9 – Projeto 9 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação o espaço físico da Sociedade Hospitalar Beneficente de Condor/RS – Geriatria
Localização: Município de Condor/RS – Corede Norc
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável: Sociedade Hospital Beneficente de Condor/RS
Escopo: Ampliação do espaço físico para atendimento do SUS para demanda futura prevista com base em dados estatísticos de crescimento demográfico.
Responsáveis: Vera Liane Weber – Administradora Darci Pautz – responsável pelo preenchimento do plano de trabalho Mario Antônio Glonvezynsky Junior – Presidente
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliação do espaço físico com leitos 100% do SUS para ala de tratamento em geriatria.
Justificativa: A Sociedade Hospital Beneficente Condor é uma entidade de caráter filantrópico, reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal, considerada de pequeno porte e a única instituição hospitalar do município, a qual atende principalmente usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Foi fundada em 15 de agosto de 1952 por um grupo de 33 pessoas que tinha como propósito melhorar a qualidade de vida da comunidade, com assistência médico-hospitalar local. Ressalta-se que os governos municipais, estaduais e federais exercem papel fundamental no desenvolvimento das ações de saúde da população, especialmente porque, a partir de 1988, a nova constituição passou a garantir ao cidadão acesso à saúde de forma igualitária e gratuita. A preocupação atual é adequar-se às exigências da Anvisa do MS a fim de manter a sua capacidade resolutiva, garantindo qualidade nos serviços

prestados pela instituição.

O Hospital de Condor possui o desafio de buscar formas de se tornar autossustentável, portanto é crucial que tenha condições de manter o atendimento à comunidade de Condor e região, melhorando a qualidade do atendimento. Este hospital está localizado em um pequeno município e está realizando diversas reformas e adequações em sua estrutura física, focado na necessidade local, em especial aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS –, os quais são carentes e necessitam de atendimento local, pois, às vezes, não há a necessidade de transferência para hospitais regionais. Há, ainda, grande dificuldade de encaminhar para estes hospitais, os quais, em sua maioria, não têm leito disponível. Outro fator preponderante para manter em atividade este hospital é o aumento na expectativa de vida das pessoas e, conseqüentemente, no número de idosos, os quais necessitam internação e preferem ficar próximos de seus lares e de seus familiares, influenciando isto na sua recuperação e diminuindo o período internado, bem como representa um suporte para a Unidade Básica de Saúde do município, que atende somente durante o dia, articulando estes dois setores de forma a garantir atendimento integral à população.

O objetivo principal desse projeto e do Hospital como um todo, é dar continuidade e também ampliar os serviços prestados à população local e regional, pois se não houver a aquisição dos equipamentos e recursos para ampliação para a Unidade de Saúde, esta estará impossibilitada de continuar em funcionamento, o que resultará em aumento no número de transferências de usuários para municípios mais distantes, sobrecarregando e dificultando o atendimento à população da região de Condor e, com isso, aumentando os gastos na área da saúde que poderiam ser aplicados na prevenção de doenças da população, da qual Condor é referência regional.

Beneficiários: População local e regional – usuários do Sistema Único de Saúde – SUS

Resultados pretendidos: Absorver a demanda existente em crescimento.

Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Ampliação do Espaço Físico, com construção de um prédio/ala exclusivo que possa atender a demanda de forma privativa, onde não haveria um contato direto com os demais pacientes. O objetivo é buscar melhores resultados no acolhimento, com um espaço mais amplo e específico, para que possa se ter um maior controle no acolhimento e no diagnóstico. Construção de novos leitos individualizados com sanitários acessíveis, cozinha específica, refeitório, área de lazer, biblioteca, sala de atendimento, ambulatório e consultório, espaço para visitas, depósito de material de limpeza e equipamentos, setor administrativo e posto de enfermagem.
Custo: R\$ 1.500.000,00
Prazo: 36 meses após liberação do recurso
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe da 17º CRS – Ijuí, profissionais do município e do Hospital
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Condor, CRS 17º, Ministério da Saúde
Organizações parceiras: Universidades Regionais
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria de Estadual de Saúde, Ministério da Saúde
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Estadual de Saúde, Ministério da Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: Gastos com execução de obras e materiais
Despesas Correntes: Não há, em razão de convênio específico com o Estado.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.500.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Ampliação do espaço físico exclusivo para geriatria em 36 meses após a liberação do recurso. Terreno: disponível para edificação; Projeto completo: 90 dias; Licitação e contratação: 180 dias; Execução da obra: 450 dias.

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 10 – Projeto 10 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Construção de Rodovias, Pavimentação com Pedras Irregulares Barro Preto – Formigueiro.
Localização: Município de Nova Ramada.
Valor total estimado do projeto: R\$ 469.214,13
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Município de Nova Ramada.
Escopo: Pavimentação com pedras irregulares (calçamento) ligando o Bairro de Barro Preto ao Distrito de Formigueiro no município de Nova Ramada
Responsável: Município de Nova Ramada.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificação da infraestrutura
Justificativa: O município de Nova Ramada pertence à região do Corede. Caracteriza-se como um município que tem sua matriz

<p>produtiva voltada à agricultura, na produção de grãos, carne e leite. Nesse sentido, a ampliação e a qualificação da infraestrutura por meio de investimentos na construção de rodovias melhorarão a trafegabilidade e a mobilidade do transporte das riquezas produzidas no município.</p> <p>O município de Nova Ramada é o único que não possui ligação asfáltica até a sua sede no âmbito do Corede Noroeste Colonial. A iniciativa da pavimentação com pedras irregulares é a alternativa encontrada para resolver, de forma mais imediata e a custos menores, o problema histórico da pavimentação entre a sede do município e um dos seus distritos.</p>
<p>Beneficiários: Usuários do sistema viário do município de Nova Ramada.</p>
<p>Resultados pretendidos: Melhoramento da infraestrutura rodoviária.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Pavimentação de estrada com pedras irregulares Meta: Aproximadamente 6 km de rodovia pavimentada. Custo: R\$ 469.214,13 Prazo: 12 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Planejamento do município de Nova Ramada.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Nova Ramada e Estado do Rio Grande do Sul.</p>
<p>Organizações parceiras: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito de Nova Ramada e Daer/RS</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria de Transporte do RS</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>

Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 469.214,13
Fontes de recursos: Orçamento Estado RS
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: Construção de Rodovias (Nova Ramada)
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 469.214,13
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo: 12 meses

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 11 – Projeto 11 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto para execução da obra que contempla a Estação de Tratamento de Efluentes do Novo Hospital Bom Pastor Ijuí.
Localização: Ijuí/RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 259.891,69
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor Ijuí
Escopo: Fortalecimento das ações em rede do sistema regional de saúde por meio de infraestrutura e ampliação do espaço físico nas novas instalações do Hospital Bom Pastor Ijuí
Responsável: Direção do Hospital Bom Pastor

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: O projeto tem por objetivo a execução da obra completa de infraestrutura que envolve o saneamento das novas instalações do Hospital Bom Pastor, mais especificamente a instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes.

Justificativa: O município de Ijuí é, hoje, um Polo Regional de Saúde, servindo como referência regional, especialmente no que respeita à assistência hospitalar, além de seu sistema de saúde ser modelo a diversos municípios do Estado em organização e áreas de abrangência. Neste contexto, insere-se o Hospital Bom Pastor. A Associação Hospital Bom Pastor Ijuí é uma *Instituição filantrópica, conveniada ao SUS* e diversos convênios, com 42 leitos de internação, de Referência Regional. Vem trabalhando na implementação de seu plano estratégico, que contempla a *expansão de sua estrutura física de modo a poder ampliar a prestação de serviços à comunidade, principalmente pelo SUS, nas áreas de Hospital Geral com especialização em Geronto/Geriatria, UTI, Saúde Mental, Psiquiatria e Dependência Química.*

O hospital está expandindo sua estrutura física, somando aproximadamente 8.300m², divididos em quatro pavimentos (subsolo, térreo, 2º e 3º pavimento), num terreno com área de 18.135 m², passando da atual estrutura de 42 leitos para 115 leitos de internação, além da ampliação de serviços como centro cirúrgico com 4 salas, sala de recuperação com 12 leitos, amplo ambulatório e UTI com 10 leitos. Com as perspectivas futuras da conclusão da obra, permitirá o fortalecimento dos serviços já instalados e, desse modo, o hospital poderá dar continuidade às ações que ora vem desenvolvendo, de forma mais qualificada, sendo uma instituição que integra o sistema de atenção à saúde, com o objetivo de dar respostas sociais, deliberadamente instituídas para responder às necessidades de saúde da população local e regional.

A obra encontra-se aproximadamente com 80% concluída, sendo a execução de unidades de infraestrutura de fundamental importância neste momento, viabilizando o funcionamento das unidades concluídas e breve transferência dos serviços, qualificando e dando suporte necessário para prestar atendimento em âmbito de internação

hospitalar aos pacientes de Ijuí e região, referenciados ao hospital. A proposta de ampliação da estrutura física visa a qualificar os serviços e fortalecer a rede de assistência do SUS.
Beneficiários: Comunidade de Ijuí e Região.
Resultados pretendidos: <ol style="list-style-type: none"> 1- Execução do Sistema de Tratamento de Efluentes no Novo Hospital Bom Pastor 2- Possibilitar a transferência dos serviços para as novas instalações do Hospital 3- Ampliar os serviços atualmente já prestados pelo Hospital 4- Ampliar as especialidades de atuação
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instalação da Estação de Tratamento de Efluentes Meta: Tratamento dos efluentes Custo: R\$ 259.891,69 Prazo: 24 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe técnica do Hospital Bom Pastor.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual da Saúde
Organizações parceiras: Empresas privadas
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:

6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 259.891,69
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 259.891,69
Despesas Correntes: A cargo da Instituição
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo para conclusão após liberação do recurso: 12 meses, incluindo etapas de processo licitatório, execução e entrega da obra objeto deste Projeto.

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 12 – Projeto 12 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação do espaço físico da Sociedade Hospital Beneficente de Condor/RS – Saúde Mental
Localização: Município de Condor/RS – Corede Norc
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Sociedade Hospital Beneficente de Condor/RS
Escopo: Ampliação do espaço físico para atendimento SUS – área da saúde mental – para demanda futura prevista com base em dados estatísticos de crescimento demográfico.
Responsáveis: Vera Liane Weber – Administradora Darci Pautz – responsável pelo preenchimento do Plano de Trabalho Mario Antônio Glonvezynsky Junior – Presidente
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliação do espaço físico com leitos 100% SUS para a saúde mental.

Justificativa: a Sociedade Hospital Beneficente Condor é uma entidade de caráter filantrópico, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, considerada de pequeno porte e a única instituição hospitalar do município, a qual atende principalmente usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Foi fundada em 15 de agosto de 1952 por um grupo de 33 pessoas que tinha como propósito melhorar a qualidade de vida da comunidade com assistência médico-hospitalar local. Ressalta-se que os governos municipais, estaduais e federais exercem papel fundamental no desenvolvimento das ações de saúde da população, especialmente porque, a partir de 1988, a nova constituição passou a garantir ao cidadão acesso à saúde de forma igualitária e gratuita. A preocupação atual é adequar-se às exigências da Anvisa do MS a fim de manter a sua capacidade resolutiva, garantindo qualidade nos serviços prestados pela instituição.

O Hospital de Condor possui o desafio de buscar formas de se tornar autossustentável, portanto é crucial que tenha condições de manter o atendimento à comunidade de Condor e Região, melhorando a qualidade do atendimento. Este hospital está localizado em um pequeno município e está realizando diversas reformas e adequações em sua estrutura física, focado na necessidade local e regional, em especial aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Outro fator preponderante para manter em atividade este hospital é a crescente demanda de usuários de drogas lícitas e ilícitas bem como a doença mental, sendo este hospital referência em leitos de psiquiatria para a região.

O objetivo principal deste projeto e do hospital como um todo, é dar continuidade e também ampliar os serviços prestados à população local e regional, pois se não houver a aquisição dos equipamentos e ampliação para nossa unidade de saúde, esta estará impossibilitada de continuar em funcionamento, o que resultará em aumento no número de transferências de usuários para municípios mais distantes, sobrecarregando e dificultando o atendimento à população da região de Condor e, com isso, aumentando os gastos na área da saúde que poderiam ser aplicados na prevenção de doenças da população, a

qual Condor é referência regional.
Beneficiários: População local e regional – Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS
Resultados pretendidos: Absorver uma demanda existente em crescimento.
Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Ampliação do Espaço Físico, com construção de um prédio/ala exclusiva que possa atender a demanda de forma privativa, onde não haveria um contato direto com os demais pacientes. O objetivo é buscar melhores resultados no tratamento, com um espaço mais amplo e específico para atendimento onde possa se ter um maior controle no acolhimento e no diagnóstico. Construção de novos leitos individualizados com sanitários, cozinha específica, refeitório, área de lazer, biblioteca, sala de atendimento, ambulatório e consultório, espaço para visitas, depósito de material limpeza e equipamentos, setor administrativo e posto de enfermagem.</p> <p>Meta: Aumentar o número de atendimentos exclusivamente do SUS, com melhor produtividade e recuperação dos pacientes.</p> <p>Custo: R\$ 1.000.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe da 17º CRS – Ijuí, profissionais do município e do Hospital de Condor
Órgãos Públicos Envolvidos: Município de Condor, 17ª CRS, Ministério da Saúde
Organizações parceiras: Universidades Regionais
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde, Ministério

da Saúde.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras e materiais
Despesas Correntes: Não há, em razão de convênio específico com o Estado.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.000.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Ampliação do espaço físico exclusivo para usuários do SUS – área da saúde mental – em 24 meses após a liberação do recurso. Terreno: disponível para edificação; Projeto completo: 90 dias; Licitação e Contratação: 180 dias; Execução da obra: 450 dias.

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 13 – Projeto 13 – Setorial: Saúde

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto para execução de etapa da obra que contempla escadaria central e lateral como forma de circulação vertical no Novo Hospital Bom Pastor Ijuí.
Localização: Ijuí/RS
Valor total estimado do projeto: R\$ 578.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Associação Hospital Bom Pastor Ijuí
Escopo: Fortalecimento das ações em rede do sistema regional de saúde com a ampliação do espaço físico nas novas instalações do Hospital Bom Pastor Ijuí.
Responsável: Direção Executiva do Hospital Bom Pastor.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O projeto tem por objetivo a execução da obra completa de interligação das duas alas do Hospital mediante circulação vertical contemplando a escadaria central e execução da etapa de instalações e revestimentos na escadaria lateral.
Justificativa: O município de Ijuí é, hoje, um Polo Regional de Saúde, servindo como referência regional, especialmente no que diz respeito à assistência hospitalar, além de seu sistema de saúde ser modelo a diversos municípios do Estado em organização e áreas de abrangência. Neste contexto, insere-se o Hospital Bom Pastor. A Associação Hospital Bom Pastor Ijuí é uma Instituição filantrópica, conveniada ao SUS e diversos convênios, com 42 leitos de internação, de referência regional. Vem trabalhando na execução de seu plano estratégico, que contempla a expansão de sua estrutura física de modo a poder ampliar a prestação de serviços à comunidade, principalmente pelo SUS, nas áreas de Hospital Geral com especialização em Geronto/Geriatria, UTI, Saúde Mental, Psiquiatria e Dependência Química.

O hospital está expandindo sua estrutura física, somando aproximadamente 8.300m², divididos em quatro pavimentos (subsolo, térreo, 2º e 3º pavimento), num terreno com área de 18.135 m², passando da atual estrutura de 42 leitos para 115 leitos de internação, além da ampliação de serviços como centro cirúrgico com 4 salas, sala de recuperação com 12 leitos, amplo ambulatório e UTI com 10 leitos. Com as perspectivas futuras, por meio da conclusão da obra, permitirá o fortalecimento dos serviços já instalados e, desse modo, o hospital poderá dar continuidade às ações que ora vem desenvolvendo, de forma mais qualificada, sendo uma instituição que integra o sistema de atenção à saúde, com o objetivo de dar respostas sociais, deliberadamente instituídas, para responder às necessidades de saúde da população local e regional.

A obra encontra-se aproximadamente com 80% concluída, tendo esta importante etapa que é a interligação entre as duas alas ainda por ser executado, o que representa significativamente a possibilidade de transferência dos serviços da atual estrutura para as novas instalações do Hospital, que trará benefícios aos serviços já prestados além de agregar novas especialidades ao atendimento da comunidade regional.

Beneficiários: Comunidade de Ijuí e Região.

Resultados pretendidos:

- 1- Garantir a circulação vertical entre os pavimentos das Unidades no Novo Hospital Bom Pastor
- 2- Possibilitar a transferência dos serviços para as novas instalações do Hospital
- 3- Ampliar os serviços atualmente já prestados pelo Hospital
- 4- Ampliar as especialidades de atuação
- 5- Melhorar os espaços físicos de atendimento, agregando qualidade aos usuários e trabalhadores.

Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Construção da Escadaria

Meta: Escadaria finalizada
Custo: R\$ 578.000,00
Prazo: 24 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Equipe técnica do Hospital Bom Pastor
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Saúde
Organizações parceiras: Unijuí, 17ª Coordenadoria de Saúde
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Saúde
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 578.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Saúde
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 578.000,00
Despesas Correntes: A cargo da Instituição conforme andamento da execução do projeto
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Etapa 1: Projeto completo: 90 dias;
Etapa 2: Licitação e Contratação: 180 dias;
Etapa 3: Execução da obra: 450 dias.

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 14 – Projeto 14 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estudo de processo de elaboração e aplicabilidade de Planos de Mobilidade Urbana.
Localização: Corede Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 220.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável: Secretário de Desenvolvimento urbano, Obras e Trânsito de Ijuí Sr. Ubiratan Machado Erthal
<p>Escopo: Os mecanismos de gestão são elementos determinados com vistas ao alcance de metas e objetivos institucionais por meio da organização das estruturas e estabelecimento de procedimentos oficiais. Em termos de planejamento público no Brasil, pode-se citar como exemplo a Lei Federal nº 10.257/2001, que institui o Estatuto das Cidades, estabelecendo as diretrizes das políticas urbanas. As diversas políticas públicas de planejamento urbano devem convergir para o desenvolvimento sustentável, como o Plano Diretor, Plano de Saneamento Básico, Plano de Habitação, Plano de Mobilidade Urbana, entre outros, os quais devem ser consubstanciados entre si.</p> <p>Do Estatuto das Cidades derivam outras modalidades de políticas públicas, como a Lei Federal nº 12.587/2012, a qual trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU. Esta normativa descreve mobilidade urbana como a <i>condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano</i> (BRASIL, 2012). O conceito simplificado é conflitante com a complexidade prática do tema. Mobilidade urbana traz consigo o debate sobre transporte urbano, desenvolvimento das cidades, uso e ocupação do solo e a interface direta com a sociedade. Além disso, é uma ferramenta de gestão pública que está intimamente ligada à qualidade de vida das pessoas e sua forma de deslocamento cotidiano.</p>

A Lei Federal 12.587, de 3 de janeiro de 2012, traz as diretrizes gerais para a gestão pública e o controle social no planejamento urbano da mobilidade e tem por objetivo promover a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território dos municípios. Um dos instrumentos indicados pela referida lei são os PMUs, documento obrigatório para todos os municípios com população acima de 20.000 habitantes. No Plano, a sociedade pode e deve manifestar-se para definir qual o tipo de cidade que almeja, orientando a execução do planejamento público.

Segundo a Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, os municípios terão até 2019 para elaborarem seus Planos de Mobilidade Urbana (DOU, 2016). Encerrado o prazo determinado, os municípios que não tiverem atendido esta determinação ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam a exigência. Cabe destacar que este prazo já foi aditado, haja vista a dificuldade que os municípios encontram para a elaboração deste estudo.

Assim, este projeto prevê a formação do grupo técnico de trabalho; desenvolvimento de proposta; realização de audiências públicas para colaboração da população na consolidação da proposta; diagnóstico da realidade municipal; audiências públicas para a discussão das metas e propostas.

Responsável: Secretário de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito de Ijuí

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento sustentável, bem como a melhor convivência social de todos os elementos que compõem o ambiente urbano no que diz respeito à mobilidade urbana.

Justificativa: A mobilidade urbana e suas configurações é um tema que está diretamente relacionado com a qualidade de vida de toda a sociedade. O desafio de proporcionar um ambiente social agradável, pautado na mobilidade urbana sustentável, é eminente e necessário, haja vista que uma das principais insatisfações da população brasileira atualmente está baseada neste eixo de planejamento

público. Gerenciar o conflito de interesses, a dispersão das atividades das cidades, o aumento da frota veicular, entre outros fatores, representa desafios para os gestores públicos e sociedade.

A interferência direta das políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana e dos mecanismos de gestão vinculados ao tema, apresenta forte e pronunciada interface com o bem-estar da sociedade.

Beneficiários: Sociedade em geral.

Resultados pretendidos: Viabilizar a organização dos espaços públicos com vistas a facilitar o deslocamento e a mobilidade dos munícipes.

Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Formação de grupo técnico de trabalho e desenvolvimento de proposta.

Meta: Formação de uma equipe por prefeitura municipal pertencente ao Corede Noroeste Colonial e realização de estudo para a elaboração de uma proposta, contendo pareceres e detalhamento da situação atual e proposição de modelos de elaboração de planos de mobilidades conforme a especificidade de cada município.

Custo: R\$ 10.000,00 por equipe/prefeitura totalizando R\$ 110.000,00.

Prazo: 6 meses.

Produto 2: Realização de audiências públicas para colaboração da população na consolidação da proposta, diagnóstico da realidade municipal e audiências públicas para a discussão das metas e propostas.

Custo: R\$ 10.000,00 por equipe/prefeitura totalizando R\$ 110.000,00.

<p>Meta: Realização de 11 audiências, uma por município, coordenadas pelas equipes técnicas.</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
<p>Equipe do Projeto: Bacharéis em Direito, biólogos e/ou engenheiros ambientais e sanitários e/ou engenheiros civis e/ou engenheiros agrônomos das prefeituras; secretários municipais; prefeitos, sujeitos atuantes em áreas afins.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério das Cidades, Secretaria dos Transportes do RS, Amuplan, Comudes, Secretarias Municipais de Planejamento, Obras, Trânsito e/ou de Mobilidade Urbana.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade, Empresa, ONG, Cooperativas, etc.</p>
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Badesul, BRDE-Municípios-Fundam, Ministério das Cidades</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>
<p>Outros:</p>
6 – RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: investimentos + despesas correntes</p>
<p>Fontes de recursos: Badesul, BRDE-Municípios-Fundam, Ministério das Cidades</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>

Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.									
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.									
Investimentos e despesas correntes por produto:									
Produto 1: R\$ 110.000,00									
Produto 2: R\$ 110.000,00									
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO									
12 meses após a aprovação do projeto executivo.									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Produto 1		x							
Produto 2		x							

Estratégia: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.

Prioridade 15 – Projeto 15 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover o Projeto de Saneamento Regional: Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais).
Localização: Região Noroeste Colonial
Valor total estimado do projeto: R\$ 150.000.000,00
Duração do projeto: 138 meses

Responsável: Corsan e prefeituras
Escopo: Expandir a infraestrutura de serviços públicos de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, abastecimento e água e drenagem urbana na região
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar e qualificar a estrutura e os serviços de saneamento básico nos municípios da região
Justificativa: No Corede Norc os serviços de água e esgoto são prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e próprios municípios. Informações coletadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), pelo Diagnóstico dos Serviços de Pesquisa Água e Pesquisa Esgotos em 2014 revelam que 93,41% de domicílios com banheiro ou sanitário são ligados por uma fossa séptica, não sendo um serviço público, mas um dispositivo instalado na propriedade, que é particular. Apenas 3,43% dos domicílios são ligados a uma rede pública de esgoto, e 3,18% constituem a porcentagem de esgoto a céu aberto. Já com relação ao RS, 48% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto (Fundação..., 2016). Os planos de saneamento municipais, de acordo com a Lei nº 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014, a prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico. Tais obrigações vêm sendo adiadas, entretanto é urgente a realização de ações no sentido de cumprimento da legislação vigente.
Beneficiários: População do Corede Noroeste Colonial
Resultados pretendidos: <ul style="list-style-type: none">• Ampliação da cobertura territorial do saneamento básico municipal.

<ul style="list-style-type: none"> • Preservação das águas subterrâneas. • Melhoria das condições ambientais no âmbito do Corede. • Uso e destinação adequada da carga orgânica animal. • Uso do solo e urbanização adequada à preservação do solo.
<p>Alinhamento Estratégico: Executar obras públicas que viabilizem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento em uma perspectiva sustentável.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Executar os planos de saneamento básico proporcionando acesso da comunidade aos serviços de saneamento, água e drenagem.</p>
<p>Meta: Universalização de acesso ao saneamento nos municípios da região</p>
<p>Prazo: 180 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Corsan, Empresas Municipais de Saneamento, Associações Hídricas, Secretarias Municipais de Obras e de Meio Ambiente, Consórcios Intermunicipais, Comitês de Bacias Hidrográficas.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Fepam, Emater, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades, Associações de Municípios, Comitês de Bacias Hidrográficas, Coredes.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>

Licitação: Sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 150.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Obras, Corsan, Associações Hídricas, Empresas Municipais de Saneamento.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 150.000.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$150.000.000,00

Estratégia: Promover a eficiência, o controle social e a agilidade na gestão pública em, por consequência, obter melhoria nos serviços públicos.

Prioridade 1 – Projeto 1 – Setorial: Infraestrutura e Gestão Pública

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries)
Localização: Região Funcional de Planejamento 7 (Coredes Noroeste Colonial, Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões).
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.279.200,00
Duração do projeto: cinco anos

Responsável: Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí) e Instituições de Ensino Superior da RFP7 (Unijuí-Ijuí, Santa Rosa, Três Passos e Panambi, URI-Santo Ângelo, Setrem, Fema, Fahor, UFFS-Cerro Largo).

Escopo: Introduzir e estruturar o Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), que atua de forma integrada, regular e sistemática na coleta de dados, de tratamento e análise de informações gerais e setoriais deste território. O Cries tem abrangência regional e interinstitucional, integrando programas de Pós-Graduação, pesquisa, extensão e de Graduação de outras IES públicas estatais e não estatais/comunitárias da região Noroeste já integradas (Unijuí, FAHOR, Setrem, Fema, URI, UFFS) e outras que podem se integrar (IFFEs, Uergs), administrações municipais dos 77 municípios da RFP7, as quatro associações de municípios (Amuplam, Amuceleiro, AMM, AMGSR), as associações empresariais (ACIs, etc.) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) da região. A arquitetura organizacional do Cries se dá na forma de rede interinstitucional com o nó central sediado no PPGDR/Unijuí e os nós da rede em cada IES parceira do Centro. A constituição do Cries está fundamentada na perspectiva de um Observatório Regional que tem por propósito o apoio à formulação de políticas públicas e ao processo decisório dos municípios e instituições locais e regionais, visando o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico da região. Para tanto, o Centro desenvolve atividades relacionadas a três dimensões: a) Produção de Informações Estatísticas e Indicadores (coleta e organização de dados secundários e primários de interesse regional e macrorregional e produção de indicadores socioeconômicos, ambientais e culturais); b) Estudos e Análises socioeconômicas (elaboração de diagnósticos, estudos e análises de caráter territorial e setorial); e c) Disseminação de informações (disponibilização e publicização dos dados, informações, diagnósticos e resultados de pesquisas e estudos em portal específico para pesquisa de forma livre e gratuita; realização de encontros regionais para divulgação e apresentação dos resultados de forma regular). A partir destas três dimensões, as informações são coletadas, tratadas e analisadas nas suas diversas dimensões e

sistematizadas de forma a se tornarem compreensíveis para o público geral, facilitando o processo decisório.

Responsável: Professor doutor Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí)

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Inserir e estruturar o Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), enquanto Observatório Regional que atua de forma integrada, regular e sistemática na coleta de dados, de tratamento e análise de informações gerais e setoriais deste território, visando a qualificar o desenvolvimento de políticas públicas e processo decisório na perspectiva do desenvolvimento regional.

Justificativa: É inegável que o conhecimento da realidade e das perspectivas socioeconômicas, ambientais e culturais do território é fundamental para a construção de projetos consequentes de desenvolvimento sustentável, harmônico e inclusivo, com a incorporação de novas tecnologias e processos de inovação. Destaca-se que, apesar da existência de dados, informações e indicadores estatísticos coletados e produzidos por diversos órgãos governamentais, em especial da esfera federal, existe carência de dados e informações de caráter local e regional específicos, que são importantes para a compreensão das necessidades micro e macrorregionais. Tal carência poderia ou deveria ser suprida por órgãos oficiais da esfera local, no entanto a maioria dos municípios, de pequeno e médio porte, não possuem competência técnica ou recursos orçamentários suficientes para tal empreendimento. Por isso, justifica-se a constituição do Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), que, atualmente, já conta com adesão de diversas IES que atuam na região.

Um dos elementos que potencializa a constituição do Centro é sua integração orgânica com Grupos de Pesquisa organizados em torno de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Por isso, a coordenação encontra-se vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Unijuí, que mantém os cursos de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional.

<p>Além disso, o Cries também terá um papel importante na integração da pesquisa e extensão com o ensino de Graduação, buscando fomentar uma cultura que contemple os atores da tríplice hélice (Estado, universidade, empresas) preocupada com o desenvolvimento regional sustentável.</p>
<p>Beneficiários: Administrações municipais, setor empresarial, instituições de Ensino Superior, associações e instituições da sociedade civil organizada e, principalmente, a população da Região Funcional de Planejamento 7.</p>
<p>Resultados pretendidos: Qualificação das informações e dos processos de sistematização de indicadores.</p> <p>Qualificação do processo de planejamento e gestão das entidades públicas e privadas.</p> <p>Aperfeiçoamento do processo de formação de agenda, de formulação, estabelecimento e avaliação das políticas públicas.</p> <p>Contribuição para o processo de execução de projetos e ações voltados à geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população regional.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Promover a eficiência, o controle social e a agilidade na gestão pública e, por consequência, obter melhoria nos serviços públicos.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Estruturação dos nós da rede de constituição do Cries</p> <p>Meta: Aquisição da infraestrutura de móveis, hardware e software para cada nó da rede</p> <p>Custo: R\$ 360.000,00 (um nó central e oito nós territoriais nas IES parceiras)</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Definição de metodologia e ferramentas para coleta, customização, armazenamento e disponibilização de dados secundários e primários específicos locais e regionais</p>

<p>Meta: Desenvolvimento e disponibilização de banco de dados e de portal para atualização e acesso público</p> <p>Custo: R\$ 206.400,00</p>
<p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Atualização dos dados secundários e primários</p> <p>Custo: 270.00,00</p> <p>Meta: Contratação de bolsistas</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 4: Estudos e análises socioeconômicas</p> <p>Custo: R\$ 442.800,00</p> <p>Meta: produção de diagnósticos setoriais e/ou territoriais, boletins informativos, cadernos de indicadores socioeconômicos.</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Docentes/pesquisadores e técnicos das IES envolvidas; funcionários das prefeituras; bolsistas de Graduação, Mestrado e Doutorado.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Administrações Municipais; IES públicas.</p>
<p>Organizações parceiras: Unijuí, URI, FAHOR, Setrem, Fema, UFFS, Coredes Noroeste Colonial, Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões, Associações de Municípios (Amuplam, Amuceleiro, AMGSR e AMM), Associações Comerciais e Industriais.</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Finep, CNPq, Capes, Governo federal e estadual (Secretaria de Planejamento Governança e Gestão).</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: sim</p>
<p>Desapropriação: não</p>

Licença Ambiental: não
Licitação: sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.279.200,00
Fontes de recursos: Finep, CNPq, Capes, governo federal e estadual Consulta Popular, contrapartidas das Administrações Públicas municipais, IES parceiras.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 360.000,00
Despesas Correntes: R\$ 919.200,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo: 60 meses Estruturação dos nós da rede de constituição do Cries – mês 1 a 12 Definição de metodologia e ferramentas para coleta, customização, armazenamento e disponibilização de dados secundários e primários específicos locais e regionais – mês: 1 a 24 Atualização dos dados secundários e primários – mês: 1 a 60 Estudos e análises socioeconômicas – mês: 3 a 60

10. MODELO DE GESTÃO

O modelo de Gestão adotado pelo Plano Estratégico do Corede Noroeste Colonial prevê uma atuação conjunta e articulada no âmbito das seguintes instâncias: Uma *Instância Estadual*, representada pelo Fórum dos Coredes que avalia e coordena o processo de planejamento estratégico, além de ter o poder de dialogar com órgãos estatais para a articulação de uma atuação conjunta. Uma *Instância Macrorregional*, delimitada aqui pela RF7, a qual abrange os Coredes Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Celeiro e Missões. Tal instância tem a função de apoiar a organização dos planos estratégicos, fomentando a integração, o acompanhamento e a execução das ações propostas. Por fim, há três *Instâncias Regionais*, formadas por um Conselho de Acompanhamento, um Comitê Executivo e por Comitês Setoriais.

As *Instâncias Regionais* serão denominadas aqui de Colegiado Territorial, o qual promoverá a integração de esforços para a concretização das ações propostas pelo plano estratégico, além de exercer o controle social.

Neste sentido, haverá um *Comitê Executivo*, com poder decisório, constituído pelos prefeitos – Amuplam, Comudes, APLs, Sistema S, Entidades de Classe, Cooperativas, Empresários, Instituições de Ensino superior, Extensão Empresarial, Incubadoras Tecnológicas, Redes de Cooperação, MBAs e Zonas Industriais. Um

Conselho de Acompanhamento, sob a responsabilidade dos Comudes, que deverão convocar toda a sociedade civil para participar dos fóruns de discussão com a contribuição do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e outros cursos de Pós-Graduação de IES da região. Os *Comitês Setoriais*, responsáveis pelo acompanhamento das demandas levantadas pelos grupos de discussão ao longo do plano estratégico serão criados e fortalecidos na medida em que os projetos aprovados passem a ser executados.

11. PROJETOS NO ÂMBITO DA REGIÃO FUNCIONAL 7

A Região Funcional 7, como instância macrorregional, em sintonia com o desenvolvimento dos respectivos planos dos Coredes, optou por incluir os seguintes projetos em seus planos. Esta opção ocorre em razão de representarem prioridades comuns a todos.

Projeto 1 – Prioridade – 1

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries)
Localização: Região Funcional de Planejamento 7 (Coredes Noroeste Colonial, Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões).
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.279.200,00
Duração do projeto: Cinco anos
Responsável: Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí) e Instituições de Ensino Superior da RFP7 (Unijuí-Ijuí, Santa Rosa, Três Passos e Panambi, URI-Santo Ângelo, Setrem, Fema, Fahor, UFFS-Cerro Largo).
Escopo: Instituir e estruturar o Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), que atua de forma integrada, regular e sistemática, na coleta de dados, de tratamento e análise de informações gerais e setoriais deste território. O Cries tem abrangência regional e interinstitucional, integrando programas de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e de Graduação de outras IES públicas estatais e não estatais/comunitárias da Região Noroeste já integradas (Unijuí, FAHOR, Setrem, Fema, URI, UFFS) e outras que podem se integrar (IFFEs, Uergs), as administrações municipais dos 77 municípios da RFP7, as quatro associações de municípios (Amuplam, Amuceleiro, AMM, AMGSR), as associações empresariais (ACIs, etc.) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) da região. A arquitetura organizacional

do Cries se dá na forma de rede interinstitucional com o nó central sediado no PPGDR/Unijuí e os nós da rede em cada IES parceira do Centro. A constituição do Cries está fundamentada na perspectiva de um Observatório Regional que tem por propósito o apoio à formulação de políticas públicas e ao processo decisório dos municípios e instituições locais e regionais, visando o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico da região. Para tanto, o Centro desenvolve atividades relacionadas a três dimensões: a) Produção de Informações Estatísticas e Indicadores (coleta e organização de dados secundários e primários de interesse regional e macrorregional e produção de indicadores socioeconômicos, ambientais e culturais); b) Estudos e Análises Socioeconômicas (elaboração de diagnósticos, estudos e análises de caráter territorial e setorial); e c) Disseminação de informações (disponibilização e publicização dos dados, informações, diagnósticos e resultados de pesquisas e estudos em portal específico para pesquisa de forma livre e gratuita; realização de encontros regionais para divulgação e apresentação dos resultados de forma regular). A partir destas três dimensões as informações são coletadas, tratadas e analisadas nas suas diversas dimensões, sistematizadas de forma a se tornarem compreensíveis para o público geral, facilitando o processo decisório.

Responsável: Professor doutor Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/Unijuí)

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Introduzir e estruturar o Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), enquanto Observatório Regional que atua de forma integrada, regular e sistemática, na coleta de dados, de tratamento e análise de informações gerais e setoriais deste território, visando a qualificar o desenvolvimento de políticas públicas e processo decisório na perspectiva do desenvolvimento regional.

Justificativa: É inegável que o conhecimento da realidade e das perspectivas socioeconômicas, ambientais e culturais do território é fundamental para a construção de projetos consequentes de desenvolvimento sustentável, harmônico e inclusivo, com a incorporação de novas tecnologias e processos de inovação. Destaca-

se que, apesar da existência dados, informações e indicadores estatísticos coletados e produzidos por diversos órgãos governamentais, em especial da esfera federal, existe carência de dados e informações de caráter local e regional específicos, que são importantes para a compreensão das necessidades micro e macrorregionais. Tal carência poderia ou deveria ser suprida por órgãos oficiais da esfera local, no entanto a maioria dos municípios, de pequeno e médio porte, não possuem competência técnica ou recursos orçamentários suficientes para tal empreendimento. Por isso, justifica-se a constituição do Centro Regional de Informações Socioeconômicas do Noroeste Gaúcho (Cries), que, atualmente, já conta com adesão de diversas IES que atuam na região.

Um dos elementos que potencializa a constituição do Centro é sua integração orgânica com Grupos de Pesquisa organizados em torno de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Por isso a coordenação encontra-se vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Unijuí, que mantém os cursos de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. Além disso, o Cries também terá um papel importante na integração da pesquisa e extensão com o ensino de Graduação, buscando fomentar uma cultura que contemple os atores da tríplice hélice (Estado, universidade, empresas) preocupada com o desenvolvimento regional sustentável.

Beneficiários: Administrações municipais, setor empresarial, instituições de ensino superior, associações e instituições da sociedade civil organizada e, principalmente, a população da Região Funcional de Planejamento 7.

Resultados pretendidos: Qualificação das informações e dos processos de sistematização de indicadores.

Qualificação do processo de planejamento e gestão das entidades públicas e privadas.

Aperfeiçoamento do processo de formação de agenda, de formulação, efetivação e avaliação das políticas públicas.

Contribuição para o processo de execução de projetos e ações voltados à geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população regional.

<p>Alinhamento Estratégico: Promover a eficiência, o controle social e a agilidade na gestão pública e, por consequência, obter melhoria nos serviços públicos.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Estruturação dos nós da rede de constituição do Cries Meta: Aquisição da infraestrutura de móveis, <i>hardware</i> e <i>software</i> para cada nó da rede Custo: R\$ 360.000,00 (um nó central e 8 nós territoriais nas IES parceiras) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Definição de metodologia e ferramentas para coleta, customização, armazenamento e disponibilização de dados secundários e primários específicos locais e regionais. Meta: Desenvolvimento e disponibilização de banco de dados e de portal para atualização e acesso público Custo: R\$ 206.400,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Atualização dos dados secundários e primários Custo: 270.000,00 Meta: Contratação de bolsistas Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 4: Estudos e análises socioeconômicas Custo: R\$ 442.800,00 Meta: Produção de diagnósticos setoriais e/ou territoriais, boletins informativos, cadernos de indicadores socioeconômicos. Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Docentes/pesquisadores e técnicos das IES envolvidas; funcionários das prefeituras; bolsistas de Graduação, Mestrado e Doutorado.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Administrações municipais; IES públicas.</p>
<p>Organizações parceiras: Unijuí, URI, FAHOR, Setrem, Fema, UFFS, Corede Noroeste Colonial, Celeiro, Fronteira Noroeste e</p>

Missões, Associações de Municípios (Amuplam, Amuceleiro, AMGSR e AMM), Associações Comerciais e Industriais.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Finep, CNPq, Capes, Governo federal e estadual (Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão)
Elaboração de Projeto Executivo: sim
Desapropriação: não
Licença Ambiental: não
Licitação: sim
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.279.200,00
Fontes de recursos: Finep, CNPq, Capes, Governo federal e estadual com Consulta Popular, contrapartidas das Administrações Públicas municipais, IES parceiras.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim
Investimentos: R\$ 360.000,00
Despesas Correntes: R\$ 919.200,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo: 60 meses Estruturação dos nós da rede de constituição do Cries – mês 1 a 12 Definição de metodologia e ferramentas para coleta, customização, armazenamento e disponibilização de dados secundários e primários específicos locais e regionais – mês: 1 a 24 Atualização dos dados secundários e primários – mês: 1 a 60 Estudos e análises socioeconômicas – mês: 3 a 60

Projeto 2 – Prioridade – 2

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação de Redes de Energia Trifásica
Localização: Região Funcional 7:
Valor total estimado do projeto: R\$ 175.000,000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável: Cooperativas de eletrificação, RGE
Escopo: Estabelecimento de 4.500 km de rede elétrica trifásica no meio com o objetivo de garantir energia de qualidade nos estabelecimentos de produção agrícola.
Responsável: Governança dos Coredes.
2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantar 4.500 km de redes de energia trifásica na área rural da Região Funcional 7
<p>Justificativa: A grande Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser atendida com energia elétrica nas áreas rurais a partir dos anos 70. Em programas inseridos na modernização da agricultura gaúcha foram criadas inúmeras cooperativas de eletrificação rural no Estado. Estas entidades foram responsáveis por um grande programa de eletrificação rural. Tal programa levou até os estabelecimentos agropecuários energia de baixa tensão. Até então o produtor rural era visto como um consumidor de tecnologias modernizantes. Neste caso, salvo exceções, a energia não era considerada um insumo para as atividades produtivas.</p> <p>Com a evolução das tecnologias de produção, cada vez mais a energia elétrica passa a ser vista como um insumo fundamental na maior parte dos processos produtivos rurais.</p> <p>Nos dias atuais, com o avanço da produção leiteira, o aumento dos investimentos em sistemas de armazenagem em âmbito de propriedade, a instalação das agroindústrias familiares, o avanço dos sistemas de irrigação e tantos outros investimentos na área de produção, a falta de energia como insumo se tornou um gargalo em muitas atividades.</p>

<p>A chegada da energia elétrica no meio rural, há meio século, representou um grande avanço tecnológico. Agora, faz-se mister outro salto de qualidade. A introdução de energia de qualidade com capacidade de mover a estrutura produtiva presente na região.</p> <p>Este vigoroso programa de eletrificação trifásica tem o potencial de aumentar a capacidade produtiva regional de forma exponencial. Não se pode mais pensar em produzir riquezas apenas baseados nas fontes de energia fóssil.</p>
<p>Beneficiários: Estabelecimentos de produção agropecuária.</p>
<p>Resultados pretendidos: Aumento da produção e produtividade em nível de estabelecimento agropecuário. Instituir um maior número de agroindústrias familiares na região. Tornar a agropecuária regional mais competitiva reduzindo custos de produção.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Investimentos em infraestrutura e logística na região.</p>
<p>3 – PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Melhoria significativa da qualidade de energia no meio rural da região</p> <p>Meta: Implantar 4.500 km de redes de energia trifásica na RF7.</p> <p>Custo: R\$ 157.500.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES</p>
<p>Equipe do Projeto: Engenheiros e corpo técnico das permissionárias e concessionárias de energia.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Minas e Energia RS, ANEEL, Bancos públicos, Ministério das Minas e Energia.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidade, empresa, ONG, cooperativas</p>
<p>5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Os recursos oriundos de Fontes de Financiamento de recursos próprios das Cooperativas, BRDE, Badesul e BNDES.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>

Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Não (será necessário para algumas subestações)
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 175.500.000,00
Fontes de recursos: Cooperativas, BRDE, Badesul e BNDES
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Em redes de energia, subestações e transformadores. .
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Elaboração de Projetos de Engenharia: 12 meses
Encaminhamento aos órgãos financiadores: 3 meses
Construção de redes e subestações: 48 meses

Projeto 3 – Prioridade – 3

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho e Ecossistema Inovador
Localização: Região Funcional de Planejamento 7 (Coredes Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial)
Valor total estimado do projeto: R\$ 66.000.000,00
Duração do projeto: 180 meses
Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Universidades, Parques Científicos e Tecnológicos, Polos Tecnológicas e Incubadoras Tecnológicas.
Escopo: Incorporar e desenvolver a cultura da inovação e do empreendedorismo regional, constituindo um ecossistema inovador

vinculado à maior competitividade das cadeias produtivas do Noroeste gaúcho, incentivando o desenvolvimento e a acumulação de novas competências tecnológicas e o incentivo aos negócios inovadores.

Responsável: Corede Celeiro, Corede Fronteira Noroeste, Corede Missões e Corede Noroeste Colonial.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo direcionada à maior competitividade das cadeias produtivas.

Incentivar um ecossistema inovador com o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor por meio da geração de inovação em produtos e processos.

Difundir a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa e desenvolvimento entre as empresas e órgãos governamentais municipais da região.

Ampliar a articulação regional na perspectiva do desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação.

Justificativa: Desse modo, o desenvolvimento regional deve ser considerado um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Estado do Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite identificar com maior precisão as oportunidades e os potenciais regionais para impulsionar o desenvolvimento do conjunto do Estado, mais especificamente para desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades de cada uma das regiões. Esse detalhamento favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e dos cidadãos.

A contextualização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul é expressa pela configuração territorial da Região Funcional 7 – RF7 – , que abrange os Coredes Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste,

Celeiro e Missões. Mais adiante a abordagem será mais específica para os três primeiros Coredes citados, por ser a região de atuação preferencial da Fidene/Unijuí.

A Região Funcional 7 reúne os Coredes Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Apresenta uma população 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população gaúcha, e, desta, 31% residem na área rural e 69% na área urbana. A Região possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo e, na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. As atividades primárias possuem boas possibilidades perante a expansão de novos setores, como o biodiesel e a produção de frutas.

No período 2000-2010 a RF7 apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do Estado, de -0,31% ao ano. O Corede Noroeste Colonial foi o único da região a apresentar crescimento positivo, de 0,32% ao ano, enquanto os Corede Fronteira Noroeste, Celeiro e Missões tiveram taxas de -0,33%, -0,56% e -0,57%. Os municípios com as maiores taxas de crescimento são alguns dos mais importantes da RF7, destacando-se Panambi, com 1,56% ao ano, Redentora 1,46%, Santa Rosa 0,54%, Cerro Largo 0,48%, Ijuí 0,41% e Horizontina 0,36%.

O Produto Interno Bruto da RF7 era de R\$ 16,3 bilhões em 2012, correspondendo a 5,9% do Estadual. O PIB está bem-distribuído entre três Coredes: Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial, com participações em torno de 30%. O Corede Celeiro participa com 15% do total do PIB.

Analisando os valores de produção por município, destacamos Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Panambi, que têm peso significativo na composição do PIB da RF7, sendo Ijuí o responsável por 52% do PIB do Corede Noroeste Colonial.

O projeto proposto justifica-se, portanto, pela prioridade, oportunidade e pertinência de fomento da inovação como fonte de desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Possibilita avançar na diversificação da economia regional e também trazer possibilidades de geração de emprego e renda, bem como promover o conhecimento de novas tecnologias e troca de experiência. Há a

necessidade na região de se difundir entre as empresas e os órgãos governamentais a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa por intermédio de ações de cooperação e parceria entre o setor empresarial, o governamental e as universidades, de modo a superar a situação de baixa cooperação existente entre esses agentes e instituições. Por fim, é fundamental o apoio à pesquisa como propulsora de negócios inovadores.

Beneficiários: População 759.591 habitantes da região Funcional 7.

Resultados pretendidos: Estabelecimento de um Parque Tecnológico Regional voltado às cadeias produtivas da região, de estrutura disseminada na região, com instalações em cada uma das microrregiões, com gestão compartilhada e em cooperação com Universidades e Instituições de Ensino Superior da Região.

Ampliar a cultura do empreendedorismo e inovação.

Ampliação dos níveis de inovação tecnológica e competitividade das empresas da região.

Diversificar a matriz produtiva da região.

Criar novas empresas, empregos e geração de renda.

Alinhamento Estratégico:

Estratégia Regional da Região Funcional de Planejamento 7:

Estratégia 2: Qualificação, agregação de valor e maior competitividade das cadeias produtivas por meio de investimentos na inovação, empreendedorismo, ciência e tecnologia.

3 – PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação do Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho com estrutura disseminada na região com criação de um ecossistema inovador.

Meta: Ampliar e consolidar parcerias regionais

Custo: 15.000.000,00

Prazo: 180 meses

<p>Produto 2: Criação de uma rede integrada de incubadoras tecnológicas e empresariais, integrando as incubadoras já existentes e geridas pelas universidades e instituições de Ensino Superior e outras que forem criadas.</p>
<p>Meta: Execução de três projetos de ciência e tecnologia, em cada região, por ano.</p> <p>Custo: R\$ 1.500.000,00/anual</p>
<p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 3: Ampliação da estrutura das Incubadoras Tecnológicas e Empresariais existentes na região.</p>
<p>Meta: Criação de uma rede de Distritos Industriais da região, vinculados aos municípios, de forma articulada e integrada com as incubadoras tecnológicas e empresariais</p> <p>Custo: R\$ 800.000,00/bianual.</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 4: Programas de qualificação em empreendedorismo, inovação, extensão produtiva, redes de cooperação e novas metodologias para universitários, empresários, lideranças e gestores públicos (intraempreendedores, atores dos Conselhos municipais e instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários)</p> <p>Meta: Composição e manutenção de uma equipe de extensionistas na região, acompanhados da formação de, no mínimo, quatro novas redes de micro e pequenas empresas e a realização de, no mínimo, 10 cursos anuais de curta duração.</p> <p>Custo: R\$ 1.400.000,00/bianual</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 5: Equipamentos para execução de pesquisa em ciência e tecnologia nos Parques Tecnológicos regionais</p>
<p>Meta: Aquisição de equipamentos para pesquisas.</p> <p>Custo: R\$1.600.000,00/bianual.</p> <p>Prazo: 180 meses</p>

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Equipe do Projeto: Parques Tecnológicos, Polos Tecnológicos, Incubadoras Tecnológicas, Universidades e Coredes.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado, Ministério de Ciência e Tecnologia, Polos de Modernização Tecnológica, Finep, CNPq, Fapergs e outros.
Organizações parceiras: Associações Comerciais e Industriais, Universidades, Sebrae, Anprotec e outras.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Órgãos de fomento, governo federal, governo estadual e instituições regionais.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 66.000.000,00
Fontes de recursos: Orçamento federal, estadual, instituições regionais, recursos próprios
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 66.000.000,00
Despesas Correntes: 0,00

Investimentos e despesas correntes por produto:															
Produto 1: R\$ 15.000.000,00															
Produto 2: R\$ 22.500.000,00															
Produto 3: R\$ 6.000.000,00															
Produto 4: R\$ 10.500.000,00															
Produto 5: R\$ 12.000.000,00															
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO															
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Pro- duto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pro- duto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pro- duto 3	x		x		x		x		x		x		x		x
Pro- duto 4	x		x		x		x		x		x		x		x
Pro- duto 5	x		x		x		x		x		x		x		x

Projeto 4 – Prioridade – 4

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Curso Técnico em Guia de Turismo – Região Funcional 7
Localização: Região Funcional 7
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável: Corede Celeiro
Escopo: Criação de curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente de nível médio, que atende tanto as exigências apontadas na LDB (Lei 9394/96) quanto o conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro, a se desenvolver na Região Funcional 7 com vistas a integrar e potencializar a região, contemplando o

Corede Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial, que apresenta uma população de 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população gaúcha, posto que, desta, 31% residem na área rural e 69% na área urbana. O curso Técnico em Guia de Turismo deverá ser desenvolvido por uma instituição regional devidamente conveniada a fim de que tenhamos formação de técnicos em nível médio de Guia Turístico para atuar nas três esferas: municipal, estadual e federal. Dos requisitos de ingresso: poderão ingressar no curso alunos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, independente de formação específica, com idade mínima de 18 anos.

O acesso ao curso técnico em Guia de Turismo dar-se-á por processo seletivo próprio, que deverá ser regulamentado por edital público amplamente divulgado. Conforme determinação legal, estabelecida na LDB, será exigida frequência mínima de 75% do total da carga horária letiva para a aprovação, e a organização curricular deverá observar as determinações legais. O projeto do curso propõe a organização das disciplinas em um corpo de conhecimentos básicos, técnicos e práticos, articulados em semestres, devidamente interligados. Os conteúdos de formação geral estão contemplados nos primeiros semestres, bem como o enfoque no turismo regional nas disciplinas profissionalizantes, enquanto nos últimos semestres são abordados conteúdos relacionados ao turismo nacional e da América do Sul. A aprendizagem de línguas estrangeiras ocorre ao longo dos semestres. O processo de avaliação, quando em consonância com a concepção do curso, promove a adequação do programa de aprendizagem às aptidões propiciando o alcance aos objetivos propostos.

Ao integralizar a totalidade da carga horária de componentes curriculares e as atividades práticas obrigatórias (Prática de Guiamento Regional e Nacional e América do Sul), o aluno receberá a certificação de Técnico em Guia de Turismo.

Responsável: Presidente do Corede Celeiro.

2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Formar Técnicos em Guia de Turismo com domínio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento profissional pautado na autonomia, competência e prática ética para atuar em hotéis,

empresas de turismo, agências de viagens, operadoras, prefeituras, organismos turísticos públicos e privados e por meio da prestação de serviços autônomos, temporários ou contrato efetivo.

Objetivos específicos:

- ✓ Promover espaço qualificado de construção de conhecimentos, alicerçado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas.
- ✓ Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do turismo nos eixos econômico, social e ambiental.
- ✓ Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante translados, passeios, visitas, viagens com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação.
- ✓ Apresentar opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis, considerando os interesses e as necessidades do visitante.
- ✓ Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista.

Justificativa: Com base no diagnóstico realizado e sustentados pelo Perfil – Região Funcional de Planejamento 7 – 2015 (base estratégica do PPA 2016-2019), elaborado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional –, Departamento de Planejamento Governamental, o patrimônio histórico-cultural e natural, com destaque para as Missões Jesuíticas, o Parque Estadual do Turvo e o Salto do Yucumã, são ativos turísticos de grande potencial, mas que, atualmente, ainda registram baixos níveis de frequência de turistas. Nesse sentido, o fortalecimento do turismo na Região depende de uma melhor organização da atividade, com a integração e ampliação dos roteiros, garantindo maior atratividade de turistas e maior tempo de permanência na Região.

Na região Funcional 7 os estabelecimentos, como hotéis, restaurantes, agências de receptivo, agências de viagens e organizadores de eventos, são carentes de profissionais qualificados.

O turismo na região tem capacidade de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as. Neste sentido, este nicho precisa ser

desenvolvido juntamente com a capacitação para o setor de eventos e turismo que pode e deve empregar a população local, de forma a evitar a migração de pessoas, especialmente mais jovens, para outros centros maiores.

O turismo é um setor que está em franca expansão, como podemos acompanhar e vivenciar dia a dia por meio do aumento considerável da atividade em nosso Estado e na nossa Região Funcional 7. Como em qualquer setor, no entanto, a procura maior é por profissionais bem-qualificados.

A escassez de mão de obra qualificada para o recebimento dos turistas é um dos maiores entraves para o crescimento do turismo na região. Em vista disso, existe a necessidade de criação de um curso, em nível técnico, para a formação de guias de turismo.

O curso oferecido insere-se dentro de uma nova realidade da educação profissional. Propõe uma formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica que marcou historicamente a educação profissional, em que as pretensões eram simplesmente formar mão de obra para o mercado de trabalho.

O curso visa a oferecer uma formação integral. Para além de aspectos técnicos da profissão, deve contemplar uma ampla bagagem cultural, capacidade de lidar com pessoas e administrar situações difíceis. Trata-se de um aprendizado útil tanto no campo profissional quanto na vida pessoal.

Busca-se, com o curso técnico profissionalizante, atender às expectativas da comunidade regional e, por se tratar de uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, somente profissionais devidamente habilitados podem exercê-la no país.

O panorama socioeconômico da região de abrangência e o seu potencial turístico apontam como promissor o oferecimento do curso Técnico em Guia de Turismo como contribuinte no desenvolvimento local e regional.

FORÇA – Parcela significativa da população em idade economicamente ativa. Aumentou a expectativa de vida ao nascer no Corede Celeiro. Composição da população com a presença numerosa de habitantes autodeclarados indígenas. Região Funcional 7 inserida

na Região de Fronteira com possibilidades de fomentar novos mercados. Existência de Ensino Técnico e Ensino Superior. Potencial turístico e hídrico. Aquífero Guarani. Capacidade de mobilização social. Sistema rodoviário amplo, facilitando interligações. Professores de instituições regionais com alta qualidade técnica. Instituições de ensino que aquecem a economia regional com os cursos voltados para as potencialidades regionais.

FRAQUEZAS – Investimento limitado. Falta de visão regional. Falta de oportunidades.

OPORTUNIDADES – Opinião pública favorável. Evolução do Mercosul. Promover políticas públicas com o viés coletivo. Estrutura Organizacional Universitária. Sinergia entre as Instituições.

POTENCIALIDADES – População em idade economicamente ativa. Região de Fronteira. Força de trabalho. Região produtiva. Unidade de conservação – Parque Estadual do Turvo. Oferta de cursos de Ensino Superior. Potencial turístico. Reservas indígenas com potencialidade de turismo cultural. Consórcios intermunicipais. Boa quantidade de mídia escrita e falada. Missões jesuíticas. Parque Estadual do Turvo (Unidade de Conservação Parque Estadual do Turvo, onde se encontra a queda d'água conhecida como Salto do Yucumã, maior salto horizontal do planeta). Salto do Yucumã. Instituições de ensino público e particular de referência na região.

DESAFIOS – Promover o empreendedorismo. Integração com a cultura indígena. Promover a integração de fronteira. Ampliar as oportunidades. Romper com o comodismo. Promover investimentos. Integrar os roteiros turísticos. Ampliar a transparência. Ampliar o diálogo entre público e privado. Formar lideranças. Ampliar a representatividade política e classista.

RISCOS – Migração. Descontinuidade dos programas e projetos. Visão míope da problemática.

LIMITAÇÕES – Dependência do repasse de Fundos de Participação dos Municípios (FPM). Concentração das atividades econômicas na agricultura e pecuária.

A visão individualista se sobrepõe à coletiva e faz com que o planejamento regional venha a fragmentar as ações na região.

Beneficiários: População residente na Regional Funcional 7, formada pelos Coredes: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial.
Resultados pretendidos: Formar guias de turismo para atender à demanda da Região Funcional 7.
Alinhamento estratégico: alinhamento com as Diretrizes do PEDR: 1, 3, 7, 8, 11, 12, 15 e 16.
3 – PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Técnicos em Guia de Turismo da Regional Funcional 7
Meta: Formar 200 guias de turismo
Custo: R\$ 200.000,00
Prazo: 24 meses
4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Técnicos, professores e colaboradores.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministérios, Secretarias Estaduais, Prefeituras e Corede Celeiro.
Organizações parceiras: Associação de municípios.
5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: União, Estado e Municípios.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:
6 – RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e municípios.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 40.000,00
Despesas Correntes: R\$ 160.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 160.000,00
7 – CRONOGRAMA DO PROJETO
Prazo previsto de 24 meses.

CONCLUSÃO

Esta revisão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede Noroeste Colonial resulta de um trabalho efetivado em conjunto com Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Prefeituras, Secretarias, Organizações não Governamentais e Comissões Setoriais. Foi elaborado pela equipe técnica contratada pela Assessoria e Serviços Comunitários da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (ASC/Unijuí).

Dentre as principais realizações desta revisão, destacam-se a ampliação da base de dados, elaborada e divulgada no ano de 2010, e uma definição de visão de futuro e estratégias de desenvolvimento. Em conjunto com a comunidade regional, identificaram-se os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de desenvolvimento regional.

Obtiveram-se, assim, proposições que subsidiaram a elaboração de projetos que permitem o desenvolvimento regional. É importante frisar, entretanto, que a concretização do plano está intimamente ligada à atuação do Comitê Gestor do Plano Estratégico que terá a incumbência de executá-lo. Ademais, a sociedade tem o papel de controle social, fiscalizando e apoiando, sobretudo buscando melhorias e adequações.

Por fim, considera-se que todos os cidadãos devem ter acesso a este documento, e que todos os atores políticos o tenham como referência estratégica.

REFERÊNCIAS

- ANATEL. *Acessos à telefonia móvel*. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/dados/index.php/acessos-telefonia-movel>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- _____. *Comunicação multimídia*. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/setorregulado/index.php/comunicacao-multimidia-outorga>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- _____. *Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa*. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- ANDRADE, S. G. *Ações e movimentos nas políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva*. 2008. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosC ompletos/comunicacoesRelatos/0470.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Anvisa. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/regulamentacao>>.
- BERNARDINI, R. *Razão padronizada de alunos por sala (RPAS) das etapas de ensino fundamental e médio da rede estadual nos municípios do Corede Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul – 2014*. 2016. (Documento interno, não publicado).
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014. 153p.
- _____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.
- BRUM, A. L. A comercialização de grãos: o caso da soja. FIDENE, Ijuí, RS. 1983.
- CENTRO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. *Boletim epidemiológico*, v. 16, n. 3, set. 2014.
- COLÓQUIO. *Revista Científica da Faccat*, v. 6, n. 1-2, jan./dez. 2008.
- COREDES-RS. *PRÓ-RS V: propostas estratégicas para o*

desenvolvimento regionais no Estado do RS (2015-2018). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

COREDES-RS. Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. *Pró-RS III: bases para um consenso pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2006

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 23. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2017.

DECKERT, C. *A gestão social no território da cidadania noroeste colonial do Rio Grande do Sul*. / 2012. Dissertação (Mestrado) – Unijuí, Ijuí, 2012.

DUK, Cynthia (Org.). *Educar na diversidade: material de formação docente*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2005.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em:

<<http://portal.imprensanacional.gov.br/servicos/legislacao-de-publicacao>>.

FERREIRA, F. W.; BEUTER, S. B.; HARTMANN, C. *A ictiofauna e o efeito sinérgico de três PCHs no Rio Ijuí, RS*. CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 10., 16 a 22 de setembro de 2011, São Lourenço – MG. Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/xceb/resumos/1984.pdf>>.

FIRJAN. *Índice Firjan de Gestão Fiscal*. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: ago. 2016.

FONTANA, R. A. C. Sobre a aula: uma leitura pelo avesso. In: *Presença Pedagógica*, v. 7, n. 39, maio/jun. 2001.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO ECONOMIA ESTATÍSTICA (FEE). *Série histórica e nova metodologia*. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. *Fragilidades ambientais e da viabilidade de licenciamento de*

aproveitamentos hidrelétricos das bacias hidrográficas dos Rio Ijuí e Butuí-Piratinim-Icamaquã, região hidrográfica do Rio Uruguai.

Disponível em:

<http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/hidreletrico_uruguai/arquivos/pg03.html>.

GOLYNSKI, A. et al. *Apicultura como alternativa econômica para os pequenos produtores rurais da região norte do Sul*. Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, ANO 2010.

HOFFMANN, A. N. W.; HINNAH, D.; TRENNENPOHL, D. *Fruticultura: uma opção às Monoculturas tradicionais da região Noroeste do Rio Grande do Sul*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL NO CONTEXTO REGIONAL. Taquara, RS: FACCAT, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(IBGE). *Censo demográfico*. 2010. Disponível em:

<<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (Inmet).

Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal>>. Acesso em: 12 maio 2016.

KANG, T. H. et al. *O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): aspectos metodológicos*. Porto Alegre: FEE, 2014.

KREUZ, C. L.; SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Custos de produção, expectativas de retorno e de riscos do agronegócio mel no planalto norte de Santa Catarina. *Custos e agronegócio*, on-line, v. 4, n. 1, jan./abr. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

(MDS). *Relatórios de Informações Sociais*. 2015. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>>. Acesso em: out. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponível em: <

<http://www.mec.gov.br/>>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Disponível em: <http://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/recepcao/TL_022_TransmitirArquivoWeb.xhtml>. Acesso em: out. 2016.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. Disponível em: <<http://portalapl.ibict.br/>>.

PESAVENTO, S. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PORTAL ODMs. *Acompanhamento brasileiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio*. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PROJETO CNE/UNESCO 914 BRZ1136.3. *Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade*. Brasília, 4 jun. 2013.

RBSTV. Afiliada RBSTV Cruz Alta. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/2011/12/cruz-alta.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS. (Sefaz). Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/241672/secretaria-da-fazenda-divulga-previa-do-rateio-do-icms-para-2017>>. Acesso em: ago. 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. *Aedes aegypti*. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/conteudo/437/?Aedes_aegypti>. Acesso em: 19 maio 2016.

_____. *Núcleo de informações em saúde*. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/lista/586/2012_-_Mortalidade_geral>. Acesso em: 19 maio 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE NO RIO GRANDE DO SUL. *O que é uma bacia hidrográfica?* Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

SISTEMA OCERGS/SESCOOP. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/2014-01-17-17-25-12>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

SIEDENBERG, D. R. (Org.). *Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SIEDENBERG, D. R. (Org.) et al. *Orientações para o processo de planejamento estratégico regional dos COREDES-RS*, 2009.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1957.

SIMONSEN, M. H. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. 1965.

TV IJUÍ. *Quem somos*. Disponível em: <<http://tvIjuí.com/publicacao-471-quem-somos.fire>>. Acesso em: 4 maio 2016.

ZERO HORA. *Cidades ricas apresentam baixo desempenho em educação*. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/cidades-ricas-apresentam-baixodesempenho-em-saude-e-educacao-no-rs-4682468.html>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

ZWICK, R. A. *Aspectos ambientais da produção leiteira em propriedade rurais familiares do noroeste do Rio Grande do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Unijuí, Ijuí, 2014.

EQUIPE TÉCNICA

Alceu Van der Sand

Possui Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí (1987) e Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (1994). Atuou como professor da Unijuí, com ênfase na área de Economia. Tem experiência em planejamento estratégico de empresas e em gestão no campo das energias renováveis.

Aline Benso

É graduada em Comunicação Social – Relações Públicas (2007), especialista em Gestão dos Processos de Comunicação (2009) e mestre em Desenvolvimento (2013) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pesquisou, em sua dissertação de Mestrado, a experiência do Programa Territórios da Cidadania no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Atuou como assessora de comunicação no setor privado (2007/2009) e como professora substituta nos cursos de Relações Públicas da UFRGS (2009/2009) e da UFSM (2014/2016).

Marisa Tatiana Reimann

Possui Graduação em Economia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e está vinculada à Associação e Serviços Comunitários (ASC/Unijuí).